

ANAIS 11ª EDIÇÃO

SEDEPEX

sociedades inteligentes

SEMINÁRIO DE
DESENVOLVIMENTO
DO ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO

**TRABALHOS DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

REALIZAÇÃO:



Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

ANAI S SEDEPEX 2020/1
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

V.03, N.01 - Julho/2020
Caçador-SC

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva Funiarp

Presidente: Neoberto Geraldo Balestrin
Vice-Presidente: Moacir José Salamoni
Reitor Uniarp: Anderson Antônio Mattos Martins
Diretor Colégio de Aplicação: João Pedro Gonçalves
Diretor Geral Financeiro Funiarp: Carlos Alberto Luhrs
Secretário: Claudinei Bertotto

Reitoria

Reitor: Prof.Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Vice-Reitor Acadêmico e Vice-Reitor de Administração e Planejamento:
Prof.Dr. Jolmar Luis Hawerth
Pró-Reitor do Campus de Fraiburgo: Me.Almir Granemann dos Reis
Secretária Geral: Suzana Alves de Moraes Franco
Secretária Acadêmica: Marissol Aparecida Zamboni

Coordenação Geral do Sedepex 2020/1

Me. Juciele Marta Baldissarelli

Bibliotecária

Célia De Marco

Comissão Organizadora e Avaliadora do SEDEPEX

Profa. Ma. Juciele Marta Baldissarelli (coordenação geral)
Profa. Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi
Profa. Dra. Ivanete Schneider Hahn
Profa. Ma. Mariluci Auerbach;
Profa. Ma. Talize Foppa;
Prof. Me. Emyr Hiago Bellaver;
Prof. Me. Marcio Takahashi Kawamura
Profa. Ma. Sandra Mara Bragagnolo
Profa. Ma. Mayne Francieli Gonçalves
Profa. Esp. Marissol Aparecida Zamboni
Profa. Esp. Emilene Murer
Prof. Esp. Heitor Antônio Cofferi
Coordenadoria de Extensão, Cultura e
Serviços Comunitários: Rosana Rachinski D'Agostini.

Editoração

Agecom - Agência de Comunicação e Marketing - Uniarp

Coordenação: Juciele Marta Baldissarelli
Designer: Leonardo Passarin
Diagramação: Angela Faoro e Anderson Mazzotti

Conselho Editorial da EdiUniarp

Editor-Chefe

Prof. Dr. Levi Hülse

Membros

Dr. Adelcio Machado dos Santos
Dr. Anderson Antônio Mattos Martins
Dr. André Trevisan
Dra. Ivanete Schneider Hahn
Dra. Rosana Claudio Silva Ogoshi
Dr. Joel Haroldo Baade
Dra. Marlene Zwierewicz
Dr. Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha
Dr. Saturnino de la Torre
Universidad de Barcelona – ES
Dra. Maria Antônia Pujol Maura
Universidad de Barcelona – ES
Dr. Juan Miguel González Velasco
Universidad Mayor de San Andres – BO

© 2020 - UNIARP

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui na violação da LDA 9.610/98.

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Caçador
Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro - Caçador/SC
CEP: 89500-199
Tel.: (49) 3561-6200

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - Uniarp Campus Fraiburgo
Rua Carlos Maester - nº 411 - Centro - Fraiburgo/SC
CEP: 89580-000
Tel.: (49) 3561-6299

FICHA CATALOGRÁFICA SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENÇÃO - SEDEPEX (XI 2020: CAÇADOR, SC). Anais XI Seminário de Desenvolvimento do Ensino Pesquisa e Extensão, julho de 2020. Volume III. Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. ISSN 2317-9791

SUMÁRIO

• ANDRAGOGIA DE PAULO FREIRE: ASPECTOS DE RELEVÂNCIA	09
• PROJETO DE TREINAMENTO DE REVENDEDORAS DE UMA FRANQUIA DO RAMO DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS	15
• A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	19
• COMPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RETIDOS PELA ECOBARREIRA INSTALADA NO RIO DO PEIXE EM CAÇADOR, SC.	23
• ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DE MENINGITES	28
• A COMPRA DE PLANTAS MEDICINAIS EM LOCAIS INAPROPRIADOS E DESPREPARADOS PARA O ACONDICIONAMENTO E GARANTIA DE QUALIDADE	31
• ESTÁGIO DE BIOLOGIA DE MODO ONLINE NA CIDADE DE CAÇADOR	37
• A LEGITIMIDADE SUCESSÓRIA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO IMPLANTADO POST MORTEM	42
• O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	47
• O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	52
• FAMÍLIA ACOLHEDORA: SOLUÇÃO OU PROBLEMÁTICA AFETIVA?	57
• DIREITO À SAÚDE COMO GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL	62
• ABANDONO AFETIVO INVERSO E A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS DESCENDENTES	67
• PODER DE POLÍCIA E A VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	72
• O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA MEDIDA PROVISÓRIA	77
• INQUÉRITO POLICIAL X INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA	82



- PERCEPÇÃO DE DISCENTES DA UNIARP SOBRE OS MÉTODOS DE ENSINO EAD VOLTADOS PARA O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA87
- PERFIL DE ESTILO DE VIDA E NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DE ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOM ORLANDO DOTTI DE CAÇADOR-SC92
- BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR): PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO SC97
- PERCEPÇÃO DOS NÍVEIS DE QUALIDADE DE VIDA DE ATLETAS DO FUTEBOL FEMININO DO KINDERMANN DE CAÇADOR101
- CONDROMALÁCIA PATELAR: CONDUTA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E OS EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA EM PORTADORES DA DOENÇA.....106
- PERFIL DOS PRATICANTES DE DUAS ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC111
- PRINCIPAIS E MAIS FREQUENTES LESÕES NO FUTEBOL AMADOR E INCIDÊNCIA EM ATLETAS NOS CAMPEONATOS AMADORES DE FRAIBURGO-SC115
- PERFIL DE PRATICANTES DE NATAÇÃO E HIDROGINÁSTICA EM UMA ACADEMIA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SANTA CATARINA119
- PERFIL DOS CORREDORES AMADORES DE RUA DE CAÇADOR-SC.....124
- LEITURA INTERDISCIPLINAR: “POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM AÇÕES DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL” MARCÍLIO SOUZA JÚNIOR.....127
- SATISFAÇÃO DAS MULHERES PRATICANTES DE ZUMBA EM UMA ACADEMIA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR SC132
- A CORRELAÇÃO DAS DOENÇAS CRÔNICA E HÁBITO DE VIDA COM DESENVOLVIMENTO DE NEFROLITÍASE EM UMA COMUNIDADE DO INTERIOR DE SANTA CATARINA.....137
- IDENTIFICAÇÃO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO: UTILIZAÇÃO DA ESCALA DE EDIMBURGO EM UMA UBS DO MEIO OESTE CATARINENSE149
- PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA EM UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA1154



- INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA O ENFERMEIRO: PERFIL DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES NO PERÍODO DE 2018 A 2020 DO ESTADO DE SANTA CATARINA..... 159
- PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE UMA CIDADE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA 164
- AVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NA DATA DE COLETA DO TESTE DO PEZINHO NA ÁREA PÚBLICA..... 169
- PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE UM RESIDENCIAL GERIÁTRICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA..... 174
- CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO DE PACIENTES POLITRAUMATIZADOS EM UM SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE UM HOSPITAL DO MEIO OESTE SC PÚBLICA..... 179
- O MOVIMENTO ANTIVACINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS..... 184
- SEGURANÇA DO PACIENTE: A IMPORTÂNCIA DAS NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SEGURA DE ENFERMAGEM EM UM HOSPITAL GERAL 189
- O CONHECIMENTO DO ENFERMEIRO SOBRE INSUFICIÊNCIA RENAL AGUDA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA. 193
- PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA EM HEMODIALISE 197
- AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM SOBRE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE..... 207
- PERFIL DO EXAME CITOPATOLÓGICO NOTIFICADO NO SISCAN NA REGIÃO DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE NO ANO DE 2019..... 212
- AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE CANCELAMENTOS CIRÚRGICOS ATRAVÉS DA LITERATURA 216
- CUIDADOS INTENSIVOS EM NEUROCIRURGIA: O MANEJO DE ENFERMAGEM DO PACIENTE EM PÓS OPERATÓRIO COM MANUTENÇÃO DE DERIVAÇÃO VENTRICULAR EXTERNA..... 222
- PROTOCOLO OPERACIONAL PADRÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE TESTE RÁPIDO DENTRO DE UMA UNIDADE PRISIONAL NO MEIO OESTE CATARINENSE 227
- O ENFERMEIRO COMO PROTAGONISTA NA PREPARAÇÃO DA MULHER PARA O PARTO HUMANIZADO..... 232

- LEITURA INTERDISCIPLINAR: IMPERMEABILIZAÇÃO EM CONSTRUÇÕES DE ALVENARIA CONVENCIONAL COM ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO237
- LEITURA INTERDISCIPLINAR: GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS GERADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM UMA EMPRESA DE CAÇADOR SC.....241
- FENÔMENOS ENCONTRADOS EM UMA UNIDADE CONSUMIDORA DE BAIXA TENSÃO EM REGIME PERMANENTE IDENTIFICANDO CAUSAS E SOLUÇÕES246
- LEITURA INTERDISCIPLINAR: CHATBOT252
- LEITURA INTERDISCIPLINAR: EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES COM A FERRAMENTA BIG QUERY255
- INTEGRAÇÃO DE DADOS DE FONTES DISTINTAS257
- APLICAÇÃO DE UMA FERRAMENTA DE BI EM UMA MICROEMPRESA.....261
- LEITURA INTERDISCIPLINAR: APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE EVENTOS265
- MASSAGEM MODELADORA NA LIPODISTROFIA LOCALIZADA ABDOMINAL267
- ASPECTOS DE INGREDIENTES UTILIZADOS EM COSMÉTICOS ANTIPOLUIÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....271
- TRATAMENTOS DA FLACIDEZ NO PERÍODO DE PÓS GESTACIONAL.....275
- POTENCIAL FOTOPROTETOR DE METABÓLITOS SECUNDÁRIOS DERIVADOS DE EXTRATOS VEGETAIS PARA USO EM FORMULAÇÕES COSMÉTICAS.....279
- ABORDAGEM ESTÉTICA PREVENTIVA DE MELASMA EM GESTANTES284
- BENEFÍCIOS DO ÁCIDO HIALURÔNICO NO REPARO E MANUTENÇÃO DO PÓS-PEELING289
- TRATAMENTO DE PELE MADURA E ENVELHECIDA PELA FALTA DE CUIDADOS E USO DE TABACO293
- PRINCIPAIS CAUSAS DO DESENVOLVIMENTO DA HIDROLIPODISTROFIA GINOIDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....296
- EFEITOS DA APLICAÇÃO DO LINFOTAPING COMO TÉCNICA COADJUVANTE NO PÓS-OPERATÓRIO DE MAMOPLASTIA300
- TESTAMENTO VITAL: AS PRERROGATIVAS DA PRÓPRIA VONTADE306

ANDRAGOGIA DE PAULO FREIRE: ASPECTOS DE RELEVÂNCIA

Adelmo Antonio dos Santos¹

Gilberto Marafon²

Clayton Luiz Zanella³

RESUMO

O presente artigo tem por escopo explicitar alguns dos aspectos relevantes referentes a Paulo Freire e sua Andragogia, demonstrando as contribuições do educador na educação de jovens e adultos no Brasil. Analisou-se, desde a concepção semântica da palavra Andragogia, até os princípios, métodos e fases do processo de aprendizagem de Freire. O educador revolucionou o mundo pedagógico com o “Método Paulo Freire de Aprendizagem”, com caráter essencialmente humanista, repudiando às práticas domesticadoras, de forma consistente, demonstrou a beleza e a possibilidade de uma educação popular e libertadora. Atualmente, o Método de Freire é muito utilizado em academias universitárias, principalmente em cursos a distância, uma vez que o educador consegue estreitar os laços de empatia com os educandos, que expõem suas rotinas, dificuldades e opiniões, independentemente do lugar onde cada um esteja. A Andragogia freiriana é base para a educação de jovens e adultos em diversas modalidades, sendo muito utilizada na educação a distância e educação universitária.

Palavras-Chave: Paulo Freire. Andragogia. Educação de Jovens e Adultos.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dispõe a explicitar, por intermédio da conceituação, alguns dos aspectos relevantes à Paulo Freire e a Andragogia por ele proposta, expondo a metodologia que visa ajudar e incentivar o educando adulto a aprender e desenvolver o senso crítico. Sabe-se que a Andragogia ainda é pouco conhecida no contexto educacional, bem como entre as pessoas de outros meios, posto que é a ciência da educação de adultos, oposta à pedagogia tradicional, massivamente conhecida no meio educacional.

De toda forma, em território nacional brasileiro, a educação de adultos ganhou espaço após os estudos e experiências de Paulo Freire, que dedicou a carreira enquanto educador para conscientizar e aprimorar o sistema educacional para a faixa etária, observando-se as limitações de cada educando, bem como o meio em que estava inserido. Nesse sentido, a metodologia de Paulo Freire leva o aluno, através do incentivo ao estudo, a conhecer de forma profunda a sua própria realidade, de modo a criar, fazer e refletir seu conhecimento, dentro de um sistema libertador, lastreado no respeito mútuo e equitativo.

Desta forma, este artigo busca demonstrar as contribuições de Paulo Freire a humanização do processo de educação de adultos, explicitando os pilares e métodos da Andragogia Freiriana, a qual não apenas deposita conhecimento no aluno, mas também o permite a ter autonomia e liberdade no processo de construção de seu conhecimento.

¹ Graduado em Engenharia de Controle e Automação pela Universidade do Contestado. Pós-Graduado em Engenharia de Manutenção Industrial pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Pós-Graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. E-mail: adelmus.meca@gmail.com.

² Graduado em Tecnologia em Processos de Fabricação Mecânica pela Faculdade Senai. Pós-Graduado (Especialização) em Engenharia da Produção pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó E-mail: gmarafon1@hotmail.com

³ Mestre em Educação. Professor de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. E-mail: clayton@uniarp.edu.br

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÃO E ORIGEM DE ANDRAGOGIA

Na Europa, início do século VII, surgiram as primeiras escolas para o ensino de crianças, cujo escopo era a preparação de jovens para o serviço religioso, educando-os acerca dos costumes, doutrinas de fé, crença e rituais da Igreja Católica (ALVES; BARRETO; CARVALHO; CARVALHO, 2010).

Sendo assim, os professores das primeiras Escolas Monásticas definiram os pressupostos da educação das crianças para seu futuro religioso, e denominaram o conceito como “pedagogia”, cuja etimologia deriva do grego, na qual "paidó" significa criança, e "gogos" traduz-se como educar (ALVES; BARRETO; CARVALHO; CARVALHO, 2010). Ocorre que, até meados do século XX, o modelo utilizado na educação monástica foi mantido, uma vez que não havia estudos aprofundados acerca da necessidade de distinguir método de ensino para as diferentes faixas etárias (ALVES; BARRETO; CARVALHO; CARVALHO, 2010).

Nesta exegese, foi apenas em seguida ao término da Primeira Guerra Mundial que alguns países da Europa, bem como os Estados Unidos da América, iniciaram estudos acerca das características dos alunos que se encontram na faixa etária adulta (ALVES; BARRETO; CARVALHO; CARVALHO, 2010).

Entretanto, inobstante o vocábulo “Andragogia” ter sido utilizado por diversos doutrinadores, tais como: Alexander Kapp, Eugen Rosenstock-Huessy, Pierre Furter e Susan Savecevic, foi apenas em 1973, mediante os estudos de Malcolm Knowles, que o termo ganhou espaço mundial (OLIVEIRA, 2012).

Para o educador, o número de artigos, estudos e pesquisas sobre a aprendizagem de adultos era irrisório, o que era surpreendente, uma vez que mestres da antiguidade, dentre eles Aristóteles, Sócrates e Platão, sempre lecionaram para adultos, nunca para crianças (OLIVEIRA, 2012).

Neste sentido, tem-se que a Andragogia é a ciência, filosofia e método para educação de adultos, na qual a aprendizagem não deriva apenas das informações transmitidas de forma impositiva pelo professor, mas sim, observando-se os conhecimentos, experiências e necessidades do aluno, para que o mesmo aprenda aquilo que lhe faz falta (OLIVEIRA, 2012).

2.2 PAULO FREIRE E A ANDRAGOGIA

No Brasil, os estudos educacionais de adultos foram iniciados por Paulo Reglus Neves Freire, o qual defendeu que o escopo da linha pedagógica para tal faixa etária deveria ser por intermédio do diálogo, de forma a ampliar a visão do mundo para o aluno (OLIVEIRA, 2012).

Para o educador, a taxa de analfabetismo de adultos no território nacional era muito alta, e, desta forma, lecionou que o adulto deveria ser educado respeitando-se o seu próprio mundo, ao contrário do método impositivo de memorização (OLIVEIRA, 2012).

Sendo assim, Paulo Freire analisou que os adultos aprendiam quando seus conhecimentos e experiências eram respeitados, uma vez que os cenários entre os alunos desta faixa etária são completamente distintos, e, desta forma, o método convencional, denominado como “educação bancária”, trazia resultados ínfimos ao processo de aprendizagem entre os maiores de idade (OLIVEIRA, 2012).

Ressalta-se que, Freire explicou a expressão “educação bancária” em seu livro, *Pedagogia do Oprimido*⁴, no qual aduziu que o docente apenas realiza

depósitos em seus alunos, que aprendem pelo método de repetição e memorização (PATTO, 1997).

Neste sentido, o educador lecionou que os depósitos de informações, aprendidas por intermédio do método de repetição, são meramente arquivados, de forma que não há diálogo e/ou problematização entre aluno e professor, e conseqüentemente, tal fato impede a criatividade e a transformação dos educandos. (PATTO, 1997).

Entretanto, tal método de ensino (educação bancária) impede que o educador seja flexível, uma vez que o mesmo será sempre o detentor de conhecimento, enquanto os educandos serão os que não sabem e, desta forma, suas possíveis experiências, diversidade cultural e/ou influência do ambiente social será desconsiderado, impedindo a busca como processo de conhecimento (PATTO, 1997).

Ocorre que, Paulo Freire denotou que, o método de transmissão unilateral de informações, traz resultados favoráveis apenas no ensino entre crianças, uma vez que estas são extremamente dependentes e possuem poucas experiências em ambientes sociais distintos aos escolares (OLIVEIRA, 2012).

Neste vértice, Freire lecionou que, o adulto possui autonomia, adquirida por intermédio de suas experiências sociais, familiares e culturais e, desta forma, o mero repasse de informações não é suficiente para que o mesmo adquira conhecimento, uma vez que o aprendizado para tal faixa etária apenas se dará mediante o respeito às suas individualidades (OLIVEIRA, 2012).

Sendo assim, a Andragogia Freiriana nos mostra que o educando deve ter autonomia para construir seu próprio conhecimento, observando-se as necessidades do adulto, respeitando-se o seu ambiente de trabalho, sua rotina social e familiar, tudo isso por intermédio da liberdade de diálogo entre aluno e professor (OLIVEIRA, 2012).

Neste diapasão, Freire (1970, p. 79) afirmou que “o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado [...]. Assim sendo, a premissa do diálogo demonstra-se presente nas mais diversas situações, tais como aquelas entre educando e seu educador, bem como entre a cultura do adulto e as experiências obtidas, cujo resultado é obtido através da mediação, entendimento e empatia, em busca de relações humanizadas entre o aluno e seu mestre (OLIVEIRA, 2012).

Desta forma, a Andragogia Freiriana inclui os alunos da faixa etária adulta de forma digna, dignificando a leitura do mundo de forma individual, e, por intermédio do respeito, cria-se uma ponte de libertação para a autonomia de pensamentos e de construção criativa do conhecimento (OLIVEIRA, 2012).

2.3 PRINCÍPIOS DO MÉTODO PAULO FREIRE DE APRENDIZAGEM

Muito se discute quanto ao Método Paulo Freire de aprendizagem, entretanto, o próprio educador defendeu que tal questão era, em verdade, uma Teoria do Conhecimento, e não metodologia de ensino, uma vez que se trata de uma maneira de aprender, e não de ensinar (FEITOSA, 1999).

Deixando de lado a questão de nomenclatura, o presente artigo tem por escopo expor os princípios e práticas deste que ficou conhecido como Método Paulo Freire de Aprendizagem, conhecido em todo território nacional pelos resultados advindos de sua aplicação junto à estudantes adultos (FEITOSA, 1999).

Conforme já explanado supra, Paulo Freire lutou politicamente para diminuir desigualdades sociais por intermédio do respeito ao próximo, diálogo e educação, de forma que seu projeto educacional foi criado observando-se tais princípios, cuja prática consiste na obtenção do conhecimento através de autonomia e consciência crítica (FEITOSA, 1999).

Sendo assim, o atualmente conhecido como “Método Paulo Freire para Alfabetização de Adultos” surgiu mediante os trabalhos realizados pelo educador durante a década de 60, após diversos estudos de Freire para a criação de um sistema que integrasse prática e teoria, em que ambas formassem um conceito coeso e harmônico, no qual a rotina do educando seria o foco do educador (FEITOSA, 1999).

Sendo assim, a atitude de dialogar deve ter o amor, a humildade e a fé como essência, uma vez que quando educador e educando identificam o objeto do conhecimento, e debatem dentro de uma hierarquia igualitária, o processo de aprendizagem é mútuo, conscientizador e democrático, e as partes sentem-se livres para criar/recriar e/ou fazer/refazer suas próprias opiniões, respeitando-se a bagagem social e cultural de cada indivíduo. (FEITOSA, 1999).

A consolidação da metodologia de Paulo Freire se deu, principalmente, ao fato de ser baseada em princípios claros, os quais orientaram os inúmeros estudos do educador, que os transformou em ações, estudos e teorias, tornando-se a essência do Método de Aprendizagem (FEITOSA, 1999).

Neste sentido, o primeiro princípio basilar do Método Paulo Freire é a politicidade do ato educativo, o qual significa que o processo educativo, assim como a educação como um todo, não pode ser neutra, uma vez que deve incentivar os educandos à problematizar o ambiente em que vivem, desconstruindo e reconstruindo-o quantas vezes se tornar necessário, de forma a agirem como sujeitos da realidade, e não apenas observadores da mesma. (FEITOSA, 1999).

Assim, ao observar esse princípio, o educador estimulará o educando acerca da reflexão de seu papel na sociedade, enquanto o alfabetiza, de forma a conhecer cada vez melhor a realidade social de cada indivíduo, sua bagagem cultural, sua rotina e dificuldades, para que a construção da aprendizagem da leitura e escrita não se dissocie do processo de politização que o adulto já possui. (FEITOSA, 1999).

Noutro vértice, inobstante a nomenclatura similar, o princípio de politicidade do ato educativo não trouxe viés político partidário ao Método Paulo Freire, uma vez que o educador sempre defendeu que seu campo era a pedagogia, e não a política, entretanto, elucidou que a construção do aprendizado por meio desta metodologia permitiria que o educando compreendesse melhor o ambiente em que estava inserido e, desta forma, formaria sua própria opinião, adotando alguma eventual direção política. (FEITOSA, 1999).

Em relação ao segundo princípio, este diz respeito à dialogicidade do ato educativo, no qual educador e educando devem, reciprocamente, buscar estabelecer o diálogo, lastreado no respeito, compreensão e empatia, criando-se, assim, a relação pedagógica. (FEITOSA, 1999).

2.4 APLICAÇÃO DA ANDRAGOGIA NO ENSINO SUPERIOR

A Andragogia de Paulo Freire, inicialmente pensada na alfabetização, está extremamente presente na proposta de educação de adultos do ensino superior, seja ele em seu contexto presencial, ou na educação à distância (OLIVEIRA, 2012).

Deste modo, as academias universitárias utilizam-se do Método de Freire para promover a aprendizagem do conteúdo ofertado por intermédio de diálogos acerca de prática, conhecimento já adquirido e/ou situações existentes no ambiente de trabalho, para que haja a problematização e, posteriormente, a construção coletiva do conhecimento, corroborando com o processo educacional colaborativo (OLIVEIRA, 2012).

Quanto ao ensino superior na modalidade EaD (ensino a distância), a proposta mantém-se a mesma, uma vez que os avanços tecnológicos permitem que

o educador e seus educandos realizem o diálogo de forma natural e espontânea, como ocorreria em um espaço físico de sala de aula (OLIVEIRA, 2012).

Neste vértice, presencialmente ou não, o Método Paulo Freire é utilizado para que os alunos adultos do ensino superior aprendam aquilo que realmente será necessário para sua aplicação prática no dia-a-dia, analisando todos os obstáculos enfrentados, principalmente em seus ambientes laborativos, para que o educador consiga exemplificar e auxiliar a construção crítica de cada um (OLIVEIRA, 2012).

Assim sendo, cada ensino (fundamental, médio e superior) responderá melhor a um determinado estímulo, mesmo se os alunos pertencem a mesma faixa etária, de forma que educandos do ensino superior também sentem satisfação com boas notas ou elogios, porém, a motivação de sua aprendizagem consiste na busca pela melhora da qualidade de vida financeira e reconhecimento em seu ambiente de trabalho (OLIVEIRA, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denota-se, mediante todo o exposto, que Paulo Freire trouxe para a Andragogia uma inovadora e revolucionária proposta de metodologia na alfabetização de adultos, deixando-se as cartilhas que infantilizam de lado, para, por intermédio do diálogo entre educador/educando, criar-se a própria cartilha, que deveria respeitar o contexto cultural, social e econômico de cada um.

Sendo assim, Paulo Freire foi responsável por possibilitar a libertação da aprendizagem, incentivando a sua integração, para que não fosse mecânica, fragmentada, mas sim, com forte teor ideológico, assim como se manteve o educador durante a sua trajetória.

Neste sentido, a Andragogia de Paulo Freire promoveu a horizontalidade na relação entre as partes (educando e educador), de forma extremamente humanística, rompendo a concepção enraizada do conceito de educar mediante depósito de informações, alfabetizando por intermédio do respeito e amor.

Ainda, Freire se demonstrou à frente de seu tempo em todas as suas teses e estudos, uma vez que foi um dos pioneiros na utilização da linguagem multimídia (slides, fotos e gravuras), no processo de alfabetização e ensino de adultos.

Assim, desde a década de 60, o Método Paulo Freire de Aprendizagem instiga opiniões controversas, polêmicas e divergentes, tanto no Brasil, quanto no mundo. Entretanto, o respeito de todas as gerações ao educador é notório, uma vez que humanizou não apenas os operadores, mas também o sistema como um todo.

De qualquer forma, o Método Paulo Freire continua em constante evolução entre os que trabalham na área, uma vez que o legado deixado pelo educador é incontestável, uma vez que a proposta de libertação enquanto fio condutor do aprendizado vem de encontro aos anseios da maioria dos cenários políticos, sociais e econômicos.

Sendo assim, a contribuição de Paulo Freire a Andragogia é notável e histórica, posto que, cada vez mais, a educação de adultos se encaminha para o aprendizado por intermédio do diálogo, este realizado com paciência, amor, humildade e, acima de tudo, respeito.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fábio Aguiar; BARRETO, Maria Auxiliadora Motta; CARVALHO, Jair Antonio de; CARVALHO, Marlene Pedrote de. **Andragogia: Considerações sobre a aprendizagem do adulto**. Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, v.3, n.1, p. 78-90, 2010. Disponível em <

<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21105/12579>>. Acesso em 08 mar. 2020.

13

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire: Princípios e Práticas de uma Concepção Popular de Educação**. 1999. 156 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação)- Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4274/1/FPF_PTPF_01_0923.pdf. Acesso em 10 mar. 2020.

OLIVEIRA, Liliâne Aparecida. **Uma abordagem da andragogia freiriana na modalidade ead**. Revista de Educação a Distância, v. 2, n.1, 2012. Disponível em

<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31239463/andragogia.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCollaborative_learning_tools_as_part_of.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20200319%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20200319T212454Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=403a7286f2f680db36b364bc13e8bf287329ce065dddbe7770572666ceae819>. Acesso em 08 mar. 2020.

PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução à Psicologia Escolar**. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PROJETO DE TREINAMENTO DE REVENDEDORAS DE UMA FRANQUIA DO RAMO DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS

Luana Simone Nhaia¹
Sandra Mara Bragagnolo²

Resumo

A necessidade de adaptação das organizações às mudanças no contexto em que estão inseridas tem sido tema de grande interesse de gestores. Essa adaptação impõe a necessidade de conhecimento e a busca pelo entendimento dos aspectos que influenciam diretamente a organização, como o ambiente, as resistências existentes, os processos de comunicação e os fatores culturais inseridos nesse processo. Assim, programas de mudança organizacionais já definidos ou a elaboração de um novo programa devem ser analisados pela gestão com profundidade. Este trabalho teve como objetivo geral elaborar um projeto de treinamento de revendedoras de uma franquia do ramo de perfumaria e cosméticos da cidade de Caçador/ SC. Para isso, elencaram-se objetivos específicos: a) identificar e descrever os atuais processos de treinamento; b) analisar as necessidades de treinamento e c) proporem ação para potencializar o programa de treinamento existente. A metodologia utilizada foi a realização de pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e estudo de caso, com base bibliográfica e documental. Com os resultados pode-se concluir, portanto que o treinamento das revendedoras da empresa em estudo é essencial, sensibilizando as mesmas que os treinamentos são importantes para vivenciarem o propósito da marca e repassarem a seus clientes.

Palavras-Chave: mudança organizacional; gestão da mudança e treinamento.

Introdução

Este trabalho ocupa-se em apresentar um projeto de treinamento de revendedoras de uma franquia do ramo de perfumaria e cosméticos de Caçador/SC.

A informação e o conhecimento são fatores essenciais para que uma organização possa agregar valor à sua marca e aos seus produtos e serviços, assim como para ajustar seus processos visando conquistar a fidelidade dos clientes e avançar sobre novos mercados (ELKOUBA et al., 2009).

Quando se fala em treinamento, dentro das organizações de trabalho, faz-se menção ao ato intencional de fornecer os meios para proporcionar uma aprendizagem útil para as organizações (CHIAVENATO, 2003).

Dutra (2002) afirma que, quando todos os processos de gestão de pessoas estão conectados, é possível gerar uma estabilidade entre a organização e as pessoas que nela trabalham, pois cada um dos processos possui o poder de beneficiar ou lesar o colaborador, dependendo da forma como for utilizado.

O treinamento é um processo educacional que pode ser de curto ou de médio prazo, por meio do qual as pessoas adquirem conhecimentos, posições e habilidades em função de objetivos previamente definidos pela organização. Assim,

¹ Acadêmica da 8ª fase do curso de Administração do campus da UNIARP de Caçador.

³ Professora Orientadora – Curso de Administração da UNIARP – Campus de Caçador. E-mail: sandramara@uniarp.edu.br

o propósito é o de aumentar a produtividade sem prejudicar o comportamento dos colaboradores.

O treinamento tem, de um lado, o instrutor; e do outro, o aprendiz. Os aprendizes são os colaboradores de qualquer nível hierárquico que estejam necessitando aprender ou melhorar seus conhecimentos ou habilidades sobre uma atividade que desempenhem. Os instrutores são as pessoas, também de quaisquer níveis hierárquicos, que transmitam seus conhecimentos de forma organizada e clara para os aprendizes.

É na cultura que é possível encontrar práticas, valores, saberes e princípios com os quais os sujeitos se identificam, se filiam (ARAÚJO, 2011). “[...] as pessoas agem conforme suas intenções e percepções de controle sobre o comportamento, sendo as intenções influenciadas pelas atitudes frente ao comportamento e normas subjetivas percebidas” (WACHELKE; CAMARGO, 2007, p. 387).

A prática da cooperação educa as pessoas, substitui o individualismo por uma mentalidade participativa, solidária e humana. “A história humana é o relato do desenvolvimento de formas emergentes, tanto das culturas como das sociedades” (POUTIGNAT; STREIFF-FERNAT, 1998, p. 226). E, à medida que a humanidade se associa para se desenvolver, a história vai se construindo e também laços culturais vão se delineando, em um processo contínuo.

Fundamentação Teórica

O departamento de recursos humanos de uma organização é responsável por gerir o capital humano. Também orienta a empresa quanto à elaboração de políticas e beneficia aos colaboradores, portanto vai além de contratar e demitir pessoas (CHIAVENATO, 2003).

O setor de Recursos Humanos – RH engloba todas as práticas e políticas relacionadas à administração de comportamentos dentro da organização. Para esse departamento, as pessoas são vistas como recursos e, a partir disso, elaboram estratégias e investimentos para desenvolver cada uma. Este setor possui variados subsistemas que visam aos fatores internos enraizados em cada colaborador que, ao fazer parte da organização alteram o clima dentro da mesma (CHIAVENATO, 2003).

O treinamento estimula as pessoas a saírem da sua zona de conforto e buscar mais conhecimento para desenvolver competências. Treinar é “o ato intencional de fornecer os meios para proporcionar a aprendizagem” (CHIAVENATO, 2003). Existem vários processos para treinar pessoas, a evolução das tecnologias e as rotinas de trabalhos nas organizações tornam indispensável a necessidade das organizações atualizarem seus colaboradores.

As funções de treinamento e desenvolvimento de pessoas nas organizações adquirem um papel de preparação de indivíduos para o exercício satisfatório de suas atividades, especificamente no cargo que ocupam. Visualiza-se, no treinamento e no desenvolvimento, uma maneira eficaz para ampliação de competências que aumentam a produtividade e a criatividade, como também, à competitividade no mercado.

Material e Método

Essa pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de natureza qualitativa, com metodologia exploratória e descritiva. Para a coleta de dados foi

utilizada fonte documental, caracterizando-se como dados primários, além da observação e conversas informais com as revendedoras junto ao Espaço do Revendedor, na empresa em estudo.

O universo deste trabalho é uma unidade de uma empresa do ramo de cosméticos que atua pelo método de franquias. O universo deste trabalho é uma unidade de uma empresa do ramo de cosméticos que atua pelo método de franquias na cidade de Caçador, foi considerado o universo de 230 revendedoras que atuam na região do município de Caçador.

Resultados

Na empresa em estudo, existe um processo para se cadastrar uma revendedora. Após passar pelo processo de cadastramento (assinatura do contrato), é encaminhado a ela um material (folder) de apoio em que constam informações institucionais, orientações sobre educação financeira e dicas de produtos.

Porém, no canal de venda direta, que ocorre quando há revendedoras vendendo por catálogo, não se consegue ter um atendimento diferenciado, pois são poucas as revendedoras que possuem interesse em saber as especificações e benefícios dos produtos. A grande maioria não participa dos encontros de ciclo e, portanto, não recebem os treinamentos oferecidos gratuitamente pela empresa.

Em conversas informais, observou-se que muitas delas acreditam que não é necessário treinamento em vendas pelo fato de ser uma marca conhecida. Entretanto, sabe-se que a manutenção da identidade da marca é necessária, e o papel da revendedora é de encantar o/a cliente com dicas de uso e informações consistentes sobre as características do produto.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de desenvolver uma rotina associada aos treinamentos e à participação das revendedoras, algumas possíveis ações serão apresentadas no próximo subcapítulo.

Considerações

Percebeu-se, durante as etapas anteriores dessa pesquisa, que a falta de treinamento de revendedoras é um problema que pode fazer com que a marca perca sua identidade, tendo em vista que a marca em estudo quer transformar produtos em momentos mágicos e isso só ocorrerá quando o canal venda direta estiver engajada a proposta da marca.

As revendedoras são as principais responsáveis por sensibilizar o/a cliente de modo a tornar cada produto especial e único. Entretanto, percebe-se que as revendedoras da unidade em estudo não desenvolveram essa consciência. Precisa-se fazer com que a revendedora vivencie a marca, entenda seu propósito e assim repasse a seus clientes. Esse objetivo só será alcançado com treinamentos constantes dos produtos.

Apesar de os encontros no Espaço do Revendedor ser agendados e muito bem conduzidos pela equipe responsável, não há uma forma de cobrança para que as revendedoras participem. Tampouco há uma forma de conferência sobre a efetividade dessas ações no desempenho das revendedoras que participam.

Para garantir a presença das revendedoras aos encontros, sugere-se a implantação de um cartão fidelidade para encontros de ciclo, podendo a revendedora acumular pontos, que poderão ser trocados por produtos ou descontos. Dessa forma, será possível estimular a participação nos encontros de ciclo que será

a porta de entrada para que elas entendam a necessidade de fazerem os treinamentos.

Também se sugere um treinamento especial para novos cadastros, fazendo com que elas venham até o espaço no revendedor participar desses treinamentos de forma coletiva com a consultora ou a supervisora de vendas. Esses treinamentos serão denominados de cursos e terão a duração de uma hora e meia. Será feita divulgação nas mídias sociais e também por meio de ligações para que de fato atinja o maior número possível de revendedoras a participarem dos treinamentos. Os treinamentos serão de perfumaria, maquiagem, cuidados com a pele e cabelos com o objetivo de capacitar esses e ajudá-los a vender mais cada categoria.

A falta de treinamento de revendedoras pode fazer com que a marca perca sua essência, tendo em vista que tem como principal objetivo transformar produtos em momentos mágicos, isso só ocorrerá quando o canal venda direta estiver engajado a proposta da marca. A escola do revendedor, que é a proposta de treinamentos que o grupo disponibiliza, mas ainda é pouco conhecida e não está sendo utilizada pelas revendedoras, por vários motivos como: muitas delas não possuem acesso à internet, não possuem o hábito de utilizarem aplicativos, há pouca divulgação desse material.

Referências

ARAÚJO, Maria Aparecida Marques. Apresentação. In: **Cadernos do CEOM – Identidades**. Chapecó: Argos, 2011. Ano 24, n.35, dez 2011. ISSN 1413-8409

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DUTRA, J. S. **Gestão por competências**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

EL-KOUBA, Amir et al. Programas de desenvolvimento comportamental: influências sobre os objetivos estratégicos. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v. 49, n. 3, p. 295-308, Jul/set. 2009.

POUTIGNAT, Phelippe; STREIFFF-FERNAT, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. In: **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**. v. 41, n. 3, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n3/v41n3a13.pdf> Acesso em 27 fev 2017.

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Paula Tonatto Carlos Pereira¹
Marithsa Maiara Marchetti²

Resumo

A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus resultou em diversas mudanças na sociedade, sejam elas econômicas, sociais e até no âmbito educacional. Dentre as medidas de prevenção, a fim de evitar a disseminação da doença, estão o isolamento social, a quarentena e o confinamento. Estas, adotadas por diversos países seguindo as recomendações dos órgãos de saúde. Aderindo as medidas de distanciamento, escolas e outras instituições de ensino adaptaram seus métodos educacionais para que o ano letivo não fosse “perdido”, optando assim, por atividades que fazem uso de recursos comumente utilizados pelo ensino a distância, como vídeo aulas, aulas síncronas, assíncronas e processos avaliativos diferenciados aos adotados no ensino tradicional, todos de maneira online. Com estas atitudes visando concluir o calendário escolar, surgem diversas dificuldades e impossibilidades para a realização das atividades. Dificuldades estas, que realçam a desigualdade social presente no nosso país, tanto para os professores quanto para os alunos. Além disso, as modificações curriculares e metodológicas evidenciam as necessidades de capacitações continuadas aos docentes e à toda equipe pedagógica. No entanto, os métodos utilizados pela educação a distância muitas vezes não se mostram eficazes em todos os níveis de ensino, devido às diversas interações necessárias para o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Covid-19. Educação. Ensino a distância.

Introdução

O ano de 2020 está sendo marcado por um fenômeno de grandes proporções e gravidade. A pandemia resultante da Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus) ocasionou não apenas problemas educacionais, mas também econômicos, políticos e sociais, com proporções ainda não conhecidas (OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

A COVID-19 é a doença causada pelo novo coronavírus, chamado de Sars-CoV-2, um novo vírus que foi descoberto ao final do ano de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China (OPAS, 2020). Este novo vírus é muito semelhante a outros tipos de coronavírus já conhecidos por causarem doenças respiratórias como a SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave) e MERS (Síndrome Respiratória do Oriente Médio). A evolução dos casos da doença deu-se de maneira extremamente rápida, pois em cerca de 3 meses após descoberta já havia se espalhado e contava com casos em todo o mundo (BRASIL, 2020).

Esta velocidade de contágio, disseminação do vírus e evolução da doença ocasionou o colapso do sistema de saúde de diversos países, independente de sua condição econômica ou de seu nível de desenvolvimento (HARARI, 2020), tornando necessária o uso de uma série de medidas de restrições, cuidados e distanciamento, a fim de diminuir o avanço da pandemia (OPAS, 2020).

¹ Bacharel em Ciências Biológicas – UNIARP. Licencianda em Ciências Biológicas – UNIARP. E-mail: paula.pereira@uniarp.edu.br

² Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas – UNIARP. Mestre em Manejo de Solo – UDESC. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas e docente da UNIARP. E-mail: marithsa@uniarp.edu.br

Para dar continuidade as atividades de ensino, uma das opções adotadas foi a utilização de recursos como a educação a distância, a qual, anterior a pandemia era utilizada para cursos do ensino superior e de extensão, principalmente. Aulas por vídeo chamadas, pela televisão em canais abertos e em portais educacionais tem sido a saída encontrada por professores e equipe pedagógica para vencer o calendário escolar em tempos de pandemia e isolamento social (UFMG, 2020).

Para que uma aula a distância ocorra de maneira satisfatória, ela exige que metodologias e atividades rotineiramente utilizadas sejam adaptadas para novas ferramentas utilizadas na educação a distância, e isto, por vezes, torna o planejamento de aulas mais exaustivo e complexo do que seria em uma aula “comum”, realizada do ambiente escolar (OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica que parte da compreensão sobre a importância do uso de recursos tecnológicos como ferramentas de trabalho nos processos de ensino-aprendizagem, como também, ressalta a necessidade constante de aperfeiçoamento e capacitação dos professores para aprimorar e adaptar suas aulas em momentos de distanciamento social, como o que estamos vivendo atualmente.

Referencial teórico

Dentre as medidas de proteção adotadas para evitar o espalhamento da doença está o isolamento social. Esta medida protetiva prevê que as pessoas que puderem manterem-se em casa, isoladas de seu trabalho, escolas e atividades de lazer devem tomar tal atitude, em especial se estiverem enquadradas no grupo de risco da doença. Esta medida de isolamento promoveu também o fechamento de escolas em todos os níveis de ensino (OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

Em abril de 2020, pelo menos 192 países já haviam fechado suas escolas como medida protetiva, resultando em cerca de 1,5 bilhão de estudantes afetados segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (UFMG, 2020). No Brasil, em especial no estado de Santa Catarina, a paralisação das aulas começou no meio do mês de março de 2020, seguindo o decreto instituído pelo governador do Estado (*Decreto* Nº 506, de 12 de *março* de 2020 baseado na Lei Federal nº 13.979, de fevereiro de 2020).

Apesar de ser uma saída efetiva para o distanciamento social, o ensino a distância, impulsionado a partir do avanço tecnológico e de seus múltiplos recursos, tem sido considerado uma alternativa para diminuir os impactos na educação (OLIVEIRA; SOUZA, 2020). Porém, em contrapartida, a necessidade de aparelhos tecnológicos, energia elétrica e rede de internet nesta abordagem de ensino acabam por evidenciar as diferenças sociais e econômicas que possuímos em nossa sociedade (UFMG, 2020).

Para muitos professores e alunos, estas mudanças nos métodos de educação são capazes de ressaltar as diferenças sociais, em especial no âmbito econômico, evidenciando a desigualdade existente em nosso país. O acesso aos recursos necessários para a realização e acompanhamento das aulas a distância neste período salientam as necessidades dos alunos e professores, onde por vezes não possuem redes de internet, aparelhos eletrônicos ou sequer rede de energia elétrica em suas residências, desta forma, tornam difícil ou impossibilitam atividades e a transmissão de conhecimentos (SABOIA, 2020; SILVA, 2020).

Além dos problemas relacionados ao âmbito social, ressalta-se nesse período a necessidade de constante aperfeiçoamento e capacitações contínuas dos

professores, visto que para que as atividades com recursos tecnológicos ocorram, faz-se necessário que o professor e a escola saibam como lidar com os recursos e conheçam os melhores métodos de adaptar suas atividades para que o processo de ensino-aprendizagem seja eficaz (BERNARDELLI, 2007; GAROFALO, 2020; UNIT, 2020).

Nesse aspecto, vale ressaltar que a educação infantil, em especial os processos de alfabetização, tem sofrido muito com o distanciamento e com a falta da interação professor-aluno, visto que é através dessa interação que alguns processos, sentidos e capacidades são desenvolvidas. Alguns processos educacionais, como o de alfabetização, necessitam de uma ampla interação, contato e percepção do professor sobre o desenvolvimento do aluno, além de que estudos comprovam que há fases do desenvolvimento infantil que propiciam e facilitam o desenvolvimento infantil voltado aos processos de alfabetização (SILVEIRA, 2020).

Conclusão

É notável que a educação a distância pode apresentar-se como uma excelente saída para que o calendário escolar transcorra com a menor interação possível devido a pandemia, mas também é necessário salientar que este método de ensino pode não apresentar tanta eficácia em todos os níveis de ensino.

Referências bibliográficas

BERNARDELLI, Maria Odete Rodrigues. **A formação continuada dos professores e a qualidade do processo ensino-aprendizagem**. 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_maria_odete_rodrigues_bernadelli.pdf>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 13.979, de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**. 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>>. Acesso em: 04 de jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 29 de mai. de 2020.

GAROFALO, Débora. **Novas aprendizagens para formação docente com a pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/deboragarfalo/2020/04/29/novas-aprendizagens-para-formacao-docente-com-a-pandemia.htm>>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

HARARI, Y. N. **Na batalha contra o Coronavírus, faltam líderes à humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

OLIVEIRA, Hudson do Vale de; SOUZA, Francimeire Sales de. Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 15-24, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/view/OliveiraSouza/2867>>. Acesso em: 29 de mai. De 2020.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. 2020.

Disponível em: <<https://www.paho.org/bra/>>. Acesso em: 04 de jul. 2020.

SABÓIA, G. **Sem internet, estudantes de favelas não conseguem se preparar para o Enem**. UOL, 28/04/2020. Disponível: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/04/28/sem-internet-estudantes-de-favelas-sofrem-com-preparacao-online-para-enem.htm?cmpid=copiaecola> em Acesso em: 05 de jul. 2020.

SILVA, Francisco Thiago. Currículo de transição: uma saída para a educação pós-Pandemia. **Educamazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente**. Temas livres em educação, sociedade e ambiente. v. 24 n. 1, jan-jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/7666>>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

SILVEIRA, Antonia Soares et al. Processo ensino aprendizagem na educação infantil em tempos de pandemia e isolamento. **Revista Ciência Contemporânea**, v. 1, n. 6, p. 349-364, 2020. Disponível em: <<http://cienciacontemporanea.com.br/index.php/revista/article/view/32>>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Em tempos de pandemia, educação a distância expõe abismo entre ricos e pobres**. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/a-educacao-nos-tempos-do-coronavirus> Acesso em: 30 de jun. de 2020.

UNIT. Universidade Tiradentes. **Tecnologia da Informação em tempos de pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://portal.unit.br/blog/noticias/tecnologia-da-informacao-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

Composição dos resíduos sólidos urbanos retidos pela ecobarreira instalada no Rio do Peixe em Caçador, SC.

Deive Carlet¹
Andréa Tozzo Marafon²

Resumo

Uma considerável porção dos resíduos eliminados em vias públicas ou mal armazenados, ao serem carregados pela água de chuvas volumosas, acabam atingindo corpos d'água que cortam as cidades, somando-se àqueles descartados diretamente. O objetivo deste trabalho foi identificar os tipos de resíduos sólidos urbanos retidos pela ecobarreira instalada para barrar os detritos flutuantes no Rio do Peixe, no município de Caçador, SC. Após duas coletas, realizadas em intervalo de 28 dias, os resíduos foram classificados e quantificados. Constatou-se que grande parte do material recolhido compunha-se, principalmente, de plástico (sacolas de supermercados, embalagens, brinquedos), seguindo de embalagens de isopor (marmitas), papel, garrafas de vidro, metal e borracha (sapatos, chinelos). O trabalho permitiu concluir que a ecobarreira é uma boa opção para despoluir o leito do rio, no que se refere à retenção dos resíduos sólidos flutuantes, porém demonstra limitações relacionadas às variações no volume de água no leito quanto à sua eficiência. Embora retenha parte dos resíduos lançados no rio ou em suas margens, deve ser pensada como um recurso para sensibilização ambiental dos atores envolvidos. O conteúdo retido pela barreira e sua natureza, demonstra a importância de ações de educação ambiental associadas às políticas públicas eficientes e bem planejadas.

Palavras-chave: ecobarreira, resíduos sólidos, Rio do Peixe

Introdução

Segundo Ribeiro (2017), O Brasil é um grande produtor de resíduos como plástico, de forma descontrolada; o seu descarte inadequado, principalmente nos veios de água, vem causando problemas ambientais, pois sua decomposição no meio ambiente é demasiadamente lenta, o que gera acúmulo e contaminação hídrica.

Um dos grandes vilões desse assunto é a indústria, que é responsável pela produção dessas resíduos sólidos, além de contaminantes químicos, que causam um impacto negativo no meio ambiente. Visando minimizar esse problema foi criada a Lei Federal n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (BRASIL, 2010), que incentiva catadores, cooperativas e associações que desenvolvem ações de reciclagem a encaminharem estes resíduos para depósitos adequados além do reuso por meio da reciclagem. (GOMES; CARMINHA; MEMORIA, 2019).

Um problema que os cursos d'água enfrentam é quando eles são localizados no meio de grandes cidades. Geralmente, hoje em dia, são degradados, poluídos e rejeitados pela maior parte da população que não lhe dão o devido valor; esses rios

¹ Acadêmico do Curso de Ciência Biológicas da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp. E-mail: deivecarlet@hotmail.com

² Licenciada em Ciências Biológicas - UFRGS. Mestre em Engenharia Ambiental – FURB. Docente da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. E-mail: andreamarafon@uniarp.edu.br

acabam se tornando depósitos de lixo a céu aberto além de receberem o esgoto dos que moram nos seus arredores. (ALMEIDA, 2010).

Segundo Armelin (2011), as ecobarreiras são feitas de diversos materiais. Na Austrália se usa polietileno na sua construção, no Brasil, levando em conta a ideia do uso de material reciclável, se usa madeira e garrafas PET. Sua eficiência depende de vários fatores como o nível de chuvas do local e a força da correnteza, pois se for muito forte, pode fazer com que o lixo seja arrastado por baixo da barragem.

O objetivo deste trabalho foi identificar os tipos de resíduos sólidos urbanos retidos pela ecobarreira instalada para barrar os detritos flutuantes no Rio do Peixe, no município de Caçador, SC. Após duas coletas, realizadas em intervalo de 28 dias, os resíduos foram classificados e quantificados.

Referencial teórico

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2020), cerca de 80% da população do Brasil se encontra nos centros das cidades, o que acaba desenvolvendo problemas relacionados à poluição do meio ambiente por lixo, isso porque, quando descartado inadequadamente, ele acaba indo parar em rios e lagos. Além disso, a falta de áreas verdes nos arredores urbanos acaba agravando mais a impermeabilização do solo levando a ocorrência mais frequente de casos de alagamentos, enchentes e deslizamentos de terra.

No Brasil, foi instaurada a Lei nº 11.445/2007 que possui quatro diretrizes no combate à poluição das águas, sendo elas: abastecimento de água, esgotamento sanitário (compreendendo a coleta e o tratamento dos esgotos), limpeza urbana e drenagem (incluindo o tratamento das águas pluviais antes de seu lançamento nos corpos de água). (PEIXOTO, 2013).

Segundo Monteiro e Zveibil (2009), os resíduos sólidos são classificados em:

- Residencial ou domésticos: material proveniente das casas da população.
- Comercial: com características semelhantes ao doméstico, ele é produzido em lojas, restaurantes, etc.
- Industrial: se dá pela produção industrial, tendo como característica sua ampla variância.
- Público: de origem de centros públicos normalmente áreas de lazer como parques.
- Serviço de saúde: resíduos de origem médico-hospitalar humano e animal, sendo de forma descartavam como luvas, máscaras, papel, etc...
- Agrícola: embalagens de adubos, de defensores agrícolas, restos da colheita e dejetos de origem animal são exemplos de resíduos de origem pecuária e agrícola.
- Construção e demolição: proveniente da destruição e construção de prédios ruas, etc, em sua parte formada por restos de tijolos e cimento.

Em Caçador, uma ecobarreira foi instalada no Rio do Peixe, no centro da cidade, em 30 de novembro de 2019, com a finalidade de reter resíduos sólidos flutuantes desse curso d'água e também sensibilizar a população em relação à poluição hídrica e ao descarte inadequado de resíduos.

Metodologia

O município de Caçador está localizado na Mesorregião Oeste Catarinense, Brasil (IBGE, 2017). Em média, sua altitude é de 1.000 m e possui uma área de 987,021 km², com um volume populacional estimado em 70.762 habitantes, de acordo com o último censo (IBGE, 2010).

A ecobarreira se encontra instalada nas coordenadas Latitude - 26.773075774776565 e Longitude -51.01792216300965, na área urbana do município de Caçador - SC, na Avenida Aristiliano Ramos – Bairro Vila Kurtz.

A instalação da ecobarreira ocorreu através de uma iniciativa desenvolvida por acadêmicos do PROESDE - Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, composta por 70 galões de plástico vazios e vedados, com capacidade para 50 litros, envoltos por uma rede de nylon com 40 m de comprimento e 1,60 m de largura. Esse conjunto está preso por um cabo de aço de 60 m de comprimento e 5/16” (7,94 polegadas) estendido de ponta a ponta entre as margens do rio.

Foram realizadas duas coletas em um período de 28 dias. A primeira ocorreu no dia 30 de abril de 2020 e a segunda coleta no dia 29 de maio de 2020, ambas no período da manhã. Após a coleta dos resíduos sólidos, a barreira foi solta em uma das extremidades e o material vegetal (plantas macrófitas aquáticas) seguiu o curso do rio. Em seguida, o cabo da barreira voltou a ser fixado no local próprio.

Após um período em repouso necessário para secarem elas foram separadas e classificadas, e em seguida levadas para as dependências da UNIARP afins de realizar a pesagem em uma balança Urano US 15/5 POP5, máxima 15 kg e mínima 100g.

Resultados e Discussão

Depois de realizadas as coletas e respectivas pesagens obtiveram-se diferentes tipos de resíduos sólidos e suas respectivas massas em quilogramas, conforme exposto na tabela 1.

Tabela 1 – Materiais coletados junto à Eco Barreira Rio do Peixe na primeira amostragem e suas respectivas massas (em kg).

Materiais	Pesagens
Plástico	5,405 kg
Metal	0,889 kg
Borracha	0,990 kg
Isopor	0,890 kg
Madeira	0,205 kg
Vidro	1,315 kg
Papel	0,670 kg
Total	10,364kg

Fonte: o autor, (2020).

Tabela 2 – Materiais coletados junto à Eco Barreira Rio do Peixe na segunda amostragem e suas respectivas quantidades (em kg)

Materiais	Pesagens
Plástico	6,08 kg
Metal	0,640 kg
Borracha	1,100 kg
Isopor	1,60 kg
Vidro	7,120 kg
Papel	0,300 kg
Tecido	3,200 kg
Total	20,04 kg

Fonte: o autor, (2020).

Após as coletas serem realizadas notou-se que o resultado final estava abaixo do que se esperava, com pouco mais de 30 kg somados das duas coletas de resíduos coletados, em comparação a outras duas ecobarreiras instaladas em Caçapava do Sul- RS, que segundo Forgiarini (2018) obtiveram um total de 166,9 kg e uma delas e 124,05 kg em outra, num período de 10 semanas. A Eco Barreira Rio do Peixe não reteve um volume significativo de resíduos não porque estes não estejam sendo dispostos inadequadamente, mas sim, muito provavelmente, devido ao período de coleta ter sido inferior às demais e pelo fato de Caçador estar passando por uma estiagem severa, que causa o baixo nível do rio, que por sua vez não atinge as cotas mais altas e portanto, não consegue arrastar os resíduos que são jogados em suas margens. Além disso, outro fator que pode ter influenciado a segunda coleta, foi o fato de que a ocorrência de chuva causou o arrastamento dos resíduos presos por baixo da barreira.

Conclusão

A presença de resíduos flutuantes no Rio do Peixe, e em outros corpos d'água do município, apontam para o pouco conhecimento e preocupação da população com os riscos e problemas que podem ser gerados a partir destes materiais quando descartados de forma inadequada, bem como para a inexistência ou ineficiência das políticas públicas relativas ao tema. A formalização de políticas ambientais no gerenciamento dos resíduos sólidos é de grande importância e deve envolver, com urgência, o fortalecimento da educação ambiental e de outras ações relacionadas.

É de extrema importância o prolongamento do acompanhamento das coletas para se obter dados mais precisos, além da instalação de uma tela de aço galvanizado, presa aos galões de flutuação para que o material não passe por baixo da ecobarreira em períodos de chuvas fortes.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, SC e à Professora Mestra Ângela Cristina Paviani,

Diretora de Biodiversidade e Clima na Secretaria Executiva do Meio Ambiente – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) e conselheira Titular na Câmara Especializada de Agronomia pela Universidade do Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L.Q.; **Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos: bacia hidrográfica do rio Maranguapinho. Região metropolitana de Fortaleza, Ceará.** Rio Claro -SP. P.1-310. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/017810/Downloads/almeida_lq_dr_rcla.pdf. Acessado em: 03 de junho de 2020.

FORGIARINI, G. M. **Classificação dos resíduos sólidos urbanos coletados com o uso de ecobarreira em cursos de água no município de Caçapava do Sul, RS.** 2018. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade Federal do Pampa, Caçapava do Sul, 2018. Disponível em <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/riu/4123>. Acesso em junho 2020.

GOMES, A.V.M., CARMINHA, U., MEMÓRIA, C.V., **A destinação dos resíduos sólidos das empresas inovadoras: a lei do bem e o seu papel na sustentabilidade ambiental e social.** Formiga – MG. Nº. 82, p.121, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2019v41n82p120>. Acessado em: 10 de abril de 2020.

RIBEIRO, B.M.G.; MENDES, C.A.B., **Modelagem de resíduos sólidos urbanos em uma bacia hidrográfica urbana: estudo de caso em Viamão, RS.** Porto Alegre – RS. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/170500>. Acessado em: 10 de abril de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil.** 2017. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/2231-np-divisoes-regionais-do-brasil/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acessado em maio 2020

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Qualidade de vida da população que vive nas cidades é prioridade para o MMA.** 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/component/k2/item/15715-qualidade-de-vida-da-popula%C3%A7%C3%A3o-que-vive-nas-cidades-%C3%A9-prioridade-para-o-mma.html>. Acessado em: 11 de abril de 2020.

MONTEIRO, J.H.P.; ZVEIBIL, V.Z.; **Gestão integrada de resíduos sólidos.** Manual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro-RJ. IBAM. P. 1-204. 2001. Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual_girs.pdf. Acessado em:10 de abril de 2020.

PEIXOTO, J.B.; **Saneamento básico: política, marco legal e instrumentos de gestão dos serviços.** Fundação Vale. p. 1-16. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/223066por.pdf. Acessado em: 11 de abril de 2020.

Aspectos epidemiológicos de meningites

Amanda Bombassaro¹
André Trevisan²

Resumo

A distribuição da meningite é mundial e sua incidência varia conforme a região, as meningites de origem infecciosa, principalmente as causadas por bactérias e vírus, são as mais importantes do ponto de vista da saúde pública, pela magnitude de sua ocorrência, potencial de produzir surtos e por sua letalidade, porém elas podem ser causadas por outros agentes como fungos e a gentes não infecciosos como traumatismos. A meningite é um processo inflamatório da aracnoide, pia-mater e do líquido cefalorraquidiano, secundária a uma resposta local à bactéria invasora, ou seja, são comprometidas por microrganismos patogênicos, dentre as infecções do sistema nervoso central, a meningite apresenta as mais altas taxas de morbidade, mortalidade e acomete indivíduos de qualquer idade. A meningite é uma doença grave, de evolução rápida, cujo prognóstico depende fundamentalmente do diagnóstico precoce e da instituição imediata de tratamento adequado. Os principais agentes etiológicos continuam a ser o *Streptococcus pneumoniae* e o *Neisseria meningitidis*. Existem outras bactérias frequentemente envolvidas (como o *Streptococcus* do Grupo B ou *Escherichia coli*), mas a sua frequência varia consoante a idade e os fatores de risco do hospedeiro.

Palavras-chave: meningite, saúde pública, epidemia.

Introdução

A meninge nada mais é do que a membrana que envolve a medula espinhal e o cérebro que é formada por três camadas: dura-máter, aracnoide e pia-mater, entre a aracnoide e a pia-mater está presente o líquido cefalorraquidiano (LCR) (NITRINI, 2003).

A meningite é um processo inflamatório da aracnoide, pia-mater e do LCR, ou seja, são comprometidas por microrganismos patogênicos. Dentre as infecções do sistema nervoso central, a meningite apresenta as mais altas taxas de morbidade, mortalidade e acomete indivíduos de qualquer idade. (DAVIS, 2003).

Para a meningite infecciosa se desenvolver, o microrganismo patogênico tem que vencer as defesas do organismo humano, cruzando a barreira hematoencefálica e a barreira do líquido cefalorraquidiano. Qualquer ferimento causado por trauma, procedimento clínico ou cirúrgico que penetre até as meninges pode ocorrer contaminação no LCR. Considerando-se que o líquido não produz anticorpos e que as imunoglobulinas do sangue não têm acesso ao LCR, o microrganismo infectante se desenvolve facilmente disseminando-se pela circulação do líquido, com consequente inflamação meníngea (MACHADO, GOMES, 2003).

1- Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas- Licenciatura. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP. E-mail para contato: amanda-bomba@hotmail.com

2-Professor orientador do TCC. Licenciado em Ciências Biológicas (URI). Mestre em Biodiversidade Animal (UFMS). Doutor em Zoologia (UFPR). Pós-doutorado em Zoologia (USP) Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP. E-mail para contato:andre.trevisan@uniarp.edu.br

Referencial teórico

A meningite pode ser causado por diversos agentes infecciosos como bactérias e vírus eles possuem um potencial maior em produzir surtos por isso tem maior relevância na saúde pública, também podem ser causado por fungos, protozoários e agentes não infeccioso porém isso raramente acontece. (BRASIL, 2005)

É uma doença preocupante que evolui rapidamente, por isso é essencial que o diagnostico seja feito o quanto antes e o com tratamento adequado, os sintomas geralmente são febre alta, cefaleia intensa, náuseas, vômitos, rigidez na nuca, entres outros sintomas (DIVE 2014).

A meningite pode ser causa por múltiplos agentes bacterianos as mais comuns são: *Streptococcus pneumoniae* (pneumococo) bactéria gram-positiva em formas de cocos; *Mycobacterium tuberculosis* é aeróbio, sem flagelo e não produz toxina, a meningite causada por esse bacilo se encontra associada a casos de pacientes com HIV; *Haemophilus influenzae* bactéria gram negativa, encontra-se nas vias respiratórias podendo causar infecções assintomáticas; *Neisseria meningitidis* (Meningococo) bactéria gram positiva em forma de cocos. (DIVE 2014).

A meningite causada por vírus é um quadro mais leve cuja a transmissão geralmente se dá de forma fecal/oral, os vírus entéricos são os principais agentes etiológicos, eles evoluem de forma benigna o quadro dura menos que uma semana para pacientes não portador de imunodeficiências, caracteriza-se por um quadro clinico de alteração neurológica, normalmente nesses casos o paciente tem uma recuperação completa porem em alguns casos podem ficar algumas sequelas como debilidade, normalmente ocorre casos isolados mas surtos são comuns também, ela acomete indivíduos de todas as idades, mas a faixa etária de maior risco é a de menores de 5 anos. (FERNANDES et al 2008; BRASIL 2005; CENTRO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA 2006).

Cerca de 85% dos casos de meningite viral é causado por Enterovírus os principais são: Poliovírus, os Echovírus e os Coxsackievírus dos grupos A e B 1,2. O enterovírus tem comportamento sazonal prevalecendo no período de primavera e verão. (CENTRO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA 2006).

Meningite fúngica acomete pacientes imunocomprometidos, sua evolução é pérfita, os principais agentes causadores são o *Cryptococcus* e o *Coccidioides*. Outros agentes fúngicos que também podem causar a doença incluem *Candida*, *Aspergillus*, *Histoplasma*, *Blatomyces* e *Mucor*. (FERNANDES et al 2008; BRASIL 2005).

A criptococose é uma micose sistêmica, causada pelo *Cryptococcus neoformans*, causada por um fungo, encapsulado, que é encontrado em todo o planeta, mas sobretudo em solos contaminados com dejetos de aves, sua reprodução é por brotamento e isso causa maior propagação. (WILDSTEIN, MARTIN, GLASER, 2005). A via primaria de propagação são os esporos do *C. neoformans*, dependendo a condição imunológica da pessoa a sua inalação pode causar infecções que pode se elucidar espontaneamente ou sofrer dispersão hematogênica afetando assim outros órgão (CHANG, TZAO, HSU, 2005).

Resultados e Discussões

A meningite é uma doença epidemiologia que é um grande problema de saúde pública devido ao seu grande potencial de disseminação assim causando epidemias de grande proporção, atingindo normalmente crianças e adolescentes, com altas taxas de letalidade e morbidade substancial, sendo assim essa doença é uma emergência clinica com amplo aspecto de manifestação.

Conclusão:

A presente pesquisa apresentará futuramente dados robustos do SISNAMA acerca do perfil epidemiológico das meningites no Estado de Santa Catarina nos últimos 10 anos. Essas informações serão de grande valia para a criação de políticas públicas de prevenção a essa grave doença no estado. No momento os dados estão em fase de coleta e análise.

Referências bibliográficas

BRASIL. Meningites. In: Guia de vigilância epidemiológica. 6. ed. Brasília, 2005, p. 541-569. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Guia_Vig_Epid_novo2.pdf Acesso em: 14 maio 2020.

CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. Protocolo de Coleta para o Diagnóstico Laboratorial dos Enterovírus. Meningites virais, são paulo, p. 1-3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n4/30.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

CHANG WC, TZAO C, HSU HH. Isolated cryptococcal thoracic empyema with osteomyelitis of the rib in an immunocompetent host. J Infect. 2005;51(3):117-19.

DAVIS, L. E. Infecções do Sistema Nervoso Central. In: WEINER, W. J.; GOETZ, C. G. Neurologia para o não-especialista. 4. ed. São Paulo: Santos, 2003, cap. 24, p. 397-401.

DIVE. Meningites em geral e doença meningocócica. Florianópolis, 2014, p.1-24. Disponível em: http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/imunizacao/publicacoes/Apostila_meningite.pdf acesso em: 14/03/2020.

FERNANDES, BR *et al.* Diagnóstico diferencial das meningites. Artigo revisão, minas gerais, p. 1-4, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/v18n3s4a16.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

MACHADO, L. R.; GOMES, H. R. Processos Infeciosos do sistema nervoso. In: NITRINI, R.; BACHESCHI, L. A. A neurologia que todo médico deve saber. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003, cap. 10, p. 205-234.

NITRINI, R. Princípios Fundamentais. In: NITRINI, R.; BACHESCHI, L. A. A neurologia que todo médico deve saber. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.

WILDSTEIN MS, MARTIN SM Jr, GLASER JA. Cryptococcal osteomyelitis in a 20-year-old male with sarcoidosis. Spine J. 2005;5(4): 467-70.

A COMPRA DE PLANTAS MEDICINAIS EM LOCAIS INAPROPRIADOS E DESPREPARADOS PARA O ACONDICIONAMENTO E GARANTIA DE QUALIDADE.

Ana Paula da Silva Klein¹
Debora Jung²

Resumo

A utilização de plantas medicinais é uma prática que evoluiu com a humanidade. Pesquisas indicam que civilizações mais antigas já faziam o uso de plantas medicinais para cura, prevenção e tratamento de doenças (ANDRADE; CARDOSO; BASTOS, 2007).

A compra para consumo de plantas medicinais tem crescido nos últimos tempos, e com isso iniciou-se uma comercialização desinformada e descomprometida, o que tem preocupado o Ministério da saúde. Para diminuir problemas como este, em 1999 criou-se a ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária que tenta deter a expansão de comércios irregulares através de regulamentações. Porém a Lei Resolução número 17, de 24 fevereiro de 2000 que regulamenta o tema ainda é ignorada pela maioria dos estabelecimentos que comercializam plantas, registra (LIMA, 2020).

O farmacêutico Kerry Alesson Souza de Almeida, inspetor sanitário da Agência de Vigilância de Saúde (Agevisa) do Governo de Rondônia, afirma “para que o chá seja vendido ele deve estar registrado no Ministério da saúde, e deve ser comercializado com as inscrições, nome popular da planta e seu nome científico” (AGEVISA, 2018). Segundo Lima (2020) a população deve ser orientada sobre o uso indiscriminado de plantas medicinais assim evitando problemas futuros.

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de caçador, onde após elaboração de questionário randomizado, utilizamos a ferramenta google formulário, assim lançando perguntas através de um link para redes sociais como WhatsApp e facebook. Após obter as respostas é possível fazer a análise do conhecimento das pessoas quando o assunto é consumo, compra e saúde referente aos chás. Deste modo a pesquisa aconteceu de modo virtual.

Palavras-chave: planta medicinal, chás, toxicidade.

Introdução

A utilização de plantas medicinais é uma prática que evoluiu com a humanidade. Pesquisas indicam que civilizações mais antigas já faziam o uso de plantas medicinais

para cura, prevenção e tratamento de doenças (ANDRADE; CARDOSO; BASTOS, 2007). Humanos primitivos já buscavam na natureza recursos que pudessem amenizar ou até mesmo curar doenças, aumentando a média de vida. Àqueles que eram dados títulos como feiticeiros, curandeiros, entre outros, cabia a tarefa de curar doentes através da magia, religião e ou uso das plantas medicinais (ALVIM et al., 2006).

Segundo Ethur (2011) em dados levantados pela Organização Mundial da Saúde, 80% da população faz o uso de remédios provenientes de plantas medicinais. No Brasil 91,9% já fizeram o uso de plantas medicinais, sendo que dessas, 46% as cultivam em casa.

O conceito de “natural” faz com que muitas pessoas se equivoquem, achando que ao consumirem chás, estarão livres de produtos químicos, esquecendo que plantas também tem toxicidade (MENGUE; MENTZ; SCHENKEL, 2001). Pelo conhecimento popular, chás podem não fazer bem, mas certamente não farão mal, o que vem a ser um grande engano. Para, pesquisadores é importante atenção: na hora do preparo, na quantidade de planta a ser utilizada, no tempo de fervura e no modo que a planta deve ser administrada, estas podem ser variáveis eficientes no preparo de um chá (BRAGA, 2011).

Portanto, o presente trabalho teve como objetivo pesquisar junto a população caçadoreense, através de questionário online, a percepção dos participantes no que se refere a compra e utilização de plantas medicinais.

Referencial teórico

PLANTAS MEDICINAIS

Perante a OMS planta medicinal é todo e qualquer vegetal que possua substâncias com fins terapêuticos (JUNIOR; PINT,2005). Toda planta que possa ser administrada pelo homem e exerça ação terapêutica é considerada planta medicinal (LOPES et al., 2005).

A ORIGEM DO USO DA ERVANARIA

A utilização das plantas medicinais é descrita pelos povos antigos, que já buscavam através delas a cura, a prevenção e o tratamento de doenças, surgindo assim interesses científicos e comerciais (MENGUE, MENTZ, SCHENKEL, 2001).

A produção industrial de medicamentos no século XIX cresceu, deixando para trás a procura de ervas medicinais. A relatos de que durante as grandes guerras mundiais houve um direcionamento na produção de material de bélico interrompendo a produção de medicamentos, fato que favoreceu o uso das ervas medicinais (BRAGA, 2011).

No Brasil os índios que aqui viviam, utilizavam plantas medicinais nos rituais praticados pelos “pajés”. Assim toda sabedoria adquirida sobre essas plantas era transmitida de geração para geração. Com a chegada dos colonizadores foi possível fazer a soma dos conhecimentos europeus e africanos, os quais também já faziam o uso das ervas para seus rituais religiosos e para cura de doenças. Através desta união de conhecimento entre índios, portugueses e negros se traduziu a base de informações sobre as plantas medicinais do Brasil (BRAGA, 2011).

Pesquisas científicas que validão o uso das plantas ainda é recente, mas para algumas comunidades estas práticas populares com uso de plantas muitas vezes é a única alternativa viável no tratamento ou cura de doenças (PINTO; AMOROZO; FURLAN, 2006).

COLETA, SECAGEM E ARMAZENAMENTO

Para o consumo das plantas medicinais são necessários alguns parâmetros de segurança, como sua coleta e armazenamento. Como exemplo pode se citar plantas coletadas na beira de estradas, podem estar contaminadas com produtos derivados do trafego de automóveis (MENGUE; MENTZ; SCHENKEL, 2001). Segundo Braga (2011) nos dias atuais as plantas estão expostas a aplicações de agrotóxicos, o qual deve ser evitado sua coleta, assim como a retirada de plantas de beira de córregos contaminadas por poluentes. São necessários alguns cuidados tanto na hora da colheita como na secagem das plantas para que não haja contaminação, como higiene das mãos assim como utilização de materiais limpos e devidamente higienizados (ZARONI et al., 2004). Deve evitar colher plantas amareladas, com manchas e com picadas de insetos, evitando assim algum tipo de contaminação ao produto (TAVARES et al., 2015).

A secagem da planta deve ser feita no dia da sua colheita para garantir a conservação dos princípios ativos (TAVARES et al., 2015). Segundo Barbosa et al. (2006) cada planta tem seu próprio processo de secagem, pois apresentam preservação diferenciado dos princípios ativos.

As plantas devem ser armazenadas em ambiente limpo, longe do chão, em lugar arejado, protegido do sol de roedores e insetos. Após a secagem a planta deve acondicionada em embalagem que evite qualquer contaminação e absorção de umidade (MARCHESE; FIGUEIRA, 2005).

COMERCIO DAS PLANTAS E OS RAIZEROS

Nos dias de hoje as plantas medicinais são comercializadas em feiras, mercados, e encontradas em quintais, tanto em regiões mais pobres como em grandes cidades (TRESVENZOL et al., 2006). A grande maioria das plantas são comercializadas apenas pelo seu nome popular, o comercio geralmente não é controlado, muitas plantas vendidas nas feiras não foram estudadas não se sabendo a eficaz de seus princípios ativos (SILVA et al., 2001).

Lima, Nascimento e Silva (2016) fizeram entrevista com raizeiros onde concluíram que, a grande maioria é do sexo feminino, com faixa etária entre 25 a 65 anos de idade, a maioria de baixa renda utiliza de seus conhecimentos de plantas medicinais para complementar a renda mensal, e quanto a origem de seus conhecimentos informam que aprenderam com seus pais, mas alguns relatam consultar livros sobre o assunto. Mas devido a abertura do comercio formal, lojas que vendem plantas medicinais nas normas da ANVISA, onde produtos são vendidos rotulados e sem contaminações e com condições de higiene adequada a venda dos raizeiros diminui.

RISCO A SAUDE PELO USO INDISCRIMINADO

O uso indiscriminado das plantas medicinais, mesmo ela tendo baixa toxicidade pode provocar sérios distúrbios, principalmente quando a pessoa já apresenta algum problema de saúde ou alguma contraindicação e uso de outros medicamentos (MAIA et al., 2011).

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de caçador, onde após elaboração de questionário randomizado, utilizamos a ferramenta google formulário, assim lançando perguntas através de um link para redes sociais como WhatsApp e facebook. Após obter as respostas é possível fazer a análise do conhecimento das pessoas quando o assunto é consumo, compra e saúde referente aos chás. Deste modo a pesquisa aconteceu de modo virtual.

Resultados e Discussões

Conclusão

Referências bibliográficas

ALVIM, N. A. T. et al. O uso de plantas medicinais como recurso terapêutico: das influências da formação profissional às implicações éticas e legais de sua aplicabilidade como extensão da prática de cuidar realizada pela enfermeira. **Revista Latino- Am. Enfermagem- Vol.14, n3. 2006.**

ANDRADE, S.F.; CARDOSO, L.G.; BASTOS, J.K. Anti-inflammatory and antinociceptive activities of extract, fractions and populnoic acid from bark wood of *Austroplenckia populnea*. **Journal of Ethnopharmacoly**, v.109, n. 3, p. 464-471, 2007.

BRAGA, C. M. **Histórico da utilização de plantas medicinais**, 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/1856/1/2011_CarladeMoraisBraga.pdf

BRASIL- Agencia de vigilância de saúde (AGEVISA) **Chás e garrafadas sem registro não podem ser vendidos como medicamento**, Rondônia, 2018.

CORREA, A.J.C. et al. **levantamento de publicações nas áreas farmacológicas e química para o período 1987-2008**. Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, v.12, n.1, p.113-9, 2010.

LIMA, L. **O fascinante universo das plantas medicinais**, 2020. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/166/farmacologia.htm> acesso em: 05/03/2020.

LIMA, I. E. O; NASCIMENTO, L.A.M; SILVA, M.S. **Comercialização de Plantas Mediciniais no Município de Arapiraca-AL**. Rev. Bras. Pl. Med., Campinas, v.18, n.2, p.462-472, 2016.

ETHUR, L.Z. et al. **Comércio formal e perfil de consumidores de plantas medicinais e fitoterápicos no município de Itaqui – RS**. Revista Bras. Plantas Med.-Vol.13, n 12, p. 121-128, 2011.

MAIA, L. F. et al. Plantas medicinais e hipertensão. Farmácia Revista. P 24-25, Fev-Mar, 2011.

MARCHESE, J.A.; FIGUEIRA, G.M. **O uso de tecnologias pré e pós-colheita e boas práticas agrícolas na produção de plantas medicinais e aromáticas**. Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, v.7, n.3, p.86-96, 2005

MENGUE, S. S; MENTZ, L. A; SCHENKEL, E. P. **O uso de plantas medicinais na gravidez**. Revista Brasileira de Farmacognosia, n 11, p. 21-35, 2001.

LOPES, C.R. et al. **Folhas de chá. Viçosa**: UFV, 2005.

PINTO, E. P. P; AMOROZO, M.C.M.; FURLAN, A. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica-Itacaré, BA, Brasil. Acta Bot. Bras., v. 20, n. 4, p.751-762, 2006.

SILVA, S. R. et al. **Plantas medicinais do Brasil, aspectos gerais sobre legislação e comércio**. Brasília, DF: Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha e IBAMA. 2001.

TAVARES, S. A.et. al. **Plantas medicinais**. EMATER-DF, Brasília ,2015.

TRESVENZOL, L. M.; PAULA, J. R.; RICARDO, A. F.; FERREIRA, H. D; ZATTA, D. T. **Estudo sobre o comercio informal de plantas medicinais em Goiânia e cidades vizinhas**. Revista Eletrônica de Farmácia.v.3, n. 1, p. 23-28, 2006.

ZARONI, M. et al. **Qualidade microbiológica das plantas medicinais produzidas no Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Farmacognosia, v.14, n.1, p.29-39, 2004.

Agradecimentos e instituições financiadoras (se houver)

Observações:

- Os trabalhos (indiferente a modalidade) devem possuir entre 3 e 5 páginas, incluindo ilustrações e referências bibliográficas.
- As figuras, tabelas e ilustrações devem conter título, legendas, créditos e fonte (quando necessário).
- As referências bibliográficas deverão ser apresentadas em ordem alfabética no final do artigo, de acordo com a norma NBR-6023 (ABNT);
- Todas as referências deverão ser citadas no texto de acordo com o sistema alfabético (autor-data)

Características técnicas

- Os trabalhos devem ser submetidos em formato PDF
- Fonte: Arial, tamanho 12, com exceção do interior de figuras e tabelas que deverão utilizar tamanho 10
- Espaçamento do corpo do texto: 1,0 (simples)
- Espaçamento figuras e tabelas: 1,0 (simples)
- Alinhamento do texto: justificado;
- Alinhamento das referências bibliográficas: à esquerda
- Margens: Superior: 3 cm, Inferior: 2 cm, Esquerda: 3 cm, Direita: 2 cm.

ESTÁGIO DE BIOLOGIA DE MODO ONLINE NA CIDADE DE CAÇADOR

Ana Paula da Silva Klein¹
Debora Jung²

Resumo

O ensino de Ciências da natureza, consideravelmente novo na escola, é praticado de diferentes formas educacionais, muitos docentes se baseiam na mera transmissão de informações tendo como recurso exclusivo apenas o livro didático e a lousa; assim como outros já usam novos métodos mais práticos e dinâmicos para uma melhor compreensão dos alunos (BRASIL, 1996 p 19). Deste modo o processo de ensino deve ser organizado pelo professor conforme as etapas que o aluno irá percorrer.

O professor é um permanente aprendiz das descobertas da ciência e das novas maneiras de transmitir seus conhecimentos, ele deve proporcionar aos alunos um ensino dinâmico e inovador, tendo em vista a diversidade das Ciências Naturais, tornando o estudo mais dinâmico e impedindo que o ensino seja apenas uma simples memorização. Por isso, a docência precisa estar constantemente em processo de formação, tendo habito a leitura e a pesquisa para novos saberes. (FERNANDES, F. M. et al. 2015).

Por estes motivos o estágio curricular tem uma função importante na formação de novos professores, pois tem como finalidade fazer com que o aluno-estagiário conheça a realidade escolar e possa analisar as conexões do âmbito escolar e as teorias pedagógicas aprendidas durante a formação acadêmica (FERNANDES, C. T et al. 2009).

As aulas acontecerão de modo online, onde através de slides foi explicado o conteúdo sobre briófitas após explicação de todo conteúdo foi possível fazer o canto de uma parodia sobre o tema da aula, assistimos um vídeo sobre a reprodução das briófitas e finalizamos a aula com uma atividade.

Palavras-chave: Biologia, estágio, educação.

Introdução

O ensino de Ciências da natureza, consideravelmente novo na escola, é praticado de diferentes formas educacionais, muitos docentes se baseiam na mera transmissão de informações tendo como recurso exclusivo apenas o livro didático e a lousa; assim como outros já usam novos métodos mais práticos e dinâmicos para uma melhor compreensão dos alunos (BRASIL, 1996 p 19).

Por isso o processo de ensino deve ser organizado pelo professor conforme as etapas que o aluno irá percorrer.

Assim sendo a biologia vem contribuindo na formação dos jovens, capacitando os mesmo a uma compreensão sobre, os conceitos biológicos, a importância das ciências e das tecnologias, e desenvolver competências que permita o aluno compreender melhor o mundo e atuar como indivíduo e cidadão (KRASILCHIK, M. 2008).

Segundo Santomauro (2009) O professor, além de ser fonte de informação, tem a função de orientar as ações. O livro didático torna-se apenas um dos materiais de consulta. Tanto o estudante como o docente assumem o papel de pesquisador, ficando esse último com a função também de conduzir a investigação e

instrumentalizar a criança para que ela aprenda com autonomia. Internet, museus, revistas, livros científicos e paradidáticos e programas de televisão fazem parte do material de pesquisa. "Cabe ao educador ensinar a turma a usar essas ferramentas, filtrar os dados, contrapor informações e auxiliar a criança a elaborar uma versão adequada para o que acabou de aprender.

A forma como professor discursa em sua aula, é de grande importância para que o aluno se envolva no tema a ser trabalhado. Um dos objetivos dos professores é propor aos alunos que realizem tarefas, mas também consigam aprender os conceitos ensinados, desta forma a contextualização do tema deve ser estruturada de maneira que desafie e motive o aluno (MONTEIRO; TEIXEIRA, 2004, p 247).

Em Biologia a necessidade de se dar fundamento prático às teorias e aos conceitos científicos usados em sala de aula, favorece que o aluno analise os problemas atuais. Utilizando destes conceitos para uma melhor compreensão da sua própria vida e da do planeta (BRASIL, 1996).

Por estes motivos o estágio curricular tem uma função importante na formação de novos professores, pois tem como finalidade fazer com que o aluno-estagiário conheça a realidade escolar e possa analisar as conexões do âmbito escolar e as teorias pedagógicas aprendidas durante a formação acadêmica (FERNANDES, C. T et al. 2009).

Muitas vezes atividades inovadoras desenvolvidas pelos estagiários faz com que revigore o ambiente escolar, podendo fazer com que educadores mais antigos se conscientizem da importância de reciclagem nos seus conhecimentos (FERNANDES, C. T et al. 2009).

O estágio curricular III tem como objetivo fazer com que o acadêmico de Ciências Biológicas se familiarize com ambiente escolar, e perceba as dificuldades enfrentadas pelos professores em fazer com que alunos adolescentes se interessem em estudar, principalmente Biologia que apesar de ser indispensável, provoca reações negativas por ser confundida em um estudo de memorização de estruturas de plantas, animais e do próprio organismo entre outros assuntos que Biologia aborda.

Referencial teórico

BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como finalidade fazer com que todos os alunos venham desenvolver uma aprendizagem essencial ao longo da caminhada na Educação Básica, garantindo seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017).

E ao estabelecer suas capacitações, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que cooperem para a remodelação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013).

LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior) (Pacievitch,2020).

A LDB 9394/96 mantém o direito à educação, assegurado pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e as obrigações do Estado em relação à educação escolar pública, deliberando as responsabilidades, em regime de cooperação, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Segundo a LDB 9394/96, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior (Pacievitch,2020).

MEC

O MEC é um órgão do governo federal que trata dos assuntos relacionados à educação e cultura de todo o território nacional. Seu principal trabalho é melhorar a qualidade da educação, encarregando-se de todo o sistema educacional brasileiro, desde a educação infantil até a profissional e tecnológica, sendo criterioso também pela elaboração e execução da Política Nacional de Educação (OLIVEIRA, 2019).

O ministério da educação disponibiliza de vários programas para favorecer o ensino no país, como Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, Programa de Financiamento Estudantil – Fies e entre outros (OLIVEIRA, 2019).

PLANO DE AULA

O planejamento escolar é de suma importância para que se atinja o sucesso no processo de ensino-aprendizagem. A sua inexistência pode ter como consequência, aulas monótonas e desorganizadas, manifestando o desinteresse dos alunos pelo conteúdo e tornando as aulas monótonas (FRANCISCO, 2020).

Segundo Libâneo (1994) “o plano de aula é uma tarefa do educador que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do desenvolvimento do ensino”.

Metodologia

Os slides para as devidas aulas foram feitos no programa PowerPoint, com auxílio de livro didático, o vídeo passado na aula de briófitas retirou-se do youtube, atividades proposta estavam disponíveis no Word.

As aulas aconteceram de modo virtual através de vídeo conferência.

Resultados e Discussões

Foi de suma importância este momento de estágio online, pois fica assim para nos acadêmicos da licenciatura uma nova aprendizagem, reconhecendo que devemos sempre estar abertos para novos métodos de ensino.

Conclusão

O estágio curricular III do curso de Ciências Biológicas concede ao futuro licenciado à oportunidade de atuar em seu âmbito escolar, expondo suas habilidades e capacidades, pois é na regência que o mesmo consegue, percebe e analisar a função do ser docente, diante da realidade vivenciada dentro e fora de uma sala de aula, como também o comportamento dos alunos e a relação de professor-aluno, averiguando e dispondo em prática as metodologias de ensino-aprendizagem. Apreendido durante a vida acadêmica.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 02/03/2020
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 03/07/2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1998.
- FERNANDES, F. M. et al. **Função social da escola**, 2015. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/funcao-social-escola.htm> acesso em: 03/07/2020.
- FERNANDES, C. T. et al. **Formação de professores e o estágio supervisionado: um problema real nas escolas de ensino básico de São José dos Campos, sp**. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0619_0217_01.pdf Acessado em: 03/07/2020.
- FRANCISCO, W. C. Brasil Escola. **A Importância do Plano de Aula**, 2020. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-importancia-plano-aula.htm>. Acessado em: 03/07/2020.
- KRASILCHIK, M. **Práticas de Ensino de Biologia**. 4ª Ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).
- MONTEIRO, M. A. A.; TEIXEIRA, O.P.B. **uma análise das interações dialógicas em aulas de ciências nas séries iniciais do ensino fundamental**. Investigações em Ensino de Ciências, v.9, n.3, 2004.
- OLIVEIRA, B. Programas do Governo. Disponível em: <https://www.catho.com.br/educacao/blog/o-que-e-o-mec/>. Acessado em: 03/07/2020.
- PACIEVITCH, T. InfoEscola, lei de diretrizes e bases da educação, 2020. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/> Acessado em: 03/07/2020.

SANTOMAURO, B, **NOVAESCOLA**,2009. Disponível em:
<https://novaescola.org.br/conteudo/48/o-que-ensinar-em-ciencias>
em:03/07/2020. acesso

A LEGITIMIDADE SUCESSÓRIA DO EMBRIÃO CRIOPRESERVADO IMPLANTADO *POST MORTEM*

Thayane Zanchi Bello

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Thiara Zen

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Joice Luiza Flores de Matias Wagner

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Resumo: A Constituição Federal de 1988 estabelece a igualdade em direitos e deveres a todos, inclusive em relação aos filhos havidos na constância ou não do matrimônio, não permitindo o tratamento jurídico desigual relativo à filiação, assim como assegurando o direito à herança, mesmo em se tratando de filho concebido através da técnica de reprodução assistida póstuma, que é realizada por um dos detentores do material genético após o falecimento de seu cônjuge e com o material genético de ambos. Portanto, o presente trabalho busca analisar a legitimidade sucessória do embrião criopreservado implantado postumamente após o falecimento de um dos genitores. Para que se possa verificar a legitimidade sucessória do embrião criopreservado, há necessidade de análise da literatura, esta baseada principalmente nos princípios e premissas delineados pela Constituição Federal da República e replicados no Código Civil de 2002, além do exame da Resolução nº. 2.168/2017, do Conselho Federal de Medicina. Assim, a partir desta fundamentação, poderá observar-se como o Estado, na figura dos Tribunais Federais e Estaduais, garante o direito sucessório do filho gerado a partir de embrião criopreservado implantado *post mortem*, visto que é constitucionalmente vedada qualquer distinção relativa à filiação.

Palavras-chave: Reprodução artificial. *Post Mortem*. Embrião. Legitimidade. Sucessão.

Introdução

A família é o primeiro agente socializador do ser humano e sempre se baseou na relação havida entre o casal, primando assim pelo vínculo biológico (MOREIRA FILHO, 2015). A Constituição Federal de 1988 – CF/98, no que se refere ao Direito de Família, assegura o livre planejamento familiar e igual dignidade para todas as entidades familiares (BRASIL, 1998). Assim, considerando os avanços biotecnológicos criados para contornar os problemas e dar novas esperanças àqueles casais sem solução para superarem a barreira da infertilidade e da esterilidade, surgiu-se a possibilidade da reprodução assistida, inclusive da técnica *post mortem*.

Segundo o art. 1.798 do Código Civil – CC/02, tem legitimidade para suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão (BRASIL, 2002). A dúvida paira em relação aos embriões criopreservados que

aguardam a implantação no ventre materno, se já se entendem como sujeitos de direito e, portanto, legitimados a suceder.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a possibilidade sucessória do embrião criopreservado, implantado em útero após o falecimento de um dos genitores, obtendo os objetivos específicos: a) apresentar o conceito de família e os princípios constitucionais do direito de família e estudar o início da personalidade e as diferenças entre nascituro e embrião; b) estudar sobre o direito sucessório, os processos de reprodução assistida e a inseminação assistida post mortem e sua previsão no Código Civil; c) analisar o direito sucessório do concebido mediante inseminação artificial post mortem e a presunção de filiação na reprodução assistida, e verificar os limites para a utilização do material genético.

Para o desenvolvimento do estudo utilizou-se o método indutivo, constituindo-se em pesquisa bibliográfica de livros e artigos, notadamente os de direito de família, direito das sucessões e biotecnologia, com foco na reprodução assistida humana, além da revisão da legislação.

A família e o início da personalidade

A família é considerada um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social e estruturada através do direito. Compreender a evolução do Direito de Família permite a construção e a aplicação de proteção às entidades familiares (DIAS, 2016).

Baseando-se nos direitos humanos, a legislação tem sofrido transformações. A CF/88 é o próprio resultado disto, consagrando à luz do artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como princípio vetor da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1998). Assim, a entidade familiar está amparada, principalmente com traços fundamentais de proteção na igualdade dos direitos dos filhos.

Além da definição do núcleo familiar, outra questão fundamental no Direito de Família diz respeito ao início da personalidade, principalmente no que concerne à vida embrionária e sua proteção jurídica. A discussão acerca da condição jurídica do não nascido está diretamente ligada à identificação do início da existência da pessoa, titular de direitos e obrigações. Para tanto, necessário fazer a distinção entre nascituro e embrião: o primeiro é aquele que já está concebido, no ventre materno, mas ainda não nasceu (FARIAS; ROSENVALD, 2019), enquanto que embrião é a união dos gametas masculino e feminino, a partir da fecundação, que constitui uma nova célula (SILVA, 2014).

Existem três teorias que abordam e tentam identificar quando começa a personalidade: a teoria natalista, na qual a personalidade civil somente é adquirida com o nascimento com vida; a da personalidade condicional, que sustenta que o nascituro é pessoa, mas condiciona isso ao seu nascimento com vida; e, a teoria concepcionista, que assegura que a personalidade jurídica é adquirida a partir do momento da concepção (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

Ainda que a legislação brasileira não reconheça o nascituro como pessoa, garante a observância de direitos que são conferidos a essa condição, configurando-se um sistema de proteção. Logo, identificar a proteção adequada e devida ao nascituro pressupõe compreender a disciplina jurídica das pessoas adotada pelo sistema constitucional e pela codificação civil, enquanto sujeitos de direitos e obrigações (ARAÚJO; PAMPLONA FILHO, 2011).

O direito sucessório e os processos de reprodução assistida

O Direito Sucessório está disciplinado no Livro V do Código Civil (BRASIL, 2002), que regulamenta a transmissão de direitos e deveres de uma pessoa em decorrência de sua morte, seja pela sucessão legítima ou pela sucessão testamentária. Na primeira, são chamados herdeiros necessários aqueles que a lei protege, sendo os descendentes, ascendentes, cônjuge e companheiro. Portanto, a ordem de vocação sucessória deriva das relações de família, enquanto que a sucessão testamentária decorre da manifestação de última vontade do autor da herança, mediante testamento ou codicilo, sendo que os sucessores serão pessoas nomeadas pelo testador.

Dispõe o artigo 1.784 do Código Civil (BRASIL, 2002) que “aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários”. Trata-se, pois, do princípio de *saisine*, segundo o qual o de cujus transmite imediatamente aos sucessores a propriedade e posse da herança.

Como forma de auxiliar a resolução dos problemas de reprodução e possibilitar a procriação, a Resolução CFM nº. 2.168/2017 regulamentou a reprodução assistida no Brasil e, ainda, deu possibilidade à inseminação artificial *post mortem*. Nesse sentido, o CC/02 já estabelece a presunção de paternidade *post mortem* no artigo 1.597, incisos III e IV, segundo o qual se consideram concebidos na constância do casamento os filhos havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido; e os havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga (BRASIL, 2002). Portanto, é autorizado o ato da reprodução *post mortem*, ainda que não devidamente delineado na legislação brasileira.

Os direitos sucessórios do concebido mediante inseminação artificial *post mortem*

Com base no princípio da igualdade entre os filhos, a legislação brasileira, notadamente no artigo 1.596 do Código Civil (BRASIL, 2002), proíbe “[...] quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Assim, presume-se a filiação independentemente da época em que se tenha formado o embrião.

No caso da reprodução artificial homóloga *post mortem*, ainda que o vínculo de paternidade se estabeleça mesmo que falecido o marido, o item “VIII” da Resolução do CFM nº. 2.168/2017 estabelece a obrigatoriedade de autorização para utilização *post mortem* do material genético, com o que concorda grande parte da doutrina. Em vista disto restou sintetizado pelo Enunciado nº. 106, da I Jornada de Direito Civil, que para que seja presumida a paternidade do *de cujus*, a mulher, ao se submeter à técnica de reprodução assistida, deve estar na condição de viúva, além da autorização escrita do marido.

O direito à herança é assegurado constitucionalmente como direito fundamental, no artigo 5º, inciso XXX, sendo que o art. 1.798 do CC/02 consagra a regra geral sucessória, segundo a qual tem legitimidade para suceder “as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão” (BRASIL, 2002).

Partindo do pressuposto de que nascituro é o ser em desenvolvimento no útero materno e que é descendente do *de cujus*, “pode-se afirmar, sem nenhuma discordância, que ele tem capacidade sucessória de receber os bens que lhe foram deixados” (MOREIRA FILHO, 2015, p. 196). Logo, considerando que o embrião é nascituro em sua fase inicial, ele também será legitimado a suceder. A par disto, o

Conselho de Justiça Federal publicou o Enunciado nº. 267, na III Jornada de Direito Civil, abrindo novo caminho para a interpretação do artigo mencionado, referenciando que a regra ali insculpida deve ser estendida aos embriões formados mediante o uso de técnicas de reprodução assistida, abrangendo, assim, a vocação hereditária da pessoa humana a nascer.

De toda sorte, ainda há a possibilidade de o filho, fruto de reprodução assistida, mesmo não concebido, ser beneficiado mediante testamento, conforme previsão do artigo 1.799 do CC/02, dentre elas o exposto no inciso I (BRASIL, 2002). Trata-se, pois, da figura da prole eventual. Neste caso, conforme Gagliano e Pamplona Filho (2019, p. 137), é possível a sucessão desde que “a concepção e a implantação se derem dentro do prazo legal de dois anos”, momento em que o “ente formado será considerado filho e herdeiro do autor da herança”.

Assim, considerando que o ordenamento jurídico assegura a plena liberdade do planejamento familiar, é aceitável a existência da reprodução *post mortem*, vez que o direito do reconhecimento à filiação deve ser igualitário entre todos os filhos, independentemente da forma pela qual foram gerados, desde que haja autorização expressa pelo doador do material genético quando da reprodução assistida *post mortem* ou a existência de testamento.

Para garantir o direito à herança, o artigo 1.814 do CC/02 dispõe sobre a ação de petição de herança (BRASIL, 2002) que, nas palavras de Lisboa (2013, p. 368) é “medida judicial de defesa da titularidade sobre toda a herança ou parte dela, inclusive mediante a restituição dos bens indevidamente retidos por outra pessoa”, neste caso se já partilhada, ou a separação de quota-parte se ainda não houver sido dividida a herança ou a ação for cumulada com a de investigação de paternidade.

Por fim, diante da inexistência de especificação sobre a reprodução artificial no ordenamento jurídico brasileiro, bem como a divergência doutrinária existente acerca da capacidade sucessória do embrião criopreservado implantado *post mortem*, realizou-se pesquisa nos bancos disponíveis dos órgãos judiciais federais, regionais e estaduais e concluiu-se pela total ausência de decisões sobre a possibilidade ou não de um filho gerado a partir de embrião criopreservado implantado após a morte de um dos genitores ser legitimado a suceder, motivo pelo qual se buscou o posicionamento do judiciário em relação a outros temas relacionados ao reconhecimento da paternidade póstuma, a fim de analisar a aplicação do direito sucessório.

Considerações finais

Por meio do trabalho realizado pode-se perceber a necessidade de proteção da vida embrionária tendo em vista que, mesmo no ventre materno, é vida humana, não parecendo crível condicionar o nascimento com vida para, somente então, poder-se tutelar os seus direitos, o que significa uma agressão ao preceito maior do nosso Estado de Direito, a dignidade da pessoa humana, e a discriminação ao princípio da igualdade da filiação.

Certo é que, diante da falta de legislação específica e regulamentação, não se pode afirmar com segurança qual será o entendimento dos Tribunais, visto que a utilização de técnicas de reprodução assistida *post mortem* é tema polêmico e pouco discutido, tanto no judiciário quanto na sociedade civil.

Referências

ARAÚJO, Ana Thereza Meirelles; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Tutela jurídica do nascituro à luz da Constituição Federal. **Revista de Direito Privado**, vol. 4, p. 643-59, ago., 2011.

BRASIL, Conselho da Justiça Federal. Enunciado nº. 106. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/737>. Acesso em 10 jun. 2020.

BRASIL, Conselho da Justiça Federal. Enunciado nº. 267. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/526>. Acesso em 10 jun. 2020.

BRASIL, Conselho Federal de Medicina. Resolução nº. 2.168/2017. Disponível em <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2017/2168>. Acesso em 14 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 mai. 2020.

BRASIL, Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 11 mai. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4 ed. em e-book, baseada na 11 ed. Impressa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil, volume 1**: parte geral e LINDB. 12 ed. Bahia: Editora Juspodivm, 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, volume 7**: direito das sucessões. 6 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 137.

LIBSOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil, volume 5**: direito de família e sucessões. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 368.

MOREIRA FILHO, José Roberto. As novas formas de filiação advindas das técnicas de inseminação artificial homóloga *post mortem* e as suas consequências no direito de família e das sucessões. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Direito de Família, 2015. **Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/assets/upload/anais/240.pdf>. Acesso em 23 mai. 2020, p. 196

SILVA, Danúbia Cantieri. A tutela constitucional da vida embrionária: a ADIn 3.510 à luz do ativismo judicial. **Revista dos Tribunais Sul**, vol. 8, p. 143-75, Nov./Dez., 2014.



O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

JÉSSICA SCHMITT ROARIS

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Resumo: O tema da pesquisa refere-se à recuperação judicial como mecanismo de efetivação do princípio da preservação da empresa, o qual protege o núcleo da atividade econômica e, portanto, da fonte produtora de serviços ou mercadorias, da sociedade empresária, refletindo diretamente em seu objeto social e direcionando-a na busca do lucro. Assim como, aplicar a legislação vigente para recuperar empresas que se encontram em recuperação judicial, para que todas as partes, tanto ativas quanto passivas, no final deste processo tenham uma resolução positiva. Pois o interesse na empresa em recuperação não é apenas dos sócios e proprietários, mas também dos credores que se interessem em receber as dívidas com a empresa, sendo feita assim depois do plano de recuperação, a assembleias de credores, da qual suspende-se a execução. Assim como o objetivo é pesquisar sobre os efeitos jurídicos da recuperação judicial como mecanismo de efetivação do princípio da preservação da empresa, à luz da legislação e doutrina no direito brasileiro. Fazendo com que a empresa em recuperação, tenha um plano de recuperação que evolua, e consiga por fim, quitar todos os débitos com seus credores e assim, preservar a situação inicial da empresa.

Palavras-chave: Recuperação Judicial. Princípio da Preservação da Empresa. Execução. Credores. Doutrina. Jurisprudência

INTRODUÇÃO

A recuperação judicial é uma medida para evitar a falência de uma empresa. É pedida quando a empresa perde a capacidade de pagar suas dívidas. É um meio para que a empresa em dificuldades reorganize seus negócios, redesenhe o passivo e se recupere de momentânea dificuldade financeira (ADVFN, 2020).

A recuperação judicial é um instituto muito recente e sua criação está diretamente ligada ao tratamento recebido pelo devedor insolvente ao longo dos tempos e a evolução do sistema falimentar (GUIMARÃES; PINTO, 2015).

Portanto, a recuperação é o ato, ou efeito, de recuperar, reconquistar, restaurar, renovar, revigorar, restabelecer o estado anterior, voltar ao estado normal. A Lei 11.101/05, que estabeleceu a recuperação judicial em nosso ordenamento jurídico, procurou colocar na balança os objetivos da empresa devedora e de seus credores, sob a fiscalização do judiciário (MANSKE, 2012).

Assim, com a promulgação do Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, é o marco referente à abdicação do sistema tradicional que era baseado estritamente ao comerciante e, respectivamente, ao exercício profissional da mercancia, para a adoção do sistema do empresário e de sua atividade empresarial. O conceito de comerciante, a luz do Código Comercial, diverge do conceito de empresário no Código Civil, haja vista que o conceito de comerciante a luz do Código Comercial é mais restrito, consistindo numa pessoa capaz, juridicamente, para praticar os atos mercantis como profissão habitual e com finalidade de lucro. Já o conceito de

empresário no Código Civil (art. 966) é ampliado, sendo aquele que exerce profissionalmente atividade econômica de forma organizada para a consequente produção ou circulação de bens ou de serviços (CASTRO, 2010).

Para encetar a investigação, o estudo fez uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica, utilizando a produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

O INSTITUTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Ela procura viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores. Promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (LENZA, 2019).

A Lei da Falência também regula a Recuperação Judicial, que visa favorecer medidas para que o processo de falência seja evitado. Basicamente, a recuperação judicial fornece o que chamamos de caminho de recuperação econômica. O objetivo disso é que a empresa consiga saldar suas dívidas ao mesmo tempo em que continue a produzir. Na recuperação judicial preza-se pela manutenção dos empregos e da produção da organização, pois são esses os itens que ajudarão a empresa a gerar lucros (CAMARGO, 2017).

Podem requerer a recuperação Judicial o devedor empresário que exercer atividade regular há mais de dois anos, desde que: não seja falido, e se foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; não ter, a pelo menos cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial; há menos de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial de EPP e ME; não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoas condenadas por qualquer crime falimentar. O requerimento da recuperação poderá ser realizado de modo autônomo ou no prazo da contestação de um pedido de decretação de falência do devedor (LENZA, 2019).

A intervenção do judiciário para permitir a recuperação da empresa, evitando sua falência, se possível, faz-se em reconhecimento da função social que as empresas desempenham. São instituições voltadas para o exercício da atividade econômica organizada, atuando para a produção e circulação de riquezas, pela produção e circulação de bens e/ou pela prestação de serviços. Essa riqueza, por certo, beneficia o empresário e os sócios da sociedade empresária, por meio da distribuição de lucros, mas beneficia, igualmente, todos aqueles que estão direta e indiretamente envolvidos: não só os empregados, mas os fornecedores (seus empregados que tem trabalho), os clientes (outras empresas ou consumidores, que tem bens e serviços à sua disposição), o próprio mercado, que ganha com a concorrência entre as diversas empresas, bem como com a complexidade dos produtos, bens e serviços, que compõem o Estado, com os impostos, a região em que a empresa atua com os benefícios decorrentes da circulação de valores, etc. (MAMEDE, 2013).

A lei atual vincula o indeferimento da recuperação judicial à decretação da falência, tal como anterior vinculava o da concordata à quebra do valor. O argumento em prol da vinculação é lógico e inquestionável. O devedor não se arriscaria a pedir a recuperação judicial caso não estivesse realmente necessitado do benefício, tendo em vista o risco de decretação de falência. Assim como, o modelo brasileiro da recuperação judicial é vulnerável porque, ao manter a vinculação entre o indeferimento do benefício e decretação da falência, cria o ambiente propício ao nascimento da “indústria da recuperação judicial”. O credor, na Assembleia em que estiver em votação o Plano de Recuperação Judicial, tenderá a aprovar, pois caso contrário, o juiz irá decretar a falência (COELHO, 2005).

São inclusos na recuperação judicial todos os créditos existentes na data do

pedido, ainda que não vencidos. Permanecerá o devedor em recuperação judicial até que cumpra todas as obrigações previstas no plano, cuja validade seja de dois anos a partir da concessão. Durante este período, em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano, é cancelada a recuperação. As microempresas e as empresas de pequeno porte podem apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que afirmem sua intenção em petição inicial. O pedido de plano especial não acarreta a suspensão do curso da prescrição nem das ações e execuções por créditos não abrangidos (SANTIAGO, 2019).

O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A recuperação judicial é uma ação de conhecimento constitutiva, pois inaugura uma nova conjuntura jurídica, modificando a comportamento das relações entre o devedor e seus credores e entre o devedor e a atividade empresarial que exerce (PACHECO, 2013).

Antes de falar do plano de recuperação judicial, temos que falar da viabilidade da empresa, o exame de viabilidade é feito pelo poder Judiciário, em função de vetores como os seguintes. Importância social, pois a viabilidade da empresa a ser recuperada deve compatibilizar, necessariamente, dois aspectos da questão: não pode ignorar nem as condições econômicas a partir das quais é possível programar-se o reerguimento do negócio, nem a relevância que a empresa tem para a economia, local, regional ou nacional. Assim, para merecer a recuperação judicial, o empresário individual ou a sociedade empresária devem reunir dos atributos: ter potencial econômico para reerguer-se e importância social. É necessário que seja importante para a economia local, regional ou nacional que aquela empresa se reorganize e volte a funcionar com regularidade, em outros termos, que valha a pena para a sociedade brasileira arcar com os ônus associados a qualquer medida de recuperação de empresa não derivada de solução de mercado (COELHO, 2005).

É a partir da consecução do objeto social que é possível, inclusive em nossa opinião, irradiar a sua função social (criação de empregos, pagamento de impostos). Não se concebe o contrário, que os sócios constituam sociedade empresária, primeiro para atingir a função social e depois a manutenção da atividade econômica (BUSHATSKY, 2018).

O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA

Os princípios fundamentais que nortearam a elaboração da Lei 11.101/2005 incluem a preservação da empresa, a separação dos conceitos de empresários e empresas recuperáveis, a retirada do mercado de empresas ou empresários não recuperáveis, a proteção aos trabalhadores, a redução do custo do crédito no Brasil, a eficiência dos processos judiciais, a segurança jurídica, a participação ativa dos credores, a maximização do valor dos ativos do falido, a desburocratização da recuperação de micro e pequenas empresas e o rigor na punição de crimes relacionados à falência e a recuperação judicial." (VERTELO, 2019)

As empresas são instituições econômicas que visam o desenvolvimento das atividades de produção e distribuição de bens e serviços, criam riquezas e utilidades, são disciplinadas pelo direito e pela economia (SACCHELLI, 2013, p. 265).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicabilidade do princípio da preservação da empresa da possibilidade de diversas maneiras quitar o passivo da empresa modificando a direção da

administração da empresa por aqueles que já o faziam, em uma tentativa de manter aqueles que já conhecem a atividade empresarial e o funcionamento da empresa no comando em detrimento à nomeação de um terceiro estranho à atividade.

A intenção é manter a atividade empresarial viva, fazendo com que haja a suspensão das execuções contra a empresa recuperanda, ocorrendo a dispensa de apresentação de certidões negativas de débitos para a atividade da empresa, possibilidade de concessão de mais de uma recuperação judicial à mesma companhia, a sujeição dos créditos ainda não vencidos, alteração do plano após ser devidamente aprovado, e a recuperação como meio de defesa na falência.

A pesquisa justifica-se por mostrar em suas entrelinhas a resolução de um projeto de recuperação judicial, e como aplicar o plano de recuperação para dar continuidade a hierarquia da empresa, trazendo lucros para seus sócios, emprego à sociedade, além do recolhimento de impostos para o município/estado/união.

REFERÊNCIA

ADVFN. **Recuperação judicial**. Disponível em: <https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/empresas/recuperacao-judicial>. Acesso em: 19 nov. 2019. p 1.

GUIMARÃES, Yuri da Silva; PINTO, Célia Ferreira. **Recuperação judicial das empresas**. 2015. Disponível em: <https://menezeseguimaraesadvocacia.jusbrasil.com.br/artigos/196856997/recuperacao-judicial-das-empresas-lei-n-11101-05>. Acesso em: 29 nov. 2018. p.1

MANSKE, Julio Max. **Aspectos destacados da recuperação judicial**. 2012. Disponível em: <https://phmp.com.br/artigos/aspectos-destacados-da-recuperacao-judicial/>. Acesso em: 18 nov. 2018. p. 1.

CASTRO, Ana Paula Soares da Silva. O papel do administrador judicial na falência e na recuperação judicial. 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-77/o-papel-do-administrador-judicial-na-falencia-e-na-recuperacao-judicial/>. Acesso em: 19 de nov. 2019. p 1.

LENZA, Pedro. **OAB esquematizado primeira fase**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 1033

CAMARGO, Renata Freitas. Saiba tudo sobre Recuperação Judicial e Falência de empresarial. 2017. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/recuperacao-judicial-falencia/#Como-funciona-a-Recuperacao-Judicial>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CARTÓRIO 24 HORAS. **Cartório de protesto**. Disponível em: <http://blog.cartorio24horas.com.br/cartorio-de-protestos/>. Acesso em: 28 nov. 2019. p. 1.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 441.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 115. **DICIONÁRIO FINANCEIRO. Demonstrações contábeis**. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/demonstracoes-contabeis/>. Acesso em: 28 nov. 2019. p. 1.

SANTIAGO, Emerson. **Falência, recuperação judicial e extrajudicial**. 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/direito/falencia-recuperacao-judicial-e-extrajudicial/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

PACHECO, Felipe Denki Belem. **Os efeitos da recuperação judicial de empresas**. 2013. Disponível em: <https://filipedenki.jusbrasil.com.br/artigos/111897606/os-efeitos-da-recuperacao-judicial-de-empresas-lei-n-11101-05>. Acesso em: 28 nov. 2019. p. 1.

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas. São Paulo: Saraiva. p. 115.

BUSHATSKY, Daniel. **Princípio da preservação da empresa**. 2018. Disponível em: <https://enciclopediajurid.ica.pucsp.br/verbete/220/edicao-1/principio-da-preservacao-da-empresa>. Acesso em: 29 de ago. 2019

VERTELO, Miriam de Menezes. **A Recuperação Judicial como mecanismo de efetivação do princípio de preservação da empresa**. 2019. Disponível em: https://monografias.brasescola.uol.com.br/direito/a-recuperacao-judicial-como-mecanismo-efetivacao-princlpio-preservacao.htm#capitulo_7. Acesso em: 29 de ago. 2019.

(SACCHELLI, Roseana Cilião. A livre iniciativa e o princípio da função social nas atividades empresariais no contexto globalizado. **Revista da Ajuris**, volume 40, n° 129, março 2013, p. 249-278, p. 365)

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Mayra Cendron Bernardi¹

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP – Campus Caçador/SC

Resumo: O presente artigo tem como tema as violações generalizadas dentro do sistema prisional brasileiro, porventura do estudo referente às decisões com votos explicativos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, apresentando um quadro de infrações não condizentes com a Constituição Federativa do Brasil de 1988, reconhecendo, então, um quadro de “estado de coisas inconstitucional” nas penitenciárias brasileiras. Isso foi apresentado em razão da existência da insalubridade, celas superlotadas, organizações criminosas que promovem cada vez mais o crime dentro do sistema prisional, a falta de higiene adequada, entre outros fatores preocupantes. O relato da pesquisa será dividido em três momentos, para melhor compreensão. Primeiramente será abordado o condenado por si só, a pena privativa de liberdade, seus direitos e deveres. Em segundo momento, será abordado o sistema penitenciário, seus locais, a consequência da superlotação carcerária e apresentar a precariedade do sistema prisional brasileiro. Por fim, adentra-se no estudo realizado sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347 do STF de 2015, apresentando os votos dos Ministros da Suprema Corte, que explana sobre as violações ocorridas dentro do sistema prisional brasileiro e que em desacordo com a Constituição. Indagando que as prisões deveriam ser o sistema ressocializador do condenado, porém se tornaram escolas do crime.

Palavras-chave: Violações. Sistema prisional brasileiro. ADPF. Superlotação carcerária.

Introdução

O artigo expõe como tema os problemas enfrentados pelo sistema prisional brasileiro. Tem como objetivo central analisar a problematização apresentada pelo Supremo Tribunal Federal através da ADPF nº 347 de 2015, a qual foi baseada na Corte Constitucional Colombiana e analisar os principais aspectos que denotam a precariedade dentro das penitenciárias, identificando as violações generalizadas e as principais violações de direitos humanos. O objetivo geral é pesquisar sobre a ADPF nº 347 do STF e mostrar o quadro inconstitucional dentro do sistema prisional brasileiro. Os objetivos específicos são pesquisar sobre a pena privativa de liberdade, superlotação, ressocialização, fatores que provocam a precariedade dentro do sistema prisional e questionar o porquê ainda existem muitas pessoas sendo presas, sendo que há diversas leis e penas para que o indivíduo mantenha-se longe da criminalidade.

O Presidiário Dentro Do Sistema Prisional Brasileiro

A doutrina explica o nascimento da prisão, deixando clara que existe há muitos anos. Tendo o objetivo de limitar a liberdade de quem cometeu algum delito dentro da sociedade e precisa ser afastado, para então, com essa forma, repensar seu erro e voltar para a sociedade ressocializado (Foucault, 1975). Esse ato de prisão só pode ser realizado de acordo com a Legislação vigente, que apresenta quando e como deve ser aplicada ao indivíduo, decorrente do delito cometido.

Ao ir para a prisão o indivíduo fica solitário, totalmente afastado do contato externo. A solidão é viável para que o condenado analise o delito cometido e busque um encontro consigo mesmo para então analisar seu comportamento, até se arrepender: “Jogado na solidão o condenado reflete. Colocado a sós em presença de seu crime, ele aprende a odiá-lo, e se sua alma ainda não estiver empedernida pelo mal é no isolamento que o remorso virá assalta-lo” (FOUCAULT, 1975).

Segundo o Código Penal Brasileiro de 1940 em seu art. 32: As penas são: I - privativas de liberdade; II - restritivas de direitos; III - de multa (BRASIL, 1940). Em relação às espécies das penas privativas de liberdade, são elas divididas em reclusão, detenção e prisão simples (para as contravenções penais).

Os direitos fundamentais são tidos como direitos essenciais à pessoa humana, “a proteção judicial é absolutamente indispensável para tornar efetiva a aplicabilidade e o respeito aos direitos humanos fundamentais previstos na Constituição Federal” (MORAES, 2004 apud AMARAL, 2011).

O recluso precisa ser regrado com um sistema diferente, porém com tanta precariedade, superlotação, organizações criminosas e indiferenças, as leis não são integralmente aplicadas. No momento em que o indivíduo é preso, há uma série de violações dos direitos que lhe são garantidos, além do seu direito à liberdade, acaba sendo submetido a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes, em razão da precariedade do sistema prisional causada pela superlotação e outras violações (PEREIRA, 2017).

As prisões são vistas na teoria como lugares para a ressocialização do criminoso, para que ao ingressar na sociedade esteja pronto para conviver em sociedade. Mas a questão é que há mais criminosos do que as prisões brasileiras

são capazes de suportar, motivo pelo qual há a superlotação, por isso “é preciso mais estratégia e menos força bruta” (SANTANA, 2008).

Sistema Prisional Brasileiro

A Lei de Execução Penal é clara em explicar o que cada estabelecimento pode abranger, porém na prática há divergências, abrangendo os presos de fechado com semiaberto, reincidentes com réu primário, crimes hediondos com crimes mais leves e provisórios com condenados, todos em uma mesma unidade prisional, ou até mesmo, na mesma cela.

O sistema prisional brasileiro tem como objetivo a ressocialização e a punição da criminalidade. Por esse motivo o Estado se sente na obrigação de combater os crimes, mantendo o indivíduo privado de sua liberdade, através do encarceramento (MACHADO; GUIMARÃES, 2014).

Segundo Ottoboni: “O delinquente é condenado e preso por imposição da sociedade, ao passo que recuperá-lo é um imperativo de ordem moral, do qual ninguém deve se escusar” (OTTOBONI, 2001 apud MACHADO; GUIMARÃES, 2014).

De vários problemas enfrentados dentro do sistema prisional evidencia notadamente pela superlotação, potencializando múltiplas violações de direitos humanos (PEREIRA, 2014), estando diversa do artigo 85 da Lei de Execução Penal, o qual prevê, “O estabelecimento penal deverá ter locação compatível com a sua estrutura e finalidade” (BRASIL, 1984).

Com toda essa superlotação, fica inviável aos presídios separarem os presos considerados de alta periculosidade dos que cometeram crimes mais brandos. Tornando o índice de reincidência maior, pois de alguma forma o contato do preso não perigoso com o que já está acostumado com a prática criminosa influencia no retorno ao convívio em sociedade, pois o indivíduo de menor potencial ofensivo irá colocar em prática tudo aquilo que aprendeu no cárcere, daí a razão do ditado popular: “a prisão é a escola do crime” (GRECO, 2011 apud LACERDA, 2017).

Estado de Coisas Inconstitucional no Sistema Prisional Brasileiro

O Estado de Coisas Inconstitucional tem como finalidade “a construção de soluções estruturais voltadas à superação desse lamentável quadro de violação massiva de direitos das populações vulneráveis em face das omissões do poder público” (CUNHA, 2016).

O Supremo Tribunal Federal entendeu que deveria considerar o “estado de coisas inconstitucional” no Brasil, ante as situações ocorridas no sistema prisional brasileiro. A ADPF nº 347 traz vários elementos que são tratados ao longo dela, com o objetivo de melhorar o sistema carcerário (STF, 2015).

O Supremo deve impor aos poderes públicos, em síntese, as seguintes medidas:

Elaboração e implementação de planos de ação sob monitoramento judicial; realização das audiências de custódias; fundamentação das decisões que não aplicarem medidas cautelares diversas da prisão, a fim de reduzir o número de prisões provisórias; consideração do “estado de coisas inconstitucional” quando da aplicação da execução da pena (STF, 2015).

O Ministro Marco Aurélio, por meio da ADPF nº 347, espera que:

Seja reconhecida a figura do “estado de coisas inconstitucional” relativamente ao sistema penitenciário brasileiro e a adoção de providências estruturais em face de lesões a preceitos fundamentais dos presos, que alega decorrerem de ações e omissões dos Poderes Públicos da União, dos Estados e do Distrito Federal (STF, 2015).

Como explica César Rodríguez Garavito, a declaração do Estado de Coisas Inconstitucional tem “um fim prático fundamental: impulsionar o aparato estatal e elaborar, implementar, financiar e avaliar as políticas públicas necessárias para fazer cessar a violação massiva de direitos que foi declarada” (GARAVITO, 2009 apud PEREIRA, 2017).

Com tantos esclarecimentos quanto ao sistema penitenciário, pode-se observar que “em nossas prisões as condições de vida são intoleráveis” (ZAVASCKI, 2015).

Os pressupostos caracterizadores do ECI foram reconhecidos pelo STF em relação à caótica situação dos presídios brasileiros, porém ao julgar o caso, fica a crítica de não ter sido deferido a maioria das medidas cautelares que foram solicitadas que seriam de absoluta importância para soluções imediatas no sistema carcerário brasileiro (GLEZER; MACHADO, 2015).

É notável que o sistema prisional vem enfrentando muitos problemas, principalmente quando se trata da dignidade do condenado. O Supremo analisou a atual situação carcerária, mas não apresentou uma solução que deveria ser efetivada com toda essas violações. É justo que o condenado precisa e deve cumprir sua pena dentro das prisões, mas não é justo que sua dignidade seja violada, muito menos sua honra ferida.

Considerações finais

Com base em toda a pesquisa feita, como dos dados apresentados, tanto pela mídia quanto pelo próprio STF, em relação à criminalidade, como o crime vem se expandindo mais ao invés de diminuir em razão da aplicabilidade da lei penal, vê-se que ainda precisa ter uma intervenção do Estado nos presídios brasileiros para apurar toda a situação, diminuindo a calamidade, os problemas enfrentados, buscar uma solução viável para prender menos, mas saber punir. Ao que parece, o STF apenas quis apresentar o quadro de violações como “estado de coisas inconstitucional” no sistema prisional brasileiro apenas para se posicionar diante de tal situação, porém não há nada sendo feito. A superlotação aumenta a cada dia, as audiências de custódia não são realizadas em todas as penitenciárias brasileiras, muito menos houve diminuição da criminalidade dentro e fora do sistema prisional. A Lei prevê e a execução penal apresenta como deve ser tratado um preso, isso na teoria, porém quando analisamos a prática, observamos que ainda há muitas coisas

que precisam ser melhoradas, principalmente quando se trata da dignidade do condenado, disposto na Constituição Federal.

Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula 718. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2545>. Acesso em: 04 jun 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2014.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Impetus. 18. Ed. 2016.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. **A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc- ISSN 2236-5044. Acesso em: 04 jun 2020.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. **O Estado de Coisas Inconstitucional e a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro**. São Paulo. Artigo científico. Bauru, v. 5, 2017.

SANTANA, Edilson. **Crime e castigo**. São Paulo: Golden Books. 2008.

Submissão: 11/06/2020

ⁱ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: mayra_cendron@yahoo.com.br.

FAMÍLIA ACOLHEDORA: SOLUÇÃO OU PROBLEMÁTICA AFETIVA?

NICOLI ALAIDES FERREIRA

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso versa sobre a Família Acolhedora: Solução ou Problemática Afetiva?, sendo um instituto de acolhimento provisório que permitirá as crianças e aos adolescentes serem cuidados por famílias que lhe darão a assistência básica que suas famílias originárias por diversos motivos não puderam lhe proporcionar. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o instituto da Família Acolhedora e os efeitos que representa junto as crianças acolhidas. Já os objetivos específicos são: estudar a política social tomando como base a Constituição Federal de 1988; verificar a afetividade na convivência familiar e pesquisar sobre a figura institucional da família acolhedora analisando os reflexos do acolhimento nas crianças. O estudo faz uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica utilizando a produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Conclui-se que o estudo poderá demonstrar ou não a importância da convivência da criança e do adolescente junto a uma família, mesmo que seja um convívio de curto período.

Palavras-chave: Família Acolhedora. Assistência Básica. Constituição Federal de 1988. Afetividade na Convivência Familiar. Política Social.

Abstract: The present work of conclusion of the course verse on the Welcoming Family: Solution or Affective Problem?, Being a temporary shelter institute that teaches how children and adolescents who take care of children who suffer from health problems by their original families for various reasons could not offer you. The general objective of the research is to analyze the Instituto da Família Acolhedor and the effects they represent together as foster children. The specific objectives are: to study a social policy based on the Federal Constitution of 1988; to verify the affectivity in the family life and the use on an institutional figure of the welcoming family, analyzing the reflexes of the welcoming in the children. The study makes use of the inductive method associated with bibliographic research, using descriptive production and observing the Standardization of Academic Works of the University Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) and rules of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT). Conclude that the study may or may not demonstrate the importance of children and adolescents living together with a family, even if it is a short-term relief.

Keywords: Welcoming Family. Basic Assistance. 1988 Federal Constitution. Affectivity in Family Life. Social Policy.

Introdução

O instituto da família acolhedora está incluso na modalidade de acolhimento não institucionalizado em que a criança ou o adolescente é abrigado por uma família previamente cadastrada, selecionada e capacitada, que lhe proporcionará cuidados que sua família de origem deixou de prestar. Este tipo de acolhimento ocorre de forma temporária, durando até o momento em que o menor possa ser reinserido a sua família

originária, ou não sendo isso possível que seja encaminhado para a adoção (REZENDE, 2011).

Partindo disso, sabe-se que nenhuma família é perfeita e que está pode cometer falhas das quais a impeça de prestar os cuidados básicos aos seus filhos, prejudicando não apenas o seu desenvolvimento físico como também o psicológico (Gubert *et al*, 2015). Isso em alguns casos acaba direcionando a destituição do poder familiar dos pais biológicos, sendo estas crianças ou adolescentes encaminhados aos abrigos institucionais ou mais recentemente às chamadas famílias acolhedoras. Desta forma questiona-se: a colocação destas crianças em famílias acolhedoras representa uma solução para os traumas já enfrentados ou apenas representa uma nova ruptura afetiva que irão sofrer quando da adoção? (CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, 2017-2018)

Devido as consequências negativas do acolhimento institucional e a falta da participação da família biológica na vida da criança ou adolescente institucionalizado, viu-se no acolhimento familiar uma alternativa de tentar reinserir esses menores a uma família provisória, evitando dessa maneira traumas internos de difícil reparação, dos quais afetarão a personalidade daqueles em sua vida adulta (KUABARA; KLIPAN, ABRÃO, 2016). E diante desse fato, este instituto poderá ou não vir a prejudicar esse menor, porém tudo dependerá da análise de cada caso concreto (KUABARA; KLIPAN, ABRÃO, 2016).

A problemática abordada no projeto visa mostrar se existe reais consequências psicológicas e afetivas para as crianças ou adolescentes acolhidos pela família acolhedora, trazendo com isso uma visão mais detalhada se esse tipo de instituto é um método eficaz, e se esse novo vínculo interrompido pode ou não a vir a afetar esses menores na sua vida adulta (COSTA; FERREIRA, 2009).

Portanto, o objetivo geral é analisar o instituto da Família Acolhedora e os efeitos que representa junto as crianças acolhidas. Obtendo os objetivos específicos: a) estudar a política social tomando como base a Constituição Federal de 1988; b) verificar a afetividade na convivência familiar; e c) pesquisar sobre a figura institucional da família acolhedora analisando os reflexos do acolhimento nas crianças.

A POLÍTICA SOCIAL COM O ADVENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal de 1988, doravante denominada Constituição Cidadã, trouxe em seu texto uma alteração que fora idealizada anteriormente a sua

promulgação acerca da proteção social, depois de um longo caminho para a sua construção, que teve início no contexto de industrialização e urbanização em 1930, ganhando mais ênfase durante a ditadura militar a partir de 1960 (WOLF; OLIVEIRA, 2017). Essa mudança apenas se concretizou pelo fato do regime iniciado em 1970 ter acontecido de forma gradativa, permitindo o fortalecimento de grupos sociais que faziam parte de um projeto fundado na ampliação do papel do Estado frente as demais formas de provisões legais (WOLF; OLIVEIRA, 2017).

Segundo WOLF e OLIVEIRA (2017, p. 08) isso apenas aconteceu devido a:

[...] um contexto internacional em que ganhava força o princípio de que o atendimento das necessidades fundamentais era uma responsabilidade individual, cabendo ao Estado limitar-se ao atendimento das pessoas que não poderiam sobreviver por seus próprios meios.

Nesse sentido a Constituição Federal elencou em seu artigo 3º os princípios fundamentais, estando entre eles o desenvolvimento nacional e a preocupação com as desigualdades sociais (ROSSINI; ROTTA; BORKOVSKI, 2017).

Corroborando este pensamento, na visão de LIBERATI (2013, p. 77 apud CRESTANI; OLIVEIRA, 2017, p. 03) “Os direitos sociais compõem-se de um conjunto de direitos que exigem a realização de autênticas prestações de serviços por parte do Estado, com o fim de suprir ou incrementar os direitos de igualdade”.

Para que isso aconteça foi constitucionalmente permitido ao cidadão que exija do Estado o desenvolvimento de ações que efetivem essas garantias, fazendo com que cheguem até a população o acesso a determinados serviços (CRESTANI; OLIVEIRA, 2017).

Assim, a participação popular é o mecanismo que garantirá a aplicação da democracia, levando em consideração os interesses da população, ocorrendo desse modo o controle do planejamento governamental pela sociedade (CONSENZA, 2015).

A colaboração da sociedade na definição dessas políticas públicas é compreendida como o exercício pleno da cidadania, fazendo com que esse novo formato de administração estabeleça a descentralização político administrativa e a atuação social como eixo central (SOUZA; PIMENTEL, 2018).

O Direito a Convivência Familiar

O direito a convivência familiar e comunitária ganhou maior ênfase a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo “introduzido no âmbito jurídico brasileiro juntamente e em consonância com várias outras novidades relacionadas com a proteção da infância e da adolescência”.

Essa Constituição em seus artigos 226 e 227 permitiu que esse direito fosse reservado especialmente a crianças e adolescentes, determinando que a família, a sociedade e o Estado se tornassem responsáveis em garanti-lo e resguarda-lo com prioridade absoluta. Isso revela a importância dessa prerrogativa como direito fundamental, trazendo em sua essência que todas as crianças e adolescentes devem ser criados dentro do seu ambiente familiar de origem ou de famílias substitutas.

Família Acolhedora

Na visão de FONTES (2018, p. 24) a família acolhedora é definida como aquela que “cujo lar está aberto para receber, de forma protetiva e respeitosa, alguma criança ou adolescente em situação vulnerável”. Devendo também prestar cuidados que irão facilitar a convivência da criança ou do adolescente que será acolhido por esta família. (FONTES, 2018).

Ademais, o acolhimento familiar pode trazer vantagens, como proporcionar a esses menores viverem em um ambiente familiar e não institucionalizado e o apoio que essa família dará a família originária para que assim o vínculo dela com o menor se torne mais forte e desse modo possa ocorrer o retorno ao seu lar; como também pode ter desvantagens como a família que acolheu esse menor sentir apreço a ponto de não ser possível a sua adoção e a convivência poderá criar vínculos afetivos que mais tarde no momento do desligamento pode ser um problema para a criança que por muitas das vezes já sofreu com outras rupturas de vínculos familiares (MEDEIROS, 2018).

Considerações finais

O trabalho apresentou a importância da participação popular na formulação de políticas públicas, sendo essas essenciais para que sejam proporcionados a sociedade civil o acesso a determinados serviços, e principalmente lhe serem garantidos os direitos sociais que englobam a assistência social.

Com a assistência social as crianças e os adolescentes puderam ser considerados sujeitos de direito, permitindo desse modo que lhe sejam garantidos direitos básicos como a convivência familiar e comunitária.

Por fim, diante das diversas opiniões sobre se o acolhimento familiar é prejudicial ou não para a criança ou o adolescente, nota-se que depende muito a quais

tipos de traumas esses jovens passaram. Assim alguns podem criar novos vínculos afetivos quando não o possuíram no lar original, dificultando ainda mais o distanciamento da família que o acolheu, como também podem melhorar e entenderem que aquele lar é provisório.

Referências

JADIR, Cirqueira de Souza. **A convivência familiar e comunitária e o acolhimento constitucional**. São Paulo: Pillares, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=cmSwDAAAQBAJ&pg=PA86&dq=O+direito+a+conviv%C3%AAncia+familiar&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjE4vi_rtPiAhVeILkGHcWWAdAQ6AEIRzAH#v=onepage&q=O%20direito%20a%20conviv%C3%AAncia%20familiar&f=false>

CONSENZA, Lis Zumaeta Costa. A importância da participação popular através dos conselhos municipais na formulação e aplicação de políticas públicas no âmbito local. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/a-importancia-da-participacao-popular-atraves-dos-conselhos-municipais-na-formulacao-e-aplicacao-de-politicas-publicas-no-ambito-local/>>.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. **Acolhimento Familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/prc/v22n1/15.pdf>>.

MEDEIROS, Juliana. **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora**. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/familia-acolhedora/>>.

GUBERT, Guilherme Matheus, *et al.* **Família Acolhedora: um projeto para ser efetivado no município de porto belo (sc)**. 2015. Dissertação – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/789/359>>.

JADIR, Cirqueira de Souza. **A convivência familiar e comunitária e o acolhimento constitucional**. São Paulo: Pillares, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=cmSwDAAAQBAJ&pg=PA86&dq=O+direito+a+conviv%C3%AAncia+familiar&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjE4vi_rtPiAhVeILkGHcWWAdAQ6AEIRzAH#v=onepage&q=O%20direito%20a%20conviv%C3%AAncia%20familiar&f=false>

FERRAZZO, Ivana Kist Huppés. **O direito Fundamental à Convivência Familiar**. 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=cmSwDAAAQBAJ&pg=PA86&dq=O+direito+a+conviv%C3%AAncia+familiar&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwjE4vi_rtPiAhVeILkGHcWWAdAQ6AEIRzAH#v=onepage&q=O%20direito%20a%20conviv%C3%AAncia%20familiar&f=false>

DIREITO À SAÚDE COMO GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL

THAINÃ RIBEIRO PEREIRA

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Resumo: Objetivo geral consiste em pesquisar sobre o mínimo existencial referente ao direito a saúde. Os objetivos específicos são: pesquisar sobre o direito a saúde no direito brasileiro, o sistema único de saúde, e por fim, questionar o que seria o mínimo existencial aliado ao direito a saúde do ser humano. Tem como pretensão compreender o direito à saúde, o qual está positivado no artigo 196 da Constituição Federal. Entender, por que mesmo fazendo parte do mínimo existencial, o direito à saúde ainda encontra barreiras, uma vez que garantir ao cidadão o pleno acesso a um serviço de saúde de qualidade, é o mesmo que garantir um mínimo de direitos que lhe são essenciais a uma vida digna. Conclui-se que o direito a saúde é uma garantia fundamental do ser humano, sendo o mínimo para se ter a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Direito a saúde. Constituição Federal. Mínimo existencial. Dignidade da Pessoa humana.

Introdução

O presente trabalho apresenta como tema a Saúde como direito fundamental atrelado ao mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana, bem como, a situação atual da saúde.

O homem, enquanto ser humano, não deve possuir proteção somente no que se refere as suas relações patrimoniais, pois estas representam uma seara muito simples de sua vida que, por sua vez, abrange requisitos e princípios muito mais expressivos; o homem necessita de proteção em sua própria essência; em sua condição de ser humano vivo em constante desenvolvimento. Desta forma, questiona-se: o que se define como mínimo existencial no que se refere ao direito a saúde?

Desta maneira, a pesquisa pauta-se no seguinte objetivo geral: Pesquisar sobre mínimo existencial referente ao direito a saúde. São os objetivos específicos: Pesquisar sobre o direito a saúde, uma abordagem da evolução histórica, bem como, a saúde como direito fundamental e a responsabilidade do Estado na prestação de tal serviço; Estudar a saúde pública no Brasil e o sistema único de saúde, além da atual situação da saúde; e por fim, Analisar o mínimo existencial aliado ao direito a saúde do ser humano.

Para finalizar, o estudo fez uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Direito a Saúde

A Constituição estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), que dispõem sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como, prevê o funcionamento e a organização dos serviços de atendimento à população (SOUZA, 2018).

Conh e Elias (2005, p.30) lecionam sobre a Constituição Federal:

A nova Carta Constitucional, de 1988, apresenta significativos avanços no tocante ao sistema de proteção social: nela estão presentes a universalidade do direito aos benefícios previdenciários a todos os cidadãos, contribuintes ou não do sistema, a equidade ao acesso e na forma de participação no custeio, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços, a irredutibilidade do valor dos benefícios, a diversidade da sua base de financiamento, e a gestão administrativa descentralizada, com participação da comunidade.

A saúde é um direito fundamental social, ou seja, é de ordem notoriamente jurídica e de cláusula pétrea por determinação da Constituição Federal. Torna-se necessário o crescimento de teorias pertinentes ao ordenamento jurídico pátrio, bem como, o adensamento de pesquisas acerca da realidade situacional na qual a Constituição Federal vigora de modo a promover com eficiência os princípios legislativos (FARIA, 2014).

Incumbe ao Estado garantir a todo o cidadão condições necessárias para que o direito à saúde seja exercido de forma que atenda toda a população, além disso, devem oferecer serviços para a prevenção de doenças através de políticas públicas (CARDOSO, 2016).

Atualmente, a saúde pública em nosso País enfrenta vários desafios, como o de não conseguir prestar um atendimento de qualidade a toda a população brasileira, bem como, falta de médicos, leitos, investimentos financeiros e uma grande espera para atendimento. (MAGALHÃES, 2020)

Saúde no Brasil

A saúde pública tem como objetivo a criação de ações para manutenção da saúde e são essas ações as quais asseguram o acesso integral a toda a população brasileira, bem como, visam oferecer atendimento médico de qualidade (MAGALHÃES, 2011).

O conceito clássico de saúde pública:

Podemos descrever o trabalho de saúde pública como o esforço organizado da comunidade, por intermédio do governo ou de instituições, para promover, proteger e recuperar a saúde de pessoas e da população, por meio de ações individuais e coletivas. São exemplos de ações de saúde pública: a vacinação, o saneamento básico, a prestação de serviços médicos (SCLIAR, et, al, 2002, p.45).

O Sistema Único de Saúde originou-se em meados do século 70 e 80, no momento em que grupos realizaram um movimento voluntário, para a criação de um sistema público em relação a saúde para os indivíduos, visando sanar os problemas existentes da população, para com isso, defender um dos direitos fundamentais do ser humano, que é o da saúde. (BRASIL, 2015)

O programa foi criado com o intuito de cessar com a desigualdade social e proporcionar um atendimento integral e igualitário para todos os cidadãos, sendo o único sistema ao qual oferece um atendimento obrigatório e gratuito a todos, foi sem dúvidas uma vitória para todos os integrantes da sociedade brasileira. (BRASIL, 2011)

Atualmente, a saúde pública em nosso País enfrenta vários desafios, como o de não conseguir prestar um atendimento de qualidade a toda a população brasileira, bem como, falta de médicos, leitos, investimentos financeiros e uma grande espera para atendimento. (MAGALHÃES, 2020)

Mínimo existencial aliado ao direito da saúde do ser humano

A saúde, depois da Constituição Federal de 1988 e da vigência da lei 8.080/99 constitui um conceito mais amplo, compreendendo-se como qualidade de vida e tornando-se um dos direitos fundamentais do indivíduo. (MORAES; CHAVES, 2019)

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de

perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (BRASIL, 2009, p.13).

Em 1954, através de jurisprudências alemãs, ocorreu a primeira concepção de mínimo existencial e foi intitulado como direito subjetivo, instituído na dignidade da pessoa humana, a partir disso, o mínimo existencial vem ratificando em todos os demais Estados Democráticos de Direitos (TOLEDO, 2016).

Considerações finais

Este estudo, procurou apresentar uma visão geral da importância da efetivação do direito da saúde no Brasil, tendo em vista o seu processo histórico.

Assim, o direito a saúde está fundamentado na Constituição Federal de 1988, sendo suplementado em outras leis, como a lei 8.080 que dispõe sobre o SUS, sistema hoje que é universal, atendendo toda a população brasileira.

Diante disso, a saúde é o mínimo que o ser humano tenha para se ter uma vida digna, mas nem sempre esse direito é exercido, muitas vezes os cidadãos são obrigados a buscar pelo poder judiciário para a efetivação do mesmo.

Referências

SOUZA, Sidney Chaves. Sus: compreenda os aspectos gerais da lei orgânica da saúde nº 8.080/90. **Blog Ipog**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://blog.ipog.edu.br/saude/sus-compreenda-os-aspectos-gerais-da-lei-organica-da-saude-no-8-080-90/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CONH, Amélia; ELIAS, Paulo Eduardo. **Saúde no Brasil: políticas e organizações de serviços**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FARIA, Luzardo. A saúde como direito fundamental social: Regime Jurídico-Constitucional e exigibilidade judicial. **Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, 2014. Disponível em: http://www.pge.pr.gov.br/arquivos/File/Revista_PGE_2014/3_A_Saude_como_Direito_Fundamental_Social_Regime.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARDOSO, Itala Lopes; CUNHA Jarbas Ricardo Almeida. O mínimo existencial do direito à saúde no SUS: o caso do programa saúde da família. **Revista Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Notebook/Desktop/Arquivos%20Projeto/250-1164-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SCLIAR, Moacyr. et al. **Saúde pública: histórias, políticas e revolta**. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2002.

BRASIL, Ministério Da Saúde. SUS: 27 anos transformando a história da saúde no Brasil. **Revista Ministério da Saúde**, Brasília, 2015. Disponível em:



<http://www.blog.saude.gov.br/35647-sus-27-anos-transformando-a-historia-da-saude-no-brasil>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL, Ministério Da Saúde. SUS: a saúde do Brasil. **Revista Ministério da Saúde**, Brasília, 2011. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

MAGALHÃES, Lana. Saúde Pública no Brasil. **Toda Matéria**, 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/saude-publica-no-brasil/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MORAES, Layze castro; CHAVES, Fábio Barbosa. Mistanásia: Um Olhar Sobre a Dignidade da Pessoa Humana no Sistema Único de Saúde. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/mistanasia-um-olhar-sobre-a-dignidade-da-pessoa-humana-no-sistema-unico-de-saude/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos humanos. **UNIC**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

TOLEDO, Cláudia. Mínimo Existencial: a construção de um conceito e seu tratamento pela jurisprudência constitucional Brasileira e Alemã. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.pidcc.com.br/artigos/012017/062017.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2020. p.2.

ABANDONO AFETIVO INVERSO E A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS DESCENDENTES

DENIZE APARECIDA ZANETTI

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Resumo: O objetivo geral é pesquisar sobre o abandono afetivo inverso e a possibilidade de responsabilização civil dos descendentes por sua prática, na doutrina e jurisprudência. São objetivos específicos: pesquisar sobre o instituto da família e princípios constitucionais que regem o direito de família, com ênfase na solidariedade familiar, afeto e dignidade, discorrer sobre a responsabilidade civil por ato ilícito; analisar o instituto do abandono afetivo e a possibilidade de indenizar os pais abandonados pelos filhos na velhice, na doutrina e na jurisprudência. O estudo faz uso do método indutivo e a pesquisa bibliográfica, com produção descritiva foi abordado sobre o Instituto da Família como o seu conceito, formas de família e os princípios constitucionais que regem o direito de família. Em um segundo momento, é estudado acerca da responsabilidade civil, seus pressupostos, elementos e excludentes de reponsabilidade civil e depois relata-se a respeito do abandono afetivo inverso e a consequente responsabilização civil frente ao abandono afetivo inverso de acordo com o entendimento da doutrina e dos tribunais.

Palavras-chave: Abandono Afetivo Inverso. Instituto da Família. Responsabilidade Civil por Ato Ilícito. Doutrina. Jurisprudência

INTRODUÇÃO

Atualmente, devido ao aumento da expectativa de vida, o Brasil está entre os países com o maior número de idosos no mundo. Contudo, percebe-se que a humanidade não está preparada para acolher esses idosos, o que acaba por tornar-se um problema tanto para o Estado, quanto para as famílias.

Muito se fala quando os pais abandonam afetivamente seus filhos, mas igualmente importante é quando os filhos abandonam seus pais na velhice. Sendo assim, esta problemática tem chamado atenção do direito, principalmente, no que diz respeito aos maus tratos e ao abandono afetivo dos idosos.

A Constituição Federal de 1988, o Código Civil e o Estatuto do Idoso estabelecem a família como a base para proteção do idoso, de modo que seu envelhecimento seja mais saudável e digno. No entanto, não existe previsão legal quanto a possibilidade de indenização por danos morais em caso de abandono afetivo inverso.

Desta forma, pergunta-se: existe a possibilidade de indenização pelo abandono afetivo inverso no direito brasileiro?

Nos dias de hoje, é admissível no direito brasileiro, no caso das crianças, a responsabilidade civil por danos morais em relação ao abandono afetivo e por essa razão é possível ampliar essa possibilidade de reparação no caso do abandono afetivo inverso, pois embora não exista previsão legal sobre o tema, a Carta Magna Brasileira, o Código Civil, o Estatuto do Idoso, a doutrina e a jurisprudência conduzem a efetivação desse direito.

Mais do que a violência física ou financeira, a negligência pelo abandono afetivo constitui forma de violência mais gravosa, pois estabelece aos idosos uma negação de vida digna, quando lhe é furtada a oportunidade de viver com qualidade.

Assim, a falta de cuidados dos filhos para com os pais é premissa para possibilidade de reparação civil por danos morais, sendo de suma importância para compensar o idoso em razão da inação de afeto, bem como punir e prevenir a ocorrência de novas práticas.

A importância acadêmica da pesquisa se justifica na relevância de esclarecer qual é o entendimento dos Tribunais acerca da indenização por danos morais em caso de abandono afetivo inverso, sendo esse, um tema atual, polêmico e que gera muitas controvérsias.

Para encetar a investigação, o estudo fez uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica, utilizando a produção descritiva e observando a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

INSTITUTO DA FAMÍLIA

Para Venosa (2016, p. 23) a instituição familiar em todo o tempo sofreu profunda interferência do poder político, econômico, religioso e social, principalmente no que se refere as questões patrimoniais, em decorrência das constantes mudanças culturais e intervenção do Estado.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, surge um novo marco no direito de família brasileiro, o qual foi afirmado nos conteúdos dos seus artigos 226 a 230, seus princípios consequentes e na legislação complementar infraconstitucional, assim como em vários artigos da Lei 10.406/2002 do Código Civil Brasileiro.

Sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, Dias apud Moraes aduz que:

Na medida em que a ordem constitucional elevou a dignidade da pessoa humana a fundamento da ordem jurídica, houve uma opção expressa pela pessoa, ligando todos os institutos a realização de sua personalidade. Tal fenômeno provocou a despatrimonialização e a personalização dos institutos, de modo a colocar a pessoa humana no centro protetor do direito.

No que se refere ao direito de família, o princípio da solidariedade está disposto na Constituição Federal no artigo 229, que estabelece o cuidado recíproco entre pais e filhos; no artigo 230, regulamentando que é dever da família, do Estado e da sociedade cuidar dos idosos; e no artigo 227, que estabelece que é dever da família e não somente dos pais, da sociedade e do Estado, priorizar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Segundo Pedroso (2014, p. 02) o princípio da afetividade está intimamente ligado ao princípio da dignidade humana e ao princípio da solidariedade familiar. Deste modo, tais princípios objetivam a efetivação dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. De tal maneira que o princípio da afetividade está presente em vários julgados dos tribunais brasileiros.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO ILÍCITO

O Código Civil trouxe o instituto da responsabilidade civil em seu artigo 927, caput: “Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

Venosa (2013, p. 24) assim caracteriza o ato ilícito

[...] os atos ilícitos são os que promanam direta ou indiretamente da vontade e ocasionam efeitos jurídicos, mas contrários ao ordenamento. O ato

voluntário é, portanto, o primeiro pressuposto da responsabilidade civil [...]. O ato de vontade, contudo, no campo da responsabilidade deve reverter-se de ilicitude. Melhor diremos que na ilicitude há, geralmente, uma cadeia ou sucessão de atos ilícitos, uma conduta culposa. Raramente a ilicitude ocorrerá com um único ato. O ato ilícito traduz-se em um comportamento voluntário que transgredir um dever. Como já analisamos, ontologicamente o ilícito civil não difere do ilícito penal; a principal diferença reside na tipificação estrita deste último.

Compreende-se que a responsabilidade civil se divide em objetiva e subjetiva. Sendo a responsabilidade civil objetiva aquela que independe da culpa do agente nos casos específicos da lei, ou quando procede do próprio risco da atividade exercida pelo agente, conforme estabelece o parágrafo único do art. 927 do Código Civil. Em contrapartida, a responsabilidade civil subjetiva impõe o cumprimento de alguns pressupostos, sendo um deles a comprovação da culpa do agente. De acordo com o artigo 186 do CC: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

Hodiernamente, a responsabilidade civil tem como finalidade a restauração do equilíbrio patrimonial e moral que foi desfeito. Segundo Maria Helena Diniz (2010, p. 07) a responsabilidade civil se limita a reparação do dano causado a outrem, desfazendo tanto quanto possível, seus impactos, de modo a restituir o prejudicado ao status quo.

ABANDONO AFETIVO INVERSO E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

De acordo com Guimaraes (2019, p. 02) abandono afetivo inverso se caracteriza pela falta de cuidado dos filhos em relação aos pais idosos, não somente na forma material, mas sim, no desprezo, na falta de carinho e amor. Assim, a Constituição Federal, o Estatuto do Idoso e o Código Civil estabelecem que a família proteja aquele idoso, proporcionando-lhe uma vida mais saudável e digna.

O artigo 229 da Constituição Federal de 1988 afirma que o dever de cuidado é recíproco entre pais e filhos “Os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Resta evidente na legislação a obrigação e o dever dos filhos perante os pais na velhice. O Estatuto do Idoso prevê no seu art. 3º:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária

Para que ocorra a configuração do dano moral pelo poder judiciário, Venosa (2013, p. 47) versa que:

Dano moral é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima. Sua atuação é dentro dos direitos da personalidade. Nesse campo, o prejuízo transita pelo imponderável, daí porque aumentam as dificuldades de se estabelecer a justa recompensa pelo dano. Em muitas situações, cuida-se de indenizar o inefável. Não é também qualquer dissabor comezinho da vida que pode acarretar a indenização. Aqui, também é importante o critério objetivo do homem médio, o bônus pater famílias: não se levará em conta o psiquismo do homem excessivamente sensível, que se aborrece com fatos diuturnos da vida, nem o homem de pouca ou nenhuma sensibilidade, capaz de resistir sempre às rudezas do destino. Nesse campo, há fórmulas seguras para auxiliar o juiz. Cabe ao magistrado sentir em casa caso o pulsar da

sociedade que o cerca. O sofrimento como contraposição reflexa da alegria é uma constante do comportamento humano universal.

Sobre o abandono afetivo, colhe-se da jurisprudência:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o conseqüente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o **non facere**, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia de cuidado importa em vulneração da imposição legal, exurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico. 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes por demandarem revolvimento de matéria fática não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. Recurso Conhecido e Provido. 7. Votação Unânime.

Como podemos observar, nossos tribunais já vêm decidindo acerca da compensação por dano moral, nos casos de abandono afetivo dos filhos pelos pais. Deste modo, podendo se acrescer aos casos de abandono afetivo inverso, proporcionando um maior reconhecimento aos princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar e da afetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, procurou apresentar uma visão geral sobre o abandono afetivo inverso e a possibilidade de responsabilização civil dos descendentes por sua prática, na doutrina e jurisprudência.

Em regra, ocorre a responsabilização civil quando alguém causa danos a outrem, devendo o mesmo reparar o dano por ele causado. No entanto, entende-se necessário fazer uma análise cautelosa para que se configure o abandono afetivo inverso, de modo que se reste comprovada as consequências de tal ato, bem como a omissão por parte daquele que deveria prestar cuidados e fazer-se diligente.

Diante da exposição, considera-se concluído o objetivo do trabalho de funcionar como um compilado, ou resumo, para demonstrar que existe a possibilidade de responsabilização civil dos descendentes pela prática do abandono afetivo inverso, pois assim como as crianças, os idosos também necessitam de afeto e proteção. Visto que nossos tribunais já vem decidindo acerca de indenizações em casos de abandono afetivo dos pais para com os filhos. Deste modo, podendo se estender o mesmo entendimento nos casos de abandono afetivo inverso, dando um maior reconhecimento aos princípios constitucionais que regem o direito de família.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Código Civil. Diário Oficial da União**. Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 10 jun. 2020.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 10 jun. 2020.

BRASIL. TJ-PI - AC: 00017611820078180140 PI 201200010014128, Relator: Des. José James Gomes Pereira, Data de Julgamento: 04/09/2013, 2ª Câmara Especializada Cível, Data de Publicação: 17/09/2013. Disponível em: <https://tj-pi.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/294139335/apelacao-civel-ac17611820078180140-pi-201200010014128>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUIMARÃES, Brenda Lee Dias Modesto. **Responsabilidade civil nos casos de abandono afetivo inverso**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72031/responsabilidade-civil-nos-casos-de-abandono-afetivo-inverso>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MORAES, Fernanda Cristina Rodrigues de. **Princípio da Dignidade Humana no Direito de Família**. Disponível em: <http://www.investidura.com.br/ufsc/110-direito-civil/124220-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-no-direito-de-familia/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PEDROSO, Juliane. **Abandono afetivo frente ao ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em: <https://juuliane.jusbrasil.com.br/artigos/137611283/abandono-afetivo-frente-ao-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em: 10 jun. 2020. p. 2.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PODER DE POLÍCIA E A VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Gisele de Camargo Schmiguel

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Roselaine de Almeida Pérego

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

Roger Francisco Ferreira de Campos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, Caçador, Brasil

RESUMO

A Vigilância Sanitária possui o poder de polícia administrativa, o que possibilita delimitar a liberdade individual em favor da coletividade, de acordo com as normas legais vigentes. Portanto o presente trabalho busca analisar o exercício do poder de polícia da vigilância sanitária no Estado democrático de direito confrontando os aspectos da administração pública e a liberdade individual. Para o desenvolvimento do estudo utilizou o método dedutivo por meio da revisão biográfica narrativa de livros, artigos, legislações e outros. Há necessidade de aplicar o que está regulamentado, visto que, o direito da coletividade se sobrepõe. Assim, a partir desta fundamentação, observa-se a importância da Vigilância Sanitária para preservação do direito à saúde, tendo como premissa que o poder de polícia é utilizado para organizar e proteger os interesses coletivos da sociedade, em soberania sob os direitos individuais.

Palavras-chave: Direito. Polícia. Vigilância Sanitária.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal assegura o exercício do direito à saúde, especificamente em seus artigos 196 a 200 (ROMANO, 2015, p. 10). Sobreira (2016, p. 289) declara, que o direito à saúde, como direito social que é, realmente possui a característica de exigir do Estado brasileiro ações concretas e efetivas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde. Com a profusão normativa focada na proteção do direito à saúde fez surgir um novo ramo jurídico no Brasil, denominado direito sanitário (MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS, 2006, p. 52). O exercício do poder de polícia sempre visa ao interesse público e a saúde (ARAGÃO, 2018, p. 63). A atividade da Vigilância Sanitária é uma das que mais caracteriza o Poder de Polícia, principalmente para deter a atividade dos administrados que se revelar contrária, nociva ou inconveniente ao bem-estar e à saúde da coletividade (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SES/RS, 2017, p. 27). Portanto, o presente trabalho tem como objetivo de analisar o exercício do poder de polícia da vigilância sanitária no Estado democrático de direito confrontando os aspectos da administração pública e a liberdade individual.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizado o método dedutivo através de revisão bibliográfica narrativa, acerca do poder de polícia utilizado pela Vigilância Sanitária em um estado democrático. Onde por meio deste método, segundo Mezzaroba (2019, p. 87), “são apresentados os argumentos que se

consideram verdadeiros e inquestionáveis para, em seguida, chegar a conclusões formais, já que essas conclusões ficam restritas única e exclusivamente à lógica das premissas estabelecidas”. Tendo sido realizado por meio de pesquisas em artigos, livros, revistas e monografias referentes ao tema em questão, sendo eles: saúde, direito sanitário, poder de polícia, e Vigilância Sanitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho tem o intuito de demonstrar de como a norma jurídica e administrativa se organiza para gerenciar e garantir o direito a saúde do cidadão, utilizando-se do poder de polícia legalmente instituído ao Estado, o qual é aplicado por seus órgãos administrativos, tendo como foco principal do presente estudo à atuação da Vigilância Sanitária. De acordo com Dallari (1988, p. 57), “a sociedade brasileira, especialmente durante a década originada em 1980, tem adquirido a consciência de seu direito à saúde”. Segundo Schwartz (2001, p. 172), “não se pode falar em uma vida digna sem saúde. Ter saúde é o primeiro requisito de uma vida minimamente satisfatória”.

Para Costa (2009, p. 45), a “Constituição elevou a saúde à categoria de direito social, estabeleceu os fundamentos e fixou os princípios norteadores da política de saúde brasileira”. Segundo Romano (2015, p.20) o “direito à saúde é composto por diversos direitos, estes chamados de direitos sociais, que tiveram como fonte de inspiração o valor da igualdade entre as pessoas”. É inegável que a Constituição Federal, ao preconizar em seu art. 6º o “direito à saúde” como direito social, tratou de afirmá-lo como um “direito fundamental” do ser humano [...] (CIARLINI, 2013, p. 34). Automaticamente atribui ao Estado a obrigação de garantir ao cidadão o acesso a esse direito (FARIAS, 2019, p. 454).

“A Constituição Federal assegura o exercício do direito à saúde, especificamente em seus artigos 196 a 200” (ROMANO, 2015, p. 10). Caso os entes públicos se neguem a prestar esse atendimento fundamental à cidadania, é possível recorrer ao Poder Judiciário, a fim de que o mandamento constitucional seja obedecido (AGRA, 2014). Apesar do art. 196 da CF/88 trazer que a saúde é dever do Estado, Bulos (2018, p. 1593) alerta que, “em tese, cumpre aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios primar pela consecução de políticas públicas úteis à manutenção da saúde integral do indivíduo”. Significa dizer que os governos têm capacidade discricionária — não arbitrária — para dispor sobre a matéria, mediante lei ordinária (BULOS, 2018, p. 1594).

O Sistema Único de Saúde -SUS representa a efetivação do cumprimento do dever do Estado no garantismo do direito à saúde. Tem como finalidade principal tornar universal e igualitário o oferecimento de ações e serviços na área da saúde a toda população (MATTOS-JUNIOR, 2007, p. 16). A partir da publicação da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), a saúde passa a ser de forma expressa um direito do consumidor, face ao disposto no art. 6º, I, deste diploma legal (SCHWARTZ, 2001, p. 55). De acordo com Neto (2014, p. 119), neste caso o Direito do Consumidor acaba sendo meio para que o Direito Sanitário seja implementado.

Sendo a promoção, proteção e recuperação da saúde um dever do Estado, a Constituição Federal criou, e o Direito Sanitário desenvolveu, um Sistema voltado a organizar as ações e serviços públicos de saúde a serem prestados pelo Estado. Trata-se do Sistema Único de Saúde. O tema em estudo está intimamente relacionado com os direitos relativos à liberdade e à propriedade nas suas inúmeras vertentes (MARINELA, 2018, p. 302). A polícia para os autores do século XVII e

XVIII não compreende uma instituição ou um mecanismo que funciona no interior do Estado, mas uma técnica de governo que dirige o Estado (ao lado da justiça, do exército e das finanças – denominadas tabuleiro), fixando fins e meios de intervenção estatal (NOHARA, 2019, p. 141). A ordem jurídica, a partir da segunda metade do século XVIII, passou a reconhecer, em benefício das liberdades públicas, vários direitos e garantias individuais, como meio de assegurar um âmbito de proteção do cidadão em face da intervenção opressora do Estado (CUNHA-JÚNIOR, 2007). Possui competência para exercer o poder de polícia aquele a quem a Constituição Federal delegar a normatização da matéria (ROSSI, 2019).

Podendo ocorrer tanto no Legislativo como no Executivo, surgindo com a regulamentação das obrigações e as formas para seu cumprimento (HORVATH, 2011). Significa dizer que com o poder de polícia a Administração Pública possui o direito de restringir o direito, liberdade ou interesse lícito dos governados em favor do interesse público (COUTO, 2020).

Segundo Di Pietro (2017, p. 155), pelo conceito moderno, adotado no direito brasileiro, o poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. O Poder de Polícia é um instrumento conferido ao administrador que lhe permite condicionar, restringir, frear o exercício de atividade, o uso e gozo de bens e direitos pelos particulares, em nome do interesse da coletividade (MARINELA, 2018, p. 301).

Diante disso, o Estado, em nome da supremacia do interesse público sobre o particular, possui manifestação legítima de limitar e restringir o exercício desses direitos, delimitando, evitando as desordens, garantindo a qualidade de vida entre os cidadãos, sem perda, ou se não possível, reduzindo ao mínimo os prejuízos para os habitantes, com atos de restrição ou estabelecendo procedimentos com essa finalidade (ARAÚJO, 2018).

Para fins didáticos, é possível sintetizar o poder de polícia reduzindo-o a cinco atividades fundamentais: legislar (normatizar), limitar, consentir, fiscalizar e sancionar (MAZZA, 2018, p. 440). A preocupação do homem com as questões sanitárias existe desde a Antiguidade (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA, 2007, p. 7), [...] cuja normatização já se fazia referência no Código de Hamurabi, Código de Manu e no Antigo Testamento, inclusive, fazendo-se alusão a sanções pelo seu descumprimento (MATTOS-JUNIOR, 2007, p. 18).

No Brasil, as primeiras ações voltadas para a vigilância sanitária se deram no contexto da chegada da corte portuguesa em 1808 (COSTA, 2018, p. 110), desencadeou profundas mudanças, relacionadas com a nova inserção do Brasil nas transformações da ordem capitalista mundial e com as necessidades de aumentar a produção, defender a terra e cuidar da saúde da população (ROZENFELD, 2000, p. 23).

As atividades sanitárias mantinham seu caráter fiscalizador, julgador e punitivo, e as autoridades detinham o poder de tributar, e de arrecadar as taxas sobre os respectivos serviços (ROZENFELD, 2000, p. 23). No Brasil a Vigilância Sanitária – “Polícia Sanitária” – inicia suas ações segundo a Teoria dos Miasmas, posteriormente com novas noções do processo saúde-doença, como a Teoria Unicausal, relacionada à descoberta da bactéria. Sua atuação ficou melhor definida em 1832, com o código de posturas do Rio de Janeiro, que instituiu normas para o exercício da medicina e da farmácia, juntamente com o controle de medicamentos e de alimentos. (COSTA, 2018, p. 110).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada, pode-se afirmar que o princípio da segurança sanitária permeia, por essa razão, todo o Direito Sanitário brasileiro e constitui um dos seus principais alicerces e sempre que houver riscos reais e potenciais deverá ser usado o poder de polícia para cumprimento do dever que o Estado tem de proteger a saúde, obrigando os indivíduos a observar as determinações legalmente impostas.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. **Vigilância Sanitária: Guia didático**. Brasília: Anvisa, 2007. p. 7.

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 1594.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual de direito sanitário com enfoque na vigilância em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 52.

CIARLINI, Alvaro Luis de A. S. **Direito à saúde – paradigmas procedimentais e substanciais da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 34.

COSTA, Ediná Alves et al. **Vigilância Sanitária: temas para debate**. Salvador: EDUFBA, 2009.

COSTA, Aline do Amaral Zils; HIGA, Camila Braga de Oliveira. **Vigilância em saúde**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. p. 110.

COUTO, Reinaldo. **Curso de Direito Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

CUNHA-JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Administrativo**. 6. ed. Bahia: JusPodivm, 2007.

DALLARI, Sueli Gandolfi. O direito à saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 22, n. 1, p. 57-63, fev., 1988.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2017. p. 155.

FARIAS, Rodrigo Nóbrega et al. Direito à saúde & sua judicialização. **Revista Mexicana de Derecho Constitucional**, Rio de Janeiro, v.10, n. 3, p. 453-458, 2019.

HORVATH, Fiaux, M. V. **Direito Administrativo**. São Paulo: Manole, 2011.

MATTOS-JUNIOR, Ruy Ferreira de. O direito à saúde e a vigilância sanitária. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 2, p. 1, 2007. Disponível em: Juniorhttp://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br. Acesso em 11 de jun. 2020. p. 16, 18.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 301, 302.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 440.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. p. 87.

NETO, Nicolau Cardoso. O direito sanitário brasileiro: conceito, princípios e a interface com outros ramos da ciência jurídica. **Revista Jurídica FURB**. v. 18, n. 35, 2014. p. 119.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 141.

ROMANO, Ana Luiza; DERMARCHI, Clovis. Análise do Direito à Saúde e em Especial dos Direitos da Pessoa Portadora de Neoplasia Maligna (câncer). **Ponto de Vista Jurídico**, Caçador, v. 4, n.1, p. 5-34, jan./jun. 2015.

ROSSI, Licínia. **Manual de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ROZENFELD, Suely. **Fundamentos da Vigilância Sanitária**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

SCHWARTZ, Germano André Doederlein. **Direito à saúde: efetivação em uma perspectiva sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 55, 172.

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA MEDIDA PROVISÓRIA

MARCELO LUIZ DO NASCIMENTO

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Resumo: O presente trabalho versa sobre as questões do controle de constitucionalidade na medida provisória. O objetivo geral da pesquisa é investigar sobre o controle de constitucionalidade, apresentar de forma clara e objetiva quais são as formas de controle da constitucionalidade. São objetivos específicos: pesquisar sobre conceito e características do controle de constitucionalidade, sua classificação histórica, formas de controle; analisar o tema da medida provisória; e por fim, estudar propriamente sobre o controle de constitucionalidade na medida provisória, com ênfase nos ditames discriminados na Constituição Federal, conceito de inconstitucionalidade e as forma de controle parlamentar e judiciaria, por meio dos estudos jurisprudências e doutrinários com foco na constitucionalidade das medidas provisórias, as quais passar por análise de controle de constitucionalidade. Para melhor compreensão, como resultado da pesquisa, o relato é dividido em três capítulos. Na primeira parte será abordado sobre o tema de controle de constitucionalidade. Em um segundo momento o estudo analisará a medida provisória. No terceiro capítulo relata-se sobre o controle de constitucionalidade da medida provisória.

Palavras-chave: Constitucionalidade; Medida Provisória, Controle; entendimento; jurisprudencia

Introdução

O presente artigo, orientado pelo método dedutivo de abordagem e desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, objetiva analisar o controle de constitucionalidade da medida provisória. Estudar o controle de constitucionalidade com ênfase nas medidas provisórias, os principais aspectos teóricos, legais e jurisprudenciais que ajudem no estudo dos métodos, regras e requisitos necessários para validade e consequência da medida provisória, bem como os resultados em caso de inconstitucionalidade.

O Controle de Constitucionalidade é um instrumento de garantia das constituições, na qual serve para verificar se os atos executivos, legislativos e jurisdicionais são compatíveis com a Constituição Federal, sendo um remédio que mantém a higidez constitucional frente uma doença chamada inconstitucionalidade que contamina o comportamento desconforme com a constituição.

A Medida Provisória de acordo com o art. 62, caput, da CF/88, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, temos assim, a MP individualiza-se por nascer apenas pela manifestação exclusiva do Chefe do Executivo, que a publica no Diário Oficial da União.

Será estudado que as normas criadas têm que respeitar sempre o preceito da Carta Magna que está no topo da pirâmide e também as demais normas que lhe são superiores, sobre o risco de ocorrer a inconstitucionalidade da lei.

Controle de constitucionalidade

Sabe-se que uma constituição indica a existência de uma limitação formalizada do governo perante seus governados, esse limite, tem seus primeiros antecedentes na celebração de pactos que limitavam o poder do monarca, como a famosa Magna Carta, firmada, em 1215, entre o Rei João Sem Terra e os barões, e a *Petition of Rights*, imposta, em 1628, ao Rei Carlos I. Em troca da conservação do poder, os reis reconheciam direitos de seus súditos (PINHO, 2015, p. 26).

O controle de Constitucionalidade visa manter um termo chamado “supremacia constitucional”. Sobre o assunto diz Marcelo Novelino:

A supremacia da constituição, decorrente de sua rigidez, se expressa na sua superioridade em relação às demais normas produzidas no interior do ordenamento jurídico. a manutenção desta supremacia exige uma fiscalização por parte de determinados órgãos e a existência de mecanismos aptos a invalidar os atos infraconstitucionais que não se conformem aos comandos da lei maior, o controle de constitucionalidade consiste no conjunto de instrumento criados com o objetivo de assegurar a supremacia formal das constituições (NOVELINO, 2007, p. 279).

Existem 3 espécies de Sistema de controle de Constitucionalidade, são elas o Político, que é feito quando a lei já é existente, exercida pelo poder legislativo ou por outro órgão criado especificadamente para este fim, sistema este comum na França, exercido através do Conselho Constitucional; o Jurídico ou jurisdicional, no qual cabe ao poder judiciário determinar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos, como ocorre nos estados unidos da américa e também no ordenamento jurídico brasileiro como a mais recorrente; e o Misto que é aquele em que a constituição submete certas categorias de leis ao controle político e outras ao controle jurisdicional, como exemplo na suíça, onde leis locais são submetidas ao controle jurisdicional, e as leis federais ao controle político da assembleia nacional (NOVELINO, 2007, P. 280).

Medida provisória

Segundo o art. 62, caput, da CF/88, verifica-se que em caso de relevância e urgência, poderá o Presidente da República promover medidas provisórias, tendo esta força de lei, e submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Temos portanto que a MP nasce apenas pela manifestação exclusiva do Chefe do Executivo, que a publica no Diário Oficial da União.

Os seus requisitos básicos são a relevância e a urgência, havendo necessidade da conjunção de ambos (art. 62, caput, da CF). Contudo, esses dois requisitos deixam de ser de livre prerrogativa do chefe do Executivo, para poderem ser apreciados pelo Poder Legislativo. (MARRIOTO, 1999) Até pouco tempo atrás, o STF considerava esses requisitos prerrogativas discricionárias do presidente, podendo este aferir quando eles ocorriam. Essa tese parte do pressuposto de que as questões políticas não podem sofrer controle por parte do Poder Judiciário. (BASTOS, 2018, fl. 544).

O controle de constitucionalidade na medida provisória

Com o advento da EC n° 32/2001, que introduziu, entre outros, os §§ 5º e 9º, ambos do artigo 62, da Carta Magna, foi constitucionalizado o controle político e preventivo do Poder Legislativo sobre a legalidade das medidas provisórias, que anteriormente, era realizado por força de regimentos internos das casas do legislativo (MENDES, 2000).

A princípio, o Poder Judiciário não deve intervir em esfera reservada a outro órgão para substituí-lo em juízos de conveniência e oportunidade, “querendo controlar as opções legislativas de organização e prestação, a não ser, excepcionalmente, quando haja uma violação evidente e arbitrária, pelo legislador, da incumbência constitucional” (ADPF 45 MC / DF - DISTRITO FEDERAL, STF, 2004).

A partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade 162-1, julgada em 14 de dezembro de 1989, cujo relator foi o Ministro Celso de Mello, o Supremo passou a admitir o controle de constitucionalidade nas hipóteses de excesso de poder de legislar, frente a abuso do juízo discricionário de valor e de oportunidade do Presidente da República (MELLO, 1989).

Sua finalidade precípua é dar ao governo a oportunidade de obter uma rápida decisão judicial, e definitiva, do Supremo Tribunal Federal que produza efeitos erga omnes, evitando-se decisões contrárias em instâncias inferiores e o não cumprimento da medida legislativa. Para a propositura dessa ação é indispensável a demonstração da existência de séria divergência jurisprudencial que justifique o uso dessa forma de controle direto da constitucionalidade (RUSSO, 2003).

Com o advento da Lei 9.868, de 1999, essa questão foi, enfim, positivada. O artigo 27 da referida lei estabeleceu que:

Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

A jurisprudência do STF afirma que “o repúdio ao ato inconstitucional decorre, em essência, do princípio de que, fundado na necessidade de preservar a unidade da norma jurídica nacional, consagra a supremacia da Constituição Federal”

Da invalidade da norma inconstitucional decorre sua inexistência enquanto norma jurídica, enquanto norma integrante do ordenamento jurídico estruturado sob a Constituição. (Lummertz, 2006)

Considerações finais

O presente trabalho foi desenvolvido com ênfase na análise do controle do constitucionalidade das medidas provisórias, que conforme se constatou o ordenamento jurídico é um sistema que pressupõe ordem e unidade, nas quais suas partes devem conviver de maneira harmoniosa, e a quebra da harmonia deverá deflagrar mecanismos de correção destinados a restabelecê-la, na quais aí encontramos o controle de constitucionalidade.

Verificou-se, por fim, que a fiscalização jurisdicional das providências normativas emergenciais pode ocorrer em três níveis, sendo o primeiro o controle dos pressupostos de habilitação, depois, ao controle da matéria objeto da medida provisória e, por último, o controle da constitucionalidade da matéria propriamente dita, sendo que o Poder Judiciário vem exercendo a última dimensão de controle plenamente.

Referências

NOVELINO, Marcelo. Direito constitucional para concursos. Rio de Janeiro: Forense. 2007.

PINHO, Rodrigo César Rebello. Direito constitucional, Teoria geral da Constituição e direitos fundamentais. 17. ed. São Paulo: Saraiva. 2015.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 17.ed. São Paulo: Saraiva,1997.

MENDES, Gilmar Ferreira, Curso de direito constitucional. 13 ed. São Paulo: Saraiva.

LUMMERTZ, Henry Gonçalves. Processo de Controle de Constitucionalidade: Revisitando a Inconstitucionalidade da Norma, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, ADC 8-DE, Rei. Mm. Celso de Mello, Informativo STF n. 160).

RUSSO, Regina Maria Controle de constitucionalidade das medidas provisórias. Escola Superior do Ministério Público do Ceará. 2003.

INQUÉRITO POLICIAL X INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA

MARINA DOS SANTOS KRETSKI

MS. RICARDO EMÍLIO ZART

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil.

Resumo: O presente trabalho versa sobre o Inquérito Policial realizado pela Autoridade Policial desde os tempos antigos, e a Investigação Criminal Defensiva, uma novidade legislativa, que pode ser desenvolvida particularmente ou pela Defensoria Pública, tal assunto trouxe consigo inovações no que se refere aos direitos e garantias fundamentais do investigado. Todavia, há necessidade de se explorar os princípios que envolvem uma investigação criminalística, analisando a tipicidade e constitucionalidade deste ato tão significativo na esfera criminal. Assim, no presente trabalho, desenvolveu-se uma análise sobre o Inquérito Policial, o qual, em tese, sustenta a denúncia do Ministério Público e a viabilidade da investigação paralela pela defesa do acusado. Para tanto, o estudo faz uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica, fundamentado em leis, doutrinas, publicações da *internet*, etc. Conclui-se que, com a aplicação na prática e com a subvenção do Estado em igual dimensão para acusação e defesa, haverá maior paridade de armas, fazendo com que a Autoridade Judiciária aplique-se mais nas investigações, enquanto que a defesa tentará afastar seu cliente de uma futura ação penal, tendo como consequência à obtenção de uma instrução prévia mais justa, trazendo benefícios a sociedade, bem como maior segurança jurídica no âmbito do poder judiciário.

Palavras-chave: Inquérito Policial. Princípios. Investigação Defensiva.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como tema o Inquérito Policial x Investigação Criminal Defensiva. Com efeito, indaga-se: Diante do fato de que o Inquérito policial é feito para sustentar a denúncia do Ministério Público, seria viável uma investigação paralela pela defesa do acusado?

O tema em destaque é fruto de muitos debates doutrinários, mas ainda surgem muitas dúvidas quanto a maneira de sua aplicabilidade, bem como a falta de recursos perante a defesa do acusado para investir em uma investigação paralela do inquérito policial (MACHADO, 2009). Tal procedimento vem sendo sustentada pelos operadores de direito, buscando ganhar espaço para uma igualdade no momento da investigação, já que com essa possibilidade, haveria maior paridade de armas entre acusação e defesa do cidadão, tendo como consequência a obtenção de uma instrução prévia mais justa (MACHADO, 2016; BULHÕES, 2018).

Os princípios constitucionais são exatamente a composição dos preceitos mais essenciais do sistema judiciário, os quais ditam como deve seguir um procedimento justo e igualitário (SARMENTO, 2004), assim deve seguir, em harmonia o Inquérito Policial e a Investigação Defensiva (MACHADO, 2009),

podendo ambos realizar sua investigação como auxílio dos órgãos judiciários, com a mesma força para proteger os direitos individuais do cidadão (MAURICIO; HENRIQUE, 2013).

Conseqüentemente o objetivo geral é pesquisar sobre a aplicação dos princípios constitucionais, o Inquérito Policial, bem como a investigação criminal defensiva por meio de doutrinas e jurisprudências, analisando a importância deste último na fase policial. Quanto aos objetivos específicos tem-se: a) Abordar origem histórica e o conceito dos Princípios Constitucionais seguindo, norteado pela Constituição Federal de 1988 e, em segundo plano, constatar o entendimento de doutrinas, projetos e jurisprudências; b) Investigar sobre o procedimento do Inquérito Policial, especificadamente sobre as investigações realizadas e o poder que estas detêm; c) Analisar a aplicação da Investigação Criminal Defensiva, focando na tipicidade e constitucionalidade deste ato tão significativo na esfera criminal.

Para encetar a investigação, o estudo fez uso do método indutivo associado à pesquisa bibliográfica, utilizando a produção descritiva e observando a Normatização da UNIARP (UNIARP, 2019) e da Norma Brasileira 6023 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT, 2002).

Princípios Constitucionais

Neste primeiro tópico tratar-se-á sobre os princípios constitucionais, especificamente daqueles que conduzem a investigação criminal no processo penal, estes que são norteados pela Constituição Federal de 1988, abordando entendimentos e conceitos destes princípios na legislação, além de compreensões e explicações de doutrinadores.

Cita-se os principais princípios, como o princípio da ampla defesa trata-se de uma garantia fundamental, está incluso no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, um direito da acusação quanto da defesa, para que no processo tenha total liberdade de arguir teses, argumentos, bem como utilizar-se dos meios de provas cabíveis em um procedimento jurídico.

A Constituição trata do princípio da ampla defesa juntamente com o princípio do contraditório, porém não se pode confundi-los, pois o primeiro trata sobre a efetiva participação no processo, já o segundo confere à amplitude do exercício dessa participação. Em análise ao texto constitucional, no final do inciso, após a vírgula, há um trecho que se refere apenas à ampla defesa, no texto quando da utilização do pronome ela no feminino indica a qual princípio trata-se, sendo, assim, duas garantias diferentes, porém interligadas e complementares entres si, na mesma norma (RODRIGUES, 2016).

Nery Junior (2013, p. 97 apud BARRETO, 2020, p. 05) o qual discorre que, “tudo o que disser respeito à tutela da vida, liberdade ou propriedade está sob a proteção da *dueprocessclause*”. Ao dizer essa frase, o autor demonstra que o princípio do devido processo legal protege os cidadãos de maneira absoluta, ou seja, estão protegidos pela Carta Magna em cláusula pétreia, a qual não pode ser retirada ou excluída do ordenamento jurídico democrático.

O princípio da inocência decorre diretamente do devido processo legal; e, em razão deste dispositivo constitucional, o nome do réu só pode ser lançado no livro dos culpados após a sentença condenatória ter transitado em julgado definitivamente (MILANO, 2008), conforme orienta a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, inciso LVII.

Ainda têm-se os princípios *Nemo Temetur Se Detegere*, Legalidade, Impessoalidade, Imparcialidade, Igualdade, que fazem parte da investigação

criminal, todos são importante para a desenvoltura desse processo.

Deste modo, após o estudo sobre alguns dos princípios que devem nortear um processo de investigação, pode-se adentrar no contexto do Inquérito Policial, para após o conhecimento sobre este órgão, indagar sobre a investigação defensiva, mostrando que, ambos os processos de investigação podem caminhar lado a lado, desde que, o Estado os coloque no mesmo nível de igualdade, não só incluindo-o nas normas futuras, mas sim, investindo na defesa, como bem faz na acusação, respeitando sempre o cumprimento da Constituição Federal de 1988.

Inquérito Policial

Tratar-se-á neste tópico o conceito de Inquérito Policial e sua origem, citando leis e entendimento doutrinários referente ao procedimento, levantando questões relevantes para a pesquisa, tais como sobre a investigação criminal, a autoridade policial, em especial as competências do Delegado de Polícia, baseando-se primeiramente na Constituição Federal Brasileira, bem como em doutrina e legislações vigentes.

Frisa-se que a Lei Lei n. 2.033/1871 foi regulamentada pelo Decreto Lei n. 4.824 de 22 de novembro de 1871, no qual trouxe a intitulação de Inquérito Policial para o Brasil. Definindo-o no que se consiste da seguinte forma:

Art. 42. O inquerito policial consiste em todas as diligencias necessarias para o descobrimento dos factos criminosos, de suas circunstancias e dos seus autores e complices; e deve ser reduzido a instrumento escripto [...] (BRASIL, 1871)

Todavia, é de conhecimento que o inquérito tem cunho inquisitivo, como já levantado, a peça serve de base para o Ministério Público promover a acusação, há doutrinadores que sustentam que essa fase deveria ser encerrada, para que se utilizasse na instrução criminal o crivo do contraditório, cita-se o autor Coutinho (2008), esse que concorda e reafirma em seu livro o argumento desse parágrafo, entendendo que esse tipo de investigação dificulta a utilização do contraditório, indo contra o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

O inquérito policial tem a natureza jurídica de um procedimento administrativo, de caráter informativo e preparatório da ação penal, realizado por órgão do Poder Executivo, cumprindo as seguintes características: Escrito; Sigiloso; Inquisitivo (não contraditório); Oficialidade; Obrigatoriedade; Unidirecional; Discricionário; Dispensável; Quanto ao termo Temporário, esse será discutido mais à frente quando tratado sobre os prazos (CABRAL, 2012).

Ademais, a instauração do Inquérito Policial só ocorrerá por livre iniciativa da Autoridade Policial, nos crimes de ação pública incondicionada; nos crimes de ação pública condicionada, a instauração da investigação submete-se a alguns requisitos da norma; já no caso de uma ação privada, será de exclusividade da vítima em requerer ou então por meio de seu representante, quando preciso deste para requisitar (GOMES, 2015).

Deste modo, após o estudo realizado sobre os princípios utilizados em uma investigação e, logo em diante o entendimento sobre o inquérito policial e os profissionais que o diligenciam, passar-se-á ao assunto que envolve o tema, buscando-se conceitos, explicações, doutrinas, leis e jurisprudências que embasem a teoria a seguir, mostrando que o Estado deve valorizar por igual ambas as partes de um processo, acusação, defesa, autor, réu, enfim, provendo recursos, auxílios, ferramentas, seguindo à risca o artigo 5º, *caput*, da Constituição de 1988.

Investigação Criminal Defensiva

Tratar-se-á sobre a investigação criminal defensiva, especificamente sobre a sua aplicação na teoria e na prática, abordando entendimentos e explicações de doutrinadores, bem como a aplicação deste instituto na Itália, norteando-se principalmente pelo Projeto de Lei n. 8.045/2010 e a Lei n. 13.245/2016.

O tema em questão é inusitado no meio do ordenamento jurídico pátrio, pois como tão explicado, o sistema processual prevê o procedimento realizado pela Polícia Judiciária, a qual se utiliza do modelo inquisitório em um procedimento de investigação. Porém, a discussão entre operadores do direito sobre a investigação criminal defensiva vem ganhando voz ativa, sua aplicabilidade vem sendo analisada no âmbito nacional, podendo, quem sabe, torna-se possível a sua utilização no Brasil (ZANARDI, 2016).

À vista disso, a investigação criminal defensiva adveio com o Projeto do Novo Código de Processo Penal n. 8.045/2010, além de ser incluída no Estatuto da Ordem dos Advogados no Brasil (EOAB), a Lei n. 13.245/2016, ganhando mais ênfase com o Provimento n. 188/2018 do Conselho da OAB, é sabido que o sistema processual prevê o procedimento realizado pela Polícia Judiciária, quando se trata de investigação, e essa Autoridade Policial utiliza-se do modelo inquisitório (PIETRO JÚNIOR, 2019).

Entretanto, por essas razões, e vendo a tentativa de inclusão na própria legislação, é cabível que a investigação criminal defensiva seja utilizada e aceita em no ordenamento jurídico, pois só assim haverá uma sociedade mais protegida, um procedimento seguro de erros, bem como maior segurança jurídica no âmbito do poder judiciário.

Considerações finais

Este estudo procurou apresentar uma visão geral da importância da Investigação Criminal Defensiva no Brasil, bem como uma análise dos principais princípios que regem o ordenamento jurídico, e da maneira que segue o Inquérito Policial, e necessita-se de um procedimento de defesa para o acusado .

Assim, mediante os problemas atuais do Sistema Criminal, faz-se necessário aprofundar a discussão a respeito da definitiva inclusão desse procedimento investigatório defensivo no ordenamento jurídico, e que sua aplicação seja subvencionado pelo Estado, para que se tenha uma paridade de armas entre defesa e acusação, uma instrução prévia digna ao acusado.

Diante da exposição, considera-se concluído o objetivo do trabalho de funcionar como um compilado, ou resumo, para apresentar o tema: Inquérito Policial x Investigação Criminal Defensiva, um assunto que só esta em seu início no âmbito jurídico, pois ainda permanece em espera o projeto de Lei n. 8.045/2010, não sabendo-se com certeza se o Estado esta preparado para aplicar e investir em algo tão significativo na esfera criminal.

Referências

BRASIL. Decreto n. 4.824, de 22 de novembro de 1871. Regula a execução da Lei n. 2033 de 24 de Setembro do corrente anno, que alterou diferentes disposições da Legislação Judiciária.. Disponível em: <http://www.presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103837/decreto-4824-71#art-42>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BULHÕES. Gabriel. Investigação defensiva e a busca da paridade de armas no processo penal. **Consultor Jurídico**. 2018. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2018-abr-10/gabriel-bulhoes-investigacao-defensiva-paridade-armas>. Acesso em 15 jun 2020

CABRAL, Bruno Fontenele. SOUZA. Rafael Pinto Marques de. Manual prático de polícia judiciária. Salvador: JusPodivm, 2012. p. 22

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. As reformas parciais do CPP e a gestão da prova: segue o princípio inquisitivo. Boletim IBCCrim, São Paulo, v. 16, n. 188, p. 11-13, jul. 2008.

GOMES, Amintas Vidal. Manual do delegado. 9. ed. São Paulo: Método, 2015. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6351-4/> Acesso em: 26 jun. 2019. Cap. 05.

MACHADO, André Augusto Mendes. **Investigação criminal defensiva**. Dissertação de mestrado. São Paulo: RT, 2009. p. 114

MACHADO. Leonardo Marcondes. Não existe ampla defesa no processo sem paridade de armas na investigação. **Consultor Jurídico**. 2016. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2016-ago-02/academia-policia-nao-existe-ampla-defesa-paridade-armas-investigacao>. Acesso em 15 jun 2020

MAURICIO. Bruno. HENRIQUE. Diego. A possibilidade de investigação defensiva dentro do modelo constitucional brasileiro. Revista Libertadores. n. 12 2013. ISSN 2175-5280. Disponível em: <http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcn_id=158> Acesso em 13 mar 2020

MILANO. Celso Rogério. Garantismo e processo penal: uma análise crítica dos principais institutos processuais penais brasileiros. Dissertação Mestrado em Direito. Centro Universitário Toledo. Araçatuba. São Paulo. 2008. 175 f. p. 21

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo na Constituição Federal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 97 apud BARRETO. Ana Luísa Barbosa. O devido processo legal substantivo e sua aplicação pelo supremo tribunal federal. Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 17 f. 2020. Disponível em: <https://www.pucsp.br/tutelacoletiva/download/artigo-devido-processo-legal-ana-luisa-barbosa-barreto.pdf> p. 5

PIETRO JUNIOR. João Carlos Garcia. O sistema acusatório no processo penal brasileiro e a adoção do modelo inquisitorial system na gestão da prova pelo juiz. **Âmbito Jurídico**. 2019. Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-penal/o-sistema-acusatorio-no-processo-penal-brasileiro-e-a-adocao-do-modelo-inquisitorial-system-na-gestao-da-prova-pelo-juiz/> Acesso em 15 jun 2020

SARMENTO, Daniel. **Direitos Fundamentais e Relações Privadas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 79, 87-88

PERCEPÇÃO DE DISCENTES DA UNIARP SOBRE OS MÉTODOS DE ENSINO EAD VOLTADOS PARA O CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Carlos Alexandre Junior¹
Lindomar Palmera²

RESUMO

O estudo teve como objetivo principal analisar a percepção dos acadêmicos de Educação Física sobre a Educação à Distância da UNIARP, não deixando de perceber conceitos da Educação à Distância – EaD e os conceitos e contextos que abrangem a Educação Física. O estudo teve o questionamento: Qual a percepção dos acadêmicos sobre o método de ensino, como é o domínio relacionado às ferramentas sobre o método de ensino, sobre a educação à distância da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP, no município de Caçador – SC. Em um primeiro momento foram solicitadas autorizações para a efetivar a pesquisa. Após, fora elaborados questionários sobre o perfil dos acadêmicos e perguntas pertinentes a EaD, o qual forma tabulados e destacados no item “análise dos resultados e na discussão”. Em seguida, foram estudados autores que se identificassem com o trabalho, e contrapondo-se aos gráficos tabulados, atrelados a discussão do que foi concretizado com a pesquisa. Concluindo com a necessidade de efetivar mais lacunas sobre o estudo para que se possibilite um trabalho efetivo e social, buscando na pesquisa dinamismo onde este faça com que se tenha mudança a todo o momento.

Palavras-chave: *Educação à distância (EaD). Educação Física. Educação.*

INTRODUÇÃO

A Educação à Distância – EaD sendo uma modalidade de ensino que propicia a integração dos alunos, usando as tecnologias da informação e da comunicação, onde muitos alunos não tem o tempo regular para estudos, fazendo assim seu próprio horário.

É uma novidade que veio para ficar, a educação à distância. De um lado o aluno que muitas vezes não tem o tempo necessário para o estudo, ou devido a fatores como idade, estando na fase adulta, que permitem que essa educação seja supostamente acessível, pois “a EaD, na sua mais estrita forma de efetivação, como proposta de ensino e de aprendizagem, por intermédio da mediação das tecnologias de informação e de comunicação, se apresenta sob uma multiplicidade de formas” (NAVARRO, 2018, p. 39).

Então, quando neste sistema entre aluno, interne e universidade, interagem, surge um novo meio de crescimento acadêmico, social e cultural, no contexto da sociedade, em que os envolvidos ganham e expandem seus conhecimentos.

Apesar de ter sido “regulamentada” como modalidade de ensino oficial, a EaD só recebeu referenciais de qualidade por parte do Ministério da Educação em 2003. É deste ano o documento que estabelece critérios que, embora não tenham o caráter de ler, serviriam para a mensuração e

controle de qualidade das instituições, dos cursos e dos processos de ensino e aprendizagem de professores e alunos (VISENTINI, 2016, p. 14).

Diante disso o estudo teve como objetivo principal analisar a percepção dos acadêmicos do curso de educação física da Uniarp Caçador SC sobre o ensino EAD, dimensionando uma pesquisa com uso de questionário para os possíveis resultados do estudo.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - EAD NO BRASIL

Por volta do ano de 1904, as Escolas Internacionais (instituição pertencente aos Estados Unidos) ocuparam o modelo que vinha sendo utilizado desde o século XVI para oferecer cursos por correspondência em solo brasileiro. Na década de 1930, nosso país viveu uma revolução, tendo a posse do presidente Getúlio Vargas através de um golpe de estado, porém nesta fase, o Ensino a Distância teve seu principal foco no ensino profissional, voltado para pessoas que moravam em áreas rurais e não tinham meios e condições de frequentar o ensino regular (MARTINI, 2014).

Com relação à história da EaD no Brasil pode ser relacionada ao início do século XIX, tendo a sua regulação com a promulgação da Lei nº 9.394 de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Conforme estabelecido no Art. 80: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996 *apud* ARRUDA; ARRUDA, 2015, p. 323).

No cenário atual, em que os cursos da EaD vêm a ser escolhidos pelos alunos, baseado em suas expectativas e planos futuros, a graduação surge como forma a facilitar a continuação dos estudos, trazidos “pela necessidade de inserção no mercado de trabalho, assim como da busca pela concretização da cidadania pautada na educação pública de qualidade e gratuita” (SOUZA; FRANCO; COSTA, 2016, p. 105).

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A EAD

A introdução da Educação Física nas escolas brasileiras se deu com Reforma Couto Ferraz, em 1851, seguida da reforma educacional realizada por Rui Barbosa, em 1882, tendo como sinalização a inserção da “ginástica” de maneira legal e obrigatória.

Cabe ressaltar que após “1920 a Educação Física estava inserida nas reformas educacionais” (BETTI, 1991 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 10), e com o decreto de lei 69450/71, No dia 1º de novembro de 1971, a Educação Física ganhou, para efeito de desporto e recreação, sendo considerada com atividade escolar regular fazendo parte do currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino.

Mas o fato de estar regularmente na esfera social, e em se tratando de ser uma prática no contexto da escola, cabe então perceber, como o acadêmico de Educação Física faça a interação necessária entre professor e aluno, sendo que na Educação a Distância (EaD) o professor e o aluno interagem indiretamente, baseada na comunicação de “suportes técnicos de comunicação, o que torna essa

modalidade de educação bem mais dependente de mediatização que a educação convencional, do que decorre a grande importância dos meios tecnológicos” (BELLONI, 2015, p. 58).

DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

TIPO DE PESQUISA

A presente estudo se caracterizou por uma pesquisa quantitativa descritiva, abordando um estudo diagnóstico.

INSTRUMENTO DE COLETA DADOS

Para coleta de dados foi utilizado como instrumento um questionário fechado: Apêndice A – Perfil individual acadêmico e Apêndice B – Informações sobre o ensino EaD. Para análise dos dados foi utilizado o método da estatística descritiva e sua posterior análise foi feita por meio da frequência, e cálculo do percentual no programa Microsoft Excel, sendo estes demonstrados através de tabelas.

RESULTADOS

Tabela 1 – Informações sobre o Perfil Individual e Acadêmico e Informações sobre ensino EaD

VARIÁVEL	N	%	DP	MÉDIA
Sexo				
Feminino	13	59,1	2,00	11
Masculino	9	40,9		
Fase acadêmica				
1ª a 3ª fase	15	68,2	5,44	7,33
4ª a 6ª fase	4	18,2		
7ª a 8ª fase	3	13,6		
Conhecimento de ensino EaD				
Sim	22	100	11	11
Não	0	0		
Experiência com disciplina em Ead				
Sim	22	100	11	11
Não	0	0		
Sobre as TICs				
Facilidade e entendimento no processo	10	48,1	5,22	7,33
Não conseguiu entender	8	37		
Necessitou de ajuda: outros/tutores	4	14,8		
Web conferência				
Aprendeu com clareza as atividades	12	51,9	3,30	7,67
Não aprendeu	7	29,6		
Necessitou de ajuda: outros/tutores	3	13,6		
Fórum on line				

Facilidade	9	40,7		
Dificuldades nas atividades	3	14,8	3,09	7,33
Necessitou de ajuda: outros/tutores	10	44,4		
Educação física disciplinas práticas				
O sistema EaD atende ao aprendizado	7	33,3	4,00	11
O sistema EaD não atende ao aprendizado	15	67,7		
Percepção: sistema EaD e o uso das TICs, são válidos no processo de ensino-aprendizagem				
Atende com plenitude	9	44,4	2,00	11
Não atende com plenitude	13	55,6		
Sistema de ensino EaD na Educação Física atende as expectativas				
Atende com plenitude	5	22,2		
Atende parcialmente	10	44,4	2,05	7,33
Não atende com plenitude	7	33,3		
Ensino totalmente EaD na área da Educação Física as metodologias nas universidades				
Atendem com plenitude	4	18,5		
Atendem parcialmente	12	51,9	3,40	7,33
Não atendem	6	29,6		

Fonte: O Autor (2020).

CONCLUSÃO

O estudo concluiu que os entrevistados têm uma relação e a experiência em estar matriculado e conhecer disciplinas acadêmicas, expostos na tabela 1. Esta expressão de resultado mostrou que nenhum dos acadêmicos desconhecia as disciplinas em EaD. É relevante a isso, destacar que no estudo realizado, os acadêmicos entrevistados, destacaram em sua percepção que tiveram facilidade e compreensão entendimento no processo de uso das TICs, em que os demais demandaram mais dificuldades para este. Outro fator relevante no ensino EaD, na eficiência para a realização de suas atividades acadêmicas, pode-se perceber que o uso da Web conferência, vem sendo um forte aliado na comunicação entre as pessoas de uma instituição, onde mais da metade dos perguntados, citou esta importância, no processo de ensino a distância. Em relação ao “Fórum online”, na EaD, fora assinalado pelos pesquisados, que mais de um terço destes, necessitaram de ajuda de outros, inclusive tutores ou de professores.

Oportuno afirmar que, conforme o estudo abordado, a graduação em Educação Física com disciplinas práticas, houve afirmação maciça de mais da metade dos entrevistados, que o sistema EaD não atende as expectativas para o aprendizado, não havendo a articulação entre a teoria e prática.

Em contrapartida, a percepção sobre o sistema EaD e o uso das TICs, se foram ou não foram válidos para o novo processo de ensino-aprendizagem, no contexto da graduação, onde mais de 55% dos entrevistados, destacaram que não atendem o processo de ensino-aprendizagem, não proporcionando pontos positivos aos mesmos. Por fim, este trabalho é muito válido para a percepção de como os acadêmicos de Educação Física, enxergam o ensino EaD, no contexto da Universidade, melhorando a visão de ambos, mesmo sabendo que existem pontos a

serem melhorados, naquilo que o outro precisa para seu crescimento profissional, fortalecendo assim a relação entre a instituição e os acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.31|n.03|p. 321-338 |Julho-Setembro 2015.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2015.

MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. **Do quadro ao negro ao mundo virtual**. Revista Entreideias, Salvador, v. 3, n. 2, p. 145-174, jul./dez. 2014.

NAVARRO, Aidil Soares. **Interação e movimentos retóricos na educação à distância**. São Paulo: Blucher, 2018.

OLIVEIRA, Édison Trombeta de; PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. Avaliação da educação superior nas modalidades presenciais e a distância: análise com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 833-851, nov. 2017.

SOUZA, Simone de; FRANCO, Valdevino Soliani; COSTA, Maria Luisa Furlan. Educação à distância na ótica discente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n.1, p. 99-113, jan./mar., 2016.

VISENTINI, Gabriel Carelli. **O desenvolvimento recente do Ensino a distância**. 2016. 60f. Monografia de conclusão de curso (Graduação) – Educação, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2016.

PERFIL DE ESTILO DE VIDA E NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DE ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DOM ORLANDO DOTTI DE CAÇADOR-SC

Thauana Nayara Machado
Mauro Rogério dos Reis
Ana Mara Soletti Rotta

RESUMO

As constantes modificações nos padrões de estilo de vida, o avanço tecnológico e aspectos ambientais e sociais influenciam na qualidade de vida dos adolescentes. O principal objetivo desta pesquisa foi verificar o perfil de estilo de vida e nível de atividade física de escolares do 1º ano do Ensino Médio da EEB Dom Orlando Dotti de Caçador-SC. Participaram desta pesquisa 22 alunos com idade entre 14 e 17 anos. Foi utilizado o questionário proposto por Nahas (2017) sobre o Perfil do Estilo de Vida – Adolescente (PEVI – Adolescente) e o Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) – Versão Curta. Sobre o perfil de estilo de vida nos fatores comportamento preventivo e relacionamento social tanto rapazes quanto moças apresentam um perfil positivo. Foi encontrada diferença significativa entre os sexos no fator Atividade Física onde as moças apresentaram classificação regular, enquanto que os rapazes classificação positiva. Em relação ao nível de atividade física tanto moças quanto rapazes foram classificados como ativos fisicamente, porém houve diferença significativa no tempo sentado no final de semana, onde os rapazes ficam menos tempo sentados. Conclui-se então, que quanto ao estilo de vida tanto moças quanto rapazes, embora pequenas diferenças, apresentam um estilo de regular a positivo, enquanto que ambos se apresentam como fisicamente ativos.

Palavras-chave: Adolescentes; Estilo de Vida; Nível de Atividade Física.

INTRODUÇÃO

A saúde é considerada não apenas como ausência de doença e sim como um estado de bem estar físico, social e psicológico que está relacionado ao comportamento individual do ser humano e a qualidade de vida, que é um conjunto de fatores socioambientais e individuais (NAHAS, 2017).

A adolescência é uma fase onde os fatores individuais são importantes, mas os aspectos sociais e ambientais também influenciam no estilo de vida dos adolescentes, sendo que a família e a escola são os principais ambientes no seu dia a dia. Porém,

infelizmente, sabe-se que a falta de hábitos nutricionais saudáveis e a inatividade física tem sido cada vez mais comum entre jovens, levando a obesidade e outras doenças crônicas (LUCIANO et al., 2016).

Considerando a escola como um ambiente acolhedor, onde o adolescente tem a possibilidade de exercitar suas vivências e convivências, além de questionar seus hábitos e valores baseado naquilo que lhe é apresentado, acredita-se que as aulas e o professor de educação física têm um papel fundamental para conscientizar o aluno de que a atividade física pode lhe trazer inúmeros benefícios que contribuirão para sua saúde e qualidade de vida presente e futura.

Sendo assim, a pergunta norteadora desta pesquisa foi: Qual o perfil de estilo de vida e nível de atividade física de escolares do 1º ano do Ensino Médio da Escola de Educação Básica (EEB) Dom Orlando Dotti de Caçador-SC?

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é verificar o perfil de estilo de vida e nível de atividade física de escolares do 1º ano do Ensino Médio da EEB Dom Orlando Dotti de Caçador-SC. Os objetivos específicos são: a) Aplicar questionários sobre perfil de estilo de vida e nível de qualidade de vida dos escolares; b) comparar os dados entre os sexos e estudos encontrados na literatura.

METODOLOGIA

Natureza e tipo de pesquisa

Para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa descritiva, de natureza aplicada e abordagem quantitativa.

Amostra

A amostra foi composta por 22 alunos, sendo 17 do gênero feminino e 5 do gênero masculino, entre 14 e 17 anos que eram estudantes do 1º ano do período matutino da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti do município de Caçador-SC.

Procedimentos e técnicas para coleta de dados

Foi feito contato com os alunos via Whatsapp, onde foram informados sobre os objetivos, relevância e os procedimentos metodológicos da pesquisa e em seguida foram enviados os questionários criados na ferramenta Google Formulários para que os alunos interessados respondessem.

A coleta de dados aconteceu entre os dias 26 de maio a 12 de junho de 2020, período em que os questionários ficaram abertos para respostas. A pesquisadora ficou a disposição (através de contato via Whatsapp) para esclarecer as dúvidas dos

alunos. A primeira questão de cada questionário era sobre se os alunos aceitavam em participar da pesquisa, se a resposta fosse não automaticamente não poderiam continuar respondendo, sendo assim, apenas os alunos interessados e cientes participaram da pesquisa.

Os critérios de inclusão foram: alunos matriculados no 1º ano do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti que estudavam no período matutino. Os critérios de exclusão foram alunos do período vespertino e noturno.

Foi utilizado o questionário proposto por Nahas (2017) sobre o Perfil do Estilo de Vida – Adolescente (PEVI – Adolescente), derivado do Pentáculo do Bem-Estar, com o objetivo de verificar o perfil de estilo de vida e o nível de qualidade de vida dos adolescentes

Para verificar o nível de atividade física dos adolescentes foi utilizado como instrumento o Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) – Versão Curta.

Como procedimento para análise dos dados, foi utilizado o método estatístico descritivo, onde foi determinada média e desvio padrão dos dados coletados. Para análise comparativa das médias entre os sexos foi utilizado o teste T de “Student” para amostras independentes em ambos os questionários, através do programa estatístico SPSS 16.0.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do questionário PEVI-Adolescente são apresentados na tabela 1, juntamente com a idade e a comparação dos dados entre os sexos.

Tabela 1 – Comparação dos dados de ESTILO DE VIDA entre os sexos.

	Sexo	Média	Classificação	P ≤ 0,05
Idade	Feminino	15,3 ± 0,8		P = 0,338
	Masculino	16,0 ± 1,4		
Nutrição	Feminino	1,1 ± 0,4	Regular	P = 0,107
	Masculino	1,5 ± 0,5	Regular	
Atividade Física	Feminino	1,8 ± 0,8	Regular	*P = 0,037
	Masculino	2,5 ± 0,5	Positivo	
Comportamento Preventivo	Feminino	2,5 ± 0,4	Positivo	P = 0,800
	Masculino	2,6 ± 0,7	Positivo	
Relacionamento Social	Feminino	2,0 ± 0,6	Positivo	P = 1,000
	Masculino	2,0 ± 0,7	Positivo	
Estresse	Feminino	1,6 ± 0,6	Regular	P = 0,252
	Masculino	2,0 ± 0,6	Positivo	

Pode-se pontuar que nos fatores comportamento preventivo e relacionamento social tanto rapazes quanto moças apresentam um perfil positivo. No fator nutrição ambos apresentam perfil regular. No fator estresse as moças encontraram-se com perfil regular, enquanto que os rapazes com perfil positivo. Porém, o fator em que houve diferença significativa entre os grupos foi o fator atividade física onde as moças apresentaram classificação regular, enquanto que os rapazes classificação positiva. Sendo assim, os rapazes praticam mais atividade física do que as moças.

A tabela 3 apresenta dados referentes aos resultados sobre o nível de atividade física entre os sexos. Analisando esses dados, tanto rapazes quanto moças em relação ao nível de atividade física foram classificados como Ativos Fisicamente. Os rapazes apresentaram maiores resultados nos minutos de prática de atividade moderadas ($126,0 \pm 68,4$ minutos) e vigorosas ($100,0 \pm 104,9$ minutos) do que as moças ($81,8 \pm 81,9$ e $44,4 \pm 53,0$ minutos, respectivamente). Houve diferença estatisticamente significativa no tempo sentado no final de semana, onde as moças passam mais tempo sentadas ($511,2 \pm 310,8$ minutos) e os meninos menos ($276,0 \pm 138,1$ minutos).

Tabela 3 - Comparação dos dados do Nível de Atividade Física entre os sexos.

	Sexo	Média	$P \leq 0,05$
Idade	Feminino	$15,3 \pm 0,8$	$P = 0,338$
	Masculino	$16,0 \pm 1,4$	
Caminhada (Frequência Semanal)	Feminino	$2,8 \pm 2,5$	$P = 0,140$
	Masculino	$4,4 \pm 1,8$	
Tempo de caminhada (min)	Feminino	$73,53 \pm 56,6$	$P = 0,964$
	Masculino	$75,0 \pm 61,8$	
Atividade moderada (Frequência Semanal)	Feminino	$3,1 \pm 2,0$	$P = 0,301$
	Masculino	$4,0 \pm 1,6$	
Tempo da Ativ. Moderada (min)	Feminino	$81,8 \pm 81,9$	$P = 0,261$
	Masculino	$126,0 \pm 68,4$	
Atividade Vigorosa (Frequência Semanal)	Feminino	$1,7 \pm 1,8$	$P = 0,672$
	Masculino	$2,2 \pm 2,3$	
Tempo da Vigorosa (min)	Feminino	$44,4 \pm 53,0$	$P = 0,309$
	Masculino	$100,0 \pm 104,9$	
Tempo Sentado (dia da Semana)	Feminino	$431,8 \pm 313,1$	$P = 0,338$
	Masculino	$348,0 \pm 107,3$	
Tempo Sentado (Fim de Semana)	Feminino	$511,2 \pm 310,8$	$* P = 0,028$
	Masculino	$276,0 \pm 138,1$	
Classificação	Feminino	$2,81 \pm 0,7$ Ativo Fisicamente	$P = 0,626$
	Masculino	$3,0 \pm 0,7$ Ativo Fisicamente	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados do presente estudo, conclui-se que, o perfil de estilo de vida dos adolescentes foi “positivo” nos componentes comportamento preventivo e relacionamento social de ambos os sexos. No fator estresse as moças apresentaram perfil regular, enquanto os rapazes apresentaram perfil positivo. Porém no fator nutrição, tanto rapazes, quanto moças apresentaram perfil negativo. No fator atividade física, houve diferença significativa onde as moças apresentaram classificação regular, já os rapazes apresentaram resultados satisfatórios, sendo mais ativos do que as moças. Portanto, observa-se que ambos os grupos apresentam uma boa qualidade no estilo de vida em relação ao comportamento preventivo e relacionamentos, mas o nível de atividade física e principalmente os hábitos alimentares precisam ser melhorados. Sendo assim, a promoção de saúde deve ser um tema abordado no ambiente escolar, principalmente na disciplina de educação física.

Sobre o nível de atividade física, conclui-se que tanto rapazes, quanto moças, foram classificados como fisicamente ativos, no entanto os rapazes são mais ativos comparados as moças. Houve diferença significativa no tempo sentado no final de semana, sendo que as moças passam mais tempo sentadas em relação aos rapazes. Vale ressaltar que muitas vezes os rapazes acabam escolhendo atividades de lazer mais ativas como por exemplo, jogos de futebol, andar de bicicleta, dentre outros atividades que contribuem para um melhor nível de atividade física.

Por fim, sugere-se que novos estudos sejam realizados buscando investigar um número maior de escolares e analisando mais a fundo cada fator, associando com outras áreas profissionais com o intuito de propor programas multidisciplinares que podem ser aplicados dentro da escola para uma intervenção efetiva sobre o estilo de vida e nível de atividade física de estudantes do Ensino Médio. Acredita-se ainda que investigar as diferenças sociodemográficas pode ser de grande valia para novos achados sobre o tema.

REFERÊNCIAS

LUCIANO, Alexandre de Paiva et al. Nível de Atividade Física em Adolescentes Saudáveis. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 22, n. 3, mai/jun., 2016.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 7. ed. Florianópolis, Editora do Autor, 2017.

BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR): PERCEÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO SC

Vanessa Helen Luciano¹
Lindomar Palmera²

RESUMO

O estudo teve como objetivo geral analisar a percepção dos professores de educação física no município de Fraiburgo SC sobre a BNCC com um direcionamento a área específica de atuação. Participaram do estudo 34 profissionais estes inseridos na rede municipal, estadual e privada. O estudo foi instituído por um questionário contendo informações profissionais e da percepção sobre a BNCC, e das formas sobre aceitação, conhecimentos e dificuldades do novo documento. Os resultados foram fundamentados pelo programa estatístico BioEstat versão 5,0. Os principais resultados apresentaram que entre os colaboradores 60,6% são do sexo masculino, com 57,6% com área de atuação no Ensino fundamental I e II. Sobre a BNCC 54,5% apresentaram conhecimento sendo 66,7% com capacitações em cursos e 75,8% já instituíram a BNCC nos planejamentos. Sobre a aceitação dos alunos 51,5% apresentam pontos positivos. Já 60,6% analisam a BNCC como um documento de suma importância na atualidade, utilizando novas tecnologias para a formação escolar. Cabe a possibilidade de novos estudos para melhorar a pesquisa científica e novas interatividades para outros resultados sobre a BNCC na área da educação física. Conclui-se um trabalho com uma percepção positiva dos profissionais de educação física no município de Fraiburgo SC.

Palavras-chave: *Educação Física, Professores, BNCC.*

INTRODUÇÃO

A educação física tem um papel importante e fundamental na vida das pessoas assim incluindo crianças dentro do anseio escolar, auxiliando no desenvolvimento do escolar afim de poder proporcionar a ele uma vivencia de novas experiências utilizando o aspecto corporal e intelectual.

Diante da percepção da formação dos profissionais de educação física no Brasil, vários levantamentos são feitos e muitas são as discussões tendo como ponto central as reflexões sobre como os educadores são preparados para o exercício da docência, de tal forma que a graduação e as constantes capacitações tornam-se presentes na formação e na sequência da vida profissional (BRASIL, 2002; 2016).

A BNCC vem assumindo uma série de mudanças a serem feitas em relação aos conteúdos a serem trabalhados com os escolares, formas e esportes que não eram contemplados ganharam seu espaço. Hoje a educação física dentro da BNCC entra no contexto das linguagens. No entanto que a literatura corrobora que a Base Nacional Comum Curricular está vinculada a constituição de 1988 em sua parte que trata da educação, mas somente com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2016).

O estudo teve como objetivo geral: Analisar A Percepção dos Professores de Educação Física no município de Fraiburgo SC sobre a BNCC direcionada a área da Educação Física.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A educação física escolar é importante para a formação do aluno, desenvolvendo aspectos psicomotores da criança, assim sabendo da sua importância. Uma sociedade com bases democráticas exige que se respeite a dignidade do ser humano e a convivência com respeito no ambiente escolar é a melhor experiência que pode ser oferecida ao aluno pois, desta maneira, além de vivenciar ele pode refletir sobre o respeito nas diferentes áreas de conhecimento, aprendendo a respeitar e a exigir respeito (PCNs/BRASIL, 1998).

BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR) NA EDUCAÇÃO

A BNCC foi elaborada, sendo a 1ª versão em 2015, que foi submetida à consulta pública. Com os resultados dessa consulta, foi elaborada a 2ª versão em 2016. Com a publicação, foram realizados os Seminários Estaduais, a fim de que professores, gestores e especialistas debatessem a segunda versão. Após estes seminários, começou a ser redigida a terceira versão, sendo homologada no final de 2017 (A EDUCAÇÃO..., 2019, p.7).

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, “a Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos”. (BRASIL, 2016, p. 213).

DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

TIPO DE PESQUISA

O estudo se caracteriza com a abordagem quantitativa, de natureza aplicada, descritiva e de levantamento de dados.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi efetivado um questionário com busca de informações dos profissionais, não apresentando nomes, sendo caracterizado por informações laborais, profissionais e pessoais contendo relativas perguntas que foram respondidas pelos sujeitos participantes sem a necessidade de diversidade de questionários entre os grupos.

RESULTADOS

Tabela 1: Informações sócio laborais e informações sobre a BNCC

VARIÁVEL	N	%	DP	MÉDIA
Sexo				
Feminino	20	60,6	1,56	0,504
Masculino	13	39,4		
Titulação				
Graduação	12	36,4		
Especialista	19	57,6	1,71	0,581
Mestrado, doutorado	2	6,1		
Área de Atuação				
Ensino Fundamental I	7	21,2		
Ensino Fundamental II	7	21,2	2,28	0,812
Ensino Fundamental I e II	19	57,6		
Conhecimento Sobre BNCC				
Sim	18	54,5		
Não	0	0	1,93	1,014
Superficialmente	15	45,5		
Participou de Formação sobre BNCC				
Sim: Palestras, cursos	22	66,7		
Sim: Workshop, seminários	5	15,2	1,53	0,802
Não	6	18,2		
Trabalha o conteúdo da BNCC nas aulas				
Sim totalmente	23	69,7		
Sim parcialmente	8	24,2	1,37	0,609
Não	2	6,1		
Percepção de Novos Conteúdos da BNCC				
Atenderão com clareza	22	66,7		
Atenderão parcialmente	11	33,3	1,34	0,482
Não atenderão a formação escolar	0	0		
Aceitação da BNCC pelos alunos				
Irão gostar pelas formas de trabalhos diversificados e atividades prazerosas	17	51,5		
Aceitarão, porém, terão dificuldades em entender todas as mudanças	16	48,5	1,5	0,508
Aceitarão com dificuldades	0	0		
Análise da BNCC no Brasil				
Faz parte de uma renovação no sistema de educação	10	30,3		
Será importante na atualidade como formação escolar	20	60,6	1,84	0,627
Ainda serão necessárias mais revisões para contemplar a formação escolar	3	9,1		

Fonte: o Autor (2020)

CONCLUSÃO

Considerando os principais resultados o trabalho conclui que são profissionais com características experientes na área o que titula a maioria já com especializações. Diante da principal indagação sobre a BNCC os profissionais têm conhecimento sobre o material da BNCC, tendo em vista que no município é fornecido aos professores capacitações, cursos e palestras para apreciação do documento.

Importante concluir também seguindo os resultados que muitos já vêm se adaptando e incluindo as novas estratégias dentro de seus currículos escolares o que também foi considerado que será aceito pelos alunos das unidades escolares.

Sabendo que o estado já possui um documento oficial. Diante disso os municípios vêm se adaptando a isso e o município de Fraiburgo SC já está seguindo com muita transparência a BNCC e as adaptações solicitadas pela AMARP.

Assim possibilita ser feito novas pesquisas de outros estudos diante do tema da BNCC e educação física, com isso é possível concluir que a pesquisa realizada teve uma ênfase positiva para que a secretaria de educação e as instituições de ensino possam saber dos resultados que serão explanados a eles e podendo melhorar cada vez mais a discussão e as reuniões abordando e estudando o documento, para que os professores possam se tornar cada vez mais capacitados dentro da BNCC, promovendo uma educação de qualidade para nossos escolares.

REFERÊNCIAS

A EDUCAÇÃO física e a bncc na escola: um estudo de caso. Natal-RN, p.7,2019.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura. Resolução CNE/CP 01/2002.** Brasília, DF,2002.Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12991>>.

Acesso em: 01 julho de 2020.

BRASIL, **Ministério De Educação e Cultura**, 2016, P.384.

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518 versaofinal sit e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf). Acesso em: 01 julho de 2020.

PCN's, **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1998. 174 P. 1.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 01 julho de 2020.

PERCEPÇÃO DOS NÍVEIS DE QUALIDADE DE VIDA DE ATLETAS DO FUTEBOL FEMININO DO KINDERMANN DE CAÇADOR

Tuani Lemos Ramos
Mauro Rogério dos Reis

RESUMO

O tema qualidade de vida vem sendo abordado em várias pesquisas nos últimos tempos, não é a toa que as pessoas estão buscando por uma vida mais saudável pois o sedentarismo e a obesidade cresceram de forma exagerada no mundo, trazendo complicações de saúde para a vida das pessoas. Diante disso, o objetivo dessa pesquisa foi avaliar a percepção dos níveis de qualidade de vida das atletas do futebol feminino da Associação Esportiva Kindermann de Caçador-SC, bem como, compreender quais os fatores influenciam essas atletas no seu dia-a-dia como um todo. A amostra dessa pesquisa constituiu-se de 20 atletas, do gênero feminino, da categoria adulta com idade entre 18 e 38 anos. Para a realização da pesquisa os instrumentos utilizados foram: um questionário de dados demográficos, onde pode-se investigar idade, categoria, escolaridade, renda familiar, entre outros fatores da vida da amostra pesquisada. Utilizou-se também o Whoqol-Abreviado, questionário de qualidade de vida geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Questionário de Qualidade de Vida para Atletas (QQVA). Os resultados obtidos com o questionário do Whoqol-Abreviado mostraram que as atletas consideram que possuem uma qualidade de vida boa e compreendem que possuem uma saúde boa também. Quanto a comparação dos dados do questionário Whoqol-Abreviado desta pesquisa com o estudo de Bosetti (2013) analisou-se que em todas as dimensões houveram diferenças significativamente positivas a favor da presente pesquisa, é de grande importância ressaltar que passaram-se 7 anos desde que foi realizada a pesquisa de Bosetti. Já na comparação dos dados da QVA da presente pesquisa com os dados do estudo de Bosetti (2013). No entanto, não houve nenhuma diferença estatisticamente significativa, quando comparado os dados com o estudo de Parreiras (2008). Conclui-se, portanto que as atletas da amostra apresentam uma boa percepção sobre sua qualidade de vida, no entanto, é necessário visar a evolução da qualidade de vida de atletas de alto rendimento como um todo para que esse fator contribua para vida das atletas e conseqüentemente o melhor rendimento das mesmas.

Palavras chaves: Qualidade de Vida; Atletas; Alto Rendimento.

INTRODUÇÃO

Sabendo da extrema exigência que o esporte de alto rendimento tem para com os atletas, a qualidade de vida na maioria das vezes fica em segundo plano.

A falta de informações na literatura sobre qualidade de vida de jogadoras de futebol é algo que dificulta qualquer pesquisa que venha a abordar esse tema, é mais comum encontrar informações que falem de esquemas técnicos e táticos de jogos e ainda assim sendo do futebol masculino.

Para Calvetti (2006), tratar da qualidade de vida de atletas é um desinteresse, não reconhecendo um dos diversos domínios que englobam a qualidade de vida, a saúde.

O interesse pelo tema partiu da vivência como atleta da modalidade em questão, na rotina de treinamentos e jogos, a pressão e todo o desgaste físico e psicológico que uma atleta é submetida durante uma temporada e o que isso acarreta na sua qualidade de vida.

Quando se fala em Esporte de Alto Rendimento, sabe-se que não é relacionado à saúde ou boa qualidade de vida, pois os atletas são expostos ao desgaste máximo dentro dos treinamentos e jogos.

Diante disso, o problema deste estudo foi: Qual a percepção dos níveis de qualidade de vida das atletas do futebol feminino da Associação Esportiva Kindermann de Caçador-SC?

Por isso, o objetivo principal foi verificar os níveis de qualidade de vida em atletas de uma equipe adulta de futebol feminino para poder analisar e buscar respostas para a melhoria desse problema, se necessário.

Para isso, serão aplicados e analisados dois questionários, sendo eles: Whoqol-Brev e Questionário de Qualidade de Vida para Atletas (QQVA), e comparar os dados obtidos com os dados encontrados na literatura.

METODOLOGIA

Natureza e Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como sendo uma pesquisa descritiva, quantitativa, de campo e transversal.

População e amostra

A presente pesquisa foi realizada com uma amostra de 20 atletas da mesma equipe, do gênero feminino, com idade entre 18 e 38 anos, praticantes da modalidade de futebol a nível estadual e nacional. Todas as atletas cumprem a mesma carga horária de treinamentos e residem no mesmo local.

Técnicas e instrumentos de coleta de dados

A pesquisa foi realizada utilizando três questionários, sendo estes: Questionário de Dados Demográficos, o questionário Whoqol-Brev e o Questionário de Qualidade de Vida para Atletas (QQVA).

Procedimentos para Análise de Dados

Os dados obtido do questionário sócio-econômico foram analisados através de valores absolutos e percentuais. Já para os dados do questionário Whoqol-Brev e (QQVA) foi utilizado calculado média e desvio padrão, bem como o test T para uma amostra para comparar com os estudo de referência. Para tanto foi utilizado o pacote estatístico SPSS 16.0.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Análise sócio econômico

Dentro da amostra de atletas pesquisadas, todas da categoria adulta, a média de idade foi de 25,1 variando de 19 a 38 anos. Quanto ao nível de escolaridade, a grande maioria 18 atletas estão cursando ou já cursaram o ensino superior. 85% da amostra tem renda familiar de 2 a 5 salários mínimos. A grande maioria 70% iniciaram a treinar e a competir no futebol entre os 7 a 14 anos de idade. O motivo que as levou a praticar o futebol é bem variado, ficando basicamente por influência dos pais, irmão, professores, técnicos e amigos. Todas já participaram de competições em âmbito municipal, estadual e nacional e 13 atletas já participaram de competições internacionais. Com relação ao volume de treinamento das atletas, todas afirmaram manter uma rotina de 5 a 6 dias por semana com 1 período de treinamento por dia com duração de 2 horas em média.

Análise Questionário WHOQOL – abreviado:

Tabela 1 - Dados da amostra por domínios do Whoqol e a classificação segundo (Fleck et. al. 2000)

Nº 20	Físico	Psicológico	Relações Sociais	Meio Ambiente	Qualidade de vida	Saúde
Média	4,1 ± 0,4	4,1 ± 0,3	4,0 ± 0,5	3,8 ± 0,3	4,3 ± 0,6	4,3 ± 0,6
Classificação	Boa	Boa	Boa	Regular	Boa	Boa

Verificou-se na tabela 1, que apenas o domínio referente ao meio ambiente apresentou classificação regular e os demais se apresentaram como classificação boa, inclusive no domínio qualidade de vida. Correia e Tomazoni, 2011, avaliaram a QV de jogadoras de voleibol dos principais clubes universitários brasileiros, e também observaram que no domínio ambiental o resultado foi menor do que os outros aspectos

Quando comparado com o estudo de Bosetti (2013), nota-se que em todas as dimensões houve diferença estatisticamente significativa em favor da presente pesquisa. Ressalta-se que a pesquisa de Bosetti foi realizada no mesmo clube, havendo uma evolução na percepção das atletas portanto.

Análise da Qualidade de vida das atletas (QQVA)

Na tabela 4 nota-se os resultados indicados pelas atletas dos fatores que influenciam a QQVA e seus níveis de influência das mesmas. Esses fatores correspondem a: Sinais e sintomas de Super Treinamento, Condições Básicas para a saúde, Relacionamento Social no Ambiente Esportivo, Estados Emocionais da Atleta e Planejamento e Periodização do treinamento esportivo.

Tabela 2 - Fatores que influenciam a QVA e seus níveis de influência da amostra pesquisada

Fatores	Nº	Média	Nível de influência
Sinais e Sintomas de Super treinamento	20	2,8 ± 1,1	Muita
Condições Básicas para a Saúde	20	3,3 ± 0,6	Muita
Relacionamento Social no Ambiente Esportivo	20	2,9 ± 0,6	Muita
Estados Emocionais do (a) Atleta	20	2,3 ± 1,2	Moderada
Planejamento e Periodização do Treinamento Esportivo	20	2,4 ± 0,9	Moderada

Dentro das respostas, observa-se que os fatores: Sinais e Sintomas de Super treinamento, Condições básicas para a saúde e Relacionamento Social no Ambiente Esportivo foram os que apresentaram maior nível de influência para as atletas, estes fatores foram considerados como os mais importantes, o que pode-se dizer que para as pesquisadas esses fatores são os mais influentes na vida delas como atletas. Os outros dois aspectos apresentaram resultados moderados indicados pelas mesmas.

Novamente analisando os dados de QVA como s dados de Bosseti (2013). constatou-se que não houve nenhuma diferença estatisticamente significativa em nenhum dos fatores . Os resultados dos dois estudos mostraram que estes aspectos possuem muita influência ou moderada dentro da Qualidade de vida para Atletas, porém as diferenças foram mínimas, assim não sendo tendo números estatísticos diferenciados dentro destes aspectos. Vale ressaltar que os números apontam, tanto para a presente pesquisa quanto para a pesquisa de Bosetti (2013) que as atletas tinham e continuam tendo uma qualidade de vida que pode-se dizer boa, porém ainda pode melhorar.

No entanto, na comparação com o estudo de Parreira (2008) com relação ao nível de influência dos fatores que influenciam a Qualidade de Vida de atletas, Verificou-se que houve diferença estatisticamente significativa apenas no fator “condições básicas para a saúde” em favor deste estudo em relação a Parreiras (2008), esse fator que corresponde à qualidade de alimentação, qualidade de sono e qualidade de serviços médicos e fisioterápicos. O que se pode notar é que, para as atletas, esse fator foi considerado fundamental para a própria qualidade de vida como atleta.

CONCLUSÃO

A análise dos dados coletados a partir do questionário WHOQOL-Abreviado revelou que as atletas afirmaram ter uma boa qualidade de vida e julgam a própria saúde como sendo boa também.

Apesar de quase todos os outros aspectos, além de qualidade de vida e saúde, também apresentarem classificação como sendo boa, atentou-se para o aspecto referente ao meio ambiente que apresentou classificação regular, esse domínio que corresponde aos aspectos que todas as atletas utilizam e frequentam juntas como sendo: a mesma moradia, o mesmo transporte, o barulho, clima, o mesmo acesso aos

serviços de saúde e dinheiro, ficou evidente que não está ruim, mas em comparação com os outros domínios, esse é o que necessita maior evolução na visão das atletas.

Na comparação desses domínios com os dados de Bosetti (2013), analisou-se que em todas as dimensões houveram diferenças significativamente positivas a favor da presente pesquisa. é de grande importância ressaltar que passaram-se 7 anos desde que foi realizada a pesquisa de Bosetti, sendo assim concluiu-se que a evolução nesses domínios foi constatada.

Os resultados do QQVA mostraram que para atletas pesquisadas os fatores considerados como sendo os mais importantes ou de maior influência na vida delas como atletas foram: Sinais e Sintomas de Super treinamento, Condições básicas para a saúde e Relacionamento Social no Ambiente Esportivo.

Outro ponto que é de grande valia ressaltar no QQVA, é a questão referente a “Qualidade dos serviços médico e fisioterápico” onde é a única questão do questionário onde as atletas relataram ser de total influência na vida delas como atletas. Já na comparação dos dados da QVA com estudo de Bosetti (2013) e Parreiras (2008), verificou-se que, apenas no aspecto “condições básicas para a saúde” houve diferença estatisticamente significativa em favor do presente estudo, em relação ao segundo estudo mencionado.

Por fim, com a grande dificuldade de encontrar pesquisas referentes ao assunto abordado neste estudo e para que se possa compreender a qualidade de vida de atletas de alto rendimento como algo necessário como um todo e tão importante quanto os títulos da sua carreira, sugere-se que novos estudos sejam feitos sobre a qualidade de vida de atletas de alto rendimento e sobre o futebol feminino.

REFERÊNCIAS

BOSETTI, Carine M. **Análise dos fatores que influenciam na qualidade de vida de atletas de futsal feminino de Caçador-SC: ambientes do cotidiano, de treinamento e competição.** 2013. Trabalho de Conclusão de curso - Universidade Alto Valo do Rio do Peixe - UNIARP, Caçador, 2013

CALVETTI, P.U.; Fighera, J.; Muller, M.C.; Poli, M.C. Psicologia da saúde e qualidade de vida: pesquisas e intervenções em psicologia clínica. Mudanças: Psicologia da Saúde. Vol.14. Num. 1. 2006. p. 18-23.

PARREIRAS, Lílian Aparecida de Macedo. **Análise dos fatores que influenciam a qualidade de vida de atletas paraolímpicos em ambientes de treinamento e competição.** 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Esporte) – Curso de Mestrado em Ciência do Esporte: Treinamento Desportivo. UFM, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CONDROMALÁCIA PATELAR: CONDUTA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E OS EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA EM PORTADORES DA DOENÇA

Gracieli Aparecida Alves¹
Daniela dos Santos²

¹Acadêmica do curso de Educação Física (Uniarp); ²Docente do curso de Educação Física, Fisioterapia e Medicina (Uniarp).

e-mail: gracielaaxodo@gmail.com

RESUMO

Condromalácia de patela é um termo aplicado à perda de cartilagem envolvendo uma ou mais porções da patela. Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa. A população envolvida foi composta por 29 profissionais de Educação Física, atuantes como instrutor/personal na cidade Caçador/SC. Os dados foram coletados no mês de maio de 2020, através de um questionário on line desenvolvido no google docs. Nos resultados observa-se que a maioria dos profissionais não teve contato com este conhecimento durante a graduação, mas que através de atualização conseguem prescrever exercícios para esta condição clínica. A prescrição de exercícios para a condromalácia patelar ainda é bastante discutida e constantemente atualizada. Sugere-se que este assunto seja discutido com maior frequência no meio acadêmico

Palavras-chaves: Condromalácia Patelar; Atividade Física; Educador Físico, Reabilitação.

INTRODUÇÃO

A prática de exercícios físicos pode preservar a saúde a qualidade de vida, principalmente para as pessoas que possuem algum tipo de lesões musculoesqueléticas. Os exercícios físicos atualmente vêm sendo utilizados tanto no tratamento quanto na prevenção de diversas patologias crônico-degenerativas entre elas a condromalácia (FERREIRA et al., 2008)

Condromalácia de patela é um termo aplicado à perda de cartilagem envolvendo uma ou mais porções da patela; sua incidência na população é muito alta, aumentando conforme a faixa etária, sendo mais elevada em mulheres (FREIRE et al., 2006). É uma das patologias degenerativas que mais acometem o joelho, também conhecida como "joelho de corredor". Os sintomas iniciam-se durante a adolescência, sendo mais comuns no gênero feminino. O quadro clínico caracteriza-se por dor que se acentua ao subir e descer escadas ou rampas, na posição sentada prolongada (sinal do cinema), ao agachar e aos esforços físicos. Alguns pacientes relatam falseios, mais frequentes com o joelho em extensão, durante a marcha (CARVALHO, 2019). O grau de comprometimento da cartilagem é progressivo, podendo evoluir para um desgaste grave e podendo ocorrer o aparecimento da artrose precoce da articulação patelofemoral, por isso, é importante que o tratamento seja iniciado o mais breve possível (JUNEAU et al., 2016).

O educador físico é responsável por prescrever, acompanhar e orientar os alunos que procuram a prática da atividade física e vem sendo aplicada como medida não-farmacológica, recomendada para prevenção e tratamento de doenças, a exemplo da Condromalácia Patelar. Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi

investigar a análise do conhecimento e a experiência do profissional de educação física em prescrever exercícios para alunos com condromalácia patelar.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como descritivo, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa.

A população envolvida foi composta por 29 profissionais de Educação Física, atuantes como instrutor/personal na cidade Caçador/SC. Os dados foram coletados no mês de maio de 2020, através de um questionário em formato online, desenvolvido no google docs, respondido através deste link < <https://forms.gle/YEbx2hcr2S3p2bTT9> >, divulgado pela pesquisadora através de suas redes sociais facebook®, instagram® e whatts up®. O questionário foi composto por perguntas de múltipla escolha que avaliou o perfil dos participantes, bem como o conhecimento sobre a condromalácia patelar.

Os dados foram tabulados em uma planilha do Microsoft Excel® 2010 e posteriormente foi realizada a análise descritiva dos dados, apresentando os resultados através da análise descritiva através da frequência relativa (%).

RESULTADOS

Participaram deste estudo 29 profissionais de Educação Física. Conforme os dados apresentados na Tabela 1, houve maior frequência de participantes do sexo masculino (55%) com idade entre 30 e 40 anos (31%) com bacharelado (62%). A maioria dos profissionais possui graduação (45%) ou especialização (45%).

Na tabela 2 estão os resultados sobre o conhecimento da condromalácia patelar por parte dos profissionais de Educação Física. Observamos que 55% dos profissionais relatou não ter tido acesso ao conteúdo de condromalácia durante a graduação. Mesmo assim, 48% respondeu que condromalácia é o amolecimento da cartilagem. Estes profissionais têm o conhecimento da existência de clientes com esta patologia em seus locais de trabalho (48%), e identificaram que a dor na condromalácia ocorre na parte anterior do joelho (59%). Com relação ao grupo muscular responsável pela alteração mecânica da patela e desenvolvimento da condromalácia, 31% respondeu sendo o quadríceps como responsável. Quando questionados sobre a função das fibras do vasto medial oblíquo, 59% respondeu que este músculo é o responsável por medializar a patela. Em relação ao ângulo de extensão de joelhos para a condromalácia 48% dos participantes referiram como apropriado utilizar variação angular de 0° a 90° em indivíduos com a lesão. Com relação a prescrição de exercícios utilizando equipamentos da musculação, 41% utilizaria a cadeira extensora, enquanto 10% optou pelo leg-press e 34% utilizariam ambas as opções. Uma vez instalada a patologia, sabe-se que o tratamento da condromalácia patelar requer atenção multiprofissional, e isso comprova-se com o resultado de 72% estarem realizando o trabalho integrado com outros profissionais, como médicos e fisioterapeutas.



Tabela 1. Frequência absoluta (f) e relativa (%) de variáveis sociodemográficas dos profissionais de Educação Física na cidade de Caçador/SC, 2020.

Variáveis	F	%
Gênero		
Feminino	13	45
Masculino	16	55
Idade		
até 25 anos	7	24
25 a 30 anos	6	21
30 a 40 anos	9	31
Acima de 40 anos	7	24
Formação acadêmica		
Bacharelado	18	62
Licenciatura plena	11	38
Especialização		
Não possui	13	45
Pós- graduado	13	45
Mestrado	2	7
Doutorado	0	0
Pós- doutorado	1	3
Tempo de experiência		
Menos de 1 ano	9	31
Entre 1 a 5 anos	4	14
Entre 5 a 10 anos	5	17
Mais de 10 anos	11	38

Fonte: Autora (2020).

Tabela 2 – Frequência absoluta (f) e relativa (%) sobre o conhecimento da condromalácia patelar por parte dos profissionais de Educação Física na cidade de Caçador/SC – 2020.

Variáveis	f	%
Conteúdo de condromalácia na graduação		
Sim	13	45
Não	16	55
Conhecimento da condromalácia patelar		
Lesão no Joelho	13	45
Amolecimento da Cartilagem	14	48
Não sei	2	7
Alunos com condropatia no local de trabalho		
Sim	14	48
Não	9	31
Não sei	6	21
Local da dor na condromalácia		
Na frente do joelho	17	59
Na frente e atrás do joelho	4	14
Não sei	8	28
Músculos desencadeantes da condromalácia		
Quadríceps	9	31
Isquiotibiais	1	3
Ambos	14	48
Não sei	5	17
Função das fibras oblíquas do VM		
Lateralizar a patela	6	21
Medializar a patela	17	59
Não sei	6	21
Ângulo da extensão do joelho para condromalácia		
de 0° a 30°	10	34
de 60° a 90°	4	14
Ambos	8	28
Não sei	7	24
Aparelhos indicados para a condromalácia		
Cadeira extensora	12	41
Leg Press	3	10
Ambos	10	34
Não sei	4	14
Trabalho integrado com profissionais da saúde		
Sim	21	72
Não	8	28

Fonte: Autora (2020).



CONCLUSÕES

Grande parte dos profissionais de Educação Física participantes do estudo que atuam nas salas de musculação das academias relataram não ter tido na graduação o conteúdo sobre condromalácia. Mas observando o resultado esperado, na maioria das questões com relação a este conhecimento, pode-se dizer que estes profissionais procuraram estar se atualizando com relação a esta condição clínica.

Sugere-se que em estudos futuros, os pesquisadores possam ampliar a coleta de dados para outros profissionais da saúde que atuam multidisciplinarmente em programas de exercícios físicos e práticas corporais, realizando a prescrição de um protocolo de fortalecimento e observando os resultados.

LIMITAÇÕES

O tamanho da amostra deste estudo.

RECOMENDAÇÕES DE ESTUDO

A prescrição de exercícios para a condromalácia patelar ainda é bastante discutida e constantemente atualizada. Sugere-se que este assunto seja discutido com maior frequência no meio acadêmico, principalmente entre os profissionais de contato direto com a aplicação de exercícios na manutenção da qualidade de vida dos portadores desta patologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, M. A. P. **Reumatologia: diagnóstico e tratamento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: [s.n.].

FERREIRA, C. L. S. et al. Efeitos dos exercícios de musculação para o fortalecimento da musculatura da coxa em portadora de condromalácia patelar. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, v. 7, p. 223–228, 2008.

FREIRE, M. F. D. O. et al. Condromalácia de patela: Comparação entre os achados em aparelhos de ressonância magnética de alto e baixo campo magnético. **Radiologia Brasileira**, v. 39, n. 3, p. 167–174, 2006.

JUNEAU, C. et al. Current Concepts in Treatment of Patellofemoral Osteochondritis Dissecans. **International journal of sports physical therapy**, v. 11, n. 6, p. 903–925, dez. 2016.

PERFIL DOS PRATICANTES DE DUAS ACADEMIAS DE MUSCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC

Willian Diógenes Staciaki
Elaine Caroline Boscatto

RESUMO

O presente trabalho objetivou identificar o perfil e as características de praticantes de musculação em duas academias da cidade de Caçador-SC. Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, de caráter bibliográfico, descritivo e exploratório. Foi aplicado um questionário 31 questões e participaram desta pesquisa 20 pessoas do sexo masculino e 20 pessoas do sexo feminino, com idades entre 18 e 36 anos. Os principais objetivos que levaram essas pessoas a buscar academia são: hipertrofia (32%), emagrecimento (20%), saúde (17%), estética (13%) e condicionamento físico (18%). Em geral, frequentam a academia de 2 a 3 vezes por semana, conciliando com outras atividades como futebol (homens) e zumba (mulheres). A maioria também conta com um treinador pessoal, faz uso de algum tipo de suplemento nutricional e busca ter alimentação, sono e descanso adequados. A prática da musculação mostrou exercer importante papel na promoção da saúde e cabe ao profissional de Educação Física ter consciência dos desafios que a profissão impõe e muita responsabilidade no momento de auxiliar um aluno na prática de musculação, fazendo uso dos recursos disponíveis para o seu benefício, priorizando uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Musculação. Academia. Saúde.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é identificar o perfil e as características habituais da prática de atividade física de praticantes de musculação em duas academias da cidade de Caçador – SC.

Os objetivos específicos visam analisar se a musculação traz benefícios para os praticantes e quais são os objetivos de cada praticante da musculação dentro da academia.

REVISÃO DE LITERATURA

“Apesar das evidências benéficas já conhecidas e difundidas que o exercício físico promove à saúde, uma parcela mínima da população brasileira pratica exercícios físicos regularmente” (BRASIL apud LIZ; ANDRADE, 2015, p. 268).

O exercício físico regular e uma alimentação adequada são peças chaves para a manutenção da saúde e da qualidade de vida. Pesquisas confirmam esse fato, incentivando a população à prática de atividade física para a manutenção da saúde de pessoas de todos os sexos e todas as idades (FIALHO et al., 2014).

É importante enfatizar que nenhum programa de treinamento poderá alcançar sucesso se não for acompanhado de nutrição adequada e compatível com a fase do treinamento em que o atleta se encontra, especialmente se estiver fazendo o uso de

esteroides anabólicos. “Desta forma, todas as pessoas envolvidas em um programa de treinamento sério devem estar preparadas a dedicar muita atenção a alimentação” (GUIMARÃES, 2005, p. 43).

A musculação tornou-se, então, muito difundida em todo o mundo. Esta atividade está sendo procurada, a cada dia de maneira mais ampla, por pessoas diferentes. Cada praticante que inicia no treinamento com pesos busca um objetivo bem definido, como aumento da massa magra, melhora na qualidade de vida, questões estéticas, hipertrofia, aumento da força entre muitos outros, além de ser um dos fatores importantes na preparação de atletas (PEREIRA FILHO, 1997).

A musculação é a principal atividade nas academias para preparação física, e contribui além do crescimento muscular com a diminuição da gordura corpórea e o incremento da massa óssea. Sua prática constante leva a transformação harmoniosa da constituição física humana (BARROS et al., 2015).

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza descritiva, com análise quanti-qualitativas dos dados.

A amostra contempla homens e mulheres de várias idades, acima de 18 anos, sendo 20 homens e 20 mulheres.

A pesquisa foi realizada em duas academias da cidade de Caçador – SC, tendo como base um questionário com 31 perguntas.

As informações quantitativas foram analisadas com estatística descritiva. As informações qualitativas foram analisadas de forma subjetiva.

RESULTADOS

A amostra é representada por um público adulto jovem, para ambos os sexos, com idades entre 18 e 36 anos.

Tratando sobre musculação, os participantes deveriam descrever o qual o objetivo/motivo que os fez a praticar a musculação.

Dentre os participantes, 32,5% responderam: *“Hipertrofia é o foco, ganho de massa”*. A segunda resposta (citada por 20% dos praticantes) mais evidenciada foi: *“Minha meta é o emagrecimento, estou um pouco acima do peso”*.

22 participantes responderam que frequentam a academia 6 vezes por semana, sendo assim tirando um dia para descansar, no caso o domingo. E 18 pessoas responderam que frequentam a academia no máximo 4 vezes durante a semana, por falta de maior disponibilidade de tempo, ou também por estarem satisfeitos assim. Tratando sobre o tempo que praticam musculação: 18 pessoas responderam que praticam há 1 ano, e 22 pessoas contaram que praticam há menos de 7 meses.

Com relação ao motivo que iniciaram a musculação a maioria citou que *“Iniciou por indicação de um amigo ou da família”*.

Todos responderam que fizeram avaliação com um médico antes de iniciar as atividades e levaram os exames e/ou a liberação do médico para o profissional atuante na academia. Todos responderam que não têm auxílio de nutricionistas e apenas procuram se informar sobre dieta e alimentação na internet.

Houve também a pergunta se treinam com auxílio do personal trainer ou por conta própria, onde 16 pessoas responderam que treinam sozinhos, e 24 pessoas responderam que precisam do auxílio do Personal Trainer para a prática da musculação.

Sobre a dieta, 6 pessoas relataram que fazem reeducação alimentar e não fazem nenhum a dieta específica – reeducação alimentar: cuidar o que e quando consome e a quantidade consumida. E 34 participantes relataram que continuam com a sua alimentação normal, sem adotar nenhum tipo de dieta. Uma dieta na internet pode dar certo para um, e não para outro, por isso deve-se tomar muito cuidado.

Sobre o uso de suplementos alimentares, 26 pessoas afirmaram fazer uso de algum tipo de suplemento alimentar, citando Whey Protein, BCAA, Creatina, Cafeína, Pré treino, Hipercalórico e Termogênico. Dentre os participantes, 17 relataram fazer um maior uso de Whey Protein, e 14 relataram não fazer uso de nenhum suplemento.

E na questão sono, os resultados demonstram que 26 participantes da pesquisa dormem 8 horas por noite, e 14 dormem menos que 8 horas, ou por causa do trabalho com revezamento de turnos, ou por terem que continuar a atividade laboral em casa.

Quanto ao lazer, 29 responderam que gostam de ficar em casa e curtir a família, e 11 falaram que gostam de ficar em casa, descansando, vendo televisão e assistindo um bom filme.

CONCLUSÕES

Primeiramente, os dados coletados permitiram descrever o perfil dos entrevistados, destacando peculiaridades e também permitindo o estabelecimento de variáveis. Tratando sobre os principais objetivos que levaram essas pessoas a buscar academia, os dados analisados contribuíram para a compreensão de que estes contemplam metas diferenciadas, tendo a hipertrofia e emagrecimento como os objetivos mais citados. Além disso, foram motivados, incentivados a iniciar a musculação por um amigo ou familiar.

Esse público, em geral, pratica musculação há menos de um ano e costuma frequentar a academia de 2 a 3 vezes por semana, com treinos em média de 1 hora por dia e com acompanhamento de um profissional de Educação Física.

Relataram ainda buscar informações sobre nutrição na internet e muitos fazem uso de suplemento alimentar, sendo o Whey Protein o mais citado. Procuram ter horas de sono suficiente e durante o lazer, preferem ficar em casa, descansando com a família e/ou assistindo televisão.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, ficou claro que a prática da musculação exerce importante papel na promoção da saúde e cabe ao profissional de Educação Física ter consciência dos desafios que a profissão impõe e muita responsabilidade no momento de auxiliar um aluno na prática de musculação, fazendo uso dos recursos disponíveis para o seu benefício, priorizando uma melhor qualidade de vida.

Observa-se, também, que o futuro educador físico precisa estar constantemente atualizando-se para poder quantificar e qualificar seus programas ou prioridades de treinamento, buscando atingir os objetivos de seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Gerleison Ribeiro. et al. Motivos para a prática de musculação entre adultos jovens de uma academia no município de Paritins-AM, **Revista Acta Brasileira do Movimento Humano**, v. 5, n. 1, p. 66-75, jan.mar/2015

FIALHO, Alex. et al. O imaginário coletivo de estudantes de educação física sobre vida saudável. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 36, n. 3, p. 626-631, jul./set. 2014.

GUIMARÃES, Waldemar. **Musculação: anabolismo total**. 9. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

LIZ, Carla Maria; ANDRADE, Alexandro. Análise qualitativa dos motivos de adesão e desistência da musculação em academias. **Rev. Bras. de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 38, n. 3, p. 267-274, dez./2015.

PEREIRA FILHO, Ney. **Musculação e Cinesiologia aplicada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphos, 1997.

PRINCIPAIS E MAIS FREQUENTES LESÕES NO FUTEBOL AMADOR E INCIDÊNCIA EM ATLETAS NOS CAMPEONATOS AMADORES DE FRAIBURGO-SC

Édipo Henrique Pedroso¹
Lindomar Palmera²

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo, analisar as principais e mais frequentes lesões em atletas de futebol amador de Fraiburgo-SC, com a função de levantar estatísticas das principais e mais frequentes lesões que ocorrem com os atletas do município. Para levantamento de dados foi utilizado a plataforma de questionários on-line google forms, e para a análise dos resultados e formulação das porcentagens foi usado o programa excel 2013. Diante dos principais resultados, o estudo apontou que 84% dos sujeitos já foram acometidos por lesões decorrentes do futebol, sendo que as principais foram, entorses, luxações e estiramentos musculares com 56% da amostra além de mapear a porcentagem de atletas que se dedicam a fazer preparação física para os campeonatos. O estudo também abordou a questão sobre a porcentagem de atletas que realiza outro tipo de atividade física, sendo apontada a maioria como praticante de musculação. Concluiu-se ainda que a falta de complementação e preparação a prática é a grande causadora de lesões no esporte a nível amador. Como sequência sugerimos mais estudos para melhorar as lacunas científicas bem como aprimoramento de novos dados e informações sobre lesões no esporte amador.

Palavras-chave: *Atletas; Lesões; Futebol Amador.*

INTRODUÇÃO

Atualmente os praticantes de modalidades amadoras crescem todos os dias, diante disso muitas práticas de esportes são feitas ou realizadas pelos esportistas. Considerado assim o Futebol é a modalidade mais popular do mundo. Sendo a paixão nacional, esse esporte é o mais praticado, no Brasil, seja profissionalmente ou no amadorismo (GONÇALVES et al., 2015).

No entanto baseado em informações científicas os traumas musculoesqueléticos também são muito recorrentes, tornando o futebol, a modalidade competitiva com maior incidência desse tipo de lesões (BAYRAKTAR, 2011 apud GONÇALVES, 2015).

No desenvolvimento do estudo o objetivo principal para a proposta foi determinado como: Averiguar quais as lesões mais recorrentes no futebol amador e verificar se os jogadores amadores da cidade de Fraiburgo-SC fazem algum tipo de preparação física. A proposta se torna evidente e de suma importância para auxiliar nas estratégias de como o esporte amador pode trazer mais benefícios do que ocasionar traumas relacionados a integridade física de atletas amadores.

LESÕES NO ESPORTE E FUTEBOL

As lesões que ocorrem nas mais variadas práticas esportivas, são comumente musculares, acabam acarretando aos atletas de alto rendimento com a falta ou a

ausência de treinamento ou competições, com isso a perda de ou a diminuição de suas capacidades física, e insegurança no retorno de suas atividades, o que os estudos tem mostrado e a prevenção no âmbito da fisioterapia e medicina desportiva tem sido responsável pela queda no número de lesão e gastos públicos nessa área (MIRANDA, 2018).

Diante disso, Marcon (2015, p.82) comenta:

Lesão é um dano ou mal físico causado por um ferimento, impacto físico ou doença. Segundo Santos; Mejya(7) no futebol as lesões musculares representam 30% das lesões sofridas pelos atletas, isso se dá ao fato do jogador realizar movimentos fortes de rápida contração ou movimentos exagerados contra uma grande resistência, podendo romper as fibras musculares.

Quando tratado o futebol como uma modalidade esportiva, este obriga seus participantes a trabalharem com muito esforço físico, perto de seus limites de exaustão, tendo que sustentar o peso de seu corpo e a realização de movimentos em várias direções e formas, com mudanças rápidas e improvisadas de posição ocorrendo tanto nos treinamentos quanto nos jogos (VIEIRA et.al., 2009 apud RODRIGUES, 2015).

REABILITAÇÃO PÓS LESÕES

O futebol por ser um esporte de muito contato físico, tem apresentado um índice muito grande de lesões, podendo ser classificadas por traumáticas ou estresse por uso, os fatores que acarretam a mesma podem ser inúmeros e variar, condições dos campos de uso, cargas de treinos, tipos de chuteiras compatíveis ou não as condições do gramado (MARCON, 2015).

Estudos apontam que os jogadores podem recorrer a um método de prevenção e reabilitação de LCA, conhecido como treinamento neuromuscular onde se tem como objetivo a melhora da capacidade do sistema nervoso central com relação a movimentos rápidos e a resposta muscular para tal, além também de ajudar na estabilidade de articulações (TEIXEIRA, 2018).

DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

MÉTODOS

A pesquisa desempenha-se como uma pesquisa descritiva correlacional, com delineamento transversal e uma abordagem quantitativa.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados dos atletas foi elaborado pelo acadêmico um questionário, no intuito de mapear o perfil dos atletas, histórico de lesões, atividades laborais, histórico de preparação física e frequência na pratica do esporte, além de informações pessoais.

RESULTADOS

Tabela. 1 Informações pessoais e específicas sobre lesões em praticantes de futebol amador no município de Fraiburgo-sc.

VARIÁVEL	N	%	MEDIA
Sexo			
Masculino	50	100	1
Idade			
18 a 25	26	52	
26 a 30	11	22	1,74
31 acima	13	26	
Tempo de pratica futebol			
Acima de 13 anos	35	70	
PEntre 9 e 12 anos	10	20	1,4
Entre 5 e 8 anos	5	10	
Atuação em competições			
Anual	14	28	
Semanal	16	34	2,3
Mensal	9	18	
Semestral	10	20	
Lesões devido ao futebol			
Sim	42	84	1,16
Não	8	16	
Tipos de lesões			
Entorses, luxações	28	56	
Fraturas	14	28	1,6
Joelho, rupturas	8	16	
Recuperativo pós-lesão			
Sim	28	56	1,44
Não	22	44	
Complemento de treino			
Sim	31	62	1,38
Não	19	38	
Motivos de lesões			
Falta de preparação muscular	30	60	
Condições físicas	19	38	1,42
Estados dos gramados	1	2	

Fonte: Elaborados pelo autor 2020

CONCLUSÃO

Diante do objetivo deste estudo, que primeiramente era mapear o percentual de atletas que já sofreram com algum tipo de lesão decorrente da prática do futebol no município de Fraiburgo-SC, com os resultados apresentados chegamos ao número de 84% da amostra como positivo para lesões, aonde os resultados nos levaram como as mais comuns, entorses, luxações e estiramentos musculares com 56%, seguido de fraturas nos membros inferiores com 26% da amostra populacional. Esse estudo pode servir como base de dados para atletas, preparadores físicos, e dirigentes de clubes amadores, no intuito de basear estratégias de preparação e prevenção de lesões, aumentando assim a vida útil desses atletas, sem que suas vidas pessoais e o desenvolver de suas atividades laborais sejam afetadas, devido à falta de preparação física, afastando assim os das práticas esportivas e limitando suas rotinas laborais.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, M.V.P; ONAKA, G.M.; GRAÇAS, D. CARREGARO, R.L; MARTINEZ, P.F.; JÚNIOR, S.A.O. **Epidemiologia de lesões musculoesqueléticas em praticantes amadores de futebol**. Revista Motricidade, vol. 11, n. 4, pp. 134-141. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/mot/v11n4/v11n4a14.pdf>. Acesso em: 25 de março 2020.

MARCON, C.A. Atuação fisioterapêutica nas principais lesões musculares que acometem jogadores de futebol de campo. **Revista científica da faculdade de educação e meio ambiente**, Blumenau, volume 6, número 1, pagina 81-98, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922013000200008. Acesso em: 13 de abril 2020.

MIRANDA, R.A.T Lesão muscular em atletas do sexo masculino atendidos no centro de estudo e atendimento em fisioterapia de presidente prudente são Paulo; **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, São Paulo, p. 70-76, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132892018000100070&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 9 de abril 2020.

RODRIGUES, K, A. A fadiga influencia a resposta dos músculos eversores após a simulação de uma entorse de tornozelo? **Revista Brasileira de Medicina de Exercício e de Esporte**, São Paulo, Volume 21, n. 1, p. 8-11, fev 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151786922015000100008. Acesso em: 20 de abril 2020.

TEIREIXA, C, V, L, S. **Treinamento resistido manual e sua aplicação na educação física**, Santos-SP, volume 15, número 1, pagina 23-35, 2016. Disponível em: <http://caueteixeira.com/wp-content/uploads/2016/10/2016-Treinamento-resistido-manual-e-sua-aplica%C3%A7%C3%A3o-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-F%C3%ADsica.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2020.

PERFIL DE PRATICANTES DE NATAÇÃO E HIDROGINÁSTICA EM UMA ACADEMIA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SANTA CATARINA

João Vigarani
Elaine Caroline Boscatto

RESUMO

A pesquisa teve como principal objetivo identificar o perfil dos praticantes da natação e da hidroginástica. Logo, também buscou investigar os motivos que os levaram a praticar as modalidades, bem como os benefícios proporcionados. Esse trabalho é de cunho bibliográfico e descritivo, com análise qualitativa e quantitativa dos dados. Contou-se com a participação total de 54 alunos, de ambos os sexos, sendo 21 praticantes da modalidade de natação e 33 de hidroginástica, com idades variando entre 18 e 76 anos. A maioria, tanto para natação quanto para hidroginástica, são praticantes há mais de 2 anos e, em geral, optam por realizar suas atividades duas vezes na semana. Ainda, têm como objetivo principal com a prática a melhoria da saúde e apontam como principais benefícios percebidos o fortalecimento muscular e emagrecimento, seguido por melhoria no condicionamento cardiorrespiratório. Podese concluir que a prática da atividade física aquática traz muitos benefícios à saúde e que a mesma é praticada com intuito de melhorar as condições de saúde e bem-estar. Todos os entrevistados demonstraram satisfação com os resultados obtidos após iniciarem essas modalidades. Assim, visto os benefícios que as atividades aquáticas oferecem para a saúde em geral, recomenda-se que seja praticada continuamente.

Palavras-chave: Atividades físicas. Qualidade de vida. Natação. Hidroginástica.

OBJETIVOS

Esse trabalho tem o propósito de identificar o perfil de praticantes de natação e hidroginástica em uma academia do município de Caçador-SC. Busca também identificar os benefícios que as práticas de natação e hidroginástica proporcionam aos alunos.

A intenção através da pesquisa foi investigar os motivos que levam as pessoas a praticarem a natação e a hidroginástica, de modo a buscar aperfeiçoar os exercícios aos praticantes e apreciadores dessas atividades, com a perspectiva de melhorar a aptidão geral, dando-lhes um resultado mais satisfatório.

REVISÃO DE LITERATURA

Um dos modos de se alcançar vida saudável é a prática de exercícios físicos, que auxiliam na melhora do desempenho das atividades diárias, proporcionam melhora da eficiência do metabolismo, com decorrente redução de gordura corporal e aumento da massa muscular.

Desse modo, praticar atividade física é algo recomendado em qualquer idade. Não é à toa que profissionais da saúde recomendam a prática regular de algum tipo de

atividade. Essa ação de movimentar o corpo previne muitas doenças e contribui para o bem-estar do indivíduo.

O termo saúde é definido pela Organização Mundial da Saúde não apenas como a ausência de doenças, mas também como o bem-estar físico, mental e social, onde esses aspectos estão relacionados entre si. Desta forma, a atividade física colabora na manutenção da saúde, sendo uma fonte de promoção da mesma (CARVALHO, 2016).

O ser humano precisa estar em constante movimento. Essa ação contribui para o bem-estar corporal e mental do indivíduo. As atividades aquáticas são uma boa opção de manutenção da saúde, pois elas trazem muitos benefícios, tanto em aspectos físicos, psicológicos e sociais. Como exemplo de benefícios, se tem a possibilidade de realizar movimentos sem causar impacto às articulações e tendões, estimulando toda a musculatura e tônus muscular. Ainda, efeitos benéficos sobre o sistema respiratório e cardiovascular, elevação da autoestima, alívio dos níveis de stress e pode contribuir com chances de conhecer novas pessoas e aumentar o círculo social (CRISTO e AZAMBUJA, 2019).

As atividades aquáticas são as que necessariamente devem ser praticadas com parte do corpo imerso. Natação, hidroginástica, mergulho, hidrobike, hidrojump, hidroterapia, água zumba são algumas das atividades aquáticas mais populares e todas elas promovem uma alta qualidade de vida aos praticantes, salientando benefícios tais como: perda de peso, melhora ao condicionamento, aumento da capacidade respiratória, diminuição de dores, fortalecimento da musculação, alívio do estresse são proporcionadas pelas atividades citadas (CASTRO, 2005).

A terminologia da palavra hidroginástica é utilizada para generalizar que existe uma variedade de programas de exercícios praticados no meio aquático na posição vertical, buscando a aptidão física em indivíduos sedentários e a complementação da preparação física de atletas de alto nível. A hidroginástica favorece a saúde, além de prevenir ou minimizar os efeitos do envelhecimento. Sua prática regular desenvolve a capacidade cardiorrespiratória, aumentando o consumo máximo de oxigênio e a vascularização do miocárdio, repercutindo também em melhorias na pressão arterial de repouso (ROCHA, 1994; MENDONÇA, 2005 apud CARVALHO, 2016).

Outra modalidade aquática que oferecem muitos resultados é a natação. Ela é considerada uma das atividades mais completas para o desenvolvimento integral do indivíduo. Essa modalidade pode fazer parte da vida da criança logo nos primeiros meses, podendo ser praticada de forma lúdica e recreativa, sem compromisso com as técnicas, para uma adaptação ao meio líquido. A natação favorece também a melhora no aspecto físico e na postura corporal, que é fundamental para o desenvolvimento motor.

Para o adulto, a natação oferece muitos benefícios físicos e respiratórios, tonificação muscular e melhoras em diversos aspectos, sendo considerada uma atividade completa.

Cada pessoa é única e possui reações diferentes. Cada ação proposta pelo profissional de educação física tem uma finalidade específica, o qual se preocupa com os resultados para cada aluno e analisa cuidadosamente o resultado obtido, através das suas orientações.

Para o profissional de educação física, dá a oportunidade de ajustar e aperfeiçoar os exercícios, conforme a necessidade do aluno, independente do motivo de sua procura.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de natureza básica, com caráter descritivo e análise transversal, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para o avanço da ciência e envolvem verdades e interesses universais.

Foi selecionado alunos praticantes das modalidades de natação e hidroginástica em uma academia de Caçador-SC. Os critérios de inclusão eram ser praticantes dessas modalidades e interesse em participar do estudo, além de possuir idade superior a 18 anos.

Foi elaborado pelo próprio autor um questionário contendo 11 questões, a maioria delas semelhantes entre hidroginástica e natação, mas duas delas se diferenciam conforme a modalidade que o entrevistado praticava.

A análise dos dados deu-se de forma descritiva e interpretativa. Os dados obtidos foram compilados e analisados, visando avaliar quais os benefícios que as práticas de natação e hidroginástica proporcionam aos alunos da academia que participou do estudo.

RESULTADOS

Nessa pesquisa contou-se com a participação total de 54 participantes, sendo que 21 desses alunos praticam a natação e os outros 33 praticam hidroginástica. Agrupando os indivíduos por sexo, a média de idade do sexo masculino para a natação é de 31 anos e na hidroginástica é 52 anos, enquanto que a média do sexo feminino na natação é de 28 anos, na hidroginástica é de 57 anos.

A maioria, tanto para natação quanto para hidroginástica são praticantes há mais de 2 anos, mostrando fidelidade ao exercício. Mas há também um número considerável de iniciantes, com até 3 meses de prática. Em geral, os alunos optam por realizar suas atividades duas vezes na semana.

Sobre os objetivos dos alunos em praticar atividades aquáticas, a grande maioria dos praticantes tem como objetivo a saúde. E apesar de natação e hidroginástica serem atividades aquáticas, são atividades distintas e, curiosamente, os principais benefícios apontados pelos alunos foram os mesmos, sendo o primeiro fortalecimento muscular e emagrecimento, seguido por melhoria no condicionamento cardiorrespiratório.

Com relação a natação, os alunos foram questionados sobre quais nados possuem maior domínio e sequência relatada de forma decrescente foi: Crawl, costa, peito e borboleta. Para os nados crawl e costas, em geral, os alunos levam uma média de 2 meses para o aprendizado.

O nado crawl e o de costas exigem algumas variações de movimentos e técnicas padrões que precisam ser treinadas, para seu aprimoramento e execução correta, porém são os estilos mais fáceis de serem aprendidos.

No que diz respeito à hidroginástica, uma questão específica buscou conhecer a causa de os participantes de hidroginástica terem optado por essa atividade aquática. A maioria relatou ter recomendação médica, por algum problema de saúde, mas também muitos relataram que o motivo foi para praticar alguma atividade física e sair do sedentarismo.

Além disso, os entrevistados afirmam que a prática da hidroginástica proporcionou melhoras significativas na saúde, sendo possível perceber que os mesmos estão gostando de realizar essa atividade e que está acarretando bons resultados.

Vale ressaltar que a prática dessa atividade traz muitos benefícios para a saúde, corpo e mente. Um diferencial que torna as aulas mais divertidas é a música e a interação entre o grupo.

CONCLUSÕES

Ao realizar a tabulação dos dados coletados, percebeu-se que a atividade física passou a ser muito importante para o bem-estar dos indivíduos entrevistados e entre as duas modalidades aquáticas estudadas, ambas trazem benefícios parecidos quando se trata em ser praticada na água e por trazer menos impacto nas articulações dos praticantes. Porém, mesmo com suas semelhanças, elas contribuem de forma diferenciada para o corpo do indivíduo o qual as pratica.

Com as entrevistas pode-se perceber que a hidroginástica tem sido a atividade mais procurada pelos praticantes com mais de 50 anos. O que levou a maior parte a frequentar essa atividade aquática foi por indicação de um médico ou como alternativa para melhorar a saúde, sair do sedentarismo.

Um dado importante, é em relação a prática regular de exercícios físicos. Essa prática acarreta benefícios que se manifestam sob todos os aspectos do organismo, auxilia na melhora da força e do tônus muscular e da flexibilidade, fortalecimento dos ossos e das articulações, do bem estar. Passa a se sentir motivada, a gostar do que faz, a observar os resultados positivos e querer manter aquela rotina positiva para sua vida.

Quando o indivíduo procura praticar uma atividade física, ele tem um objetivo que pretende alcançar. Esse objetivo é muito importante, pois é ele que irá direcionar qual é a atividade ideal e quais serão os exercícios específicos para se atingir o que se espera.

O professor da academia precisa conhecer os seus alunos, suas capacidades iniciais e individuais, e o objetivo que cada um pretende alcançar para assim, planejar as aulas com exercícios orientados e específicos.

A natação é uma atividade que contribui para todos os movimentos corporais, sendo excelente para o combate contra a obesidade, diabetes e é excelente para o coração, pois a pressão que a água exerce ativa a circulação sanguínea, aumentando a capacidade do coração bombear sangue pelo corpo eliminando a gordura ao redor do coração, diminuindo a incidência de doenças cardiovasculares e aumentando os níveis do colesterol bom, o HDL.

Já a hidroginástica, aliviar dores musculares e das articulações, proporciona relaxamento muscular, aumentar a amplitude dos movimentos das articulações, reeduca os músculos semi ou atrofiados, desenvolver a coordenação aos músculos em paralisias, desenvolver a força e a resistência. Ele é mais procurado por pessoas da terceira geração, por trazer todos esses benefícios e por trazer benefícios sociais, emocionais e mentais.

A água colabora para o relaxamento muscular, a atividade em grupos aproxima a interação, a socialização e a música a qual faz parte das aulas de hidroginástica trabalha o emocional, o relaxamento mental, produzindo satisfação em praticar uma atividade física.

Mas para que ambas ofereçam esses benefícios citados, precisam ser praticados regularmente, no mínimo 3 vezes por semana, dessa forma elas irão contribuir para a melhora na qualidade de vida dos praticantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, R. C. **Os benefícios físicos e psicológicos da hidroginástica para a saúde das mulheres praticantes atendidas pelo programa vida nova em Lucas do Rio Verde – Mato-Grosso.** 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10369/1/2014_RosineiDaCruzCarvalho.pdf>. Acesso em: 20 jun 2020.

CASTRO, E. M. **Atividade Física Adaptada**, São Paulo, ed. Tecmedd, 2005.

CRISTO, I. S. ;AZAMBUJA, C.R. Atividades aquáticas como promotoras da qualidade de vida: uma revisão. **7ª Jornada Acadêmica do curso de Educação Física - FAMES.** ISSN 2237-3845. 2019. Disponível em: <<http://metodistacentenario.com.br/jornada-academica-educacao-fisica-dafames/anais/7a-jornada/isabel-cristo-aquaticos-fames.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2020.

PERFIL DOS CORREDORES AMADORES DE RUA DE CAÇADOR-SC

Rodrigo Martini
Elaine Caroline Boscatto

RESUMO

O presente trabalho objetivou identificar o perfil de atletas amadores de corrida de rua de Caçador-SC. Foi utilizada a pesquisa de campo, de caráter transversal, descritiva, com análise quanti-qualitativa dos dados, os quais foram obtidos através de questionário enviado via Google Forms. No total, foram analisados os resultados da entrevista de 16 atletas, sendo 7 do sexo feminino e 9 do sexo masculino, com idades entre 18 e 58 anos. Todos os atletas possuem tempos diferentes de prática, correspondendo entre 5 meses a 21 anos e a maioria (81,3%) participa de um grupo de corrida e possui treinador específico (62,5%), porém, 87,5% não possui patrocínio. O que os motivou a praticar a modalidade foi principalmente o incentivo da família e amigos, mas também, influência na escola ou escolinhas de atletismo no município. Como objetivo principal com a prática, foi destacada a melhora da qualidade de vida e da saúde. Alguns também buscam a superação, melhorar cada vez mais o seu desempenho, ou ainda, destacaram ter a corrida como um hobby e disciplina. Concluiu-se que cada um, mesmo com sua rotina do dia-a-dia, realiza seus treinamentos e estabelece suas metas com este esporte.

Palavras-chave: Corredores de rua. Amadores. Esporte.

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é aplicar o questionário com os atletas amadores, entendendo como ocorre sua rotina no dia-a-dia, analisando se o período de treinamento e descanso influencia dentro da modalidade, e identificando ideias que levem os atletas a evoluir na modalidade.

Como objetivo específico do trabalho pode-se ter como referência analisar a rotina dos corredores amadores de rua, buscando entender a preparação dos atletas para as provas e seus objetivos.

REVISÃO DE LITERATURA

A corrida de rua é um exercício de baixo custo e fácil execução, sendo uma das modalidades que mais vem crescendo no Brasil e no mundo, motivando principalmente pessoas que buscam benefícios para saúde por meio da prática regular de exercício físico (LIMA; DURIGAN, 2018).

A prática massificada de corridas amplia as oportunidades de atuação para os profissionais de Educação Física. Mas para isso, conhecer o perfil dos praticantes de corridas de rua é necessário para a elaboração de estratégias de atuação direcionadas para esse público (FONSECA et al., 2019).

Além de a corrida de rua ser uma prática que busca beneficiar o atleta amador, vai despertar o interesse nas pessoas que estão começando a se introduzir neste esporte que abrange o mundo em que vivemos. Com isso, o esporte vai abranger diferentes pessoas com diferentes idades, sexo e tempo de prática.

Segundo Gonçalves (2011), o esporte obteve um grande crescimento por vários fatores, desde a facilidade de acesso para diferentes pessoas que buscam como um lazer, possuir custos que agrada diferentes atletas desde amador a profissional e caracterizar-se como um esporte que busca abranger em grande escala.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter transversal, descritiva, com análise quanti-qualitativa dos dados.

Foi enviado o questionário para um grupo de atletas amadores, idades livres, ambos os sexos, grupos de corrida e avulsos.

O questionário foi feito via google forms, contendo 18 perguntas que buscavam conhecer a rotina dos corredores, alimentação, períodos de treino, descanso, trabalho, entre outros aspectos relacionados ao esporte.

RESULTADOS

Foram enviados questionários para um grupo de atletas amadores, totalizando 25, via Google Forms. Retornaram respondidos 16 questionários. O motivo de envio pelo Google Forms se deu pelo decreto de isolamento devido à Pandemia da COVID-19.

Dos 16 atletas participantes da pesquisa, sete eram do sexo feminino e nove do sexo masculino, apresentando idades entre 18 e 58 anos.

Todos os atletas possuem tempos diferentes de prática, correspondendo entre 5 meses a 21 anos.

Em sequência, foi perguntado como começou a praticar a modalidade? O que motivou? As principais respostas foram que receberam incentivo da família ou de amigos, principalmente quando também eram atletas amadores, já participando de competições ou grupos de corrida. Alguns também relataram ter tido influência na escola ou escolinhas de atletismo da fundação municipal de Caçador/SC. E outros responderam ter sido por inspiração da própria corrida, grupos de corrida e por seus desejos em conquistar medalhas.

A maioria (81,3%) dos participantes da pesquisa pertence a um grupo de corrida, demonstrando este ser de grande importância para o incentivo da prática. Também se considerou importante saber se os participantes tinham algum treinador específico, onde a maioria respondeu que sim (62,5%), no entanto, 87,5% não possui patrocínio. Procuram participar de competições com uma frequência mensal.

Em geral, treinam 3 a 4 dias na semana, adaptando-se a rotina de trabalho. Alguns também relataram treinar 6 dias na semana, com treinos intensos. O tempo de treino variou de 20 minutos a uma hora, em geral para os iniciantes, podendo chegar até duas horas para os avançados. Alguns também relataram intercalar o treinamento de corrida com o treinamento de fortalecimento muscular.

Sobre uso de suplementos, a maioria constou que não faz o uso de suplementos e procuram manter uma alimentação balanceada, rica em carboidratos e vitaminas.

Foram questionados se já sofreram alguma lesão em treino ou competição e a resposta foi positiva, citando como exemplos fascite plantar e canelíte.

Com relação ao objetivo com a prática da corrida, a maioria relatou ter como objetivo principal a melhora da qualidade de vida e da saúde. Alguns também buscam a superação, melhorar cada vez mais o seu desempenho, ou ainda, destacaram ter a corrida como um hobby e disciplina.

CONCLUSÕES

A pesquisa mostrou que a maioria dos atletas pratica a modalidade em grupos de corrida, no qual proporciona qualidade de treinos e traz para os atletas a socialização, que é necessária para que o atleta compartilhe sua rotina de treinamento e que possa estimular o prazer de correr para outras pessoas que estão por vir a se introduzir na corrida de rua.

Além disso possui um treinador profissional, o que faz melhorar o desenvolvimento da corrida gradativamente, auxiliando nos objetivos dos atletas.

A musculação e alimentação são essenciais para a manutenção do atleta na corrida de rua e seu desempenho em busca do seu objetivo com a prática da modalidade. Percebe-se também que os atletas realizam o treinamento e sua alimentação de acordo com sua disponibilidade de horário, pois o trabalho assim como suas tarefas diárias são itens que influenciam em sua rotina.

A pesquisa buscou também saber sobre a incidência de lesões em seu treinamento, e a amostra estabeleceu que a maioria sofreu fascite plantar e alguns já sofreram outros tipos de lesões, e que a sobrecarga de treinamento é o principal fator que leva o atleta obter algum tipo de lesão, independente do objetivo com o treinamento.

Os objetivos propostos no trabalho foram todos atingidos, e com isso trouxe a pesquisa qualidade e entendimento aos leitores e avaliadores do mesmo, tornando uma pesquisa favorável às pessoas e que pode ser explanada para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Fabiano de Souza et al. Análise do perfil sociodemográfico, motivos de adesão, rotina de treinamento e acompanhamento profissional de praticantes de corrida de rua. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Londrina, v. 27, n. 4, p. 15-39, 2019.

GONÇALVES, Gabriel Henrique Treter. **Corrida de rua: um estudo sobre os motivos de adesão e permanência de corredores amadores de Porto Alegre**. 2011. Monografia (Bacharel em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

LIMA, Fabiana Seixas da Costa; DURIGAN, Adriana Nominato do Amaral. Perfil e características de treinamento dos praticantes de corrida de rua no município de São José do Rio Preto-SP. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 12, n. 76, p. 675-685, set./out.2018.

LEITURA INTERDISCIPLINAR: “POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM AÇÕES DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL” Marcílio Souza Júnior

Andressa Hoffmann Grazziotin
Cheila Christian Alves
Emanoel Silveira
Fabio Henrique Moreira
Jean Romeu Fogues
Thauana Nayara Machado
Vanessa Hellen Luciano

RESUMO

O principal objetivo de Souza JR (1999) foi descrever e analisar algumas ações do Programa de Educação Física, Esporte e Lazer e expor e debater limites e possibilidades entre o que foi formulado numa Política Pública e o que foi desenvolvido em um de seus programas a uma estratégia para analisar momentos de sua materialização em oficinas no estado de Pernambuco. O principal objetivo do presente resumo expandido é fazer um paralelo das Políticas Públicas com a Educação Física desenvolvida na escola e atuação do professor de Educação Física com uma perspectiva crítico-superadora com caráter formativo. Para isso além da análise do estudo de Souza Jr (1999) foram encontrados artigos na Plataforma Google Acadêmico para expandir a ideia colocada pelo autor. Em Pernambuco um problema encontrado nas oficinas, concluiu que poucos professores que atuam na disciplina de Educação Física têm graduação superior na área, uma parte tem formação em letras e outra parte são “leigos”, e mesmos os graduados possuem dificuldades para ministrar aulas de qualidade. O que é preocupante para o ensino, pela falta de capacidade das pessoas que chegam à regência de aulas de Educação Física, podendo não haver diferença entre leigos e os argumentos e experiências de professores formados por universidades. Portanto, é necessário um posicionamento acerca da imprescindível presença da Educação Física nas escolas, sem alterações que impossibilitem sua concretização enquanto componente curricular de função pedagógica como é o caso de professores despreparados. Acredita-se que perspectiva crítico-superadora, voltada para a realidade e experiências do aluno como ser social é de grande valia para a inserção do aluno em Políticas Públicas voltadas para a Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física; Políticas Públicas; Professor.

INTRODUÇÃO

O artigo de Souza JR (1999) é caracterizado por um relato de experiência do autor “Marcílio Souza Júnior” que foi convidado a participar de uma rede de capacitadores em Pernambuco, através de algumas ações nas capacitações continuadas. O programa que era desenvolvido pela Secretaria de Educação e Esportes, tinha por objetivo a “abordagem pedagógica do jogo na escola” desenvolvida através das oficinas com intuito de evidenciar a implementação de um

setor das Políticas Públicas, a experiência é descrita como um desenvolvimento da materialização da proposta de um programa oficial para Educação Física na escola pública e estadual.

O principal objetivo de Souza JR (1999) foi descrever e analisar algumas ações do Programa de Educação Física, Esporte e Lazer e expor e debater limites e possibilidades entre o que foi formulado numa Política Pública e o que foi desenvolvido em um de seus programas a uma estratégia para analisar momentos de sua materialização. O principal objetivo do presente resumo expandido é fazer um paralelo das Políticas Públicas com a Educação Física desenvolvida na escola e atuação do profissional de Educação Física com uma perspectiva crítico-superadora com caráter formativo.

Para isso além da análise do estudo de Souza Jr (1999) foram encontrados artigos no Google Acadêmico para expandir a ideia colocada pelo autor.

REFERENCIAL TEÓRICO

As Políticas Públicas na área da Educação Física Esporte Lazer vêm crescendo ao longo de sua história no Brasil. Geralmente, voltadas para o oferecimento de atividades esporádicas com o intuito de preenchimento do tempo ocioso, em que os eventos esportivos são os mais procurados e utilizados (SOARES JR, 1999).

No Brasil, cada vez mais é possível afirmar que há uma proliferação de programas e projetos esportivos como forma de complementar a educação formal e não apenas servir de exibicionismo nos locais públicos. Através destes projetos se oferece oportunidades de crescimento para o ensino da Educação Física (SOARES JR, 1999). As Políticas Públicas crescem cada vez mais no ramo da Educação Física Esporte e Lazer no Brasil. E com isso os eventos esportivos vêm sendo cada vez mais procurados com o objetivo de cobrir o tempo inativo das pessoas.

Para Soares (1998) apesar de não ter esse propósito, procurou dar o caminho para o que denominamos de “corpo livre”. Este corpo onde se fuja de atos repressores desta moral estatal dominante, onde são impostos limites e limitações a cada pessoa, em que o tempo livre, cada vez mais escasso acontece em inserções voltadas às políticas públicas de acesso ao lazer que, de certamente, condicionam cada vez mais um cidadão reprodutivista que é reconhecido pelo seu corpo produtor a favor do capital.

Com o crescimento do envolvimento de jovens na marginalidade e entre outros fatores – crise econômica e o insucesso da política educacional – os projetos de educação pelo esporte e pelo trabalho tomam estímulo na década de 80 (ZALUAR, 1994).

Uma Rede de Capacitadores permite uma estruturação dos programas, além de permitir que os profissionais possam ter um momento de discussão em relação ao cronograma de atividades, sobre recursos e procedimentos metodológicos que nortearão os trabalhos. Segundo Soares Jr (1999) em sua experiência junto a Rede de Capacitadores cada professor capacitador buscou durante suas oficinas atingir alguns objetivos comuns, como: a) estabelecer um ambiente de estudos durante os cursos e caracterizar como local de receber receitas ou ainda de fugir do sol ardente que incide durante as aulas de Educação Física; b) oportunizar momentos de trocar experiências entre o professor capacitador e os professores em capacitação, assim como entre os próprios professores em capacitação; c) e realizar os cursos dentro das

próprias escolas da rede pública favorecendo uma proximidade com a clientela que deve ser a maior beneficiada deste processo (SOARES JR, 1999).

Foram estabelecidos ainda dentro da Rede dois grupos de conteúdos que deveriam ser tratados em todos os Cursos e Oficinas, sendo: um grupo para tratar sobre relatos de experiências e outro grupo de estudos. Com isso foi possível perceber que o ato de relatar uma experiência possibilita pensar a prática pedagógica do professor e em relação ao grupo de estudo através dele é permitido levantar elementos objetivos que contribuiriam para a prática do mesmo. Infelizmente, como identificado pelo grupo de estudos a efetivação de uma política educacional para a área da Educação Física teria que passar pela problemática de que ainda existem muitos professores “leigos” lecionando a disciplina nas escolas. Isso é uma realidade que preocupa pela inconstância e instabilidade que acontece pela rotatividade de pessoas que regem as aulas de Educação Física (SOARES JR, 1999).

Como a profissão não era regulamentada antigamente, alguns profissionais optaram por atuar no campo da Educação Física porque já estavam atuando em algum segmento deste campo, mesmo não tendo formação acadêmica (CARDOSO, 2003).

Para Vásquez (1975 apud CARDOSO, 2003) cada indivíduo que compõe a sociedade não reage apenas de forma pessoal. Geralmente, a época em que se vive, como ser social, permite que o indivíduo tenha relações com uma determinada sociedade, isso faz com que este esteja imerso em uma determinada cultura, da qual se nutre e toma como verdade. Sendo assim, o profissional de Educação Física que atua na escola pública, elabora o “imaginário” sobre sua profissão e isso acaba refletindo na sua conduta pessoal e profissional (CARDOSO, 2003).

Desta forma, se o profissional é leigo e não está preparado para atuar na escola nas aulas de Educação Física os conteúdos e condutas profissionais estarão baseadas apenas em suas experiências de vida ou conceitos elaborados pela sociedade em que esteve inserido.

No estudo de Cardoso (2003) em que o objetivo foi analisar como os próprios profissionais de Educação Física inseridos na escola pública percebem seu campo de atuação, foi possível perceber que o principal fator apontado pelos entrevistados para o ingresso no curso de Educação Física foi o histórico de o futuro acadêmico já tinha com o esporte, o que, teoricamente, reduz as chances de insucesso na profissão. Outro fato apontado pelo estudo foi que muitos professores de Educação Física gostariam de ter seguido outras profissões, porém não se sentiam preparados ou até mesmo não tiveram aprovação nos vestibulares que fizeram, por isso optaram pelo curso de Educação Física. Por isso, Cardoso (2003) aponta que este é um fator preocupante e que deve ser pensado no campo acadêmico.

Mesmo que existam programas de capacitação estes não são suficientes para garantir uma melhoria nas aulas, uma vez que, os argumentos e experiências apresentados pelos professores de Educação Física nem sempre são diferentes dos “leigos” (SOARES JR, 1999).

Para González (2016) apesar de na década de 80 ter surgido um movimento renovador que permitiu que a profissão de Educação Física na escola e seu papel sofresse uma enorme mudança, uma vez que, houve uma ruptura definitiva de concepções tradicionais da área em diferentes segmentos, esse novo projeto demorou a ganhar forma na prática e até hoje, em alguns momentos, se configura bem mais pela “teoria” de o que devem ser as aulas de Educação Física do que na “prática” de como devem ser. O autor ainda entende a prática docente da Educação

Física é considerada como um “não lugar”, por muitas vezes, os professores terem dificuldade de formular com clareza e satisfatoriamente sua atuação profissional.

Por isso, González (2016) destaca três categorias de atuação docentes na área: (a) práticas tradicionais, (b) o abandono do trabalho docente (ou desinvestimento pedagógico) e (c) práticas inovadoras.

Quando esporte é colocado como centro e direcionado para o esporte de rendimento dentro da escola estão em questão as Práticas tradicionais. Já o abandono do trabalho docente está presente nas aulas de Educação Física de todos os cantos do Brasil. É o denominado “rola bola, largobol, aula matada, pedagogia da sobra”, onde o professor não tem mais pretensão com as aulas, não cria, não inova e usa materiais apenas para ocupar os alunos e matar tempo das aulas. Ou seja, há um abandono total das tarefas de ensinar ou desvinculação do papel docente (GONZÁLEZ, 2016).

Em se tratando de práticas inovadoras, no terceiro campo de atuação apontado por González (2016), a docência é caracterizada pelo empenho de ensinar conteúdos específicos da disciplina, conduzindo a Educação Física a uma direção pautada em parâmetros de um componente curricular.

Pensando na proposta de uma dimensão de Política Pública na área de Educação Física apresentada pelo texto do artigo em questão (SOUZA JR, 1999), a ideia é que essa política não se apresentasse apenas como uma política de lazer, mas sim como uma política educacional. O cotidiano escolar é considerado o elo final que pode dar concretude a uma política. A Educação Física, na perspectiva crítico-superadora, portanto, é uma prática pedagógica resultante da própria história de construção/elaboração do conhecimento na área, tanto no que concerne a produção teórica quanto a implementação de Políticas Públicas.

Segundo Hermida, Mada e Nascimento (2014) a abordagem crítico-superadora defende uma concepção de homem e sociedade socialista, onde o conhecimento do aluno e o seu aprender estão voltados para a realidade social complexa em que este vive. Neste enfoque o professor tem o papel metodológico de orientar a leitura das práticas da cultura corporal como “práticas sociais” e o aluno deve interpretar, compreender e explicar esta prática. Portanto, o conhecimento que os alunos tem de sua realidade, é o ponto de partida na relação professor-aluno.

Por fim, alunos tem direito de aprender e o professor o compromisso de ensinar (GONZÁLEZ, 2016). Sendo assim, a preocupação central de quem enxerga a Educação Básica ou implementam Políticas Públicas, não podem deixar de aliar esses conceitos e atitudes para possibilitar aos alunos o desenvolvimento de autonomia para enfrentar desafios na construção da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em questão apresenta a dimensão da Educação Física como parte de uma política pedagógica e não somente como uma área ou setor específico. Tratando a Educação Física como um componente curricular na escola e não apenas vinculada a um esporte.

Assim o desenvolvimento da Educação Física no estado de Pernambuco, mesmo com um movimento contraditório nas ações pedagógicas dos professores enquanto componente, vem se preservando uma dialética de matriz teórica. Pois em Pernambuco um problema encontrado nas oficinas através de uma pesquisa, concluiu que poucos professores que atuam na disciplina de educação física têm graduação superior na área, uma parte tem formação em letras e outra parte são “leigos”, e

mesmos os graduados possuem dificuldades para ministrar aulas de qualidade. O que é preocupante para o ensino, pela falta de capacidade das pessoas que chegam à regência de aulas de Educação Física, podendo não haver diferença entre leigos e os argumentos e experiências de professores formados por universidades.

Conforme o CONFEF (2014), uma Educação Física com caráter formativo, de aprendizagem, vivência, e não de internalização de valores que objetivam uma sociedade injusta e desigual, como competitividade, produtividade, individualismo, e tecnificação, valores que muitas vezes são trazidos para escola por meio do esporte apresentado como alvo de interesses que incluem acordos comerciais de nível internacional. Por isso a perspectiva crítico-superadora, voltada para a realidade e experiências do aluno como ser social é de grande valia para a inserção do aluno em Políticas Públicas voltadas para a Educação Física.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Osney Marcos. Educação Física na escola pública: como os próprios profissionais percebem sua área de atuação. **EF Deportes.com**, Buenos Aires, ano 8, n. 56, jan., 2003.

CONFEF, Conselho Federal de Educação Física, **Recomendações Para a Educação Física Escolar**, 2014. Disponível em: <https://www.listasconfef.org.br/arquivos/publicacoes/RECOMENDACOES_PARA_A_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR2.pdf> Acesso em: 03 jul. de 2020.

EIRAS, S. B. *et al.* Projetos sociais esportivos: quais os objetivos de quem oferta e de quem participa?. **Revista Digital - Buenos Aires**, Buenos Aires, nov./2009. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd138/projetos-sociais-esportivos.htm>. Acesso em: 3 jul. 2020

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. **Atuação dos professores na Educação Física escolar: entre o abandono do trabalho docente e a renovação pedagógica**. 2016. Disponível em: <http://reiipefe.com/wp-content/uploads/2015/12/Fala_Conbrace_2015.pdf> Acesso em: 29 jun. de 2020.

HERMIDA, Jorge Fernando; MATA, Áurea Augusta Rodrigues da; NASCIMENTO, Maria do Socorro Nascimento. A Educação Física Crítico-Superadora no Contexto das Pedagogias Críticas no Brasil. **Anais do V Colóquio de Epistemologia da Educação Física**, Maceió-AL, 22 e 23 de outubro de 2010.

MADEIRA, M. M. O. *et al.* Reflexão sobre o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer. **Revista Digital efdeportes.com**, Buenos Aires, dez./2010. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd151/politicas-publicas-de-esporte-e-lazer.htm>. Acesso em: 3 jul. 2020.

SOUZA JR, Marcílio. **Políticas Públicas em Educação Física e esportes: um relato de experiencia em ações de uma política educacional**. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/14415/13220>> Acesso em: 24 jun. de 2020.

SATISFAÇÃO DAS MULHERES PRATICANTES DE ZUMBA EM UMA ACADEMIA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR SC

Maria Aparecida de Lima Langaro
Elaine Caroline Boscatto

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal investigar a satisfação de mulheres praticantes de Zumba de uma academia de Caçador-SC, bem como os benefícios e as principais características relacionadas à prática desta modalidade. Com relação à metodologia, tratou-se de um estudo transversal, descritivo, com análise quanti-qualitativa dos dados. O instrumento utilizado foi um questionário contendo 10 questões. Participaram do estudo 17 mulheres, com idades entre 23 e 56 anos. A maioria (64,6%) é praticante de Zumba há mais de 2 anos, (58,8%) apontou o gosto pela dança como sendo o maior motivo para praticar Zumba. 16 participam da aula duas vezes na semana. Apesar da maior parte relatar não apresentar algum problema de saúde, diversas condições foram informadas como: estresse, ansiedade, depressão, labirintite e condições metabólicas associadas ao excesso de peso. Partindo do pressuposto que experiências prazerosas possam estimular um hábito saudável para a vida toda, a zumba demonstrou ser uma excelente opção. Assim, os resultados permitiram concluir que todas as mulheres praticantes de Zumba estão satisfeitas com a modalidade e relataram melhoras em diversos aspectos relacionados à saúde.

Palavras-chave: Zumba, dança, saúde, satisfação

OBJETIVOS

Este estudo apresenta como objetivo principal investigar a satisfação de mulheres praticantes de Zumba de uma academia de Caçador-SC.

Já os objetivos específicos, os quais tem uma função instrumental e intermediária na busca do objetivo geral, procuraram identificar os benefícios e as principais características relacionadas com a prática desta modalidade.

REVISÃO DE LITERATURA

A dança de uma forma geral é uma das atividades físicas que mais satisfaz as pessoas, talvez por não ser diretamente caracterizada como exercício. Sabe-se o quanto é desafiador as pessoas realizarem exercícios físicos. A dificuldade em sair da zona de conforto e sedentarismo vem muito de encontro da rotina que tais exercícios proporcionam. A dança é uma atividade prazerosa em quase a totalidade dos seres humanos, estando embutido nela muitos movimentos que ativam várias partes do corpo e mantém o indivíduo saudável.

“A dança como atividade física melhora a disposição para as atividades do dia-a-dia podendo proporcionar ao indivíduo que a pratica, força muscular, estética corporal e autoestima, através dos movimentos realizados pela atividade” (HASS e GARCIA, 2006 apud MARBÁ; SILVA; GUIMARÃES, 2016, p. 02).

Para Andrade et al (2015), a auto estima, a relação cognitiva, as relações interpessoais, habilidades e movimentos, interações com as pessoas, desinibição são promovidos pela dança.

Dentre as danças destaca-se a Zumba, que embora seja definida como dança é a mistura de vários ritmos.

“A Zumba® é uma modalidade de exercício físico proveniente do desenvolvimento da ginástica aeróbica e se constitui como uma mistura de dança com ginástica, que incorpora músicas latinas e internacionais” (SARTOR, 2016, p.3).

“É uma dança aeróbica que possui passos com variações dos movimentos típicos do fitness, aumentando o trabalho muscular localizado e também o cardiorrespiratório” (JESUS; BIANCHINI; MARINHK, 2019, p. 59).

Segundo Santos; Oliveira; Precioso (2019 p.3): “Dentro de suas aulas a zumba oferece diversão, bem-estar, saúde, benefícios para o físico e psicológico, dentro de uma mesma modalidade, por esse motivo, adquirindo cada vez mais alunos. ”

“Essa atividade física atinge várias faixas etárias, e entre seus praticantes estão envolvidos objetivos diferentes como perda de peso, melhoria do bem-estar, entretenimento, sociabilidade, dentre outros” (FERREIRA et al., 2015, p.1).

Cordeiro (2018), apontou a Zumba não só uma melhoria na qualidade de vida de seus praticantes, mas também uma melhoria na interação social, sendo esse fator o de maior peso na decisão de permanecer na atividade, deixando de lado a monotonia e sedentarismo.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa realizada de forma quanti-qualitativa, transversal e descritiva, observado as opiniões de um grupo de mulheres praticantes da Zumba, sua satisfação e expectativas, não de forma a intervir a dinâmica da atividade, mas sim entender porque se procura essa atividade e se houve mudanças na qualidade de vida das entrevistadas.

O instrumento desta pesquisa foi um questionário elaborado pela autora com questões abertas, com a intenção de entender a real satisfação e sua influência na qualidade de vida das mulheres entrevistada.

A entrevista foi realizada individualmente, seguindo o questionário. As folhas desse questionário foram entregues antes da pandemia do COVID-19 e das restrições sanitárias. O retorno foi através das redes sociais e por telefone.

Através das respostas apontou-se de que maneiras a zumba tem satisfeito as mulheres entrevistadas.

A identidade e a privacidade das mulheres serão sempre respeitadas.

RESULTADOS

A turma é composta por 20 integrantes, com idades entre 23 e 56 anos. Todas as participantes receberam um questionário impresso, porém, houve a devolução de 17. Assim, para a análise dos resultados considerou-se a resposta contida em 17 questionários, sendo que destes, 13 foram devolvidos preenchidos e os outros quatro, as respostas foram obtidas por telefone, pelo motivo da academia estar com atividades reduzidas devido a pandemia do COVID-19.

A maioria (64,6%) é praticante de zumba há mais de 2 anos, mostrando que há

persistência, força de vontade e um real gosto por este estilo de dança. 10 entre 17 (58,8%) apontou o gosto pela dança como sendo o maior motivo para praticar zumba.

Outras respostas mencionadas foram perder peso, pelo amor pela dança, melhora da saúde, pela amizade que o grupo propicia, pela afinidade com a professora, por não gostar de outras atividades, como por exemplo a musculação, bem como pelo dinamismo que a dança oferece, proporcionando a prática de um exercício aeróbico com diversão, descontração, desenvolvimento do sistema cardiorrespiratório e da mobilidade.

Sobre o nível de satisfação com a Zumba, todas as participantes informaram estar muito satisfeitas com a prática, acrescentando ainda que se sentem realizadas, animadas, felizes. Algumas destacaram outros benefícios proporcionados pela aula, que refletem a satisfação pela mesma, como a melhora do condicionamento físico e da coordenação motora.

Em outra questão, foi perguntado se a Zumba contribuiu para a melhora de algum problema de saúde já presente. Apesar da maior parte relatar não apresentar algum problema de saúde, diversas condições foram informadas como: estresse, ansiedade, depressão, labirintite e condições metabólicas associadas ao excesso de peso.

Quando perguntadas sobre a principal meta ao ingressar na Zumba, as respostas foram bastante variadas: Melhora da saúde, controle e perda de peso (emagrecimento), auto estima, reunião em grupos e cuidar da saúde, dançar, manter a forma, bem estar, aumento da disposição, diversão, tirar o stress, ter uma prática de atividade física e aeróbica prazerosa, descontração, relaxar, melhorar o cardíaco e aeróbica, gasto calórico, liberar endorfina, melhorar coordenação e resistência, aprender e conseguir acompanhar os ritmos melhorar o corpo, se soltar, melhorar o condicionamento físico e mental, agilidade e descontração. Embora cinco das entrevistadas citaram a perda de peso, isso ainda não é a prioridade das praticantes, como pré-concebido pela maioria das pessoas.

E o questionário foi finalizado com a seguinte questão: *Acredita ter melhorado sua saúde com a prática da Zumba? Se sim de que forma?*

Nessa questão 100% das entrevistadas acreditam ter melhorado sua saúde e as justificativas foram as seguintes: melhora a cada aula e exame repetido, felicidade, bem-estar, disposição e agilidade nas tarefas diárias, maior resistência física, redução do stress, maior consumo de água, aumento da imunidade, saída do sedentarismo, melhora da coordenação motora, melhor flexibilidade e amplitude de movimento, melhora da aparência física, melhora cardiorrespiratória, melhora mental, melhora de sono e humor, satisfação pessoal, redução de medicamentos antidepressivos, melhora da memória, relacionamento pessoal.

Era de se esperar que as mulheres praticantes da Zumba se apresentassem muito satisfeitas com sua prática. Porém era necessário comprovar essa satisfação analisando alguns critérios com o intuito de saber o que motiva elas a continuarem e manter-se firmes em suas metas.

Percebe-se que não é uma meta isolada que estimula a prática da Zumba e sim vários fatores, porém de forma geral o “estar bem consigo mesmo” é o que define todas respostas relatadas.

As praticantes encontram na zumba uma atividade física completa onde se melhora o condicionamento físico e mental de forma mais agradável.

Acredita-se ser a zumba uma atividade física excelente para diversos fins. O grupo entrevistado tem grande aceitação, claro que embora seja uma amostragem

pequena no amplo cenário que a zumba e a dança de forma geral abrange, é possível que essa pesquisa reflita esse cenário.

CONCLUSÕES

Embora já existam evidências para uma prática sustentada das aulas de zumba, importa referir que todas as intervenções são muito recentes.

Acredita-se também que um bom instrutor de zumba pode realizar um razoável trabalho de integração. Cabe também salientar que não existe conteúdo imutável na zumba. É possível adaptar ritmos que agradem a todos.

Acreditando-se que as experiências prazerosas possam estimular um hábito saudável para a vida toda, a zumba é uma excelente opção.

Sendo assim, este estudo permitiu concluir que todas as mulheres praticantes de zumba de uma academia de Caçador-SC estão satisfeitas com a prática, relataram praticar essa modalidade principalmente por gostar desse estilo de dança e perceberam benefícios e melhoras em diversos aspectos relacionados à saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luana Foroni. et al. Promoção da Saúde: Benefícios Através da Dança. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, Uberaba – MG, v. 3, n. 3, p. 228-234, quadrimestral, set/dez. 2015

CORDEIRO, Fabiana David. **A Influência da Atividade Aeróbica Zumba na Qualidade de Vida de seus Praticantes**. 2018. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Bacharelado em Educação Física) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Curitiba, 2018.

FERREIRA, Crislayne Fernandes et al. Características dos Praticantes de Zumba no Município de Quixadá. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA (EEDIC). **Anais... Quixadá: Centro Universitário Católica de Quixadá, 2015**. ISSN: 2446-6042. Centro Universitário Católica de Quixadá, Quixadá, Ceará, 2015.

JESUS, Jéssica Kuczera de; BIANCHINI, Fábio; MARINHK, Jéssica Chaiane Brem. A Influência da Zumba® no Consumo de Oxigênio Máximo. **Revista Renovare**. Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU.. União da Vitória, ano 6, v. 2, p. 59-69, Jul. 2019.

MARBÁ, Romolo Falcão; SILVA, Geusiane Soares da; GUIMARÃES, Thamara Barbosa. Dança na Promoção da Saúde e Melhoria da Qualidade de Vida. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.9, n.1, Pub.3 (9 páginas), fev. 2016.

SANTOS, Renata Catherine dos. OLIVEIRA, Marilene Ferreira de Lima. PRECIOSO Sunamita Domingos Neves. Motivação em Mulheres Praticantes de Zumba. **Revista Científica UMC**. Mogi das Cruzes, p. 1-4, Edição Especial, out. 2019



SARTOR, Franciele Zilli. **Correlação entre a Frequência Cardíaca e a Percepção Subjetiva de Esforço em Aulas de Zumba.** 2016. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Bacharel em Educação Física) Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC., Criciúma - SC. 2016

A CORRELAÇÃO DAS DOENÇAS CRÔNICA E HÁBITO DE VIDA COM DESENVOLVIMENTO DE NEFROLITÍASE EM UMA COMUNIDADE DO INTERIOR DE SANTA CATARINA

Sarah C.C. Massoco*, Tiago Borga** e Talia Tomazi***

*Enfermeira especialista **Mestre engenheiro ambiental e sanitário*** Acadêmica de enfermagem nona fase

RESUMO

O referido trabalho de conclusão de curso consiste em uma pesquisa de campo exploratória e quantitativa, com o objetivo de compreender melhor a ocorrência de nefrolitíase e seus fatores associados em uma população de hipertensos e diabéticos abrangidos pela estratégia da saúde da família. Na estratégia em questão, foram pesquisados apenas os sujeitos que eram atendidos pelas agentes de saúde, das três áreas duas foram estudadas com margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%. O presente trabalho buscou melhor compreender a nefrolitíase a nível local, enfatizando a importância da atuação do enfermeiro na profilaxia dessa enfermidade. Foram também desenvolvidas apresentações gráficas para melhor compreender as correlações entre a nefrolitíase, hábitos de vida, doenças crônicas: diabetes melitus e hipertensão arterial sistêmica e por fim houve a análise da água destinada para consumo humano daqueles que relataram episódio da calculose renal. Na análise hídrica foram mensuradas a dureza total, a quantificação de cálcio, magnésio, sódio, pH, temperatura e cloro residual livre em duas origens hídricas distintas. Diante dos laudos pode-se observar que quanto menos magnésio e mais cálcio a água apresentou maior ocorrência de nefrolitíase

Palavras-chave: nefrolitíase, diabetes, hipertensão, qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

No referido estudo buscou-se compreender melhor os fatores que podem interferir na qualidade de vida em uma população de hipertensos e diabéticos tendo como doença em questão a nefrolitíase. Diante da pesquisa de campo foi possível compreender melhor que a nefrolitíase acomete uma grande parcela desses doentes crônicos, sendo que 18% dos participantes relataram histórico de nefrolitíase. Aos pacientes que relataram episódio de nefrolitíase foi-se observada a classificação da água destinada para consumo humano, diante dessa informação foram coletadas amostras de água, sendo realizadas as análises em campo e em laboratório especializado. Diante dos relatórios analíticos pode-se observar a atuação do magnésio em relação à doença em questão. Também foram levantados dados referentes hábitos nocivos como o tabagismo e etilismo, assim como faixa etária, peso, profissão, hábitos alimentares acompanhamento médico, filtro de d'água, participação no grupo Hiperdia local, entre outros.

Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia (2015), cada rim tem a forma de um grande grão de feijão, apresentado um peso de 120 a 180 gramas em um adulto, conduzidos pelas artérias renais de origem da aorta abdominal o sangue

chega aos rins em volume de 1,2 litros ao minuto, filtrando um quarto de todo o sangue bombeado pelo coração, desempenhando a filtração de todo o sangue circulante no organismo 12 vezes a cada hora vivida, deste modo devolvendo ao coração o sangue limpo e as toxinas filtradas são eliminadas pela urina.

Quando a saturação urinária aumenta há a elevação de algumas substâncias como o oxalato de cálcio, fosfato de cálcio e ácido úrico, assim há a formação de cálculos, elas podem ocorrer desde os rins até a bexiga, seu tamanho e forma são variáveis, do minúsculo ao tamanho de uma laranja (HINKLE; CHEEVER, 2016).

A patogênese da nefrolitíase são complexos e estão relacionados com fatores de risco ambientais e metabólicos, percebe-se o aumento da prevalência desta patologia estão associadas a doenças sistêmicas como doenças cardiovasculares, obesidade e diabetes (ABBAS; AKRAM; SHARIF 2019).

Observando evidências de Schrier (2008) a maioria dos cálculos renais são compostos por cálcio juntamente com suas variações, sendo mais frequente compostos por oxalato de cálcio.

Segundo Rubin et al (2010), refere-se que na maioria dos casos a existência do cálculo está associada ao aumento de seu principal componente seja na urina ou no sangue.

Segundo Saleen et al (2015) a nefrolitíase compreende um problema urológico comum e está correlacionado com os aspectos nutricionais, ambientais e fatores genéticos.

Stoller e Meng (2007) em seu livro relatam que a variabilidade da ocorrência de pedras nos rins pode ser justificado pelas variações de clima, exposição ao sol e também há um questionamento do papel da qualidade da água. Segundo Pachaly, Baena e Carvalho (2015) a prevalência de nefrolitíase no mundo vem aumentando, assim gerando consequências ao sistema de saúde, pouquíssimos novos tratamentos referentes à doença foram lançados.

Tratar e controlar os fatores de risco como diabetes, hipertensão, obesidade, doenças cardiovasculares e tabagismo ocasionam a profilaxia da doença renal (BRASIL, 2019). O enfermeiro ao aplicar seus conhecimentos ao paciente contribui para a prevenção, de modo especial a atuação com o hipertenso e diabético visa mudanças no estilo de vida contribuem com a saúde renal dos mesmos (ANDRADE; ALMEIDA E SANTOS, 2016).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo com cunho exploratório, epidemiológico descritivo, com método de análise de dados quantitativo, para correlacionar os fatores de hábito de vida e a litíase renal em uma população com doenças crônicas não transmissíveis.

A coleta de dados foi obtida junto à população de amostra descrita como critérios de inclusão: o paciente estar relacionado ao programa Hiperdia, o qual com prévio diagnóstico para hipertensão ou diabetes mellitus pertencente a uma estratégia da saúde da família (ESF) de um município do interior de Santa Catarina, que ainda estivesse sobre área coberta por agente de saúde, do total das três áreas abrangidas pela ESF duas destas foram estudadas, a localização dos pertencentes do Programa Hiperdia (possuem diagnóstico médico de hipertensão arterial sistêmica ou diabetes mellitus tipo 1 ou 2), sendo usada a ferramenta Google Maps para otimizar em campo a pesquisa.

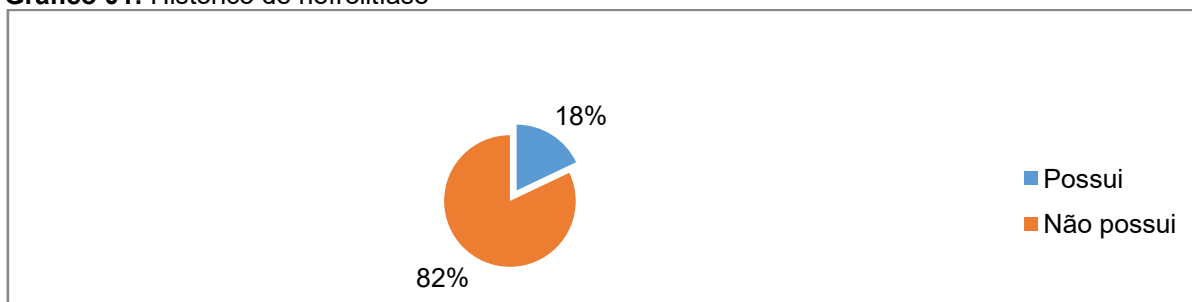
RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostra estudada foi de 117 participantes, domina o gênero feminino, em idade em sua maioria na faixa etária de 44 a 54 anos e ainda a longevidade nesta amostra é percebida onde 10% encontram-se acima de 78 anos, declarado a etnia com 51% pardo. A altura média de todos os participantes da pesquisa compreendeu 1,61m de altura, o peso médio refere-se a 77,33Kg. Dos 117 pesquisados 17 relataram terem algum problema de tireóide, destes apenas 03 relataram episódio de nefrolitíase no decorrer da vida.

Os participantes foram indagados sobre o tipo de água destinada para consumo humano, os resultados foram três tipos distintos; água mineral, água de poço artesiano e de nascente/vertente, foi então designada para análise laboratorial aquelas consumidas pelos quais relataram episódio de nefrolitíase, sendo descartada para análise a água mineral, em que o consumidor desta negou episódio da doença. Dentro da amostra global, foi estudada individualmente outra amostra para a correlação entre a nefrolitíase e os hábitos de vida, que se trata dos participantes com autorrelato de evento de litíase renal sendo um total de 21 participantes (n=21), assim representando na amostra específica.

No gráfico 05: descrição da amostra global de acordo com o autorrelato de nefrolitíase (n=117 participantes) que pertencem ao HIPERDIA em 2019.

Gráfico 01: Histórico de nefrolitíase



Fonte: O autor, 2020.

Ao gráfico percebe-se apresentação em 18% de história de nefrolitíase nos participantes da pesquisa, compreendendo uma idade média de 51 anos.

Segundo Pachaly, Baena e Carvalho (2015) a prevalência de nefrolitíase no mundo vem aumentando, assim gerando consequências ao sistema de saúde, poucos novos tratamentos referente à doença foram lançados.

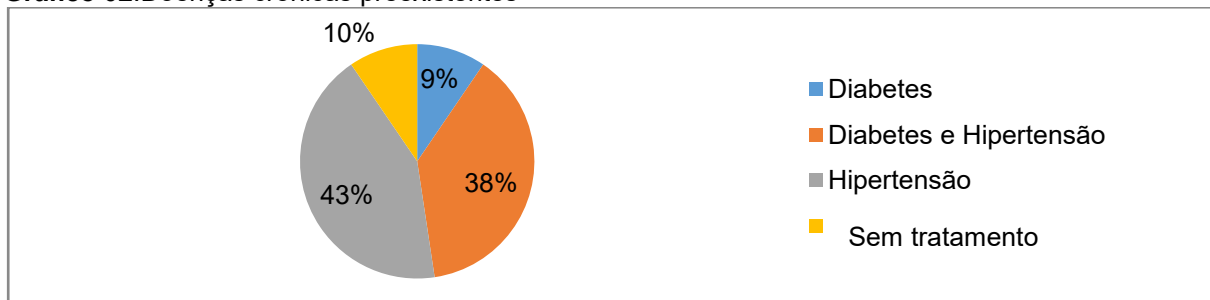
Segundo Saleem et al (2015), confere que a nefrolitíase acomete todo o mundo cerca de 12% da população da União Européia, sofre pelo menos um processo relacionado a urolitíase com frequência variável, outros estudos epidemiológicos mostram que a Itália há (13%), Suécia (8,9%) e Espanha (12,3%).

Os resultados a partir do autorrelato de nefrolitíase evidencia uma amostra específica para a correlação dos critérios e descritores deste estudo, assim analisando o n= 21 participantes. Neste o gênero com maior incidência de litíase foi 57% feminino, em relação a etnia trata-se da cor branco com 48%.

Na relação entre litíase e hábitos nocivos à saúde é alto o índice de 38% dos pacientes autorrelatados declara ser etilista, tabagista ou ambos, deixando em evidência que estes hábitos podem favorecer o surgimento de nefrolitíase no paciente já portador de uma doença crônica como DM e/ou HAS. E ainda 29% não possuem acompanhamento nutricional ou não realizam atividade física.

No gráfico 8: descrição da amostra específica com correlação entre doenças crônicas e litíase renal (n=21 participantes) que pertencem ao HIPERDIA em 2019.

Gráfico 02: Doenças crônicas preexistentes



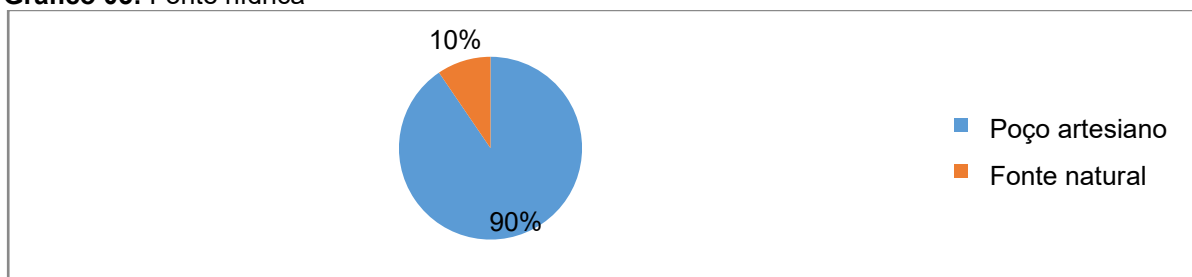
Fonte: O autor, 2020.

Sem controle da doença

Segundo Marques e Romano-Lieber (2014) qualidade da assistência no uso medicamentoso tem sido tema de preocupação a nível mundial, sendo fundamental na transição do cuidado ao paciente, como reconciliação medicamentosa, orientação ao paciente e/ou cuidador e aos outros membros familiares envolvidos no cuidado.

Ressalta-se a importância do farmacêutico no controle do uso irracional de medicamentos por meio da oferta da assistência farmacêutica de qualidade, no que trata-se Ferreira; Júnior (2018). No gráfico 11: A descrição da amostra específica com a afirmação da correlação de abastecimento de água de poço artesiano com a nefrolitíase (n=21 participantes) que pertencem ao HIPERDIA em 2019.

Gráfico 03: Fonte hídrica



Fonte: O autor, 2020.

Segundo Pachaly, Baena e Carvalho (2015) a prevalência de nefrolitíase no mundo vem aumentando, assim gerando consequências ao sistema de saúde, pouquíssimos novos tratamentos referente à doença foram lançados.

Diante da incógnita plena referente à quantificação de cálcio presente na água destinada ao consumo humano dessa população em estudo, apenas um participante consumia água mineral sem histórico prévio de nefrolitíase, os demais consumia água profunda de poço artesiano ao qual confere a maior parte dos participantes 113 e uma pequena quantidade de 03 pessoas consumia água de fonte rasa. Os que consumiam água de fonte rasa 66,66% apresentaram cálculo prévio, apesar de representar um pequeno número. Os de fonte hídrica do tipo profunda foram 19 indivíduos que apresentaram histórico de nefrolitíase conferindo 17%.

Foram submetidas à análise as duas opções de água para consumo humano dos participantes com histórico de nefrolitíase: a fonte rasa e a profunda. A profunda confere o poço artesiano esta vem a ser gerenciada pela concessionária de abastecimento local. A fonte rasa compreende em uma nascente próxima à comunidade estudada que ainda abastece uma parcela dos habitantes.

O período de 48h anteriores ao momento da coleta teve presença de chuva na localidade, o teor de cloro residual livre foi quantificado em campo assim como o pH, a água de fonte profunda confere presença de cloro devido ser tratada pela concessionária.

Tabela 01- Resultados da análise de fonte profunda:

PARÂMETRO	RESULTADO	UNIDADES
Cloro livre	1,15	mg/L
Dureza total	19,00	mg CaCO ₃ /L
pH	7,60	pH a 25°C
Sódio	<1,00	mg/Na/L
Teor de cálcio	4,00	mg/Ca/L
Teor de magnésio	2,40	mg/ Mg/L

Fonte: O autor, 2020.

Na água profunda fornecida pela concessionária local, advinda de poço artesiano, compreende uma dureza mais de quatro vezes menor que aquela água advinda de fonte rasa. Nesta profunda temos um teor de magnésio 1,7 vezes maior em comparação à amostra infracitada. Aqueles que usufruem desta fonte apresentaram maior reincidência de nefrolitíase comparado à fonte rasa. Do total dos pesquisados com histórico de nefrolitíase 90% consumiam água de fonte profunda.

Segundo Vieras; Freitas e França (2017) referem-se que a suplementação de citrato de potássio e magnésio ao paciente com nefrolitíase é importante devido inibir a cristalização dos sais de cálcio.

Tabela 02- Resultados da análise de fonte rasa:

PARÂMETRO	RESULTADO	UNIDADES
Cloro livre	<0,19	mg/L
Dureza total	88,00	mg CaCO ₃ /L
pH	6,40	pH a 25°C
Sódio	19,07	mg/Na/L
Teor de cálcio	34,10	mg/Ca/L
Teor de magnésio	<1,5	mg/ Mg/L

Fonte: O autor, 2020

Dos pesquisados que se destina a água rasa para consumo humano 66% apresentaram relato de cálculo na vida (n=2/3 participantes). Compreende-se que comparado com a água profunda, a rasa apresenta-se mais dura com 88mg CaCO₃/L, mas o teor de magnésio é inferior comparado a outra amostra.

No Brasil, o valor máximo permitido da dureza presente na água confere 500mg/L perante o Ministério da Saúde na sua portaria de consolidação nº 5 de 28 de setembro de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nefrolitíase pode gerar muitas complicações ao paciente, além da insuportável algia aguda na cólica renal. O enfermeiro tem papel fundamental na saúde pública inserido na ESF com foco na profilaxia de muitas patologias como esta. Desempenhando ainda o papel educador o enfermeiro visa à aplicação de condutas que possam favorecer uma melhor qualidade de vida do paciente. O campo de atuação do enfermeiro é sensível às necessidades sociais emergentes, por meio da percepção, sendo um ato respeitoso deste profissional aprofundar seus conhecimentos para melhor compreender o decorrer de uma patologia crônica com episódios agudos como a nefrolitíase no seu campo de atuação.

Diante das análises hídricas compreende-se que quando o magnésio aumenta a incidência de nefrolitíase diminui, quando a dureza juntamente com o cálcio e sódio aumentam a presença da doença eleva-se. Não se sabe ao certo ainda se pode existir outros compostos na água que possam representar alguma influência na nefrolitíase, além daqueles analisados. Também vem a ser importante ao enfermeiro o acompanhamento da qualidade da água da população por meio de dados fornecidos e gerados pelos Fiscais de vigilância sanitária municipal por meio de suas fiscalizações.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Wafa; AKARAM, Murhammad; SHARIF, Aamir. **Nephrolithiasis; Prevalence, Risk factors and Therapeutic Strategies: A Review**. 2019. Disponível em:

<https://www.academia.edu/39255818/Nephrolithiasis_Prevalence_Risk_factors_and_Therapeutic_Strategies_A_Review?email_work_card=thumbnail> acesso em 06 mai. 2020

ANDRADE, Indiara; ALMEIDA, Maria Rita Seixas Araújo; SANTOS, Rubia Viviane. **Atuação da enfermagem em atenção na prevenção e progressão da insuficiência renal crônica**. 2016. Disponível em: <

<http://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2016/07/Atua%C3%A7%C3%A3o-da-enfermagem-em-aten%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica-na-preven%C3%A7%C3%A3o-e-progress%C3%A3o-da-insufici%C3%A2ncia-renal-cr%C3%B4nica-v-4-n-4.pdf>> acesso em 15/ jun. 2020.

BRASIL, Ministério da saúde. **Saúde alerta para prevenção e diagnóstico precoce da Doença Renal Crônica**. 2019. Disponível

em:<<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45291-ministerio-da-saude-alerta-para-prevencao-e-diagnostico-precoce-da-doenca-renal-cronica>> acesso em: 12 jun. 2020.

HINKLE, Janice L.; CHEVEER, Kerry H. **Brunner Suddarth: Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 13ªEd. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

SALEEM Sheikh Mohd; et al. **Epidemiological characteristics of urolithiasis in kashmir division and relation to source of water.** 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/36729143/EPIDEMOLOGICAL_CHARACTERISTICS_OF_UROLITHIASIS_IN_KASHMIR_DIVISION_AND_RELATION_TO_SOURCE_OF_WATER?email_work_card=thumbnail> acesso em 06 mai. 2020

SBN - SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. **Litíase urinária: nefrologia.** 2015. Disponível em: <<https://arquivos.sbn.org.br/uploads/lit.pdf>.> Acesso em 8 ago. 2019.

SCHRIR, Robert W. .**Manual de nefrologia.** São Paulo. 6ed. Tecmedd, 2008.

STOLLER, Marshal L. e MENG, Maxwell V..**Urinary Stone Disease: the practical guide to medical and surgical management.**2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/10313412/Complications_of_Urinary_Stone_Surgery> acesso em 15 ago. 2019.

RUBIN, Emanuel, et al. **Patologia: bases clinicopatológicas da medicina.** Rio de Janeiro. 4ed. Guanabara koogan. 2010.

GESTAÇÕES TARDIAS: SER MÃE APÓS OS 35 ANOS

DULCINEIA DE OLIVEIRA

As gestações tardias estão cada mais vez mais frequentes em todas as classes sociais, com a mudança da sociedade muitas mulheres optam pela gestação após os 35 anos, neste trabalho abordamos sobre as principais implicações da gestação nesta faixa etária através de uma pesquisa juntos aos prontuários eletrônicos disponíveis através da atenção básica, para levantamento dos dados que refletem as necessidades de intervenções do Enfermeiro no acompanhamento deste pré-natal. Os dados foram coletados por meio do prontuário eletrônico retrospectivo, sendo realizado a busca por dados como: faixa etária, número de gestações, intercorrências quais foram os acompanhamentos realizado à estas gestantes. Os resultados foram a maior predominância a faixa etária das gestantes entre 35 e 37 anos, mas com um índice de 14% com idade entre 43 a 48 anos. Durante a pesquisa notou-se que 4% da amostra trata-se da primeira gestação, tendo prevalência aquelas que estão entre 1 a 4 gestação. Em relação ao início do pré-natal, pode-se observar que 16% da amostra iniciaram o pré-natal entre 38 a 48 semanas de gestação. A assistência do enfermeiro predominou em 70% das gestantes, realizaram entre 1 a 5 consultas nas unidades demonstrando sua importância desde o atendimento até os encaminhamentos.

Palavras-chave: Gestação, Saúde Coletiva, Enfermeiro, Pré-natal, prontuário eletrônico.

Objetivos

Descrever quais as implicações para o manejo do pré-natal de gestantes acima de 35 anos para a atuação do Enfermeiro na Atenção Básica de Saúde.

Sintetizar sobre os aspectos das gestações tardia com suas implicações para a gestante e para o feto.

Evidenciar quais as principais complicações da gestação tardia, com base nos registros do prontuário eletrônico utilizado na atenção básica de saúde.

Descrever sobre o papel do Enfermeiro no manejo da gestação tardia a nível de atenção básica.

METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, documental através de um roteiro de análise de dados, obtidos através do prontuário eletrônico, sem identificação de pacientes ou aplicação de questionários diretos. Como método de análise qualitativa, tendo como objetivo evidenciar as particularidades das gestações de mulheres que realizam o pré-natal junto à unidade básica de saúde em um município do meio oeste catarinense.

A análise dos dados foi realizada de acordo com a categorização da amostra e seu perfil, a fim de verificar as correlações existentes em uma gestação tardia.

Tabela de categorização dos dados

Paciente n°	Idade	N° De filhos	Idade gestacional /semanas	N° consulta médico	N° consulta enfermeiro	Medicações em uso	Intercorrências
1	35	8	6		3	Ácido fólico /Sulfato ferroso/cefalexina	Aborto
2	35	6		4	1	Ácido fólico /Sulfato ferroso	HIV
3	35	3	34	7	5	Ácido fólico /Sulfato ferroso/ Metildopa/Metroclorpramida	Obesidade
4	35	4	36	4	2	Ácido fólico/Sulfato ferroso/Metildopa/Metroclorpramida	Hipertensão
5	35	0	36	20	9	Ácido fólico/Sulfato ferroso/Metildopa	
6	35	4	36	2	7	Ácido fólico/Sulfato ferroso	
7	35		23	15	9	Ácido fólico/Sulfato ferroso	
8	35	2	36	2	1	Ácido fólico/Sulfato ferroso	
9	35		33	6	3	Ácido fólico/Sulfato ferroso	
10	36	0	8	5	1	Ácido fólico/Sulfato ferroso	Vacinas faltantes
11	36		7	6	2	Ácido fólico/Sulfato ferroso/Cefalecina	
12	36	3	16	8		Ácido fólico/Sulfato ferroso/Cefalecina	Aborto
13	36	2	9	12	3	Ácido fólico/Sulfato ferroso /Metildopa	
14	36	5	30	14	1	Ácido fólico/Sulfato ferroso	Anemia /Sífilis
15	36	1	29	9	2	Ácido fólico/Sulfato ferroso	
16	36		17	6	9	Ácido fólico/Sulfato ferroso	
17	36		25	3	1	Ácido fólico/ Sulfato ferroso	
18	36	3	22	2	2	Ácido fólico /Sulfato ferroso	
19	36		31	5	1	Ácido fólico /Sulfato ferroso	
20	36	3	12	13	5	Ácido fólico /Sulfato ferroso	
21	36		16	12	4	Ácido fólico /Sulfato ferroso	
22	37	3	12	11	2	Ácido fólico /Sulfato ferroso	Hipertensão
23	37		30	7	1	Ácido fólico /Sulfato ferroso/ cefalexina	Aborto
24	37		36	5	1	Ácido fólico /Sulfato ferroso	
25	37	4	36	12	3	Ácido fólico /Sulfato ferroso	
26	37	7	25	1		Ácido fólico /Sulfato ferroso	
27	37		38	4		Ácido fólico/Sulfato ferroso	

28	38		22	10	1	Ácido fólico /Sulfato ferroso/ cefalexina	
29	38		23	1		Ácido fólico/Sulfato ferroso	
30	38	3	29	3		Ácido fólico /Sulfato ferroso	
31	38		36	1		Ácido fólico /Sulfato ferroso	
32	39		20	2	2		
33	39	4		1	1	Ácido fólico /Sulfato ferroso	Hipertensão
34	39	3	8	1		Ácido fólico /Sulfato ferroso	
35	39	5	8	5	2	Ácido fólico/Sulfato ferroso	
36	40	3		1			
37	41	3	18	8		Ácido fólico /Sulfato ferroso/Metroclorpramida /cefalexina	Vacinas faltantes
38	41		15	1	1	Ácido fólico /Sulfato ferroso	Sífilis
39	42	3	10	3	2	Ácido fólico/Sulfato ferroso/cefalexina	Aborto
40	42	2	6	3	1	Ácido fólico /Sulfato ferroso	
41	42	8	29	2	1	Ácido fólico/Sulfato ferroso/Metildopa	
42	42	3	10	2	2	Ácido fólico/Sulfato ferroso/cefalexina	
43	43		7	12	7	Ácido fólico/Sulfato ferroso/Cefalecina	
44	43	7	29	6	4	Ácido fólico/Sulfato ferroso/Cefalecina	
45	43		22	17	5	Ácido fólico/Sulfato ferroso	
46	43			3	1		Suicídio
47	43		33	6	4		
48	44	2	20	9	2	Ácido fólico/Sulfato ferroso	
49	48	2	32	12	6	Ácido fólico/Sulfato ferroso	

Fundamentação teórica

A gestação em mulheres com mais de 35 anos, tem se tornado uma realidade mundial. Alguns fatores como o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho, maior tempo de estudo entre as mulheres têm contribuído para esse fenômeno. Além dos movimentos pró-mulheres, ativos desde meados dos anos de 1970, auxiliando-as nas conquistas sobre direitos e liberdades, inclusive sobre o exercício da sua própria sexualidade. Conforme esta mudança no comportamento das mulheres em relação a reprodução, nota-se a necessidade do enfermeiro que atua na

atenção básica, conhecer as implicações para este pré-natal em gestantes acima de 35 anos (ALDRGHL;WALL&SOUZA,2018,p.2).

Destaca-se que o acompanhamento da gestação em um serviço de saúde, por meio das consultas de pré-natal é extremamente importante para garantir uma gestação saudável e um parto seguro. Com vista a prestar uma mais ampla assistência à saúde da gestante, o Ministério da Saúde do Brasil elaborou, em 1984, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (LEITE et al.,2014). Com a finalidade de valorizar e reconhecer o trabalho realizado por enfermeiros e parteiros em todo o mundo, além de defender mais investimentos para esses profissionais e melhorar suas condições de trabalho, educação e desenvolvimento profissional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu que 2020 é o Ano Internacional da Enfermagem e Obstetrícia. (MEDINA,2020).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A amostra desta pesquisa foi constituída por 49 prontuários, com os critérios de inclusão atendidos, onde foi prestada a assistência pré-natal pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no período Janeiro de 2018 à Dezembro de 2019, junto as 5 unidades de atenção básica do município.

A pesquisa apontou que na amostra totalizaram-se 49 gestantes, identificado que em sua maior faixa etária da amostra é 35 a 37 anos o que equivale a 55%, assim evidenciando a pensar estratégias de monitoramento e assistência de enfermagem para pré-natal para esta população.

4% da amostra trata-se da primeira gestação o que vem de encontro com as mudanças da mulher em função da multiplicidade de papéis da mulher na atualidade é a maternidade. Nesse sentido, projetos de vida em relação à maternidade têm sido preteridos e postergados, (LOPES;ZANON;BOECKEL,2014).

31% iniciaram o pré-natal de 16 a 25 semanas de gestação,25% de 6 a 15 semanas,20% de 26 a 35 semanas,16% iniciaram o pré-natal de 38 a 48 semanas e 8% apresentaram histórico incompleto

53% das gestantes realizaram de 1 a 5 consultas, 22% de 6 a 10 consultas e 25% 11 a 20 consultas com o profissional médico. Os índices referentes a consulta com o enfermeiro foram 70% realizaram de 1 a 5 consultas,12% de 6 a 10 e 18% o histórico incompleto.

Referente a medicações pode-se perceber que 41% das gestantes utilizaram sulfato ferroso e Ácido fólico durante a gestação,7% Metildopa,8% Cefalexina e 3% Cloridrato de metroclorpramida.

De acordo com os dados 19% apresentaram infecção do trato urinário durante a gestação ,14% hipertensão,8% obesidade,8% aborto,6% vacinas faltantes,4% sífilis,2% anemia,2% hiv,2% suicídio e 35% histórico incompleto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi realizado com uma amostra de 49 gestantes no prontuário eletrônico (G-MUS) em um município do meio oeste catarinense onde foi possível identificar os fatores relacionados a gestações tardias. Evidenciou que a percepção do aumento do número de gestantes acima dos 35 anos é uma realidade local, e com uma vasta área de atuação do enfermeiro da atenção básica para os cuidados com estas gestantes de alto risco.

Onde observa-se que a maior predominância a faixa etária entre 35 e 37 anos, mas com um índice de 14% com idade entre 43 a 48 anos. Durante a pesquisa notou-se que 4% da amostra trata-se da primeira gestação, tendo prevalência aquelas que estão entre 1 a 4 gestação.

Em relação ao início do pré-natal, pode-se observar que 16% da amostra iniciaram o pré-natal entre 38 a 48 semanas de gestação. Realizando em sua maioria de 1 a 5 consultas com o médico tendo uma elevação onde 25% realizaram de 11 a 20 consultas.

O enfermeiro teve um índice onde predominou que 70% das gestantes realizaram entre 1 a 5 consultas nas unidades básicas de saúde. Demonstrando a sua importância e manejo favorável para estas as gestantes desde o atendimento até o processo de encaminhamentos a outro município referência em atendimento em gestações de risco.

Dessa amostra 8% realizaram o uso de cefalexina e 41% de ácido fólico e sulfato ferroso, evidenciando o risco para ITU e anemia durante a gestação, estes dados podem nortear as ações e intervenções do enfermeiro na atenção a estas gestantes. Dentre as intercorrências durante a gestação das usuárias que fizeram parte da pesquisa 19% apresentaram infecção do trato urinário, 14% das gestantes eram hipertensas. Um dado bem relevante da pesquisa foi onde se observou que 2% da amostra indica anemia, 2% hiv e 2% suicídio.

Referências

ALDRIGHI, Juliane Dias; WALL, Marilene Loewen; SOUZA, Silvana Regina Rossi kissula. Vivência de mulheres na gestação em idade tardia. **Revista Gaúcha de enfermagem**, Porto alegre. Ano 2018. Disponível em :<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2018.2017-0112> . Acesso em: 12/07/2019

LOPES, Manuela Nunes; ZANON, Leticia Lovato Delazzana; BOECKEL, Mariana Gonçalves, A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas em psicologia**, Ano 2014, Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751530018.pdf>. Acesso em : 14/10/2019

MEDINA, Jorge. OMS Declara 2020 como ano internacional da enfermagem. **Universidade Federal Espírito Santo**. Ano 2020. Disponível em: <http://ufes.br/conteudo/oms-declara-2020-como-o-ano-internacional-da-enfermagem>. Acesso em: 14/05/2020

IDENTIFICAÇÃO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO: UTILIZAÇÃO DA ESCALA DE EDIMBURGO EM UMA UBS DO MEIO OESTE CATARINENSE

Eduarda Pruner Valentini: eduardapruner@hotmail.com;
Dayane Carla Borille: dborille.db@gmail.com.

RESUMO

O puerpério é considerado um período de grandes modificações para a mulher, portanto a puérpera torna-se vulnerável ao aparecimento de transtornos psiquiátricos, sendo a depressão Pós-Parto (DPP) o principal deles. Sinais de sintomas de DPP. Pode ser identificado por meio da aplicação da Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS). O estudo teve por objetivo identificar o número de puérperas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que podem possuir sinais/sintomas de depressão pós-parto, através da Escala de Edimburgo. Estudo quantitativo, realizado em um município do meio oeste catarinense, em uma UBS, no período de fevereiro de 2020 a abril de 2020. A amostra foi constituída por 35 mulheres que responderam à EPDS e um questionário que traçou o perfil destas puérperas após a consulta de puericultura de seus filhos. Os resultados encontrados demonstram que o uso da escala possibilitou a identificação dos sintomas da DPP, para que assim possa ser diagnosticado e realizado intervenção precoce. Conclui-se que no contexto em que foi aplicada, a escala atuou como um instrumento válido e eficiente, por ser de aplicação rápida e ter um baixo custo, podendo ser implantada na rede de atenção básica.

PALAVRAS-CHAVE: Depressão; Enfermagem; Puerpério.

1 INTRODUÇÃO

A depressão, segundo a OMS (2019), é considerada um problema de saúde pública mundial, resultante da complexa interação de fatores sociais, psicológicos e biológicos, sendo apontado como um transtorno mental comum na atenção primária em saúde (DARÉ; CAMPONI, 2019). Na maior parte dos casos a depressão é evidenciada por tristeza, perda de interesse ou prazer, sentimento de culpa ou baixa autoestima, sensação de cansaço e falta de concentração (STOBAUS, BROCCCHI, BUSSAB, 2020). Essa doença pode acometer homens e mulheres, sendo o grupo feminino o qual desenvolve a depressão pós-parto, sofrimento psicológico que se manifesta durante o puerpério, e que traz inúmeros prejuízos para mulher e família (MORAES, et al, 2019).

De acordo com KITZINGER apud SILVA; BOTTI (2019), o puerpério é um período que se inicia após o parto com duração de aproximadamente três meses. No caso de mulheres primíparas (primeiro parto), esta fase pode estender-se, uma vez que a inexperiência associada a sentimentos de ansiedade e medo, somam-se e produzem o quadro de instabilidade ainda maior do que de mulheres que já tiveram outros filhos (FRIZZO, et al, 2020).

Por ocasião do nascimento do bebê, o período pós-parto é um evento estressor em potencial com comorbidade altamente associada à depressão (LIMA, et al, 2020). As alterações de humor características do pós-parto têm uma grande influência relacionado à gravidade e comprometimento da puérpera, sendo eles: o baby blues ou tristeza materna, a depressão pós-parto e a psicose pós-parto (SIT, et al, apud CAMPOS; RODRIGUES, 2019).

Além do ritmo acelerado das mudanças fisiológicas na fase puerperal (elevações dos níveis de corticosteroide e queda abrupta dos níveis hormonais), surgem exigências culturais, sociais, familiares e pessoais em relação à puérpera, no que corresponde ao desempenho das funções maternas adequadamente (DINIZ, 2019, p. 118).

Inúmeros fatores podem ser considerados como determinantes para um desfecho saudável do puerpério (ARRAIS; ARAÚJO, 2020). Segundo Maldonado apud Silva; Botti (2019) uma relação familiar harmoniosa e cooperativa, onde os familiares valorizam a mulher e reconhecem todo seu esforço, se prontificam em ajudar e estimulam a mesma em recuperar sua feminilidade são exemplos de atitudes que podem contribuir para um desfecho saudável. O planejamento da gravidez feita pelo casal é algo crucial e que fará total diferença em relação ao contexto do puerpério (SILVA, et al, 2020). O papel do homem nesta fase merece destaque, uma vez que vivencia sensações psicológicas semelhantes à mulher, e por sua vez, o direcionamento dos fatos repercutirá de maneira favorável ou não no relacionamento do casal (MALDONADO apud SILVA; BOTTI 2019).

O fenômeno do nascimento representa uma experiência que é marcada por instabilidade emocional e vulnerabilidade feminina em relação às síndromes psiquiátricas no pós-parto (CARLESSO, et, al, 2020). Apesar da importância clínica e epidemiológica da DPP, o Ministério da Saúde não dispõe de uma política pública e/ou roteiro/norma de saúde que direcione diretrizes para assistência à saúde mental da mulher no período pós-parto (SANTOS JUNIOR; GUALDA; SILVEIRA, apud, SILVA 2019). É imprescindível que os profissionais de saúde acompanhem as puérperas com um olhar voltado para a saúde mental e que utilizem de todas as ferramentas disponíveis capazes de auxiliar no diagnóstico da depressão pós-parto, somente adotando estas medidas será possível realizar o tratamento precoce e adequado de acordo com cada situação (GOMES, et al, 2020).

Por conta da dificuldade para diagnosticar a DPP, foram criadas escalas para mensurar e caracterizar os sintomas (RUSCHI, et al., apud, SILVA, 2019). Uma das escalas mais utilizadas é a Escala de Depressão Pós-parto de Edimburgo (EPDS), foi desenvolvida pela primeira vez 1987 por centros de saúde escoceses em Edimburgo e Livingston, é traduzida para vinte e quatro idiomas, com estudos de validação na maioria dos países, inclusive no Brasil (RUSCHI, et al., apud, SILVA, 2019). O instrumento é de autopreenchimento e tem por finalidade a identificação e avaliação da intensidade dos sintomas de depressão pós-parto (LIMA, et al, 2020). É composto por dez itens, que recebem pontuação de zero a três, de acordo com a intensidade relatada do sintoma depressivo (FONSECA; SILVA; OTTA, apud SILVA, 2013). O escore soma até 30, sendo considerado de sintomas para DPP valor igual ou superior a 12, como definido na validação da escala em uma amostra brasileira (RUSHI et al., apud, SILVA 2019).

Através da aplicação da escala de Edimburgo é possível detectar o sofrimento mental o qual a puérpera se encontra, com isto a equipe da atenção básica dará um suporte maior para a mesma, iniciando tratamento precocemente (CAMPOS; RODRIGUES, 2019).

2 OBJETIVO

Identificar o número de puérperas em uma UBS que podem possuir sinais/sintomas de depressão pós-parto, através da escala de Edimburgo.

3 METODOLOGIA

Estudo quantitativo. As informações foram coletadas com puérperas na primeira consulta da UBS após o parto. Aplicou-se um questionário, e posteriormente a Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS). A população geral foi de 129 puérperas portanto a amostra composta por 35 puérperas de acordo com o cálculo amostral. A coleta de dados ocorreu no período de fevereiro de 2020 a abril de 2020, em uma UBS de um município do meio oeste catarinense.

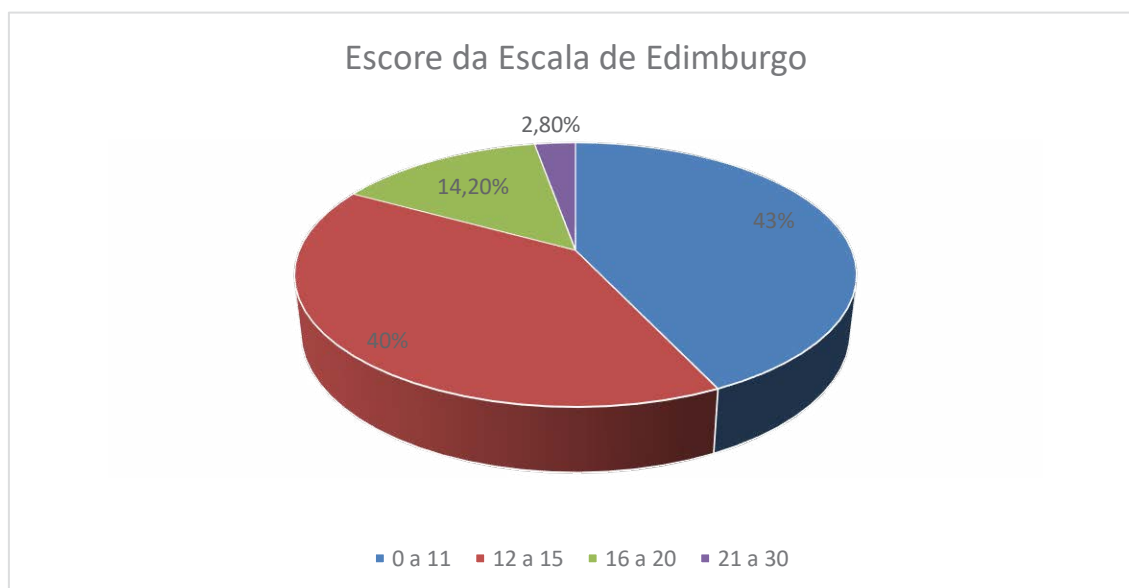
As participantes foram convidadas a responder os questionários após a consulta de puericultura de seus filhos as quais já estavam agendadas na UBS. Foram abordadas na recepção, orientadas sobre a proposta e a causa da pesquisa. Este trabalho respeita normas da resolução nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da UNIARP sob protocolo número 26098719000005593.

Os dados coletados foram analisados por estatística descritiva simples.

4 RESULTADOS

O gráfico a seguir apresenta o resultado do escore da escala aplicada nas puérperas.

Gráfico 1-Escore da Escala de Edimburgo



Fonte: (VALENTINI, 2020)

O gráfico revela que 43% das puérperas apresentaram um escore de 0 a 11, enquanto 40% apresentaram de 12 a 15. 14,2% de 16 a 20 e 2,8% de 21 a 30.

De acordo com o escore da EPDS observa-se neste estudo portanto, que 57% das puérperas apresentam sinais/sintomas de depressão pós-parto. Dado que leva a reflexão a respeito de ações disponíveis na UBS de promoção à saúde mental e prevenção de sofrimento mental, em especial, depressão.

A escala é um instrumento bastante eficiente e quando utilizada de maneira rotineira e adequada pelos profissionais de saúde é possível identificar os sinais e sintomas da DPP com efetividade (LIMA, et al, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O puerpério é um momento muito desafiador para a mulher, que traz uma série de emoções diversificadas e conseqüentemente alterações comportamentais, que por muitas vezes, passam despercebidas diante de seus familiares, que estão focados em dar atenção total ao bebê. Diante deste cenário, é importante que o profissional de saúde esteja disposto a atuar na identificação precoce da DPP, para que seja realizado posteriormente um acompanhamento e tratamento adequado. No entanto, não é priorizado a abordagem de identificação da DPP durante a assistência pelo profissional de saúde, resultando assim em puérperas com DPP não diagnosticadas e conseqüentemente sem tratamento.

O presente estudo demonstrou que a Escala de Edimburgo atua como um instrumento válido, eficiente e confiável na mensuração e identificação de sinais e sintomas da DPP, pois ela promove uma reflexão sobre todas as circunstâncias e acontecimentos emocionais da puérpera, sendo assim a mesma sente-se confortável para expor seus sentimentos para o profissional de saúde. A escala pode ser implantada na rede de atenção básica, pois sua aplicação é rápida e de baixo custo.

Este estudo demonstra o quanto é importante o profissional de saúde, especialmente o enfermeiro, ter um olhar integral de cuidado em relação a puérpera, na teoria a saúde da mulher e a saúde mental devem estar articuladas, para que na vivência a assistência seja completa.

6 REFERÊNCIAS

ARRAIS, Alessandra da Rocha; ARAÚJO, Tereza Ferreira; SCHIAVO, Rafaela de Almeida:

Fatores de Risco e Proteção Associados à Depressão Pós-Parto no Pré-Natal Psicológico.

Revista de Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília, 2018 v. 38 n°4. P 711-729. Disponível

em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000500711&lang=pt)

98932018000500711&lang=pt> Acesso 17.mar.2020

CAMPOS, Bárbara Camila; RODRIGUES, Olga Maria: **Depressão pós-parto materna:**

crenças, práticas de cuidado e estimulação de bebês no primeiro ano de vida. São Paulo,

v. 46, n. 04, 2015, p.483-492. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-53712015000400009>

Acesso 06.set 2019

CARLESSO, Janaína Pereira Pretto; MORAES, Anaelena Bragança; SOUZA, Ana Paula

Ramos: **Depressão materna e fatores de risco associados**. Rio Grande do Sul, 2019. p. 1-

15. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7164657>> Acesso 17.

mar. 2020

DARÉ, Patricia Kozuchovski; CAPONI, Sandra Noemi. Cuidado ao indivíduo com depressão na atenção primária em saúde. **Revista Estudos Contemporâneos da Subjetividade**. SC, vol 7, 2016. p. 12-24. Disponível em:

<<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1858/1419>> Acesso: 18. out.2019

DINIZ, Leandro Fernandes Malloy; SCHOLOTTFELDT, Carlos Guilherme Maciel Furtado; FIGUEIRA, Patrícia; NEVES, Fernando Silva; CORRÊA, Humberto. **REVISTA BRASILEIRA DE PSQUIATRIA: Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburg: análise fatorial e desenvolvimento de uma versão de seis itens**. Vol 32, n.03, Minas Gerais. 2010. p.316-318. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462010000300018> Acesso: 22.ago 2019

FRIZZO, Giana Bitencourt; MARTINS, Letícia Wilke Franco; SILVA, Eduarda Xavier de Lima; PICCININI, Cesar Augusto; DIEHL, Angela Maria Polgati. Maternidade Adolescente: A Matriz de Apoio e o Contexto de Depressão Pós-Parto. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. vol.35. Porto Alegre, 2019. p. 01-13. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722019000100403> Acesso: 30.mar.2020

GOMES, Lorena Andrade; TORQUATO, Valéria da Silva; FEITOZA, Aline Rodrigues; SOUZA, Adriano Rodrigues de; SILVA, Maria Adelane Monteiro; PONTES, Ricardo José Soares. Identificação dos fatores de risco para depressão pós-parto: Importância do diagnóstico precoce. **REVISTA DA REDE DE ENFERMAGEM DO NORDESTE**. Vol.11, Fortaleza, 2010. p. 117-123. Disponível em: < <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4689>> Acesso: 22. Ago 2019

LEONEL, Filipe: **Depressão pós-parto acomete mais de 25% das mães no Brasil.**

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). 2016. Disponível em:

<<https://portal.fiocruz.br/noticia/depressao-pos-parto-acomete-mais-de-25-das-maes-no-brasil>> Acesso 27.set.2019

LIMA, Adeânio Almeida; JESUS, Daniele Santos; SILVA, Tainara Leal: Densidade tecnológica e o cuidado humanizado em enfermagem: a realidade de dois serviços de saúde. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, Rio de Janeiro, 2018. p. 1-15. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiFzqGv9oDoAhV8ILkGHRkGCIIQFjAAegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fphysis%2Fv28n3%2F0103-7331-physis-28-03-e280320.pdf&usq=AOvVaw2jZHowoNO-2QYG_laoeNJ9> Acesso 04. mar. 2020

MORAES, Inásia Gomes da Silva; PINHEIRO, Ricardo Tavares; SILVA, Ricardo Azevedo da; HORTA, Bernardo Lessa; SOUSA, Paulo Luis Rosa; FARIA, Augusto Duarte: Prevalência da depressão pós-parto e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**. Pelotas-RS, 2006. p.65-70. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000100011> Acesso: 18.out.2019

STOBAUS, Laura Cristina; BROCCHI, Beatriz Servilha; BUSSAB Vera Silvia Raad: **O comportamento materno e a depressão pós-parto no desenvolvimento prosocial em crianças de 36 meses de idade**. Porto Alegre, 2018. p. 375-383.

Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6787072>> Acesso 17. mar. 2020

SILVA, Elda Terezinha; BOTTI Nadja C Lappann: Depressão puerperal-Uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. Belo Horizonte, vol. 07, n.02, 2005. p 231-238. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br>> Acesso 29.ago 2019

PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA EM UM MUNICÍPIO DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA¹

Ana Rosa Rodrigues da Silva² -100porcentoanarosa@bol.com.br

Lorete Aparecida Braun³ - loretebraun@yahoo.com.br

Resumo: Esse estudo tem como objetivo propor a implementação de intervenções na assistência ao usuário com transtorno mental na Atenção Básica. Os Transtornos Mentais (TM) são uma das causas mais frequentes de procura das Unidades Básicas de Saúde, pela proximidade com famílias e comunidades, a Atenção Básica torna-se ponto estratégico para o enfrentamento destes problemas. **Resultados:** Evidenciou-se que a inclusão de ações em saúde mental na Atenção Básica através da Estratégia da Saúde Família, potencializa as políticas de saúde mental, intensifica a assistência prestada aos usuários do serviço e amplia a visão dos profissionais sobre a importância das ações de saúde mental na atenção básica. **Considerações finais:** Através do estudo observou-se que a implementação do cuidado ao paciente de saúde mental através da atenção básica, é de extrema importância, pois torna-se um recurso que potencializa o cuidado, proporcionando autonomia e o resgate do lugar social desta pessoa, e investindo na força do território como alternativa para a reabilitação social.

Palavras-Chave: Saúde Mental. Ações na Atenção Básica. Equipe Especializada.

Introdução

Ao citar os serviços de saúde mental, contempla-se que estes sofreram inúmeras mudanças decorrentes da mobilização de trabalhadores e de usuários, denominado como Movimento de Luta Antimanicomial dando origem à Reforma Psiquiátrica Brasileira, durante esse período discutiu-se novas formas de assistir o usuário através da estruturação de serviços extra hospitalares, foi necessário articular diferentes pontos de atenção buscando assim garantir o atendimento às pessoas em sofrimento ou portadoras de transtorno mental no âmbito do SUS, de forma efetiva e contínua (VELOSO *et al.*, 2019).

Através do Decreto Presidencial nº 7508/2011 no ano de 2000, ampliou-se fortemente a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que inclui os equipamentos substitutivos ao modelo manicomial (BRASIL, 2013).

A RAPS é constituída pelos seguintes componentes: Atenção Básica em Saúde, Atenção Psicossocial Especializada, Atenção de Urgência e Emergência, Atenção Residencial de Caráter Transitório, Atenção Hospitalar, Estratégias de Desinstitucionalização e Reabilitação Psicossocial (VELOSO; *et al.*; 2019).

No Brasil estima-se que 12% da população passa por algum sofrimento psíquico (NUNES; LANDIM; 2016); e "cerca de uma em cada quatro pessoas que

¹ Resumo do TCC Enfermagem 2020 apresentado ao XI Sedepex na UNIARP

² Acadêmica da IX Fase de Enfermagem da Uniarp

³ Professor Orientador TCC Enfermagem Uniarp

procuram a AB tem algum transtorno mental segundo a CID-10” (BRASIL, 2013, p. 89).

A Unidade Básica de Saúde (UBS) como um dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial tem a responsabilidade de desenvolver ações de promoção de saúde mental, prevenção e cuidado dos transtornos mentais, ações de redução de danos e cuidado para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, sendo estas ações compartilhadas, sempre que necessário, com os demais pontos da rede (BRASIL, 2011).

Através da implementação de ações em saúde mental na atenção básica, espera-se contribuir de maneira efetiva para a ampliação da visão dos profissionais, e sensibiliza-los, para que percebam a importância dessas ações ao usuário de saúde mental. Nessa perspectiva, surge o interesse em formular um projeto de implementação voltado a responder as necessidades identificadas na área de saúde mental, através da atenção básica.

O objetivo deste estudo é propor a implementação de intervenções na assistência ao usuário com transtorno mental na Atenção Básica. Para isso foram traçados os seguintes objetivos específicos: Propor implantação de Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT), identificar as dificuldades que os profissionais da atenção básica apresentam para efetuar o cuidado ao usuário com sofrimento psíquico, descrever as atribuições da Atenção Básica no cuidado à saúde mental, e estruturar o processo de cuidado ao paciente com transtorno mental.

Métodos

Esta investigação constitui-se em um estudo qualitativo, utilizou-se recursos de coleta de dados, como observação participante, registro das observações de campo, além da coleta de informações nas Unidades Básicas de Saúde e dos 4 profissionais enfermeiros que atuam no município. Foram realizados cinco momentos com os profissionais, destes um momento com a coordenação local em saúde, e os quatro restantes com os profissionais enfermeiros da ESF.

Resultados e Discussões

As intervenções em saúde mental devem promover novas possibilidades de modificar e qualificar as condições e modos de vida, orientando-se pela produção de vida e de saúde e não se restringindo à cura de doenças. Isso significa acreditar que a vida pode ter várias formas de ser percebida, experimentada e vivida. Os resultados e discussões deste estudo serão elencados através de 05 momentos.

Momento 01- Elementos éticos da pesquisa: Realizou-se o primeiro contato com a coordenação local, a fim de obter a autorização para realizar a aplicação do projeto de pesquisa, explanando nesta data o título do tema proposto, após houve a respectiva aceitação do projeto pela coordenação local.

Momento 02- No dia 12/02/2020 foi realizado a explanação do projeto supracitado para coordenação local em saúde, enfatizando a proposta de implantação de Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENT), logo após propôs-se a coordenação um encontro com os enfermeiros da ESF, afim de descrever as atribuições da atenção básica no cuidado à saúde mental, e de como organizar o processo de cuidado ao paciente com transtorno mental.

As políticas públicas em saúde mental vigente no País, dispõem sobre os direitos do indivíduo e redirecionam o modelo assistencial em saúde mental. Os estados e municípios devem realizar uma política de saúde mental equânime, inclusa, extra-hospitalar com base comunitária. Os gestores devem possibilitar condições técnicas e políticas que garantam o direito ao tratamento, a organização de uma rede de atenção integral a saúde através de dispositivos sanitários e socioculturais que integram várias dimensões da vida do indivíduo (BRASIL, 2019).

A AMENT surge como um dispositivo clínico legítimo e potente no campo da atenção psicossocial, caracteriza basicamente pela possibilidade do ir e vir do usuário, pois, seu modo de funcionamento poderá gerar uma certa regularidade de atendimentos previamente agendados, o ambulatório se destina a uma determinada clientela intermediária à ESF e ao CAPS, desse modo pode se dizer que o ambulatório desempenha uma clínica que interessa à rede e que por isso tem nela um lugar legítimo, devendo ser vista como de grande relevância para a saúde pública (DAMOUS, ERLICH, 2017).

Momento 03- Levantamento situacional do Município: O município de Lebon Régis está localizado na mesorregião Oeste Catarinense, a cerca de 360 quilômetros da capital Florianópolis, no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que Lebon Régis conta com uma população de 12.133 habitantes, conta com extensão territorial de aproximadamente 940 mil km², as atividades mais importantes são a agricultura e a pecuária, o município presta atendimento em saúde mental em urgências e emergências através do Hospital Santo Antônio, possui 4 Unidades Básicas de Saúde, e uma equipe de Núcleo de Apoio a Saúde da Família, ao abordar as principais dúvidas e dificuldades encontradas pelo profissional enfermeiro no atendimento prestado ao usuário com transtorno mental através da unidade básica de saúde foi possível identificar que os profissionais suscitam muitas dúvidas e dificuldades, tornando um desafio realizar o manejo com o paciente de saúde mental, estas elencadas a seguir:

Enfermeiro A: O enfermeiro A possui dificuldade em formar grupos de saúde mental.

Enfermeiro B: O Enfermeiro B possui dificuldade em lidar com o medo no atendimento ao paciente de saúde mental.

Enfermeiro C: O enfermeiro C relata possuir falta de entendimento e preparo de como trabalhar com pacientes de saúde mental.

Enfermeiro D: O enfermeiro D encontra dificuldade na abordagem e no vínculo com os pacientes com transtorno mental.

De acordo com o SUS, a ESF é composta por profissionais capazes de assistir aos problemas de saúde mais comuns de seu território, não devendo apenas se limitar a fazer triagem e o encaminhamento aos serviços especializados, caberá aos profissionais da AB acompanhar a saúde dessas pessoas, atendendo aos diversificados aspectos que envolvem a vida, mas no entanto, essa prática nem sempre é comum no dia a dia de muitos profissionais de saúde da família, pois ainda suscitam dúvidas e dificuldades em identificar e operacionalizar ações que atendam a saúde dos portadores de sofrimento psíquico (AMARANTE; et al., 2011).

Momento 04- No dia 08/05/2020 realizou-se o encontro com os profissionais enfermeiros da ESF, explanou-se o tema proposto para o encontro abordando os seguintes elementos: A Saúde Mental na Atenção Básica - O que pode ser entendido como uma intervenção em saúde mental - Exemplos de situações de risco em SM - Os indicadores do pagamento por desempenho a saúde mental para os anos de 2021 e 2022 -Os Instrumentos de Intervenção Psicossocial na Atenção Básica: Atendimento Individual (Acolhimento), grupos em saúde mental na AB, apoio do

NASF, e o matriciamento. Após realizou-se mesa redonda com os profissionais enfermeiros, acadêmica, e profissional convidada do CAPS, fez-se a discussão e exposição, por parte dos enfermeiros participantes, sobre suas dificuldades, anseios sobre a abordagem ao doente mental, neste momento apresentou-se aos enfermeiros o modelo de acolhimento, em seguida realizou-se uma dinâmica com os profissionais enfermeiros, proporcionando um momento reflexão sobre situações vivenciadas no dia-a-dia relativo ao cuidado em saúde mental, questionando-lhes sobre fatos que ocorreram, diante do que lhes foi questionado as falas foram as seguintes:

Enfermeiro B *“Possuo um paciente de saúde mental egresso de internação, sempre que vem a unidade exige atendimento imediato, faz ameaças, e utiliza tom de voz alterado, algumas das vezes insinuando portar uma arma, como medo e receio atendemos o imediatamente para que possa se acalmar e evitar maiores transtornos”*

Enfermeiro D: *“Comigo aconteceu um fato relacionado a um paciente de transtorno mental, “ela” encontrava-se em surto e estava quebrando todos os móveis e computadores da recepção, a recepcionista correu me comunicar assustada, ao me deparar com a situação senti medo e receio do que fazer ou falar naquela hora, agindo por impulso fiz um elogio ao brinco da paciente, que na mesma hora parou de quebrar, e veio até a mim para conversar, mantendo-se mais calma”*

Momento 05- Realizou-se feedback do encontro com os profissionais enfermeiros afim de obter suas percepções sobre o encontro realizado, diante deste contato as falas foram as seguintes:

Enfermeiro B: *“A proposta deste trabalho foi de suma importância, o tratamento a doentes em saúde mental sempre envolve dúvidas, receios, neste dia pude aprender mais sobre como atender este paciente na unidade básica e poder conversar com profissionais que tem conhecimento nesta área e experiência de vivencia e sempre muito proveitoso”.*

Enfermeiro C: *“O assunto foi muito bem explanado conseguimos entender como devemos trabalhar com este paciente de saúde mental, ficou claro que a melhor forma de se aproximar “deles” é através de grupos, dinâmicas, conversas para que se sintam seguros e acolhidos pela equipe também foi possível compreender que os profissionais do CAPS também enfrentam problemas e dificuldades no dia-a-dia com os pacientes de saúde mental”.*

Enfermeiro D: *“O encontro foi instrutivo porque tivemos a oportunidade de sanar nossas dúvidas, foi nos mostrado como lidar com as dificuldades no atendimento do paciente em saúde mental no dia-a-dia da unidade básica, reforçou-se a importância do vínculo, da equipe multidisciplinar, e das reuniões de matriciamento de como são fundamentais para que consiga ter maior êxito na abordagem desses pacientes e seus familiares, o encontro foi bem proveitoso pois também pudemos ouvir relatos de experiência de um profissional especialista que trabalha diretamente com este público”.*

Considerações Finais

O estudo viabilizou uma mudança na assistência às pessoas com demandas de saúde mental na Atenção Básica, através das fragilidades encontradas no levantamento situacional do município, tornou-se possível propor a implementação de intervenções que pudessem proporcionar o aperfeiçoamento da assistência de enfermagem ao público de saúde mental no campo da AB, tendo em vista, foram mencionadas estratégias para pudessem gerar a melhoria do acolhimento a essa demanda no município, o que se almeja é que a enfermagem se mostre atuante no

acolhimento, assistência e acompanhamento das demandas de saúde mental, e que através de um trabalho interdisciplinar, possa contribuir para transformar as UBS em serviços resolutivos e eficazes para esse público. Tendo em vista a complexidade envolvida no tema, torna-se necessário que novos passos sejam dados, bem como novas experiências de integração da Saúde Mental e da Saúde da Família, de modo a permitir a garantia do acesso e da continuação do cuidado integral aos usuários de saúde mental, neste contexto deixa-se como sugestões de pesquisas futuras, o auxílio na elaboração e execução de grupos em SM, e o cadastramento do município para a implantação da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (AMENTS). Observa-se que a melhor estratégia para se conseguir êxito na assistência ao doente mental na ESF é o investimento na qualificação dos profissionais através de educação e capacitação permanente nesta área.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, Aline Lage; et al. **As estratégias dos enfermeiros para o cuidado em saúde mental no programa saúde da família.** Texto & Contexto –Enfermagem. Florianópolis. Vol. 20. n.1. Jan./Mar. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/SciELO.php?pid=S010407072011000100010&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 30 mai. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **NOTA TÉCNICA Nº 11/2019 CGMAD /DAPES/ SAS/MS Assunto: Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas.** Portaria n.º 3588, de 21 de dezembro de 2017, altera as Portarias de Consolidação n.º 3 e n.º 6, de 28 de setembro de 2017, Brasília DF, 2019. Disponível em: <https://file:///C:/Users/Usuario/Desktop/materiais%20projeto%20tcc/nota%20tecnica.pdf>. Acesso em: 15 out 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011(*). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da saúde. **Saúde Mental: Cadernos de Atenção Básica, nº 34.** Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília 1ª ed. 176 p. 2013. Disponível em: <https://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno34.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

DAMOUS, Issa; ERLICH, Hilana. **O ambulatório de saúde mental na rede de atenção psicossocial: reflexões sobre a clínica e a expansão das políticas de atenção primária.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, vol 24, Rio de Janeiro, out./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400004>. Acesso em: 30 mai.2020.

NUNES, Monica; LANDIM, Fátima Luna Pinheiro. **Saúde Mental na Atenção Básica: Política e cotidiano.** Salvador: EDUFBA, 2016.

VELOSO, Ana Luiza da Cruz; et al. **Saúde mental na atenção básica: uma descrição das competências da equipe Estratégia Saúde da Família.** Psicol Argum, v.37n. 95, p.60-79, jan. /mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/24273/0> Acesso em 24 abr. 2020.

INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA O ENFERMEIRO: PERFIL DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES NO PERÍODO DE 2018 A 2020 DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Bruna Aparecida Costa Moreira: brunamoreira321998@gmail.com

Sarah C. C. Massoco: sarahmassoco@gmail.com

RESUMO

Neste estudo enfatizamos o uso dos sistemas de informações e gestão de hospitalar, como método de conhecimento da área de saúde hospitalar nesse caso no estado de Santa Catarina. Para indagar a disponibilidade de leitos em comparação com a demanda de acordo com os procedimentos que geram mais AIH no estado. Utilizado como base de dados público do DATASUS, o TABNET é uma ferramenta em que os dados incluídos são tabulados. A pesquisa decorre no período de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019. A população utilizada foi o estado de Santa Catarina, sendo tabulado os dados do estado, divididos pelos procedimentos realizados e pelas regiões do estado, as informações foram ordenadas em grupos de procedimentos, com a AIH mais alta de três regiões, comparando a nossa região do Meio Oeste. Resultados: Em processo de AIH mais realizadas está o parto normal, realizado em todos os meses dos anos analisados. As regiões que aparecem com mais frequência de altas AIH, Região da Grande Florianópolis, Alto Vale do Itajaí, Médio Vale do Itajaí, Foz do Rio Itajaí, Meio Oeste, Nordeste, Laguna, Extremo Oeste, Oeste. As demais regiões também apresentam dados significativos para comparativos futuros, Xanxerê, Alto Vale do Rio do Peixe, Alto Uruguai Catarinense, Planalto Norte, Serra Catarinense, Extremo Sul Catarinense, Carbonífera. Conclusões: Os dados mostram com a utilização de sistemas de informação pelos profissionais de enfermagem gestores contribuem para distinguir falhas, e aumentos desnecessários de procedimentos atrasando o fluxo de regulação de leitos, ocupações totais dos leitos, prejudicando os acessos dos usuários.

Palavras-Chave: Autorização de Internação Hospitalar; Ferramentas de Uso para Profissionais da Enfermagem; Tecnologia da Informação; Saúde Hospitalar.

INTRODUÇÃO

Santa Catarina é um estado brasileiro, onde atualmente a população chega aproximadamente 7.164.788 habitantes, sua capital é Florianópolis. O estado é o terceiro no país com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 0,77), sendo o quinto estado mais rico do Brasil. Atualmente o estado possui o menor índice de mortalidade infantil 9,93 óbitos a cada mil nascidos, sendo um dos indicativos de saúde, que demonstra o risco de um nascido vivo evoluir a óbito antes de completar um ano (BRASIL, 2020).

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema complexo, e um dos maiores que tem, que com sua criação possibilitou o acesso universal e sem discriminação do sistema público, ele propicia a prevenção e promoção da saúde (BRASIL, 2020). A gestão hospitalar é uma área ampla para atuação do enfermeiro, assim é necessário o conhecimento de instrumentos para identificação das demandas de internação hospitalar a nível regional e estadual, para este estudo utilizou-se os dados disponíveis nos sistema de informação de consulta pública, sendo estes referentes ao

período de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2020, com objetivo principal verificar a disponibilidade de leitos em comparação com a demanda de acordo com a Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) para os usuários catarinense do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se ainda através desde, os objetivos específicos descritos como: verificar a demanda de AIH mensal dentre os anos de 2018 a 2020 de acordo com o grupo de procedimentos, comparar o número de AIH por região nos períodos mensal referente aos anos definidos neste estudo e descrever sobre as ferramentas de consultas de dados de informação em saúde do SUS como instrumentos estratégicos para a gestão hospitalar a ser desenvolvido pelo enfermeiro.

A AIH (Autorização de Internação Hospitalar) é um documento para autorizar a internação, e que contém os dados do paciente e todos os procedimentos/materiais/serviço prestado/profissionais que realizaram o cuidado do usuário durante o período de internação e abastece um sistema de informação hospitalar (SIH), que no decorrer gera dados que são encaminhado para uma plataforma de informação com abrangência do Brasil todo, e os quais são pagos posteriormente pelos valores padronizados do SUS. É através deste documento que se viabiliza o faturamento dos serviços hospitalares prestados no SUS. A AIH é emitida exclusivamente pelos órgãos emissores próprios ou autorizados pelo SUS, com numeração própria. Existem dois tipos de AIH: AIH inicial, para internamento inicial; AIH de continuidade, longa permanência (BRASIL, 2020).

O Sistema de Regulação (SISREG) é uma ferramenta online que possibilita controlar e ajustar os recursos hospitalares e ambulatoriais, regulamento interno de hospitais em que podemos exemplificar: a solicitação pela rede básica de consultas, exames e procedimentos na média e alta complexidade, bem como a regulação de leitos hospitalares, encaminhamentos de referência e contra referência entre, utilizados pelos municípios, ou estados que regulam os acessos através do SUS. O sistema funciona de forma que os atendimentos eletivos são considerados de acordo com a classificação de risco. A posição varia com o laudo clínico que o médico regulamentador preencherá, se é necessário um atendimento urgente ou se pode esperar (BRASIL, 2016).

O SISREG tem três modalidades performando no sistema, Central de Regulação Ambulatorial, Central de Internação Hospitalar, e a Autorização de procedimentos de alta complexidade, o sistema auxilia a organizar a regulação dos procedimentos, consultas, leitos hospitalares, atendendo desde a saúde básica até a alta complexidade. O sistema permite que os usuários saibam algumas informações sobre a saúde deles, no qual podem entrar utilizado a Carteira Nacional do SUS. (BRASIL, 2018)

O sistema DATASUS tem como missão impulsionar a informação por meio da tecnologia e apoiar o SUS. O sistema possui uma gama de dados públicos, mostrando que o SUS tem de certa forma uma cobertura universal (SALDANHA et al, 2019). O TABNET é uma ferramenta dentro do DATASUS que trabalha com dados em uma tabela, então ele é um tabulador de forma geral que auxilia a organizar os dados de forma mais ágil (BRASIL, 2020).

O enfermeiro é um dos eixos para um bom funcionamento da unidade onde trabalha, e disposto de multifunções, o enfermeiro pode fazer várias especializações, com a possibilidade de realizar um aperfeiçoamento na área da gestão, no qual se formará um administrador de pessoas e recursos, com uma ampla abrangência, é notável a participação dos enfermeiros na gestão da instituições, assumindo cargos de auditor, gerente, administrador das instituições, mas requer possuir algumas

habilidades de liderança. Sendo regulamentada pela lei nº 7.498, o enfermeiro tem à disposição o que deve exercer como profissional, com a profissão exercida em todo território nacional.

METODOLOGIA

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema complexo, e um dos maiores que tem, que com sua criação possibilitou o acesso universal e sem discriminação do sistema público, ele propicia a prevenção e promoção da saúde. A epidemiologia originou-se das observações de Hipócrates, que fatores ambientais influem o surgimento de doenças. O estudo epidemiológico é um estudo que aborda e investiga a saúde da população e os fatores determinantes para o risco e agravos de doenças, assim como eventos correlacionados a saúde (BONITA et al, 2010).

Este estudo descritivo, retrospectivo, e de perfil epidemiológico pela necessidade de internação, que consiste na análise de dados de forma organizada de informações dos dados apresentados por um serviço de informação de períodos passados o DATASUS/TABNET. Com o objetivo de avaliar quais são as causas mais comuns por internações hospitalares, AIH aprovadas pelo sistema. Que foi realizado com dados do período de fevereiro de 2018 até fevereiro de 2020 no sistema DATASUS. Sendo filtrado os resultados na ferramenta do Excel, para diminuir os dados, e utilizado o critério de ter acima de 10 AIH aprovadas. Para este estudo os dados são proveniente da consulta junto ao DATASUS por intermédio da pesquisa online em sua plataforma utilizando os dados dentro da Ferramenta TABNET em forma de tabelas, que tem acesso online, que armazena dados do nosso país em relação à saúde dos brasileiros, assim para que se possa realizar o acompanhamento das ações e resultados das atividades realizadas no SUS.

O TABNET é uma ferramenta dentro do DATASUS que trabalha com dados em uma tabela, então ele é um tabulador de forma geral que auxilia a organizar os dados de forma mais ágil (BRASIL, 2020). A coleta dos dados foi por meio da plataforma TABNET do DATASUS. Em base de consulta pública, online. Os dados foram copilados da plataforma TABNET, após tabulados em uma planilha do Excel, realizando a filtragem dos dados como critério de inclusão de grupo de procedimentos de AIH com número mínimo de 10 internamentos, descritos de acordo com as macrorregiões. Através da análise quantitativa, definindo as categorias de acordo com o grupo de procedimentos divididos entre as regiões e promovendo a comparação com a região do Alto Vale do Rio do Peixe, como forma de avaliação da disponibilidade de leitos dentre as especialidades e a gestão que é realizada pelo SISREG no período de fevereiro de 2018 até fevereiro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo proporciona um comparativo das maiores demandas de AIH por procedimentos definido para este estudo no mínimo de 10 internações mensais, que se apresentam no período de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2020, no estado de Santa Catarina. Os gráficos apresentados abaixo foram agrupados de acordo com o período temporal pertencente cada mês. Para a análise dos dados, em definição temporal, foi realizado o agrupamento dos meses, com descrição as três principais regionais com o maior quantitativo de AIH em comparação com a região do Alto Vale do Rio do Peixe, pois se trata de nossa região. As regiões de saúde lugar geográfico contínuo formado por grupos de municípios que são vizinhos, identificado a partir de culturas, economia e social e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes

compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde (MOYA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo realizado na plataforma de dados do SUS, sobre as AIH no estado no período de 2018 a 2020, destacou quais os procedimentos que geram mais internações de acordo com os dados, notoriamente com maior frequência as AIH referentes: ao parto normal, parto cesariano, tratamento de pneumonias ou influenza (gripe), tratamento com cirurgias múltiplas, tratamento intercorrências na gestação, tratamento de pacientes oncológicos e tratamento da vias aéreas inferiores. É necessário obter informações do âmbito hospitalar, a fim de que os enfermeiros assistências quanto os que atuam como gestores hospitalares, possam organizar as políticas de trabalho e interferir no processo de enfermagem, gerar novos protocolos, prestar assistência ao serviço para que não haja falta de leitos, administração das equipes, aplicar os conhecimentos para diminuição de indicadores que podem atrapalhar o funcionamento do serviço, e com cuidados mais integrais na saúde do usuário. Com as estas informações pode-se ter uma melhora gradual na qualidade de serviços de saúde, enfatizando o enfermeiro com perfil de líder de uma equipe, e poderá planejar uma assistência de qualidade e a organização do serviço, como também o dimensionamento das equipes.

O conhecimento das AIH é também um indicador utilizado para compreensão geral para conhecimento do sistema de saúde nacional, alimentados pelos municípios e estados, esses dados contidos na AIH são incluídos no prontuário do paciente e encaminhados para a auditoria hospitalar para verificação as informações do internamento, e envia um relatório para gestores locais, e a Secretaria de Saúde envia para o Ministério da Saúde e alimenta os sistemas de informações o DATASUS, ampliando as áreas para a auditoria em enfermagem. As ferramentas utilizadas são instrumentos para colaborar na gestão hospitalar sendo TABNET como ferramenta para desenvolver estratégias pelo enfermeiro gestor. E as atribuições dadas ao enfermeiro, que começa desde a sua formação inicial, que vão além de poder liderar as equipes, é poder atuar na administração e gestão dos serviços, e gestão de recursos, e de como estão sendo utilizados se há ou não desperdícios, a sistematização dos serviços. Assim recomendamos ao enfermeiro gestor hospitalar estas ferramentas de organização estratégica para controle, auditoria, planejamento de acordo com sua demanda regional de AIHs.

Referências Bibliográficas

BRASIL, ANS-Agência Nacional de Saúde Suplementar. **O que é um AIH-Autorização de Internação Hospitalar**. 2020. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/aans/index.php?option=com_centraldeatendimento&view=operadora&resposta=1559&historico=22434301>. Acesso em: 28 de mai. 2020

BRASIL, CONASS: Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **O SISREG**. 2016. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/guiainformacao/o-sisreg/>>. Acesso em: 01 de jun. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Sobre o DATASUS**. 2020. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/sobre-o-datasus/>>. Acesso em: 18 de mai. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **SIHSUS - Sistema de Informações Hospitalares do SUS**. 2020. Disponível em: <<http://datasus1.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/hospitalares/sihsus>>. Acessado em: 30 de mai. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **TABNET**. Tutorial do TABNET. DATASUS– Departamento de Informações do SUS. 2018. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Tutorial-TABNET-2020.pdf>>. Acesso em: 19 de mai. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **DATASUS–TABNET**. Plataforma de acesso de dados de saúde pública. 2020. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>>. Acessado em: 19 de mai. 2020.

MOYA, Vanderlei Soares. **Auditoria no SIH**. 2019. Disponível em: <<https://audhosp.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Curso-Auditoria-SIH-Tarde.pdf>>. Acesso em 11 de jun. 2020.

OPAS/OMS, Organização Mundial de Saúde. **OMS define 2020 como ano internacional dos profissionais de Enfermagem e Obstetrícia**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6092:oms-define-2020-como-ano-internacional-dos-profissionais-de-enfermagem-e-obstetricia&Itemid=844>. Acesso em: 03 de jun. 2020.

SALDANHA, Raphael de Freitas; BASTOS, Ronaldo Rocha; BARCELLOS, Christovam. **Microdatasus: pacote para download e pré-processamento de microdados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS)**. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 35, n. 9. 2019. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2019.v35n9/e00032419/pt>>. Acesso 8 jun. 2020.

PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE UMA CIDADE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA

MILENA CITADIN (milena.citadin@hotmail.com)
LORETE APARECIDA BRAUN (loretebraun@yahoo.com.br)

RESUMO

Com a organização das Redes de Atenção à Saúde, o sistema de referência e contra referência é fundamental para a integralidade da assistência. Este estudo surgiu da necessidade em se obter maior conhecimento a respeito da realidade da aplicação da referência e contra referência, envolvendo a equipe multiprofissional. O presente trabalho tem como o objetivo uma proposta de implementação do sistema de referência e contra referência na equipe de saúde da família do município de Macieira a fim de melhorar a assistência. Sendo esta proposta, implementar a operacionalização, estimular e promover esse instrumento entre os profissionais da equipe da estratégia da saúde da família (ESF). A pesquisa tem caráter, descritivo-exploratório de abordagem qualitativa. Embora venham sendo observadas inúmeras melhorias no sistema de informação, com propostas de uma comunicação mais efetiva na rede, ainda os dados apontam para um sistema fragmentado pelo não uso ou pouco uso das ferramentas disponíveis, como a referência e contra referência que vem contemplada no e-SUS.

Palavras chave: Referência e Contra Referência; Cuidado Integral; Interesse profissional;

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 definiu novos contornos para o sistema de saúde, entre os quais, que a resolução das necessidades de saúde dos indivíduos deve ser garantida mediante o atendimento integral operacionalizado em rede regionalizada e hierarquizada, com serviços e tecnologias integrados. Dessa forma, o modelo de assistência preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sugere que a responsabilidade pelo cuidado integral é de competência dos serviços de saúde dos diferentes níveis de atenção (BRASIL, 2005).

Observa-se a necessidade de aprofundar o cuidado integral ao paciente, pelo sistema de referência e contra referência, por que vem sendo um grande problema para equipe a população. Principalmente por falta de informação, esta que deve ser essencial e mediada pelos profissionais da saúde. A questão inicial é de que há vários tabus a respeito da comunicação entre profissionais, analisa que as pessoas possuem receio de inovar.

Acrescenta-se que, por conta disso, há resistência dos profissionais para implementar o sistema, pois não tem conhecimento da ferramenta de guia de encaminhamento fornecida dentro do sistema e-SUS.

Toma-se como reflexão primordial qual é a efetivação do instrumento de referência e contra referência do e-SUS, no município para acompanhar longitudinalmente a assistência?

Com a referência e contra referência o sistema pode melhorar, beneficiando a população e equipe, qualificando a assistência, baseado em evidências científicas e

na aplicação das práticas seguras e recomendadas, contribuindo para os avanços na organização de saúde a fim de consolidar uma cultura de assistência construtiva, amenizando as complicações e reduzindo as hospitalizações.

O objetivo deste estudo é propor a implementação de um sistema de referência e contra referência na equipe de saúde da família de Macieira a fim de melhorar a assistência.

Para tanto foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer e compreender como é o funcionamento atual do sistema de informação na ESF de Macieira;
- Sugerir que todos os profissionais utilizem o instrumento de referência e contra referência do e-SUS;
- Promover a orientação aos profissionais sobre importância de realizar a referência e contra referência.

Acredita-se que esse estudo poderá promover melhoria no cuidado integral do paciente, ao demonstrar que é de suma importância a comunicação dos profissionais por meio de formulários preenchidos contendo todas as informações e discussões de casos, pela necessidade de buscar medidas que tornem tal sistema eficiente na rede, para a continuidade do tratamento do usuário na sua integralidade, melhorando a qualidade do serviço e mesmo propor uma assistência qualificada a nível municipal.

ATENÇÃO PRIMÁRIA

O conselho nacional de secretários de Saúde (CONASS, 2004, p.7), define:

A atenção primária é um conjunto de intervenções, de saúde no âmbito individual e coletivo que envolve: promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. É desenvolvida por meio de exercício de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, das quais assumem responsabilidade. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância das populações. É o contato preferencial dos usuários com o sistema de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, acessibilidade, continuada integralidade, responsabilização, humanização, vínculo, equidade e participação social. A atenção primária deve considerar o sujeito em sua singularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural, e buscar a promoção de sua saúde, a prevenção e tratamento das doenças e a redução dos danos ou sofrimentos que possam estar comprometendo suas possibilidades de viver de modo saudável.

No Brasil, a Atenção Básica é desenvolvida com a descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas (BRASIL, 2019).

Ter uma Atenção Básica à altura de responder, perto da casa das pessoas, à maioria das necessidades de saúde, com agilidade e qualidade e de modo acolhedor e humanizado (BRASIL, 2019).

ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

Criado em 1994, o Programa Saúde da Família gradualmente tornou-se a principal estratégia para a mudança do modelo assistencial e a ampliação do acesso de primeiro contato aos serviços de saúde no SUS. Pouco mais de dez anos depois foi enunciada como Estratégia de Saúde da Família (ESF) na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), em 2006 (PINTO; GIOVANELLA, 2018).

É a estratégia prioritária de atenção à saúde e visa à reorganização da Atenção Básica no país, de acordo com os preceitos do SUS. É considerada como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da Atenção Básica, por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de ampliar a resolutividade e impactar na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade. Composta no mínimo por médico, enfermeiro, auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista e auxiliar ou técnico em saúde bucal (PNAB, 2017).

REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE

As Redes de Atenção à Saúde (RAS) organizam-se por meio de locais onde são ofertados serviços de saúde que determinam a estruturação dos pontos de atenção secundária e terciária (BRASIL, 2016).

A estrutura operacional das RAS expressa alguns componentes principais: centro de comunicação (Atenção Primária à Saúde); pontos de atenção (secundária e terciária); sistemas de apoio (diagnóstico e terapêutico, de assistência farmacêutica e de informação em saúde); sistemas logísticos (registro eletrônico em saúde, prontuário clínico, sistemas de acesso regulado à atenção e sistemas de transporte em saúde); e sistema de governança (da rede de atenção à saúde) (MENDES, 2009).

De acordo com o Município de Macieira tem a formação de uma rede de serviços de saúde em que a coordenação do cuidado seja de responsabilidade da Atenção Básica. Para tanto, abrange de uma forma adequada a cobertura assistencial através da ESF. Também fazem parte da rede de assistência de Saúde os seguintes serviços: CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família), academia de saúde, Atenção domiciliar, equipe de saúde bucal, Centro de especialidades odontológicas, agentes de Vigilância em Saúde e agentes de Defesa Civil que atuarão junto às equipes de Saúde da Família, policlínicas com atendimentos especializados, hospital de referência e farmácias.

1.10 REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA

Fratini (2007), aponta que conceitos de referência e contra referência em saúde, ainda se encontram num estágio de pouco desenvolvimento, tanto em relação aos seus possíveis sentidos teóricos quanto no que refere à efetivação e divulgação de experiências, exitosas ou não.

Referência representa o maior grau de complexidade, para onde o usuário é encaminhado para um atendimento com níveis de especialização mais complexos, os hospitais e as clínicas especializadas. Já a contra referência diz respeito ao menor grau de complexidade, quando a necessidade do usuário, em relação aos serviços de saúde, é mais simples, ou seja, "o cidadão pode ser contra referenciado, isto é conduzido para um atendimento em nível mais primário", devendo ser esta a unidade de saúde mais próxima de seu domicílio (FRATINI, 2007, p. 29)

É evidente também que as experiências para viabilizar este modelo técnico-assistencial ainda são muito isoladas e frágeis, não permitindo generalizações, mesmo ao nível de políticas públicas municipais (MASSAROLI, *et al*, 2008).

Podemos assegurar que para concretização de um sistema de referência e contra referência é importante a existência de registros e comunicação, para que

possa haver melhora na qualidade de assistência oferecida ao paciente (FRATINI, 2007).

METODOLOGIA

O presente estudo optou-se por realizar uma pesquisa utilizando uma abordagem qualitativa com método descritivo-exploratório, priorizando a fala dos participantes. A aplicação da metodologia qualitativa no campo da saúde torna-se importante, sobretudo por que "o objeto saúde oferece um nível possível de ser quantificado, mas ultrapassa quando se trata de compreender dimensões profundas e significativas que não conseguem ser aprisionadas em variáveis" (MINAYO, 1999).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados extraídos das falas e da observação demonstram a falta da aplicação de referência e contra referência associada ao desconhecimento dos profissionais de saúde sobre a disponibilização do instrumento no e-SUS e ainda a não utilização do prontuário eletrônico integralmente, o que dificulta a integração dos serviços para uma assistência integral e qualificada. A partir do estudo percebe-se a fragmentação entre os serviços, caracterizando o trabalho como solitário, sem o compartilhamento do cuidado do usuário na RAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste estudo pode detectar que não existe nenhuma utilização da referência e contra referência que visem a melhoria contínua da sistematização da assistência da equipe multiprofissional em um cuidado integral com o paciente. Pois as falas deixam claro que não há utilização de nenhuma ferramenta de referência e contra referência, bem como foi possível observar a dificuldade de trabalhar com o prontuário eletrônico de forma integral. Ainda, podemos pontuar as dificuldades dos profissionais, muitas vezes, em utilizar a informatização como ferramenta de trabalho, seja por não ser seu cotidiano ou por dificuldades no manejo das ferramentas de informática. Deste modo, consideramos que as instituições de saúde devem oferecer capacitações e desenvolver a utilização do sistema como fator prioritário tanto para melhorar suas atividades na qualidade da assistência quanto para atingir os indicadores priorizados pelo ministério da saúde, desta forma proporcionando a melhoria contínua da assistência do cuidado integral ao paciente.

O presente trabalho permitiu melhor conhecimento do sistema público de saúde do município de Macieira, suas peculiaridades, seus pontos fortes e fracos. E consequentemente a contribuição na implementação da referência e contra referência, bem como o incentivo para que todos os profissionais de saúde utilizem o sistema e-SUS na sua totalidade, não apenas para atender a burocracia mas para aperfeiçoar seu trabalho, oferecer uma assistência de qualidade, promover a saúde da comunidade e desenvolver uma comunicação mais ativa e resolutiva na rede de atenção à saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Saúde de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de promoção da saúde/Ministério da Saúde de Atenção à Saúde**; 1ª Ed. Brasília-DF 2005.

BRASIL Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) , 2004, p.7)
Atenção Primária à Saúde no Brasil Os desafios para aprimorar a porta de entrada do SUS para os brasileiros. Brasília, 2008. P. 7. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/consensus35.pdf>. Acesso em 27.Set.2019.

FRATINI, Juciane Rosa Gaio.. **Avaliação de um programa de referência e contra referência em saúde. Programa de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho.** Itajaí: UNIVALI, 2007. Disponível em:
<https://siaiap39.univali.br/repositorio/bitstream/repositorio/1131/1/Juciane%20Rosa%20Gaio%20Fratini.pdf>. Acesso em: 22.Set.2019.

MASSAROLI, Aline *et al* **Referência e contra referência: contribuição para a integralidade em saúde.** Ciência, Cuidados e Saúde, v. 7. 65-72, 2008. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/251067163_Referencia_e_contra_referencia_contribuicao_para_a_integralidade_em_saude_-_DOI_104025cienccuidsaudev7i14908. Acesso em: 22.Set.2019.

MENDES Eugênio Vilaça **As redes de atenção à saúde.** Minas Gerais, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500005. Acesso em: 03. Nov. 2019.

MINAYO, M C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco; 1999. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901992000200009. Acesso: 27.Mai.2020.

PINTO Luiz Felipe; GIOVANELLA Ligia; Do Programa à Estratégia Saúde da **Família: expansão do acesso e redução das interações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB).** Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 23.06 de junho de 2018 São Paulo-SP, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/1903-1914/pt/>. Acesso: 05. Abr. 2020.

AVALIAÇÃO DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NA DATA DE COLETA DO TESTE DO PEZINHO NA ÁREA PÚBLICA

Patrícia de Lima Ribeiro - patriciaenf95@hotmail.com

Luzia Portella - luzia.portella@outlook.com

Resumo

Trata-se de um estudo quantitativo-qualitativo e exploratório, em uma amostragem de 221 prontuários de RNs com exames coletados entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2019 em uma instituição pública no meio oeste Catarinense. Análise: evidenciou-se o sexo dos RNs; com 52% (115) masculinos. Idade dos RNs no dia do teste: 4 dias de vida; (27,1%) 60 dos RNs, 3 dias de vida; (24,9%) 55 dos RNs, com 5 dias de vida; (20,4%) dos RNs. Teste positivo na 1ª coleta: Fibrose cística com 6 RNs; (3%), Hemoglobinopatias com 2 RNs. Teste positivo na 2ª coleta: Fibrose cística com 4 RNs; (2%), Hemoglobinopatias com 2 RNs; (1%). Comparação da data dos exames alterados na 1ª coleta com a data da realização do teste: 3 dos RNs; 5 dias de vida (40%). Amostras submetidas na 1ª coleta por solicitação do laboratório: com recoletas; 30 (14%) RNs, sem recoletas; 191 (86%) RNs. Motivo da primeira coleta: prematuridade com 22; (10%) dos RNs, alterações com 8; (4%) dos RNs. Profissional que realiza a coleta do teste do pezinho evidenciou-se técnico de enfermagem com 221; (100%), profissional que realiza a entrega dos resultados evidenciou-se por outros profissionais com 221; (100%). Deixo como sugestão que os enfermeiros façam parte junto com os demais profissionais na entrega dos resultados dos testes positivos, tendo seu conhecimento como aliado para um atendimento diferenciado aos recém-nascidos e acolhimento aos pais.

Palavra-chave: Enfermagem. Teste do Pezinho. Triagem Neonatal.

1 Introdução

O teste do pezinho foi implantado no Sistema Único de Saúde (SUS) no ano de 1992, sendo criado em seguida no ano de 2001 o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) exercendo o rastreamento populacional conhecido como Triagem Neonatal Biológica mais conhecido no Brasil como teste do pezinho, seu principal objetivo é identificar distúrbios e doenças no recém-nascido (RN) em tempo primordial, assim garantindo tratamento imediato e acompanhamento médico, podendo diminuir deficiências e proporcionando melhor qualidade de vida ao RN (BRASIL, 2016).

2 Objetivos

Este estudo teve como objetivo geral avaliar a data de coleta do exame teste do pezinho no recém-nascido na área pública. Os objetivos específicos são: Identificar idade e sexo dos recém-nascidos; Identificar qual profissional de enfermagem que realiza a coleta; Comparar os resultados do teste com a data de coleta; Verificar os resultados positivos com o dia da realização da coleta; Identificar o número de recoleta a pedido do laboratório de apoio; Definir os motivos das recoletas; Detectar os casos de resultado positivo no teste; Definir qual participação do enfermeiro na entrega do resultado após coleta.

3 Revisão da literatura

O teste do pezinho no Brasil foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) sob a portaria nº 22, de 15 de Janeiro de 1992 (BRASIL, 2016) com esta legislação determinou-se a obrigatoriedade da realização do Teste do Pezinho em todos os recém-nascidos (RNs).

Logo após no ano de 2001 foi criado o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) que realiza o rastreamento populacional a Triagem Neonatal biológica conhecido como teste do pezinho. Hoje o teste no SUS possibilita a identificação precoce de seis doenças (BRASIL, 2016).

Segundo o Diário Oficial da União (2020) sob a Portaria nº 7, de 4 de Março de 2020, inclui-se no teste do pezinho a detecção da toxoplasmose congênita, conforme determina o art. 25 do Decreto nº 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias (julho de 2020), sendo então 7 exames oferecidos pelo SUS, sendo: Fenilcetonúria; Hipotireoidismo congênito; Fibrose cística Doença falciforme e outras hemoglobinopatias; Hiperplasia adrenal congênita; Deficiência de biotinidase; Toxoplasmose Congênita.

4 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa quantitativo-qualitativo e exploratório. A coleta dos dados foi realizada após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Comitê de Ética da Prefeitura de Caçador. A coleta dos dados foi por meio de uma tabela no Excel.

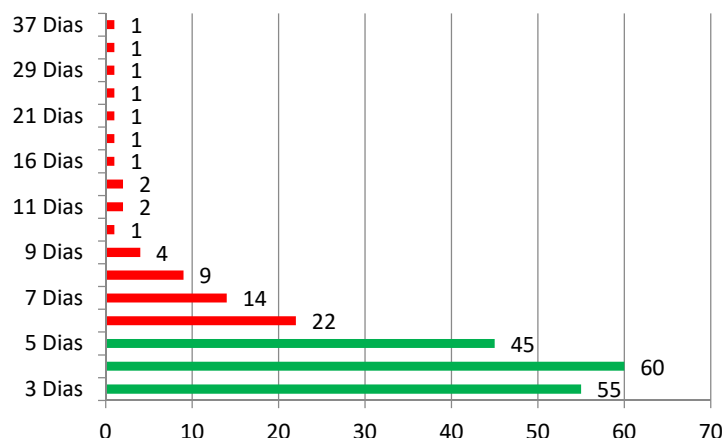
Foram avaliados 221 exames referentes ao teste do pezinho compondo a amostra total da pesquisa, sendo pesquisada no cadastro dos RNs que foram cadastrados no teste do Pezinho nos meses de Outubro a Dezembro, sendo coletados dados de 01 de Outubro á 31 de Dezembro de 2019, na área publica Unidade Básica de Saúde (UBS) Clínica Materno Infantil de uma cidade do meio Oeste Catarinense.

5 Resultados

No estudo foi observado que a maioria dos sujeitos é do sexo masculino que corresponde a 52% (115) dos RNs, e 48% (106) RNS do sexo feminino.

O gráfico 1 representa a idade dos recém nascidos no dia do teste do pezinho.

Gráfico 1: Idade dos recém-nascidos (RNs) no dia do teste do pezinho



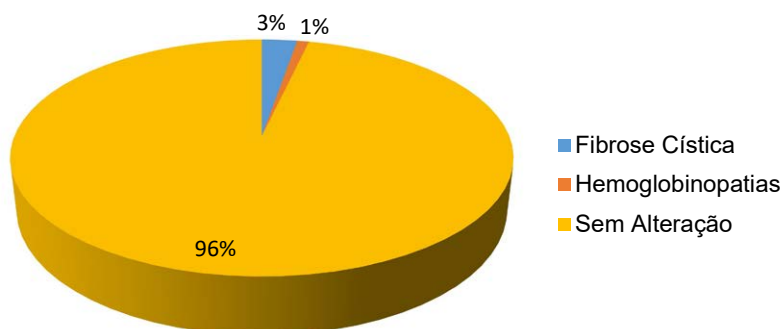
Fonte: O Autor (2020)

Observa-se no gráfico que dentre os 221 recém-nascidos (RNs) submetidos ao teste do pezinho na primeira coleta evidenciou-se com 4 dias de vida; (27,1%) 60 RNs, com 3 dias de vida; (24,9%) 55 RNs, com 5 dias de vida; (20,4%) 45 RNs.

Destacado por Brasil, (2019) no ano de 2017 no SUS, 53,51% das crianças coletou o teste até o 5º dia de vida; seguido por 18,27% entre o 6º e o 8º dia; e 12,77% entre 9º e o 15º dia. Outras 8,2% coletaram entre o 15º e o 30º dia de vida; e 4,53% coletaram após 30 dias de vida.

O gráfico 2 demonstra os teste positivos na 1º coleta do teste do pezinho..

Gráfico 2: Testes positivos na 1º coleta do teste do pezinho



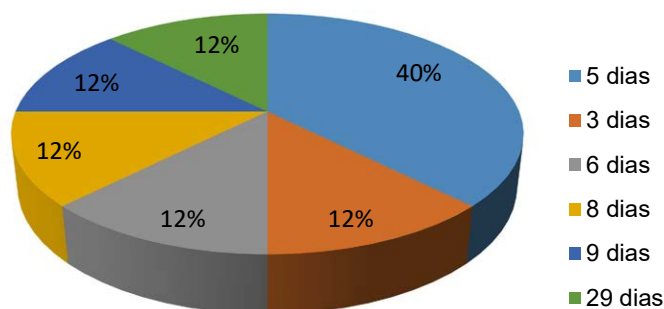
Fonte: O Autor (2020)

Observa-se no gráfico que os testes positivos na 1º coleta do teste do pezinho obtiveram as seguintes alterações: Fibrose cística com 6 RNs; (3%), Hemoglobinopatias com 2 RNs; (1%), e sem alterações no teste com 96% dos RNs pesquisados. Os testes positivos na 2º coleta do teste do pezinho obtiveram as seguintes alterações: Fibrose cística com 4 RNs; (2%), Hemoglobinopatias com 2 RNs; (1%), e sem alterações no teste com 97% dos RNs pesquisados. Já na segunda coleta do teste do pezinho houve uma baixa de 2 exames positivos da 1º coleta, sendo que na 2º coleta deixou de ser positivo 2 exame para fibrose cística.

Destaca o Governo de Santa Catarina, (2013) que o Hospital Infantil Joana de Gusmão, serviço de referência em Triagem Neonatal (TN) no Estado de Santa Catarina, credenciado pelo Ministério da Saúde. Até novembro de 2013, o hospital já tratou 588 crianças com hipotireoidismo congênito, 127 com fenilcetonúria, 85 casos de anemia falciforme, 170 com fibrose cística, 165 com hiperplasia adrenal congênita, 101 crianças com deficiência de biotinidase e quatro com galactosemia.

O gráfico 3 demonstra os resultados positivos com o dia da realização da coleta.

Gráfico 3: Verificação dos resultados positivos com o dia da realização da coleta.



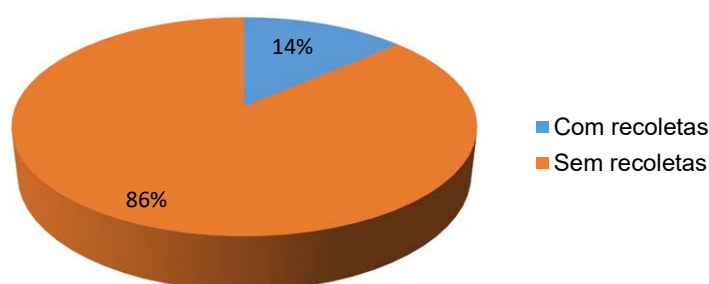
Fonte: O Autor (2020)

O gráfico acima nos demonstra que na comparação da data dos exames alterados na 1ª coleta com a data do teste nos dias ideais que seriam do 3º ao 5º dia de vida do RN, nos mostra que: 3 dos RNs 5 dias de vida (40%); 1 dos RNs 3 dias de vida (12%); 1 dos RNs 6 dias de vida (12%); 1 dos RNs 8 dias de vida (12%); 1 dos RNs 9 dias de vida (12%); 1 dos RNs 29 dias de vida (12%) dos RNs pesquisados.

Segundo Brasil (2019) a data para a coleta do teste do pezinho foi preconizada entre o 3º e o 5º dia de vida do bebê, principalmente por causa do início muito rápido dos sinais e sintomas de três das seis doenças detectadas pelo Programa, como o hipotireoidismo congênito, hiperplasia adrenal congênita e fenilcetonúria.

O gráfico 4 representa as amostras na 1ª coleta por solicitação do laboratório de apoio.

Gráfico 4: Números das amostras submetidas na 1ª coleta por solicitação do laboratório de apoio.



Fonte: O Autor (2020)

Como demonstrado no gráfico, o número de amostras submetidas na 1ª coleta por solicitação do laboratório foi: com recoletas 30 (14%) dos RNs, e sem recoletas 191 (86%) dos RNs que compõe a amostra.

Em um estudo realizado por Stranier, Takano (2009) Foram feitos 66.337 testes de triagem neonatal, foram solicitados para uma nova coleta de amostras, durante os anos de 2003 437 (1,4%) e 2004 com 741 (2,1%) RNs, respectivamente.

Constataram-se na pesquisa que os motivos das recoletas foram as seguintes: prematuridade com 22; (10%) dos RNs, alterações com 8; (4%) dos RNs, e sem recoletas 191; (86%) dos RNs sem recoletas. O número de recoletas por solicitação do laboratório mostrou-se baixa devido à eficiência da coleta, as recoletas ocorreram por alterações no teste ou por orientações segundo.

Evidenciou-se na pesquisa que o profissional que realiza a coleta do teste do pezinho no local é o técnico de enfermagem totalizando 221 (100%) da amostra dos RNs pesquisados.

Já a entrega de resultados dos testes negativos fazem se por outros profissionais segundo pesquisa não necessariamente pelo enfermeiro, pois no momento em que são preenchidos os documentos para coleta do teste do pezinho é emitido uma senha de acesso ao resultado aos pais, que podem entrar no site e acessar os resultados, podendo também ser acessados por qualquer profissional que conheça e saiba acessar os dados, tendo a senha de acesso em mãos, podendo ser entregues por enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem, recepcionistas das UBS, em casos de resultados positivos o próprio laboratório entra em contato com os pais ou responsáveis pelo RN via telefone, caso não consiga contato, o mesmo entra comunica a unidade de coleta para seguir com busca ativa ao RN, e assim explicar a importância da urgência em realizar uma nova coleta para o teste.

7 Resultados e conclusões

Posteriormente ao desenvolvimento do estudo, foi possível evidenciar que diante do objetivo de avaliar a data de coleta do exame teste do pezinho no recém-nascido na área pública na Unidade Básica de Saúde Central, Clínica Materno Infantil localizado no meio Oeste de Catarinense, com relação a coleta de dados mostrou-se satisfatória devido ter todas as informações necessárias para realização da pesquisa. Foi possível verificar que a partir da análise dos dados, obtivemos dados positivos em relação a data de realização das coletas, tendo como a idade dos recém-nascidos que se evidenciou no dia do teste do pezinho sendo como 3°, 4° e 5° dias de vida dos recém-nascidos pesquisados, seguindo os dias ideais de coleta preconizados pelo Ministério da Saúde. Tendo como as doenças mais diagnosticadas no período do presente estudo sendo a Fibrose cística e as Hemoglobinopatias, exames alterados na 1° coleta.

O Profissional que realiza a coleta do teste do pezinho e entrega de resultados evidenciou-se na pesquisa que é o profissional técnico de enfermagem.

Observa-se na pesquisa que o profissional que realiza a coleta tem preparo técnico e conhecimento sobre o procedimento de coleta, que as alterações e motivos de recoletas não foram por parte do coletador, fica a parabenização a profissional técnica de enfermagem que segundo a pesquisa mostrou com um grande conhecimento técnico.

Deixo algumas sugestões uma delas que os enfermeiros façam parte junto com os demais profissionais na entrega dos resultados dos testes positivos, tendo seu conhecimento como aliado para um atendimento diferenciado aos recém nascidos e acolhimento aos pais. E um Procedimento Operação Padrão (POP) sobre o procedimento de coleta e um fluxograma de coleta para a equipe do posto de Coleta.

8 Recomendações de estudo

Devemos realizar novas pesquisas para identificar falhas na coleta ou na data de realização do teste, e assim estar a tentos da importância da educação continuada e da responsabilidade do teste do pezinho para que os recém-nascidos tenham uma qualidade de vida melhor quanto ao diagnóstico.

Referências bibliográficas

BRASIL; Ministério da Saúde. **Conheça as doenças diagnosticadas no Teste do Pezinho**. Ano de 2016. Disponível em <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/entenda-o-sus/51078-6-de-junho-dia-nacional-do-teste-do-pezinho>> Acesso em: 26/02/2020

BRASIL; Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde reforça a importância do Teste do Pezinho entre o 3° e 5° dia de vida**. Ano de 2019. Disponível em < <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45503-ministerio-da-saude-reforca-a-importancia-do-teste-do-pezinho-entre-o-3-e-5-dia-de-vida> > Acesso em: 02/02/2020

SANTA CATARINA, Governo. **6 de Junho e o dia nacional do Teste do Pezinho**. Ano de 2019. Disponível em < <http://www.saude.sc.gov.br/index.php/noticias-geral/10676-6-de-junho-e-o-dia-nacional-do-teste-do-pezinho> > Acesso em: 08/08/2019

UNIÃO, Diário Oficial da. **Portaria nº 5, de 4 de Março de 2020**. Ano de 2020. Disponível em < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=05/03/2020&jornal=515&pagina=130&otalArquivos=141>> Acesso em: 30/03/2020

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE UM RESIDENCIAL GERIÁTRICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Patrícia de Lima Ribeiro - patriciaenf95@hotmail.com

Fabio Gabardo – fabiogabardo2010@hotmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada no planejamento e organização de um residencial geriátrico. Os resultados apontam o profissional enfermeiro como o profissional da área da saúde que passa mais tempos com os pacientes. Estamos aptos a enfrentar essa nova modalidade de assistência que vêm em uma crescente área de atuação dos profissionais enfermeiros. Podendo ter uma formação na área gerencial e assistencial. O estudo permitiu relatar um empreendimento na área da enfermagem pouco explorado pelos enfermeiros. Embora as dificuldades tenham sido muitas, com a planta física, dimensionamento de pessoal, montar equipe multiprofissional, escalas treinamentos, estrutura física adequada conforme RDC. A capacidade de gestão da enfermagem em administrar, organizar e coordenar o serviço implantado com qualidade possibilitaram a liberação e aprovação da vigilância sanitária e liberação do COREN. Possibilitando para região um empreendimento de um residencial geriátrico com referência na assistência especializada e multiprofissional e gerando novos empregos na área de enfermagem.

Palavra-chave: Enfermagem. Idoso. Residencial Geriátrico.

1 Introdução

O envelhecimento populacional há pouco tempo restrito a países desenvolvidos tornou-se realidade no Brasil. A população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017. Segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua características dos moradores e domicílios (IBGE, 2018).

O aumento do número de idosos traz consequências e impactos para a sociedade, desse modo fez-se necessário buscar determinantes, e melhoria nas condições de saúde e de vida dos idosos e tentativa de conhecer as múltiplas facetas da velhice e do seu tão temido processo (LIMA, CAMPOS, 2011).

Neste relato de experiência, falo como “sonho de vida” que se tornou um projeto de grandes proporções para minha vida. Onde relato em nove fases, cito desde a primeira fase projeto escrito, a procura de uma casa para instalar o residencial geriátrico, contratação dos funcionários fixos e terceirizados, o serviço prestado para atendimentos até sua inauguração.

O enfermeiro tem um papel importante, neste caso na enfermagem geriátrica. Em planejar as atividades diárias, coordenar a planejar os cuidados específicos com a demanda e prioridade de cada idoso e com sua equipe na elaboração de escalas e treinamentos.

2 Objetivos

Este relato de experiência tem como objetivo, relatar a vivência de um acadêmico de enfermagem no planejamento e organização de um lar para idosos (residencial geriátrico) no setor privado, situado no município de Caçador. S.C. meio oeste Catarinense.

Figura 1: Residencial Vô Nenê



Fonte: O Autor, (2020)

3 Revisão da literatura

As adequações e da residência para instalação e o planejamento do residencial geriátrico, foi analisado segundo regulamento técnico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA (2002), a RDC 50 e NBR 9050/ABNT (FEDERAL, 2015). E para organização foi analisado o estatuto do Idoso, Manual de Orientações sobre as Normas Sanitárias destinadas às Instituições de Longa Permanência para Idosos RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005 (ANVISA, 2005).

4 Metodologia

Trata-se de um relato de experiência, vivenciado por um acadêmico em enfermagem relatando em nove fases como foi sua experiência em empreender como futuro enfermeiro iniciando seu planejamento janeiro de 2016 com inauguração em junho de 2016. O residencial geriátrico foi instalado em uma residência situada no município de Caçador S.C. na avenida Santa Catarina, Centro.

Utilizados as RDC, ANVISA, COREN, COFEN e normativas do Ministério da Saúde, estatuto idoso para confeccionar o projeto da casa, escalas de trabalhos, rotinas de funcionamento e atendimento, contratação de equipe multiprofissional. Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária (MORESI, 2020).

5 Resultados

1° A primeira Fase

Iniciou-se com projeto escrito colocar as ideias de quatro sócios no papel para realização de atendimentos diferenciados aos idosos, com atendimento multiprofissional.

2° Segunda fase

A procura de um local adequado e perfeito à proposta de trabalho para ser instalado o residencial geriátrico. Em janeiro de 2016 começou a “procura” de uma residência com seu espaço estrutural grande suficiente para acomodar os idosos.

3° Terceira fase

A locação da residência e o contrato para locação da mesma e a contratação de um engenheiro especializado. Para a avaliação, realizar o projeto de reformas, melhorias e adequação do espaço físico, conforme as normas técnicas da RDC N°283 e a ABNT 9050/2015 de adequação de acessibilidade a todos os ambientes da residência (FEDERAL (2015).

4° Quarta fase

Após a avaliação e o projeto de reestruturação e reforma do engenheiro e as visitas técnicas, reuniões com a vigilância sanitária e do Corpo de Bombeiros.

5° Quinta fase

Compra dos materiais de construção civil e reformas que durou quatro meses para atender todas as exigências.

6° Sexta fase

Foi realizado a compra dos mobiliários, materiais, equipamentos e insumos.

7° Sétima fase

Foi à contratação dos funcionários fixos e terceirizados. Para compor a o “quadro” de funcionários.

8° Oitava fase

Solicitou-se nova vistoria da Vigilância Sanitária onde por várias vezes fomos justificar o projeto de reforma para ficar tudo correto dentro do preconizado pela RDC e do Corpo de Bombeiros para fornecimento dos alvarás sanitários.

9° Nona Fase

Início das atividades a inauguração transcorreram seis meses para o planejamento e organização do residencial geriátrico até sua inauguração em junho de 2016.

6 Considerações Finais

Em relação ao meu sonho e objetivo de empreender, posso dizer que tive sucesso, pois o residencial geriátrico funciona até os dias atuais, mesmo não fazendo mais parte me sinto muito orgulhoso e satisfeito com toda essa experiência vivenciada de atuar na produção do projeto, reformas da casa, elaboração e justificativa da planta física, acompanhar o enfermeiro na elaboração de normas e rotinas e instrumentos de admissão para idosos, treinamento do pessoal de enfermagem, participar ativamente da administração de empreendimento com atendimento as pessoas ainda é muito mais trabalhoso do que eu imaginava, pois nosso produto são pessoas e isso muda tudo precisamos de atendimentos personalizados e com uma equipe multiprofissional.

Enfim, este relato me proporcionou momentos de reflexão e discussão sobre o tema relatado e pesquisado. Acrescentou também maior conhecimento científico a respeito desse tema, ampliando a visão sobre esse processo que é o envelhecimento, pelo qual todos nós vamos vivenciar esse momento em nossas vidas. Se tivermos sorte de vivenciar esta experiência de sermos um jovem que deu certo “Conhecido como idoso”.

Referências Bibliográficas

ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução - RDC nº 50, de 21 de Fevereiro de 2002**. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0050_21_02_2002.html: Acesso em: 28 Mar. 2020.

ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução de diretoria colegiada - RDC nº 283, de 26 de Setembro de 2005**. Disponível em:

http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f2055-c23a-4eca-94ed-76fa43acb1df: Acesso em: 28 Mar. 2020.

COUTINHO, Aline Torres et al. **Integralidade do cuidado com o idoso na estratégia de saúde da família: visão da equipe**. Escola Anna Nery, p. 628-637, 2013.

COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Lei n 7.498/86, de 25 de junho de 1986**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20exerc%C3%ADcio%20da%20Enfermagem%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=A%20Enfermagem%20%C3%A9%20exercida%20privativamente,os%20respectivos%20graus%20de%20habilita%C3%A7%C3%A3o: Acesso em: 28 Mar. 2020

FEDERAL, Ministério Público. **ABNT NBR 9.050/2015**. Disponível em:

<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-comdeficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view>: Acesso em: 28 Mar. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia->

denoticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30milhoes-em-2017: Acesso em: 25 Abr.2020

LIMA, R.S; CAMPOS, M.L.P. **Perfil do idoso vítima de trauma atendido em uma Unidade de Urgência e Emergência.** Rev Esc Enferm USP, v. 45, n. 3, p.659-6, 2011.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa. Ano de 2003.** Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-depesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>: Acesso em: em 28 Mai. 202

**CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO DE
PACIENTES POLITRAUMATIZADOS EM UM SERVIÇO DE URGÊNCIA E
EMERGÊNCIA DE UM HOSPITAL DO MEIO OESTE SC
PÚBLICA**

Patrícia de Lima Ribeiro - patriciaenf95@hotmail.com
Jéssica Rayana Bianchi - je_rayane@hotmail.com

Resumo

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quali-quantitativa, através de um questionário, com perguntas relacionadas ao atendimento de pacientes politraumatizados. O estudo tem como objetivo principal analisar o conhecimento da equipe de enfermagem atuante no serviço de urgência e emergência, diante ao atendimento de vítimas politraumatizados. Os dados foram coletados entre fevereiro e março de 2020, com 22 profissionais de enfermagem, atuantes no serviço de urgência e emergência de um hospital do meio oeste de Santa Catarina, que é referência em neurocirurgia e traumatologia. Os resultados foram analisados e demonstrados graficamente, 75% dos profissionais responderam assertivamente as questões relacionadas ao conhecimento técnico/científico perante questões de casos rotineiros vividos na unidade de urgência e emergência, porém 59% dos profissionais possuem menos de 1 ano de serviço prestado no setor, portanto se torna importante e viável treinamentos, educação continuada, protocolos de atendimento e fluxogramas a respeito de atendimento ao paciente acometido por politrauma tendo em vista que pesquisa aponta para o não uso de protocolos para paciente politraumatizados, e apresenta uma rotatividade de profissionais de enfermagem neste setor seria de suma importância implantação de POP (protocolos operacional padrão) para facilitar o atendimento e treinamento da equipe.

Palavra-chave: Conhecimento. Enfermagem. Politrauma.

1 Introdução

O crescimento da mortalidade por trauma é algo preocupante, em 2004 foram notificados 127.470 óbitos causados por lesões externas no Brasil, devido este expressivo número o trauma é o terceiro lugar dentre as principais causas de mortalidade (ALVES, A. L. et al, 2009; BAHIA, 2004).

Para o paciente que da entrada no Serviço de Emergência (SE), o cuidado parte em definir quais são as prioridades do atendimento que seguem um protocolo adequado e as necessidades que determinam a emergência, essas prevalências são deliberadas conforme a ameaça a vida da pessoa, (SMELTZER, 2002).

2 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho foi de analisar o conhecimento da equipe de enfermagem atuante no serviço de urgência e emergência, através de um questionário, composto de perguntas objetivas, e o mesmo foi aplicado pelo pesquisador de forma individual para cada profissional. Os objetivos específicos são: Conceituar os tipos de trauma atendidos na sala de emergência; Identificar se a

instituição utiliza protocolo para pacientes politraumatizados; Definir a atuação da equipe de enfermagem frente ao paciente acometido por situações de politrauma.

3 Revisão da literatura

Etimologicamente, “poli” deriva do grego *polús*, que significa “vários, numerosos”. “Traumatizado” é um adjetivo que representa “aquele que se traumatizou”, logo é possível considerar que “Politraumatizados” refere-se a todos aqueles que sofreram mais de um traumatismo, independentemente de sua magnitude (REIS et al.,2009).

A abordagem de pacientes politraumatizados sofreu grandes mudanças neste último século. O entendimento das alterações fisiológicas que ocorrem em traumas graves e as mudanças da abordagem aos pacientes foram os fatores que mais contribuíram. A melhoria do atendimento pré-hospitalar, o aprimoramento do atendimento intra-hospitalar, intensivo e as técnicas cirúrgicas mais apuradas possibilitaram melhores resultados (REIS et al., 2009).

4 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativo-qualitativo. A coleta dos dados foi realizada após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Comitê de Ética da Prefeitura de Caçador. A coleta dos dados foi por meio de uma tabela no Excel.

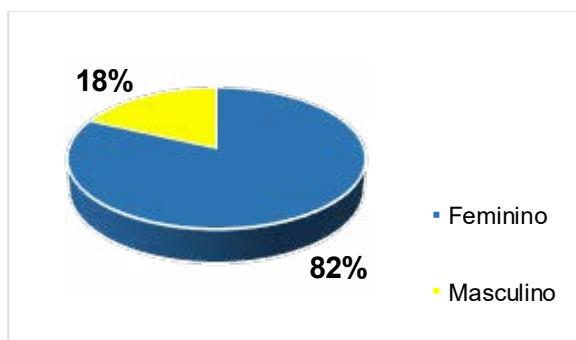
Foram convidados a participar da pesquisa enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, atuantes no setor de urgência e emergência, totalizando 22 profissionais de enfermagem, e satisfatoriamente todos concordaram e responderam ao questionário. Os critérios para a participação dos mesmos na pesquisa foram: estar atuando na unidade de urgência e emergência durante o período do estudo e ter contato direto com os pacientes politraumatizados.

5 Resultados

Na análise do gráfico constata-se que 82% dos profissionais de enfermagem da emergência são do gênero feminino e 18% do gênero masculino.

No gráfico 1, podemos analisar a relação gênero dos profissionais atuantes na emergência.

Gráfico 1: Relação gênero dos profissionais atuantes na emergência.



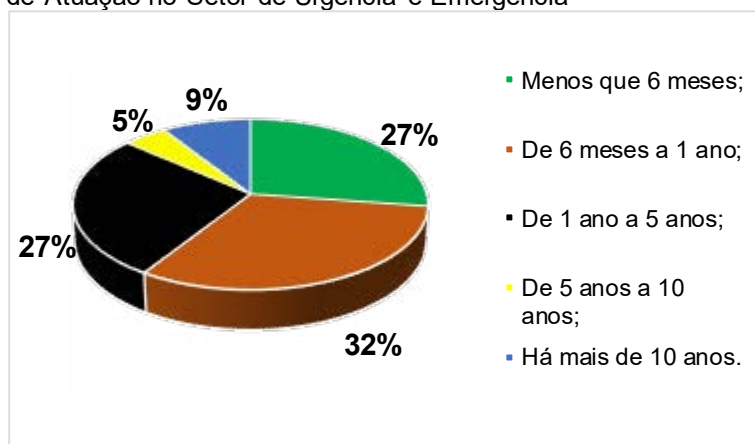
Fonte: O Autor (2020)

Na análise do gráfico constata-se que 82% dos profissionais de enfermagem da emergência são do gênero feminino e 18% do gênero masculino.

Através de estudos científicos é comprovado que a enfermagem é predominada pelo gênero feminino, isto parte da história inicial da profissão, onde antigamente o gênero feminino era visto como mais preparada para cuidar de crianças, idosos, doentes, entre outros, partindo da visão limitativa que a mulher deveria desempenhar práticas vistas exclusivas para mulheres, como papel de cuidadoras. Este pensamento gerou rivalidade entre os gêneros, porém aos poucos está sendo mudado este pensamento, podemos ver nos dias atuais a adesão de acadêmicos do gênero masculino nas graduações de enfermagem (SOUZA et al., 2014)

O gráfico 2 demonstra o tempo de atuação dos profissionais no setor de urgência e emergência.

Gráfico 2: Tempo de Atuação no Setor de Urgência e Emergência



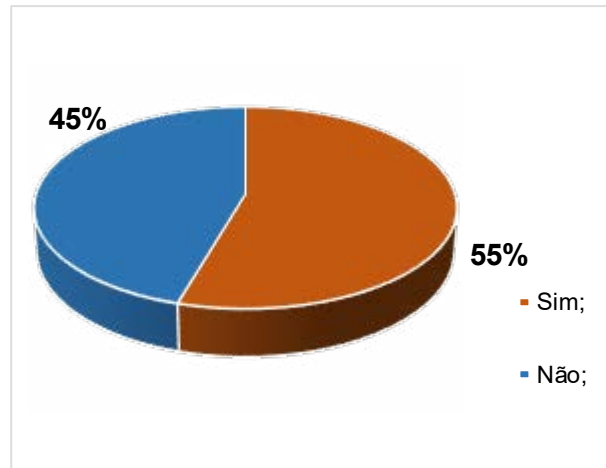
Fonte: O Autor (2020)

Observa-se no gráfico referente ao tempo de atuação dos profissionais no setor de urgência e emergências, 32% trabalham de 6 meses a um ano (7 profissionais), 27% trabalham menos que 6 meses (6 profissionais) e também entre 1 ano e 5 anos (6 profissionais), seguidos de 9% há mais de 10 anos (2 profissionais) e 5% de 5 anos a 10 anos (1 profissional).

Segundo Pinhatti, et al (2015), os profissionais de enfermagem desenvolvem com o passar do tempo um grande desgaste físico, mental, psicológico em decorrência da profissão em si, pois a assistência a ser prestada a um paciente adoecido exige muito do profissional, neste sentido algumas instituição adotam um sistema de rotatividade de profissionais em diferentes setores, visando expandir o conhecimento do colaborador, aumentando suas experiências, este método auxilia ainda no desenvolvimento social e trabalho em equipe.

O gráfico 3 representa quantos profissionais possuem conhecimento do protocolo de atendimento de pacientes vítima de trauma/politrauma, que a instituição possui.

Gráfico 3: Você sabe se a instituição onde você trabalha possui protocolo para atendimento de pacientes vítima de Trauma/Politrauma?



Fonte: O Autor (2020)

Conforme o gráfico acima 12 profissionais que correspondem a 55% assinalaram a alternativa assertivamente onde a instituição possui protocolo de trauma e 10 profissionais 45% responderam que não possui protocolos, pois a instituição possui o protocolo porém não há treinamentos e nem todos os profissionais atuantes no setor possuem conhecimento do protocolo.

Segundo Brasil (2017), os protocolos clínicos são documentos desenvolvidos com base em evidências científicas e confiáveis, com o objetivo de estabelecer e padronizar critérios de tratamento preconizados a determinadas situações, com os medicamentos indicados, posologias recomendadas, condutas a serem tomadas e desenvolvidas, de forma segura e efetiva.

Os protocolos assistenciais tem como objetivo padronizar o atendimento, eles prezam a excelência no serviço prestado e buscam garantir a segurança de profissionais e usuário, o uso dos protocolos permitem organizar e gerenciar o trabalho da enfermagem, permitindo otimizar o tempo, diminuir o desperdício de materiais, e padronizar condutas e intervenções de enfermagem referente ao atendimento de forma eficaz, efetiva e embasada em evidências científicas (KRAUZER, 2018).

6 Resultados e conclusões

Ao término da pesquisa, percebe-se que é de suma importância o conhecimento dos profissionais de enfermagem perante o atendimento de paciente vítima de trauma e politrauma, que o atendimento eficaz e de qualidade determina o tratamento e prognóstico final do paciente.

Percebe-se através dos dados que é significativa a porcentagem de funcionários com pouco tempo de experiência em urgência e emergência atuando no setor, 32% ou seja (7 profissionais) atuam entre 6 meses e 1 ano, e há um empate de 27% (6 profissionais) que atuam menos de 6 meses e entre 1 ano e 5 anos.

Quanto a funcionários que possuem treinamentos ou cursos na área específica em que atuam, apenas 36% responderam que possuem, e 64% não possuem nenhum tipo de treinamento, nem quando ingressaram no setor.

Nas alternativas referente ao conhecimento teórico prático, o resultado foi positivo, 62% das alternativas assinaladas foram de forma assertiva e 25% errada.

Sabe-se que o hospital possui protocolo de atendimento a vítima de trauma, porém não é aplicado no cotidiano, e apenas 55% dos profissionais tem

conhecimento sobre a existência deste protocolo, que é de suma importância no atendimento a estas vítimas.

Com os resultados obtidos sugere-se o uso do protocolo existente de trauma na instituição, com o intuito de melhor preparar e capacitar os profissionais atuantes nesta unidade hospitalar, e ainda realizar educação continuada como forma de treinamento e fixação dos dados instituídos, possibilitando que os mesmos tirem dúvidas, e possam trabalhar de forma segura, e eficiente.

Sugere-se ainda a implantação de fluxogramas de atendimento, pois o mesmo é uma excelente ferramenta de ensino, de forma prática, eficaz e útil com acesso à informação de uma forma mais rápida, tendo em vista que a pesquisa evidenciou uma rotatividade desses profissionais no setor de emergência sendo um instrumento para treinamentos, direcionamento de atendimento, capacitação e padronização de procedimentos, com o objetivo de tornar o processo seguro tanto para o paciente, quanto para os profissionais e instituição provedora do cuidado. E nos dias atuais os fluxogramas podem ser utilizados através da tecnologia como por exemplo na ferramenta do whatsapp entre outras ferramentas disponíveis.

7 Recomendações de estudo

Os resultados do estudo podem ser relevantes para acadêmicos, profissionais atuantes em setores de urgência e emergência, e pesquisadores, com o intuito de instigar reflexões, discussões, criação de protocolos, fluxogramas, normas e rotinas preconizando o conhecimento e capacitações para profissionais de enfermagem atuantes em setores de urgência e emergência facilitando o processo de aprendizagem destes profissionais e garantindo um atendimento de ponta e segurança aos pacientes acometidos por politrauma.

Referências bibliográficas

ATLS; **Advanced Trauma Life Support for Doctors**. American College of Surgeons. 10a. Ed 2018. Disponível em: <https://viaaerearcp.files.wordpress.com/2018/02/atls-2018.pdf>. Acesso em 20 jun.2019.

ATLS; **Advanced Trauma Life Support. Student Course Manual**. 9 ed.2012. Disponível em: <file:///C:/Users/J%C3%A9ssica/Documents/J%C3%A9%20Facul/8%20fase/ATLS%20-%209%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 set.2019.

BRASIL; Ministério da Saúde. **Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - PCDT**. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/protocolos-e-diretrizes>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COFEN. **Pesquisa Inédita Traça Perfil Da Enfermagem**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/pesquisa-ira-avaliar-qualidade-de-vida-dos-profissionais-de-enfermagem_67799.html. Acesso em: 18 mar. 2020.

COFEN. **RESOLUÇÃO COFEN-358/2009**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html. Acesso em: 19 mar. 2020.

COFEN. **Parecer Nº 008/2017/COFEN/CTLN**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/parecer-no-0082017cofenctl_n_53882.html. Acesso em: 19 mar. 2020.

O MOVIMENTO ANTIVACINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS.

SARITA DE OLIVEIRA ZANOTTO
WANDERLEIA TRANGACIN

Resumo: Neste estudo pretende-se demonstrar com base em referenciais teóricos que a vacina pode ser o melhor caminho para uma vida longa e saudável livre de doenças evitáveis, serão abordadas as raízes do movimento antivacina, ou ainda denominado antivax, que vem sendo tema recente nas mídias no mundo inteiro e assim também abordando o ressurgimento de casos de doenças do passado as quais não se ouvia mais “falar”. Sabendo que desde o nascer até a terceira idade no Brasil são disponibilizados uma gama de vacinas com a finalidade de prevenir os agravos das doenças ou até mesmo erradicação das mesmas não compreende-se a necessidade de pessoas ainda morrerem ou ficarem com sequelas até o fim de suas vidas se uma leve picada ou algumas gotinhas orais podem mudar esse destino desagradável.

Palavras-chave: Antivacina. Vacinação. Doenças.

Introdução

Segundo o ministério da saúde a prevenção primária engloba ações realizadas para evitar a ocorrência de doenças e suas estratégias, sendo que a prevenção por meio das vacinas vem a ser uma questão digna de ênfase devida sua eficácia amplamente comprovada por meios de estudos científicos. Vivemos em um mundo no qual é muito difícil imaginar que, há algumas décadas, era comum que as pessoas morressem por doenças como rubéola, meningite, poliomielite e tétano. Com a evolução da medicina e o desenvolvimento de vacinas, essas enfermidades se tornaram raras e passaram a ser vistas como algo de um passado distante. Tão distante que a importância da vacinação está em risco, segundo Juarez Cunha (2019) presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações, muitos pais nem se quer ouviram falar sobre rubéola por exemplo, e isso faz com que esqueçam de levar seus filhos para se proteger, por acharem desnecessário ou fiquem deixando para depois. Grupos que criticam a forma como as imunizações são realizadas, os chamados anti vacinas, têm crescido, segundo o site "Sociedade Brasileira e Medicina Tropical" (2019) o movimento antivacinação foi incluído pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em seu relatório sobre os dez maiores riscos à saúde global, de acordo com a Organização, esses movimentos são tão perigosos quanto os vírus causadores dessas doenças, porque ameaçam reverter o progresso alcançado no combate a enfermidades evitáveis por vacinação.

O MOVIMENTO ANTIVACINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O programa de vacinação sempre foi um motivo de orgulho no Brasil, de repente uma coisa chamada movimento antivacina surge, o que é esse movimento? De onde vem? Quais perigos representa? Sempre houveram pessoas que desconfiavam da validade, eficácia e segurança da vacina, a partir de um estudo fraudado pelo médico britânico Andrew Wakefield, relacionado a vacina tríplice viral MMR, publicado em 1998 na revista “Lancet”. Segundo a jornalista Julia Di Spagna

(2019) das 12 crianças com autismo analisadas no artigo, 8 teriam manifestado a doença duas semanas depois da aplicação da vacina. A teoria era de que o sistema imunológico havia sofrido uma sobrecarga com a imunização. Ainda segundo a jornalista, um tempo depois da publicação, o estudo começou a ser questionado. O médico estava envolvido com advogados que queriam lucrar a partir de processos contra fabricantes de vacinas. Além disso, ele utilizou dados falsos e alterou informações sobre pacientes. Após a confirmação do caso, a Lancet se retratou e retirou os estudos de seus arquivos.

Dr Carlos Graeff Teixeira (2019), do grupo de Parasitologia Biomédica da Pontifícia Universidade Católica do RS, diz que a ciência apoia esmagadoramente a vacinação. Mas a ciência precisa do seu campo nas redes sociais e atualmente as mentiras já ganharam seu campo virtual.

No Brasil existe um grupo pequeno, mas que faz muito barulho, são pessoas ignorantes de literatura que não leram artigos com fundamentação científicas ou leram e preferiram acreditar que eram falsos e esse grupo vem preocupando cada vez mais comunidade científica global.

Porque eles evoluíram de um grupo pequeno para se tornar seu próprio império de mídia com 500 websites impulsionados pelas redes sociais, especialmente pelo Facebook, mas também estão dominando o comércio eletrônico em sites como Amazon – a Amazon hoje é o maior promotor de falsos livros antivacinas. O ponto é que a maior parte das informações na internet sobre vacinas é falsa (TEIXEIRA, Carlos Graeff 2019, P.1).

Para Juan Carlos (2019 P.1) o movimento antivacinas, que há pouco tempo era formado por seguimentos populacionais com mais recursos, com acesso a terapias auxiliares e alimentação saudável, hoje alcançou segmentos mais populares da sociedade, usando de maneira inteligente e sutil, as redes sociais e penetrando em um público que outrora não conseguiria.

Já Varella (2019 P.1) ressalta que no Brasil os que aderem os movimentos antivacinas foram frequentadores de boas escolas e possuem acesso às melhores fontes de informação, mas mesmo assim acreditam em especulação sem fundamentos. Ainda de acordo com esse autor, esses apoiadores antivacina afirmam que as vacinas debilitam o organismo, impedem o desenvolvimento do sistema imunológico, causam alergias, autismo, retardo mental e outros malefícios. Essas pessoas chegaram à vida adulta sem as sequelas motoras da poliomielite, as cicatrizes da varíola ou a infertilidade da caxumba, mas por meio da sua ignorância negam aos filhos os cuidados preventivos que receberam de seus pais.

Segundo o autor supracitado, atualmente o Brasil é líder em vacinação gratuita, pessoas que se negam de imunizar seus filhos não podem alegar que vem a ser pela falta de recursos financeiros. Nem todos os pais que deixam de completar o esquema vacinal dos filhos, fazem por ideologias ou crenças em notícias falsas. Na grande maioria essas crianças não são levadas à Unidade de Saúde em virtude do sucesso dos programas de vacinação que tornaram raras essas doenças por consequência esses pais tendem a menosprezar o risco que os filhos correm.

Os que alegam razões ideológicas assentadas em argumentos pseudocientíficos para não vaciná-los e os médicos que prescrevem vitaminas, extratos de plantas ou vacinas homeopáticas em lugar das que fazem parte do calendário do Ministério da Saúde, devem responder

criminalmente por expor crianças ao risco de morte e a sociedade à disseminação de doenças quase extintas (VARELLA 2019, P.1)

Vem a ser necessário o restabelecimento da confiança na sociedade do sistema de saúde “nos anos de 1930 as doenças infecciosas e parasitárias correspondiam a 45,7% das mortes no país, absurdamente caiu para 4,3% em 2010, perante o Ministério da Saúde. Mais tarde em 1980, sarampo, poliomielite, rubéola, síndrome da rubéola congênita, meningite, tétano, coqueluche e difteria causaram 5,5 mil mortes em crianças com até 5 anos. Em 2009, foram 50 óbitos apenas. Os avanços da vacinação são nítidos e gritantes, mas estão ameaçados. (CONNAS 2017, P.1)

Em 1998, um médico chamado Andrew Wakefield publicou um estudo relacionando autismo em crianças com a vacina MMR – a tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola. Seu estudo tinha apenas 12 pacientes e nenhum fundamento científico. Ele afirmava categoricamente que a vacina era a causa do autismo de seus pacientes. Anos depois, descobriu-se que não somente o estudo era uma fraude, com todos os dados forjados, como também que o estimado doutor havia sido financiado por um advogado que pretendia lucrar milhões processando os fabricantes de vacina, e que ele mesmo pretendia patentear uma nova vacina para substituir a MMR. Wakefield nunca foi contra vacinas, ele apenas queria vender sua própria vacina exclusiva contra sarampo! O médico foi julgado na Inglaterra e considerado culpado de fraude e conspiração. A revista retirou o estudo e se retratou; Wakefield teve sua licença cassada e foi demitido do instituto onde trabalhava. (TASCHNER 2017, P.1)

O professor Dr. Carlos Graeff Teixeira, do Grupo de Parasitologia Biomédica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), ressalta a importância da divulgação de informações destacando a importância e os benefícios da vacinação no Brasil. A nível internacional o presidente da academia americana de pediatria enviou cartas ao Google que vem a ser dono do *YouTube*, ao *Facebook* ao qual pertence o *Instagram* e o *WhatsApp* e ao *Pinterest* no documento “AAP URGES MAJOR TECHNOLOGY COMPANIES TO COMBAT VACCINE MISINFORMATION ONLINE” ele destacou crescente ameaça que a desinformação online de vacinas representa à saúde das crianças além disso salientou que embora pesquisas científicas robustas demonstrem que a vacinação vem a ser segura e altamente eficaz e que salvam vidas, o conteúdo impreciso e enganoso se prolifera online, realmente pais buscam informações nessas redes e acabam encontrando informações imprecisas. Embora que ambas as redes sociais estão tomando as medidas cabíveis, a academia pede que seja feito mais para garantir que os pais estejam equipados com informações confiáveis de fontes confirmadas sobre vacinas, tudo isso contido na carta. (TEIXEIRA, Carlos Graeff 2019, P.1).

Cabe aos enfermeiros buscar sempre uma conscientização de suas atribuições, criando novos processos de trabalho, não esquecendo que são “gente que cuida de gente”, devendo o seu trabalho ser humanizado nos aspectos éticos, dentre outros. Não é fácil mudar o que está enraizado há décadas, porém faz-se necessária a realização de um trabalho sério de conscientização da população. Este deve ser iniciado junto às unidades de saúde, demonstrando a importância e a necessidade do esquema de

imunização, com atuação direta e primordial do profissional da enfermagem (PEREIRA e BARBOSA 2007, página 56)

Perante Aps et al (2018, página 07) em seu artigo refere-se sobre a não vacinação a nível mundial de modo impactante:

[...] a “não vacinação” causa preocupações crescentes em diversos países. Campanhas publicitárias, disseminadas em mídias sociais ou mesmo revestidas de evidências supostamente “científicas” contribuem para o ressurgimento de doenças outrora erradicadas em grande parte do mundo. No Brasil, em particular, a falta de informações e a divulgação de informações não gabaritadas colaboram para o reaparecimento de doenças infecciosas, como o sarampo e a coqueluche. Destaca-se também o risco associado a não aceitação de vacinas, como os que envolvem as vacinas que previnem a infecção pelo HPV, cujos impactos esperados sobre a mortalidade deverão ocorrer somente se mantidas as condições adequadas de administração e cobertura vacinal. O papel dos profissionais de saúde na divulgação dos benefícios associados à vacinação é um dos mais importantes para que se possa assegurar saúde e qualidade de vida para a população.

Metodologia de pesquisa

Trabalho classificado na área de ciências da saúde, voltada para a aquisição de conhecimento direcionado a informação. Tem como propósito final um artigo científico baseado em referências bibliográficas, com a utilização de referencial teórico e observância da normalização da UNIARP.

Referências

APES, Luana Raposo de Melo Moraes et al. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v52/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872018052000384.pdf> acesso em de out de 2019.

BRASIL, Consensus. A queda da imunização no Brasil. 2017. Disponível em: [HTTPS://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunizacao-brasil/](https://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunizacao-brasil/) Acesso em 29 de out. 2019

CARLOS, Juan. O MOVIMENTO ANTIVACINAS E O AUMENTO DOS CASOS DE SARAMPO. 2019. Disponível em: <<https://pubmed.com.br/o-movimento-antivacinas-e-o-aumento-dos-casos-de-sarampo/>> Acesso em 01 de Jul. 2020.

PEREIRA, Maria Aparecida Diniz e BARBOSA Sandra R. de Souza. O cuidar de enfermagem na imunização: os mitos e a verdade. 2007. Disponível em: <[http://www.faculdadedofuturo.edu.br/revista/2007/pdfs/RMAS%20\(1\)%2076-88..pdf](http://www.faculdadedofuturo.edu.br/revista/2007/pdfs/RMAS%20(1)%2076-88..pdf)> Acesso em 01 de Jul. 2020

SPAGNA, Julia. ENTENDA O QUE É O MOVIMENTO ANTIVACINA. 2019.

Disponível em:

<<https://saude.abril.com.br/medicina/por-que-as-pessoas-estao-tomando-menos-vacina/>> Acesso em 01 de Jul. 2020.

TASCHNER, Natalia Pasternak. Por que as vacinas são tão importantes. 2017.

Disponível em:

<<https://jornal.usp.br/artigos/por-que-as-vacinas-sao-tao-importantes/>> Acesso em 01 de Jul. 2020

VRELLA, Drauzio. Sábios antivacinais ignoram as evidências que mostram que vacinas são

seguras e protegem a população de doenças graves. 2019. Disponível em:

<<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/sabios-antivacinais-artigo/>> Acesso em 01 de Jul. 2020

SEGURANÇA DO PACIENTE: A IMPORTÂNCIA DAS NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SEGURA DE ENFERMAGEM EM UM HOSPITAL GERAL.

Silvana de Fátima Querino- silvana_querino@outlook.com
Sarah C.C. Massoco- sarahmassoco@gmail.com

RESUMO

A resolução nº 36 é o documento norteador das boas práticas do serviço de saúde, (BRASIL, 2013). Atividades desenvolvidas durante o processo de implantação do Programa Nacional de Segurança do Paciente destacam-se: planejamento, orientação, coordenação e supervisão, (BRASIL, 2016). Núcleos nos ambientes hospitalares devem promover a prevenção, controlar e mitigar os incidentes além de integrar os setores, promovendo articulações dos trabalhos e das informações que impactam nos riscos ao paciente sendo norma obrigatória instituída pela Anvisa, (BRASIL, 2016). Qualidade em segurança do paciente esteve relacionada aos desafios da saúde, ainda busca aperfeiçoamento da assistência livre de danos, isso é norteado por eficácia, eficiência e conhecimento técnico-científico ligado as tecnologias, (WACTHERRM, 2010). A OMS define segurança do paciente como redução do risco de danos desnecessário a um mínimo aceitável, (SILVA.et al, 2016). Profissionais da saúde vêm adotando o termo Segurança do Paciente devido estarem envolvidos com cuidado tanto direto quanto indiretamente que podem estar associados a presença de riscos à saúde, (SEVERINO, et al., 2014). A função da enfermagem atualmente é mais estratégica do que nunca, devido o papel seja o de planejar o cuidado, com foco na avaliação de risco de eventos adversos, de acordo a necessidades de cada paciente.

Palavras-chave: Segurança, Paciente, Enfermeiro, Notificações e Qualidade.

1 Introdução

A qualidade da assistência de enfermagem com a segurança do paciente está ligada aos desafios que o profissional da saúde enfrenta, deve buscar o aprimoramento da assistência livre de danos, o trabalho deve ser norteado pelo conhecimento técnico-científico, eficácia e eficiência associado as tecnologias. Desde remotos tempos, a qualidade da segurança dos pacientes é alvo de debate por alguns estudiosos, pois, inobstante o cuidado do ser humano traga inúmeros benefícios, quanto aos erros vem sendo cada vez mais frequentes no tocante a assistência aos pacientes. (NASCIMENTO, DRAGANOV, 2015).

2 Objetivos

Este estudo teve como objetivo geral avaliar as notificações encaminhadas ao Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) no período de janeiro de 2018 à dezembro de 2019 de um hospital geral, elencando o perfil das notificações realizadas e as estratégias de promoção de prevenção de danos inerentes a assistência de enfermagem.

3 Revisão da Literatura

De acordo com as atividades a serem desenvolvidas pelo processo de implantação do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), destacam-se como ferramentas de gestão: planejar, orientar, coordenar e supervisionar, a fim de

serem executados nos ambientes de assistência a saúde (BRASIL, 2016).

Como cumprimento da política, inicia o processo de implantação em nível dos núcleos nos ambientes hospitalares, que devem promover a prevenção, controle e mitigação de incidentes, além da integração dos setores, promover a articulação dos processos de trabalho e das informações que impactam nos riscos ao paciente, como norma obrigatória instituída pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (BRASIL, 2016).

Então cria-se o Núcleo de Segurança do Paciente (NPS), que tem por função, conforme Brasil (2018):

[...] promover a articulação dos processos de trabalho e das informações que impactem nos riscos ao paciente, além de articular com diferentes áreas intrahospitalares que trabalhem com riscos na instituição de saúde, considerando o paciente como sujeito e objetivo final do cuidado em saúde. O paciente precisa estar seguro, independente do processo de cuidado a que ele está submetido.

4 Metodologia

A pesquisa quantitativa pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, dados numéricos, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança (POLIT; BECK; HUNGLER, 2004).

A amostra é documental deste estudo, tratam-se das fichas de notificação padronizadas na unidade hospitalar, que anteriormente já foi validada e implantada em todos os setores do hospital. Os dados após a tabulação, foram analisados por meio quantitativo com representação de gráficos de acordo com as categorias, setores e dados obtidos pela copilação das notificações encaminhadas ao NPS

5 Resultados

Com o estudo foi possível ressaltar a importância do NSP junto as instituições hospitalares, assim como esta de amostra, com base nos dados coletados das notificações do período de 2018 a 2019.

Em 2018, 64% das notificações foram pelo setor de Unidade de Terapia Intensiva, mas em um comparativo de 2018 e 2019, a cultura de segurança foi ampliada aos setores do hospital, porém a redução quando ao número de notificações é evidente em determinadas áreas de assistência à saúde, no entanto a enfermagem permanece comprometida junto ao NSP.

A maioria das notificações estão relacionadas as falhas durante assistência de enfermagem, necessitando que o Enfermeiro retome atividades como educação continuada para verificar as lacunas de revisão de técnicas de enfermagem para uma assistência segura, porém sem ignorar que há necessidade de promover condições a esta equipe deste quantitativo de profissionais, equipamentos, medicamentos, formação profissional e capacitação para melhora dos índices em relação a segurança do paciente.

6 Resultados e conclusões

A maioria das notificações estão relacionadas as falhas durante assistência de enfermagem, necessitando que o Enfermeiro retome atividades como educação continuada para verificar as lacunas de revisão de técnicas de enfermagem para uma assistência segura, porém sem ignorar que há necessidade de promover condições a esta equipe deste quantitativo de profissionais, equipamentos,

medicamentos, formação profissional e capacitação para melhora dos índices em relação a segurança do paciente.

7 Recomendações de estudo

Devemos realizar novas pesquisas para identificar falhas durante a assistência de enfermagem para que se evite danos aos pacientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL apud RIBEIRO. Helen Cristiny Teodoro Couto. Escola de Enfermagem da UFMG. **Estudo de Não Conformidades no Trabalho de Enfermagem: evidências que interferem na qualidade de hospitais em Minas Gerais**. Ano 2011. Disponível em: <http://www.enf.ufmg.br/pos/defesas/723M.PDF> Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL (c). Agência Nacional de Vigilância Sanitária Implantação do Núcleo de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde – **Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde**/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Brasília: Anvisa, 2016. p. 68 Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-seguranca-do-paciente-pnsp/capacitacoes-e-melhorias> Acesso em: 15 dez. 2019

BRASIL. Entidades apoiam Programa Nacional de Segurança do Paciente. Ano: 2013. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/servicos/32164-entidades-apoiam-programa-nacional-de-seguranca-do-paciente>

BRASIL. Implantação do Programa Nacional de Segurança do Paciente. Ano: 2016. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-seguranca-do-paciente-pnsp/implantacao-do-programa-nacional-de-seguranca-do-paciente>.

LIMA. Fabiane da Silva Severino. Et al. Enfermería Global. **Implicações da segurança do paciente na prática do cuidado de enfermagem**. Ano 2014. Disponível em: http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v13n35/pt_revision2.pdf Acesso em: 15 fev. 2020

NASCIMENTO. Camila Cristina Pires. et al. Revista Latino-americana de enfermagem. **Indicadores de resultados da assistência: análise dos eventos adversos durante a internação hospitalar**. Ano 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692008000400015&script=sci_arttext&tIng=pt Acesso em: 30 abr. 2020

OPAS (b). Organização Pan-americana da Saúde. Aliança Mundial para Segurança do Paciente. **ANVISA lança boletins sobre Segurança do Paciente**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=3596:anvisa-lanca-boletins-sobre-seguranca-do-paciente-2&Itemid=812 Acesso em: 11 dez. 2019

QUERINO. Silvana Fátima Segurança do Paciente: A Importância das Notificações de Agravos Para a Implementação da Assistência Segura de Enfermagem em Um Hospital Geral. Ano 2020.

SILVA. Aline Teixeira. Et al. Saúde debate. **Assistência de enfermagem e o enfoque da segurança do paciente no cenário brasileiro**. Ano 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n111/0103-1104-sdeb-40-111-0292.pdf> acesso em: 08 set. 2019

O CONHECIMENTO DO ENFERMEIRO SOBRE INSUFICIÊNCIA RENAL AGUDA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA.

THAIS MAYUMI BARROSO YAMADA

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador-SC, Brasil.

A Insuficiência Renal Aguda (IRA) está associada à altas taxas de morbimortalidade de pacientes em quadro crítico que necessitam de tratamento intensivo. Visto as complicações patológicas, a manutenção da estabilidade hemodinâmica com o uso de medicamentos, administração de fluidos para controle de choques e infecções, é necessário que o enfermeiro atuante nesta Unidade de Terapia Intensiva (UTI), esteja devidamente apto a identificar precocemente os fatores de riscos desta condição. O objetivo deste trabalho foi identificar o perfil e verificar o conhecimento do enfermeiro atuante sobre a identificação precoce da insuficiência renal aguda, e a implantação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), através da utilização do diagnóstico de enfermagem *Risco de Desequilíbrio Eletrolítico*. Trata-se de estudo quantitativo, descritivo, com a aplicação de um questionário direcionado aos 10 enfermeiros atuantes nas UTIs de um hospital do Meio Oeste de Santa Catarina, no período de fevereiro a março de 2020. Após os dados tabulados, procedeu-se a análise dos resultados e constatou-se que a amostra é constituída em sua totalidade pelo gênero feminino, desta, apenas 25% demonstrou possuir conhecimento específico na identificação e manejo adequado da IRA. Sobre a utilização da SAE através do diagnóstico deste estudo, não foi constatada, pois os enfermeiros não possuem total domínio da ferramenta. Concluiu-se que os enfermeiros necessitam de ampliação do conhecimento na especialidade de nefrologia, principalmente frente a um paciente em quadro crítico com evolução de IRA, através do conhecimento de escalas específicas, e a implantação da SAE na unidade de estudo.

Palavras-chave: Insuficiência Renal Aguda (IRA), Enfermeiro, Unidade de Terapia Intensiva, Nefrologia e Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).

INTRODUÇÃO

Segundo Guedes 2017 e a Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) 2007, a Insuficiência Renal Aguda (IRA) é compreendida como redução abrupta da função renal em horas ou dias, com diminuição do ritmo de filtração glomerular e/ou volume urinário, assim impedindo que os produtos nitrogenados sejam excretados e que seja mantida a homeostase de líquidos e eletrólitos. Como também concordam Nascimento et. al, 2016 p.354, que “trata-se de uma manifestação grave causada por múltiplas e variadas etiologias relacionada com uma elevada taxa de mortalidade e tempo de internação prolongado”.

Devido a IRA estar associada à alta taxa de morbimortalidade dos pacientes em quadro crítico, se faz necessário que os profissionais de saúde, neste enfatizamos os enfermeiros estejam devidamente treinados e atentos para a identificação dos

fatores de riscos, como na implantação de medidas preventivas e identificação precoce, assim evitando piores prognósticos (NASCIMENTO et al, 2016). Para uma recuperação renal efetiva e evitando que o paciente seja submetido à hemodiálise, é imprescindível que a IRA seja reconhecida em seus estágios iniciais (CERQUEIRA et al, 2014).

Para que a assistência seja efetiva, se faz necessário à elaboração e/ou utilização de ferramentas para a identificação de tais fatores como: classificação da IRA, marcadores biológicos, manifestações clínicas e score renal, sendo o subsídio para os diagnósticos de enfermagem. Assim foi verificado o conhecimento e perfil do enfermeiro que atua na UTI, sobre a identificação precoce da IRA e se há a implantação da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) para IRA, através da utilização do diagnóstico de enfermagem elencado para este estudo como: Risco de Desequilíbrio Eletrolítico conforme Nanda (2018; 2020).

Fisiopatologia

“As causas de IRA podem ser divididas em pré-renais, pós-renais e renais. Esta classificação é muito útil, pois auxilia na abordagem diagnóstica inicial do paciente portador de IRA.” (DARWICH, 2002, p. 258).

A IRA pré-renal é a mais comum dentre as três classificações e não há lesão estrutural dos rins. Está associada a função hemodinâmica, a queda da filtração glomerular por hipoperfusão renal, causada por hipovolemia por trauma, queimaduras, hemorragias, diarreias, perdas urinárias, arritmias, insuficiência hepática ou uso de medicamentos, mas que pode ser revertida rapidamente com a correção de fatores que a desencadearam sem comprometimento celular (BARCELLOS; ARAÚJO, 2019).

“Nas causas renais, a Necrose Tubular Aguda (NTA) é a principal causa de IRA, correspondendo a aproximadamente 75% dos casos.” (DARWICH, 2002, p. 259).

A NTA pode causar oligúria, isquemia, glomerulonefrites, anúria (necrose cortical aguda). A NTA por hipoperfusão ocorre lesão das células do parênquima renal, podendo ocorrer recuperação em até duas semanas se recuperado a perfusão. Caso não ocorra, evoluirá para necrose cortical e insuficiência renal irreversível (NUNES et al., 2010).

Papel do Enfermeiro na Unidade de Terapia Intensiva

O enfermeiro e a equipe que atua na terapia intensiva devem ser os profissionais mais treinados e capacitados, pois compete a eles cuidarem do indivíduo

na situação mais crítica do processo saúde-doença. O cuidado de forma íntegra e contínua, avaliando, sistematizando, dimensionando recursos humanos, físicos e materiais oferecerá uma assistência mais completa e efetiva ao cliente (VARGAS; BRAGA, 2006).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, realizada com os enfermeiros atuantes nas UTIs de um hospital do Meio Oeste Catarinense. Como critério de inclusão definiu-se: ser enfermeiro atuante na UTI e que aceitasse participar do estudo por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sob autorização para aplicação nº 3.675.114. A coleta de dados foi realizada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe-UNIARP, indexado à plataforma Brasil. Aplicou-se um questionário no período de fevereiro a março de 2020, direcionado aos 10 enfermeiros atuantes em duas unidades de terapia intensiva deste hospital.

RESULTADOS

Participaram deste estudo 10 enfermeiros, todos do sexo feminino, com o objetivo de identificar seu conhecimento para a detecção precoce da IRA na UTI. A faixa etária variou entre 23 a 41 anos, sendo n=6 (60%) com idade entre 20 a 30 anos. A média de idade dos participantes de 30,7 anos.

Na avaliação geral do conhecimento do enfermeiro sobre IRA na UTI, verificou-se que a amostra apresenta apenas 25% de conhecimento específico em relação a IRA durante a assistência de enfermagem na UTI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribuiu para a identificação do conhecimento dos enfermeiros atuantes da Unidade de Terapia Intensiva de um hospital do Meio Oeste Catarinense.

Nesta pesquisa apenas 25% da amostra mostrou ter conhecimento específico quanto ao manejo adequado da IRA. Quando questionados sobre o conhecimento das escalas AKIN e RIFLE obtivemos um resultado negativo. A SAE mesmo proporcionando ao enfermeiro maior autonomia, sendo um respaldo seguro através do registro, promovendo continuidade no cuidado e interação com os demais membros da equipe multidisciplinar e com o paciente, permitindo alcançar resultados

positivos no processo saúde/doença, não é utilizada neste local, justificando falta de tempo, sobrecarga de trabalho e falta de recursos humanos.

Identificamos também há uma necessita constituir junto aos enfermeiros, o domínio da ferramenta antes de colocá-la em prática, adquirindo através de capacitações e educação continuada, para estar prestando uma assistência individualizada eficaz e adequada nesta especialidade.

Assim recomenda-se através deste a criação de um protocolo para manejo clínico da IRA, como ferramenta de prevenção do evento aos pacientes que se encontram em cuidados intensivos e, também, a implantação da SAE nesta especialidade.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, R. A.; ARAÚJO, C. R. Prevalência de insuficiência renal aguda em pacientes críticos internados em unidades de terapia intensiva. *Revista Espaço Ciência e Saúde, Cruz Alta – PR.*, v. 7, n. 1, p. 9-16, jul. 2019

CERQUEIRA, D. et al. Fatores preditivos da insuficiência renal e algoritmo de controle e tratamento. **Rev. Latino-Am. Enfer.** SP, v. 22, p. 211-217, mar./abr. 2014.

DARWICH, R. N. **Condutas e rotinas em terapia intensiva**. Rio de Janeiro: REVINTER, 2002.

NANDA. **Diagnósticos de Enfermagem: definições e classificações 2018-2020**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

NASCIMENTO, R. et al. Conhecimento do enfermeiro para identificação precoce da Injúria Renal Aguda. **Revista Esc. Enferm, USP, SP**, v. 50, n. 3, p. 399-404, 2016.

NUNES, T. F. et al. Insuficiência Renal Aguda. **Revista da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 272-282, 2010.

SBN. Sociedade Brasileira de Nefrologia. **Insuficiência Renal Aguda**, 2007. Disponível em:

<https://sbn.org.br/app/uploads/Diretrizes_Insuficiencia_Renal_Aguda.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

VARGAS, D.; BRAGA, A. **O enfermeiro de unidade de tratamento intensivo: refletindo sobre seu papel**. 2006. São Paulo: Faculdade Integrada Fafibe, 2006.

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA EM HEMODIALISE

Luzia Lucimar Leffer: luzialeffer2013@hotmail.com;

RESUMO

As doenças renais vêm aumentando, cada vez mais um número maior de pessoas sofre com essas enfermidades. No Brasil já é considerado um problema de saúde pública, destaca-se a insuficiência renal crônica caracterizada pela perda gradativa e irreversível da função renal. Quando há IRC instalada é necessário que seja realizado o tratamento hemodialítico, nesse caso torna-se necessário o uso de terapêuticas substitutivas da função renal, onde neste estudo será abordado a hemodiálise. Esta pesquisa teve por objetivo conhecer as percepções dos indivíduos com Insuficiência Renal Crônica com relação a sua qualidade de vida em uma cidade do Meio Oeste Catarinense. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, realizado por meio de uma entrevista semi- estruturada. Para a análise dos resultados foi usada a ferramenta de apoio de análise qualitativa o software NVIVO. Foram entrevistados 3 indivíduos e avaliadas 11 categorias onde foi possível analisar o impacto que doença renal crônica causa na qualidade de vidas dos entrevistados. A presente pesquisa revelou que a hemodiálise e a Doença Renal Crônica afeta a vida e cotidianos dessas pessoas, pois causam limitações físicas, sociais, psíquicas, mudanças nos hábitos alimentares e rotina de vida. Os resultados evidenciam a importância dos profissionais, com ênfase o profissional de enfermagem no cuidado prestado.

Palavras chave: Insuficiência Renal Crônica. Hemodiálise. Enfermagem

1 INTODUÇÃO

A qualidade de vida (QV) é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o completo bem-estar físico, psíquico e social e não somente a ausência de enfermidade (CUNHA et al. 2011p.166).

As doenças crônicas tem despertado uma atenção especial aos profissionais de saúde, pois as taxas de morbimortalidade têm aumentado, tornando assim uma grande preocupação para o campo da saúde pública. A Insuficiência Renal Crônica (IRC) é uma das patologias que acometem a população e considerada sem expectativa de cura, de evolução rápida e progressiva, provocando diversas reações ao paciente, além de comprometer a qualidade de vida. (COSTA et al., 2016,p.73).

Neste contexto o enfermeiro deve atuar na prevenção e na progressão da doença renal a fim de promover ações para atender as necessidades do paciente, detectando os grupos de risco e os já acometidos pela doença, para os quais é imprescindível a avaliação da função renal. O profissional tem por função de ajudar, educar, diagnosticar, acompanhar e monitorar o doente, solucionando situações de evolução rápida, administrando e acompanhando protocolos terapêuticos,

assegurando e acompanhando a qualidade do cuidado de saúde (SILVA et al, 2015, p.151).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Este estudo tem por objetivo elencar a percepção da qualidade de vida dos pacientes portadores de IRC, em tratamento hemodialítico, avaliando os fatores que interferem no cotidiano, suas dificuldades enfrentadas no dia-a-dia e na realização da hemodiálise e identificar a sua adesão ao tratamento.

Neste contexto como objetivo geral pretendeu-se analisar percepção dos pacientes portadores de IRC submetidos à hemodiálise quanto a sua qualidade de vida em um município do Meio Oeste Catarinense.

2.2 Objetivos específicos

Descrever sobre a fisiopatologia da Doença Renal Crônica, (DRC), estabelecer o perfil dos pacientes que realizam hemodiálise em um município do Meio Oeste Catarinense, conhecer a percepção dos pacientes que estão submetidos à hemodiálise quanto a sua qualidade de vida e sua adesão à terapêutica, e evidenciar o papel do enfermeiro/enfermagem na assistência ao paciente em hemodiálise.

3 REFERENCIAL TEORICO

3.1 FISILOGIA RENAL

Para Guyton; Hall (1997), as funções dos rins é livrar o corpo dos produtos de degradação que são ingeridos ou produzidos pelo metabolismo, controlar o volume e a composição dos líquidos corporais. O equilíbrio entre o suprimento e a eliminação da água e praticamente todos os eletrólitos, é mantido em grande parte, pelos rins e por exercer esta função reguladora mantém o ambiente estável das células para o desempenho de suas atividades.

Nós, seres humanos, retiramos a maior parte de nossa energia vital de 3 tipos básicos de alimentos: (1) açúcares, (2) gorduras e (3) proteínas. Sabemos que o metabolismo dos açúcares (carboidratos) e das gorduras (lipídios), resulta, em última análise, em energia e água. A única “sobra” no final do processo é o gás carbônico, que será eliminado pela respiração. Já o metabolismo das proteínas também gera energia, mas, ao contrário dos demais, resulta inevitavelmente na formação de substâncias tóxicas residuais, que possuem nitrogênio em sua estrutura e precisam dos rins para serem eliminadas. São estas, as “escórias nitrogenadas”, uma espécie de lixo resultante do metabolismo das proteínas, que se acumulam nas situações de falência renal (ENGEL; 2014).

3.2 DOENÇAS RENAIIS

Podem ser divididas em duas categorias a insuficiência renal aguda em que os rins param de funcionar de modo súbito, podendo recuperar a função quase que normal e a insuficiência renal crônica onde vai ocorrendo a perda progressiva dos néfrons diminuindo a função renal por completo, tornando o quadro irreversível (GAYTON; HALL. 1997,p.240).

3.2.1 Insuficiência Renal Aguda

Pode ser subdividida em três principais categorias a insuficiência renal pré-aguda que resulta da diminuição do fluxo sanguíneo para os rins, essa anormalidade ocorre antes do rim.

[...] Quando o fluxo sanguíneo é reduzido para menos de 20% do fluxo sanguíneo renal total, as células renais começam a tornar-se hipóxicas, e a ocorrência de redução adicional do fluxo sanguíneo renal, se prolongada, irá produzir lesão ou até mesmo morte das células renais, sobretudo das células epiteliais tubulares. Se a causa da insuficiência renal aguda pré-renal não for corrigida, e a isquemia dos rins persistir por mais de algumas horas, este tipo de insuficiência renal pode evoluir para insuficiência renal aguda intra-renal (GAYTON; HALL.1997,p.240).

2.2.2 Insuficiência Renal Crônica

A IRC resulta da perda irreversível de grande número de néfrons funcionantes, porém os sinais clínicos apresentam-se quando o número de néfrons úteis cai para pelo menos 70% abaixo do normal (GAYTON; HALL, 1997, p. 241).

[...] É considerada doença renal crônica lesão presente por um período igual ou superior a três meses, definida por anormalidades estruturais ou funcionais do rim, com ou sem diminuição da FG, evidenciada por anormalidades histopatológicas ou de marcadores de lesão renal, incluindo alterações sanguíneas ou urinárias, ou ainda de exames de imagem (BASTOS; BREGMAN; KIRSZTAJN. 2010 p.249).

3.3 HEMODIÁLISE

A hemodiálise é o processo de depuração do sangue de substâncias indesejáveis como a uréia e a creatinina que precisam ser eliminadas da corrente sanguínea humana quando o mecanismo de filtração apresenta deficiência como nos casos dos portadores de IRC (NASCIMENTO; MERQUES, 2005).

Gayton; Hall (1997 p. 440), indaga que na máquina o princípio básico do rim artificial é o sangue passar por diminutos canais sanguíneos limitados por uma membrana semipermeável e do outro lado da membrana passa o líquido dialisador pela qual as substâncias indesejáveis do sangue passam por difusão. Após o processo de ultrafiltração o sangue retorna ao vaso puncionado no paciente.

3.4 METODOLOGIA

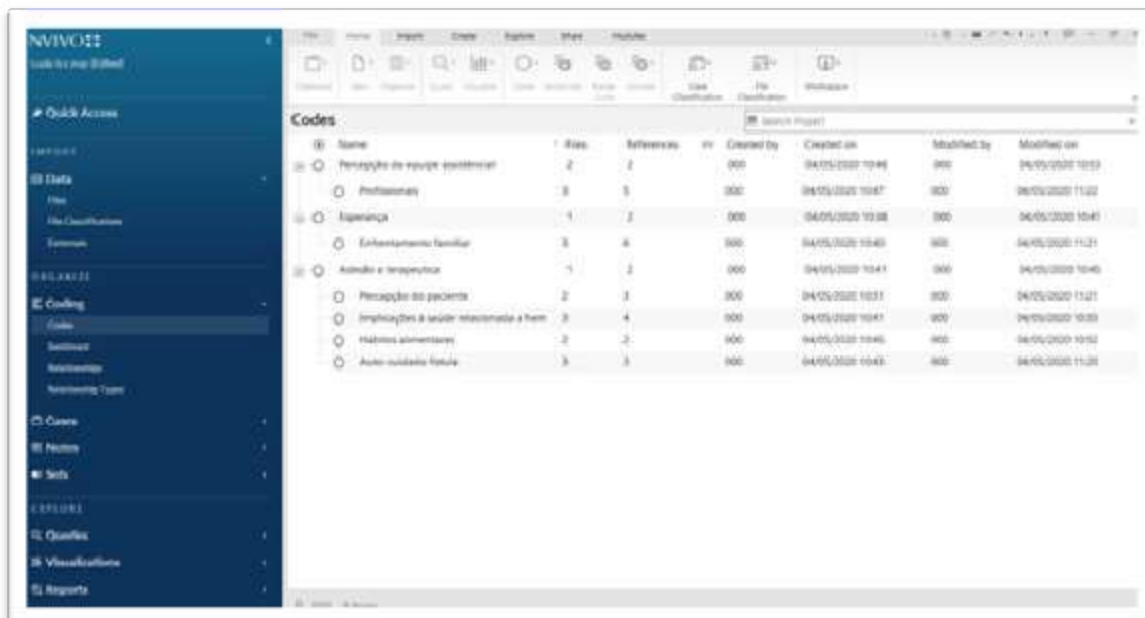
Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa onde foi realizada uma entrevista semi- estruturada gravada e após transcrita, a qual foi por meio de uma conversa entre o entrevistador e o entrevistado com o objetivo de extrair as informações do mesmo. A pesquisa foi realizada com três pacientes de uma cidade do meio oeste catarinense que realizam hemodiálise três vezes na semana, pelo Sistema Único de Saúde. Onde foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a coleta da assinatura como permissão para a participação da pesquisa.

Por meio de um questionário elaborado com dez questões abertas e definição exata daquilo que se pretende obter, onde o entrevistado pode expressar suas ideias, para a análise dos dados foi utilizado a ferramenta de apoio de análise qualitativa o software NVIVO.

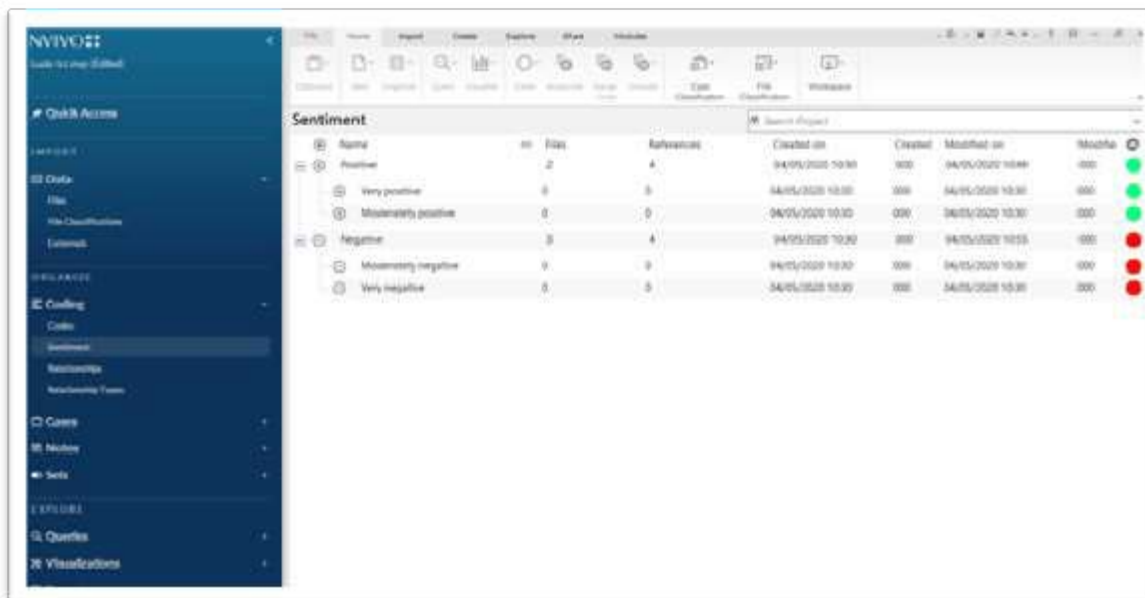
3.5 RESULTADOS

As categorizações foram desenvolvidas de acordo com a percepção dos pacientes para análise do sujeito coletivo: em equipe assistencial, esperança,

enfrentamento familiar, adesão à terapêutica, percepção do paciente a terapêutica, implicações à saúde relacionada à hemodiálise, hábitos alimentares e autocuidado com a fístula. Em relação aos sentimentos quanto à modalidade dialítica categorizamos em positivos e negativos, conforme as imagens abaixo:



Nome	# Hits	References	Created on	Modified on	Modified by
Percepção do equipe profissional	2	2	04/05/2020 10:46	04/05/2020 10:53	000
Profissional	3	3	04/05/2020 10:47	04/05/2020 11:02	000
Experiência	1	2	04/05/2020 10:38	04/05/2020 10:41	000
Enfrentamento familiar	3	4	04/05/2020 10:40	04/05/2020 11:21	000
Atitude e terapêutica	1	2	04/05/2020 10:41	04/05/2020 10:46	000
Percepção do paciente	2	3	04/05/2020 10:31	04/05/2020 11:21	000
Implicações à saúde relacionada a hem	3	4	04/05/2020 10:41	04/05/2020 10:39	000
Hábitos alimentares	2	2	04/05/2020 10:46	04/05/2020 10:52	000
Auto-cuidado fístula	3	3	04/05/2020 10:42	04/05/2020 11:20	000



Nome	# Hits	References	Created on	Created	Modified on	Modified
Positive	2	4	04/05/2020 10:30	000	04/05/2020 10:46	000
Very positive	0	0	04/05/2020 10:30	000	04/05/2020 10:30	000
Moderately positive	0	0	04/05/2020 10:30	000	04/05/2020 10:30	000
Negative	3	4	04/05/2020 10:30	000	04/05/2020 10:53	000
Moderately negative	0	0	04/05/2020 10:30	000	04/05/2020 10:30	000
Very negative	0	0	04/05/2020 10:30	000	04/05/2020 10:30	000

Fonte: LEFFER junto ao software NVIVO,2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi evidenciada a importância da equipe multiprofissional de saúde, principalmente da Enfermagem, pois é a que permanece a maior parte do tempo

com o paciente auxiliando na manutenção da estabilidade emocional, ajudando na adaptação do novo estilo de vida em que a doença os submete.

De acordo com a percepção dos pacientes ficou constatado que IRC e o tratamento hemodialítico trazem alterações significativas na qualidade de vida de quem a possui. Dentre as mudanças na rotina de vida estão às limitações físicas, restrição alimentar e ingestão hídrica, o deslocamento para realização da sessão três vezes na semana, o tempo que dura cada sessão, a dificuldade dos cuidados com a fístula.

O seguinte estudo demonstrou que os pacientes que realizam hemodiálise tem impacto na sua qualidade de vida, porém relatam ainda que esta terapêutica prolonga o tempo de vida do paciente.

Esta pesquisa é inicial em relação a qualidade de vida, no entanto há muito que se conhecer e investigar, sugere-se a continuidade por uma outra aplicação em uma cidade com um maior número para a verificação dos mesmos dados relativos a qualidade de vida na percepção dos pacientes com Insuficiência Renal Crônica em hemodiálise em pequenas cidades do interior de Santa Catarina, pois é relevante a construção de novos conhecimentos a partir de outras pesquisas que possam contribuir para uma melhor convivência com a doença e seu tratamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Marcus Gomes; BREGMAN, Rachel; KIRSZTAJN, Gianna Mastroianni. Doença renal crônica: frequente e grave, mas também prevenível e tratável. **Revista Associação Médica Brasileira**, v.56, n.2, p.248-253, 2010.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v56n2/a28v56n2.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

COSTA, Gabrielle Morais Arruda. et al. Qualidade de vida de pacientes com insuficiência renal crônica em tratamento hemodialítico. **Revista Enfermagem Global**, v.15, n.43, p.73, 2016. Disponível em: http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v15n43/pt_clinica3.pdf. Acesso em: 18 ago. 2019.

CUNHA, Franco L. et al. Avaliação da qualidade de vida de portadores de insuficiência renal crônica em diálise renal. **Revista Eletrônica Trimestral de Enfermagem**, v.10, n.23, p.165-171, 2011. Disponível em: http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v10n23/pt_administracion2.pdf. Acesso em: 14 ago. 2019.

ENGEL, Cassio. et al. **Introdução á Nefrologia as Doenças Glomerulares**. Vol.1, Medy Klin, 2014.

GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

NASCIMENTO, Cristiano Dias; MARQUES, Isaac R. Intervenções de enfermagem nas complicações mais frequentes durante a sessão de hemodiálise: revisão da literatura. **Revista Brasileira de Enfermagem Online**, v.58, n.6, p.719-722, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0034-71672005000600017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 ago.

PREPARO DE ORIENTAÇÕES PRÉ-OPERATÓRIAS PARA PACIENTES DE CIRURGIAS ELETIVAS EM UM HOSPITAL DO MEIO OESTE CATARINENSE

MAIARA CAVALHEIRO

Os objetivos deste trabalho foram realizar consulta de enfermagem perioperatório para atender as diferentes necessidades de cada paciente esclarecer dúvidas sobre os procedimentos cirúrgicos, identificar causas de ansiedades em pacientes pré-operatórios, conhecer procedimentos cirúrgicos de maior importância, informar a importância dos cuidados pré-operatórios, avaliar exames, preparo psicológico, físico, visitar pacientes para estimular o programa de instrução pré-operatória, elaborar um plano de alta para ser realizado no domicílio. O estudo ocorreu no ambulatório de anestesiologia no hospital Maicé através da consulta de enfermagem pré-operatória. O período de realização foi no mês de fevereiro a março de 2020, com 20 pacientes de cirurgias eletivas com idade entre 20 a 80 anos. Utilizou-se como instrumento, um roteiro de perguntas objetivas e descritivas para nortear a pesquisa. A maioria dos participantes da pesquisa era do sexo feminino 60% mulheres, 50 % das cirurgias realizadas durante a pesquisa foram ortopédicas, 65% dos pacientes tinham medo de sentir dor durante a cirurgia, 55% relataram medo da anestesia, 40 % estavam com medo de morrer durante a cirurgia, 85 % perguntaram sobre o tempo de duração da cirurgia, 25 % estavam com exames vencidos e 85% dos pacientes receberam orientações para seguir em casa após sua alta hospitalar.

Palavras-chave: Consulta de Enfermagem, Eletivas, Cirúrgicos, Pré-operatória, Paciente.

Objetivos

Agendar consulta de enfermagem pré-cirúrgica em pacientes atendidos no consultório de anestesiologia em Caçador SC.

Realizar a consulta de enfermagem pré-operatória.

Identificar as causas das ansiedades em pacientes pré-operatórios.

Conhecer os procedimentos cirúrgicos de maior frequência.

Informar aos pacientes a importância dos cuidados pré-operatórios.

Visitar pacientes para estimular o programa de instrução pré-operatória.

Elaborar um plano de alta, para ser realizado no domicílio.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada no consultório de anestesiologia em um hospital do meio oeste catarinense, durante a consulta pré-anestésica em pacientes que iriam se submeter a cirurgias eletivas das diferentes especialidades médicas oferecidas pelo hospital. O presente estudo é de caráter quali-quantitativo, de abordagem exploratória. Utilizou-se como instrumento um roteiro de perguntas objetivas e descritivas para nortear a entrevista e coletados os dados. As questões objetivas têm como finalidade traçar um perfil dos pacientes participantes da pesquisa, identificando questões relativas como a idade, sexo, tipo de cirurgia que vai realizar, se possui todos os exames solicitados, data de exames, data da cirurgia. As questões descritivas nos trazem dados autênticos com informações de como os pacientes se sente antes do procedimento cirúrgico e quais suas expectativas depois da cirurgia.

Tabela realizadas a partir roteiro de perguntas:

Nº de pacientes	Idade	Sexo	Tipo de cirurgia	Pacientes com medo de sentir dor	Medo da anestesia	Medo de morrer na cirurgia	Pacientes que perguntaram sobre o tempo da cirurgia	Pacientes sem exames ou vencidos	Pacientes que receberam orientações durante a alta
1	52	Masculino	Ortopédica	Tem	Não	Não tem	Perguntou	Em dia	Recebeu
2	66	Masculino	Ortopédica	Não	Tem	Tem	Perguntou	Em dia	Não recebeu
3	49	Feminino	Artrodesse	Não	Não	Não tem	Perguntou	Em dia	Recebeu
4	63	Feminino	Ortopédica	Tem	Tem	Não tem	Perguntou	Em dia	Recebeu
5	66	Feminino	Endoscopia	Tem	Tem	Não tem	Perguntou	Vencidos	Recebeu
6	53	Feminino	Artrodesse	Tem	Não	Tem	Perguntou	Vencidos	Recebeu
7	63	Masculino	Artrodesse	Não	Tem	Não	Perguntou	Em dia	Recebeu
8	57	Masculino	Ortopédica	Tem	Tem	Tem	Perguntou	Vencidos	Recebeu
9	59	Masculino	Ortopédica	Não	Não	Não	Perguntou	Em dia	Recebeu

10	68	Femini no	Ortopédi ca	Tem	Não	Tem	Pergunt ou	Em dia	Não recebe u
11	22	Femini no	Ortopédi ca	Tem	Não	Não	Pergunt ou	Em dia	Recebe u
12	44	Mascu lino	Trat. Dentário	Não	Tem	Não	Pergunt ou	Em dia	Recebe u
13	40	Femini no	Histerec tomia	Tem	Não	Não	Não pergunt ou	Em dia	Recebe u
14	56	Femini no	Varizes	Não	Não	Não	Não pergunt ou	Em dia	Recebe u
15	48	Femini no	Artrodes e	Tem	Tem	Não	Pergunt ou	Em dia	Recebe u
16	39	Femini no	Ortopédi ca	Tem	Não	Tem	Pergunt ou	Venci dos	Recebe u
17	55	Mascu lino	Artrodes e	Tem	Tem	Não	Pergunt ou	Em dia	Não recebe u
18	63	Femini no	Artrodes e	Tem	Não	Tem	Não Pergunt ou	Em dia	Recebe u
19	77	Femini no	Ortopédi ca	Tem	Não	Tem	Pergunt ou	Em dia	Recebe u
20	67	Mascu lino	Ortopédi ca	Tem	Tem	Tem	Pergunt ou	Venci dos	Recebe u

Referencial

A consulta de enfermagem pré-operatória pode ser realizada através de várias formas ou técnicas, que possam obter informações sobre a vida da pessoa, hábitos individuais e biopsicossociais, dessa maneira buscando conhecer as necessidades e identificar problemas do paciente durante o tratamento, a consulta de enfermagem pode ser realizada, através da coleta de dados e exame físico. A anamnese realizada durante a entrevista tem o objetivo de identificar a

queixa principal do paciente, cirurgias anteriores, alergias a fármacos, alimentos, látex, uso de medicações, uso de álcool e drogas, investigar antecedentes familiares, presença de doenças e comorbidades (SOBECC, 2013).

De acordo com Oliveira et al (2012) a consulta de enfermagem é eficaz para detectar desvios precoce de saúde e acompanhamento de medidas preventivas, as quais incluem o bem-estar dos pacientes. Melhora o trabalho do enfermeiro durante o atendimento ao paciente, facilita a identificação de problemas e das decisões tomadas. É norteada pela Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) visando que o cuidado de enfermagem seja adequado individualizado e efetivo.

Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe com parecer nº 26376819.0.0000.5593.

Utilizou-se como instrumento, um roteiro de perguntas objetivas e descritivas para nortear a pesquisa. A maioria dos participantes da pesquisa era do sexo feminino 60% eram mulheres, 50 % das cirurgias realizadas durante a pesquisa foram ortopédicas. A grande maioria dos pacientes estava com algum tipo de dúvida relacionado a procedimento cirúrgico, 65% dos pacientes tinham medo de sentir dor durante a cirurgia, 55% relataram ter medo da anestesia, 40 % estavam com medo de morrer durante a cirurgia, 85 % perguntaram sobre o tempo de duração da cirurgia, esses paciente tem medo, que a anestesia acabe antes da cirurgia e possam sentir dor, 25 % estavam com os exames vencidos, adiando a data prevista da cirurgia e 85% dos pacientes receberam orientações para seguir em casa após sua alta hospitalar. Conclui-se que a sistematização da assistência de enfermagem no perioperatório contribui para a melhoria do atendimento aos pacientes, e que esses cuidados podem ajudar desde a consulta de enfermagem pré-operatória até o plano de alta, devolvendo o paciente a sua vida normal sem nenhum evento adverso relacionado a cirurgia.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A pesquisa foi realizada no ambulatório de anestesiologia de um hospital do meio oeste catarinense, que teve como participante 20 pacientes compareceram a avaliação pré-anestésica para realizar cirurgias eletivas, com idade e sexo variados. Os critérios de inclusão abrangeram, realizar cirurgia eletiva durante o período de estudo.

A coleta de dados foi realizada durante o mês de fevereiro de 2020 a março 2020, após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em pacientes receberam orientações para seguir em casa após sua alta hospitalar. Conclui-se que a sistematização da assistência de enfermagem no perioperatório contribui para a melhoria do atendimento aos pacientes, e que esses cuidados podem ajudar desde a consulta de enfermagem pré-operatória até o plano de alta, devolvendo o paciente a sua vida normal sem nenhum evento adverso relacionado a cirurgia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstra a importância de realizar a consulta de enfermagem no pré e pós-operatório para pacientes de cirurgias eletiva em um hospital do Meio Oeste Catarinense. Coletar dados clínicos, diagnosticar e

planejar a assistência, implantar plano de cuidado e garantir a qualidade e segurança do paciente.

A consulta de enfermagem pré-operatória consegue orientar a equipe de enfermagem, a prevenção e diagnóstico precoce de possíveis complicações, favorece a recuperação do paciente e diminui o tempo de permanência de internação hospitalar. A consulta de enfermagem contribuiu de forma esclarecedora, aliviando a ansiedade, tirando dúvidas do paciente a respeito do procedimento cirúrgico. Contribuiu também com preparo psicológico, físico, orientações sobre preparo pré-operatório, cuidados com a pele da região cirúrgica, avaliação de exames e estado nutricional. Reduzindo o número de procedimentos cirúrgicos cancelados devido a rotinas não realizadas, falta ou vencimento de exames e falta de materiais. Este estudo demonstrou que consulta de enfermagem pré-operatória pode ser implantada e individualizada, assegurando o cuidado integral, contribuindo para um menor desgaste do paciente, da família e da equipe de enfermagem. O principal objetivo é inserir o paciente novamente a sociedade sem nenhum tipo de trauma físico ou psicológico durante a permanência no centro cirúrgico. Garantir a qualidade de vida desses pacientes e aprendizado para o auto cuidado. Os cuidados de enfermagem

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, S. K. P. et al. Temas abordados na consulta de enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, v. 65, n. 1, jan./fev. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000100023. Acesso em: 8 out. 2019.

SOBECC. **Práticas recomendadas SOBECC:** Centro cirúrgico, recuperação pós-anestésica, centro de material e esterilização. São Paulo: 2013.

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM SOBRE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA EM PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

Tályta Cardoso Lopes, tallycardoso23@gmail.com

Sarah C. C. Massoco, sarahmassoco@gmail.com

Resumo

O objetivo dessa pesquisa foi avaliar se a equipe de enfermagem da Unidade Básicas de Saúde (UBS) de um município do Meio Oeste Catarinense possui conhecimento atualizado em atendimento de parada cardiorrespiratória e os equipamentos mínimos necessários para prestar este atendimento. O método de avaliação foi um questionário com perguntas de múltipla escolha e para análise dos resultados foi adotada a metodologia estatística qualitativa descritiva, os resultados foram tabulados de acordo com os questionamentos e comparados com as recomendações atuais do Suporte Básico de Vida. A amostra foi com o total de 16 profissionais da equipe de enfermagem (enfermeiros e técnicos). A pesquisa buscou avaliar o conhecimento dos profissionais que atuam na UBS referente a identificação e manejo da Parada Cardiorrespiratória (PCR) e se a equipe está atualizada quanto as recomendações 2017-2018 da *Advanced Cardiac Life Support* (ACLS) para Suporte Básico de Vida (SBV). Dos profissionais participantes da pesquisa, 81% considera sua equipe capacitada para atender a ocorrência e 76% refere possuir conhecimento atual em SBV, porém a avaliação do conhecimento geral dos profissionais apresentou 40% de erros nas questões de conhecimento específico.

Palavras-chaves: Enfermagem, Unidade Básica de Saúde, Parada cardiorrespiratória, Suporte Básico de Vida e Atendimento de emergência.

INTRODUÇÃO

A Sociedade Brasileira de Cardiologia (2019) descreve que a Doença Cardiovascular (DCV) é a principal causa de morte no Brasil e no mundo, determinando aumento da morbidade e incapacidade ajustadas pelos anos de vida. Embora as taxas de mortalidade estejam diminuindo no país, possivelmente como resultado de políticas de saúde, o número total destas ainda está aumentando principalmente devido ao envelhecimento e adoecimento da população (SBC, 2019).

De acordo com Melo e Silva (2011), nos municípios de pequeno e médio porte, os cidadãos tendem a procurar, na grande maioria, um primeiro atendimento na UBS em situações de emergência.

O elo entre o paciente e o sistema, é a UBS que além de desenvolver atividades de prevenção, promoção e recuperação, também atua como porta de entrada da assistência aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, apesar da atenção primária ser responsável pelos atendimentos básicos, cabe a equipe estar capacitada para a assistência de enfermagem em casos de emergência, nesta pesquisa elencamos a PCR, visto que poderá ocorrer fora do ambiente hospitalar.

A parada cardíaca é muito comum nos dias de hoje, sendo atualmente o que mais leva os pacientes a óbito. Classifica-se como a cessação abrupta da função mecânica, que se atendida rapidamente poderá ser revertida, porém se não houver pronta intervenção poderá ser fatal (MYERBURG; CASTELLANOS, 2005 apud SEMENSATO; ZIMERMAN; ROHDE, 2010).

Esta condição é de evolução rápida, pois está associada a sinais e sintomas comuns entre pacientes com fatores de risco, por isso é necessário que os profissionais possuam conhecimentos para identificação precoce das intercorrências das DCV, a fim de identificar o risco de uma PCR, bem como iniciar as manobras de Reanimação Cardiopulmonar (RCP), na UBS e acionar a cadeia de sobrevivência, o que resultará em aumento da taxa de sobrevivência.

No entanto, para que a cadeia, seja executada de maneira efetiva, de modo a manter o fluxo cerebral do paciente aumentando suas chances de recuperação, é de fundamental importância que a equipe de enfermagem que atuará no Atendimento Pré-Hospitalar (APH) na UBS, tenha conhecimento das técnicas e acompanhe as atualizações das diretrizes de SBV.

Nesta pesquisa foi proposta a avaliação do conhecimento dos profissionais de enfermagem que atuam em UBS de um município do Meio Oeste de Santa Catarina, no que se refere à identificação e manejo da principal emergência cardiológica, a PCR, a fim de identificar: se as recomendações 2017-2018 da ACLS para atendimento básico pré-hospitalar em cardiologia são realizadas pela enfermagem atuante nas unidades de atendimento básico: o conhecimento dos profissionais: a disponibilidade de materiais, e a rotina para atendimento de emergência em PCR.

O objetivo da análise dos dados pelo método quantitativo e descritivo quanto à percepção das lacunas no atendimento pré-hospitalar realizado por profissionais era comparar os resultados para ver se estão de acordo com as recomendações

vigentes do SBV, bem como verificar se a equipe de enfermagem que atua na UBS, possui conhecimento atualizado em SBV.

Aos participantes foi disponibilizado um questionário, em conformidade com os preceitos da ética em pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma análise quantitativa e analítica em relação ao conhecimento dos profissionais de enfermagem no atendimento em SBV nas UBS's de um município do meio oeste catarinense, onde os participantes foram os profissionais da área de saúde com título de técnico em enfermagem e enfermeiro.

A pesquisa foi realizada por meio de questionário, com perguntas objetivas.

A coleta de dados ocorreu após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) indexado na Plataforma Brasil, e a Declaração de Ciência e Concordância das Instituições sobre o CAAE 26381219.4.0000.5593, os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foi realizada a leitura do termo e solicitada a assinatura dos participantes da pesquisa.

Após recolher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos participantes, foi entregue o questionário para que os mesmos respondessem, com respostas objetivas.

Após a coleta dos dados, foi realizada a demonstração gráfica para análise dos resultados tabulados através do programa Excel para avaliação dos resultados finais de cada questão aplicada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa buscou avaliar o conhecimento dos profissionais das UBS's referente à identificação e manejo da PCR e se a equipe está atualizada quanto às recomendações 2017-2018 da ACLS para SBV. Dos profissionais participantes da pesquisa, 81% considera sua equipe capacitada para atender a ocorrência e 76% refere possuir conhecimento atual em SBV, porém a avaliação do conhecimento geral dos profissionais apresentou 40% de erros nas questões de conhecimento específico, sendo que 31% da amostra não soube dizer a frequência correta das compressões, 38% não tem conhecimento suficiente para identificar corretamente

um PCR e 43% não soube responder sobre a conduta da cadeia de sobrevivência pré-hospitalar.

Também foi identificada a percepção dos profissionais quanto à disponibilidade de materiais e equipamentos para atendimento de emergência em PCR, sendo que 94% da amostra considera que sua unidade está preparada para o atendimento, contudo apenas seis participantes (37,5%) afirmaram possuir carrinho de emergência com laque fixo na unidade em que trabalha. E apenas 2 participantes (12,5%) afirmaram possuir DEA disponível.

CONCLUSÃO

Estar preparado para atender em casos de emergência é fundamental em qualquer estabelecimento de saúde, desde unidades de atendimento de baixa complexidade até as unidades que oferecem os serviços mais complexos, e o profissional, seja ele técnico ou enfermeiro, deve estar apto para desempenhar de maneira ágil e eficaz os protocolos de PCR.

Os resultados apresentados destacam que 37% dos profissionais já prestou algum atendimento de emergência em unidade básica, o que sugere que apesar de não ser tão comum a ocorrência de PCR nessa unidade de atendimento, não se devem descartar as chances de acontecer, por isso os profissionais devem estar sempre capacitados para atender a tais ocorrências.

Para avaliação do conhecimento da amostra foi utilizado o questionário, porém sugere-se que para futuras pesquisas seja escolhido outro método, como por exemplo o método de entrevista, o que pode trazer resultados mais satisfatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRÉCOMA, Dalton Bertolim et al. Atualização da Diretriz de Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia: 2019. **Arquivos brasileiros de cardiologia**. São Paulo. Vol. 113, n. 4 (2019), p. 787-891, 2019. <http://publicacoes.cardiol.br/portal/abc/portugues/2019/v11304/pdf/11304022.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2020

MELO, Maria do Carmo Barros de, SILVA, Nara Lúcia Carvalho da. Urgência e Emergência na Atenção Primária. **Núcleo de Educação em Saúde Coletiva**. Faculdade de Medicina UFMG. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3046.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020

SEMENSATO, Gladis; ZIMERMAN, Leandro; ROHDE, Luis Eduardo. Avaliação inicial do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na Cidade de Porto Alegre. **Arq. Bras. Cardiol.** São Paulo, v. 96, n. 3, p. 196-204. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abc/v96n3/aop00911.pdf>. Acesso em: 01.out.2019

PERFIL DO EXAME CITOPATOLÓGICO NOTIFICADO NO SISCAN NA REGIÃO DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE NO ANO DE 2019

Evelin .A. A. Vieira, evelinschmidt123@outlook.com
Sarah C. C. Massoco, sarahmassoco@gmail.com

RESUMO

O exame citopatológico é um exame que é encontrado nas UBS, que é um dos procedimentos inseridos para atuar na prevenção do câncer de colo do útero o estudo aborda a importância do exame cito patológico, a importância do enfermeiro que está inserido na UBS a Política Nacional de Atenção Integral a saúde da mulher, o exame preventivo sendo determinado como procedimento exclusivo do enfermeiro. O objetivo foi explicar o perfil dos resultados dos exames cito patológicos realizados no ano de 2019 no período de janeiro a dezembro, utilizando como base de dados o sistema de informação do câncer SISCAN junto ao departamento de informática do sistema único de saúde- DATASUS, classificando somente os municípios da região do Alto Vale do Rio do peixe. O estudo utilizou como metodologia uma pesquisa epidemiológica retrospectiva e analítica. A amostra obteve um total de 13 municípios, usando como critério de inclusão a faixa etária das mulheres que realizaram o preventivo, e os resultados alterados notificados, incluindo amostras insatisfatórias e somente as mulheres que residem nos municípios da região do Alto Vale do Rio do Peixe. A pesquisa buscando identificar o perfil dos resultados dos exames realizados obteve 14,777 mulheres que realizaram o exame no ano de 2019, apresentou-se uma porcentagem de 35% das mulheres residentes em caçador devido caçador ser um dos maiores municípios da região.

Palavras chave: Exame cito patológico, Sistema de informação do câncer (SISCAN), Resultados alterados, Região Alto Vale do Rio do Peixe

INTRODUÇÃO

O exame citopatológico utilizado para detectar alterações nas células do colo do útero, é a primordial estratégia para detectar lesões precocemente e fazer o diagnóstico de câncer do colo do útero, reduzindo a mortalidade pela doença (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Segundo o INCA (2012), entre as ações desenvolvidas pelas equipes de atenção básica, destacam-se as ações referente ao controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Segundo a OMS, em 2008, aconteceram 1.384.155 casos novos de câncer da mama em todo o mundo, o que torna o tipo de câncer mais frequente entre as mulheres. Nesse mesmo ano, foram registrados cerca de 530 mil casos novos de câncer do colo do útero. No Brasil, para o ano de 2012, são notificados 52.680 casos novos de câncer de mama feminino e 17.540 casos novos de câncer do colo do útero.

Na inspeção regional no Brasil, o câncer do colo do útero destaca-se como o primeiro mais comum na Região Norte, com 24 casos por 100 mil mulheres. Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste abrange a segunda posição, com taxas de

28/100 mil e 18/100 mil, de modo é o terceiro mais incidente na Região Sudeste (15/100 mil) e o quarto mais incidente na Região Sul (14/100mil) (BRASIL,2011)

De acordo com Conselho Federal de Enfermagem Cofen, (2017):

A coleta de material para colpocitologia oncológica pelo método de Papanicolau é um procedimento complexo, que demanda competência técnica e científica em sua execução, para identificar alterações celulares, necessita-se de que o profissional, além da competência técnica e científica, que o mesmo esteja apto a tomar decisões, pois, além do câncer de colo de útero e de suas lesões, o exame ajuda a diagnosticar infecções vaginais como *Gardnerella Vaginalis*, *Tricomoniase* e *Candidíase*. Como a coleta do exame envolve exame genital, também é possível perceber doenças sexualmente transmissíveis, como sífilis, gonorreia, condilomatose, clamídia e cancroide. SAMPAIO (2015)

A relevância deste estudo se dá para analisar dados do SISCAN acerca de resultados alterados e não alterados, buscando contribuir para melhoria da prevenção e das políticas públicas da saúde da mulher, identificando cidades do meio oeste catarinense que apresentam alto número de resultados alterados e aonde as mulheres se encontram com mais predisposição ao câncer e outras doenças do colo do útero. Espera-se que conhecimento e os dados desse estudo contribuam para melhorias na área da saúde da mulher que dá na atenção primária, busca-se melhorar o conhecimento de profissionais e expor dados relevantes ao câncer e identificar qual cidade do meio oeste apresenta maior risco.

O objetivo geral deste estudo é, evidenciar o perfil dos resultados dos exames cito patológicos no ano de 2019 realizado junto a Atenção Básica de Saúde e informados junto ao sistema de informação do câncer (SISCAN) é uma versão em plataforma web que foi incrementado junto ao projeto de lei nº 12.732/2012. Assim como os objetivos específicos descrever de acordo com o município e faixa etária da população, identificar os fatores de interferência que elevam o número de amostras rejeitadas, discutir sobre os principais resultados e evidenciar a importância do enfermeiro no atendimento à mulher.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico, retrospectivo e analítico, dos resultados do exame citopatológico realizado no período de janeiro a dezembro de 2019 notificados através do Sistema de Informação do Câncer - SISCAN considerado para este apenas colo do útero junto ao DATASUS.

O Sistema de Informação do Câncer- SISCAN, foi aplicado para melhorar e atender as necessidades, nas ações de rastreamento do câncer. O SISCAN é um sistema em forma de plataforma web que integra dentro dele mais dois sistemas o sistema de informação do programa nacional de controle do câncer do colo do útero (SISCOLO) e o programa nacional de controle do câncer de mama (SISMAMA), O SISCAN e um sistema com características próprias, ele nos permite gerenciar recursos, coletar informações, emitir laudos e auditar resultados. INCA (2013).

Através do TABNET como os descritores do exame citopatológico, no seguimento epidemiologia e mortalidade, nas bases de dados do SISCAN, definido

por citológico do colo do estado de Santa Catarina no ano de 2019. Como processo de tabulação: município de residência (linha), faixa etária (coluna) e categorização: exames, amostra de lâminas, resultados e exames alterados. Após a avaliação dos dados referente aos municípios que pertencem a região do Alto Vale do Rio do Peixe que são: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira.

Os dados disponíveis junto ao TABNET, foram compilados de descritos por cada município pertencente aos estados, como critério de inclusão para o estudo utilizou apenas os municípios pertencentes a região do Alto Vale do Rio do Peixe para verificar quais as necessidades de intervenção a esta região para a prevenção precoce do câncer de colo de útero pela coleta do cito patológico, evidenciando a importância da promoção da saúde na atenção básica a ser realizado pelo enfermeiro.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Este estudo transversal, descritivo de análise quantitativa, apresenta os municípios que pertencem somente à região do Alto Vale do Rio do Peixe, avaliando e classificando os dados de acordo com município de residência, faixa etária e resultados dos exames cito patológicos realizado na Atenção básica as usuárias do SUS no ano de 2019.

A região Alto Vale do Rio do peixe está localizada na região sul, o território é aproximadamente recoberto por uma área de 5.435,41 (km²), composta por 13 municípios (Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira. Sendo que desses 13 municípios Caçador domina uma área de 984.29 totalizando 70,762 habitantes em 1934 passa a ser da comarca e em 1957 inaugura o primeiro Hospital de Caridade e Maternidade Jonas Ramos, em 1976 iniciaram as obras para construção do Hospital Maicé. (IBGE, 2010) .

O estudo apresentou dados que foram coletados no SISCAN através do datatus e tabnet que envolveu número de mulheres que realizaram o exame cito patológico na região do Alto vale do Rio do Peixe classificando pela faixa etária, totalizando 14.777 mulheres que realizaram o exame cito patológico no ano de 2019 , representando 35 % das mulheres que residem no município de caçador, nota-se que a procura para realização do exame nas mulheres mais jovens não acontece, o maior número de mulheres que realizaram o exame são da faixa etária de 45 a 59 anos. Estebelece assim mais perguntas que aqui não são apresentadas por que as mulheres mais jovens não realizam o exame?

CONCLUSÃO

O exame cito patológico se mostra um importante método ainda de prevenção ao câncer de colo do útero independente da faixa etária, todas as mulheres sendo população alvo ou até as que já iniciaram uma vida sexual, a vida sexual das mulheres está começando cada vez mais cedo sendo um dos fatores que levam ao câncer e a outras doenças do colo uterino

A infecção pelo papiloma Virus Humano (HPV) é o fator de risco mais importante para o desenvolvimento do câncer, o HPV é um grupo de vírus com mais de 150 vírus relacionados entre baixo grau de risco até o mais alto grau de risco.

Considerando as alterações do exame cito patológico esse estudo demonstrou a importância das UBS que estão inseridas na atenção primária,ou seja os

profissionais das unidades básicas são os que prestam os primeiros cuidados tem o primeiro contato com o paciente, é na unidade básica, demonstramos também a importância do enfermeiro compondo a equipe da unidade básica na assistência a mulher e na prevenção do câncer atuando frente a prevenção.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA SAÚDE . **Cadernos de atenção básica** . Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/cab13.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

INCA- INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **CÂNCER DO COLO DE ÚTERO** . Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-utero>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Rastreamento (Série A: Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Primária nº29). Brasília, 2010.

COFEN. **Parecer de relator nº 190/2015**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/parecer-de-relator-n-1902015_48415.html. Acesso em: 5 jan. 2020 às 20:00 hrs

INCA-INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Estimativa 2012: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro; 2013.

AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE CANCELAMENTOS CIRÚRGICOS ATRAVÉS DA LITERATURA.

Aluna: Glaimara Pontes

Orientadora: Jussara Aparecida Santos Almeida

O objetivo desta pesquisa é conhecer os indicadores em plataformas de pesquisa nacionais os fatores geradores que resultam em um cancelamento cirúrgico. A pesquisa é do tipo revisão integrativa com abordagem qualitativa, com inclusão de artigos completos publicados entre os anos de 2015 a 2019, no idioma em português, disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO, LILACS, SOBECC. Na análise dos dados observou-se que os motivos de suspensão que obteve o maior índice esta relacionado à falta de condições clínicas do paciente (24%). Faixa etária: Não informado (75%). Gênero: Sexo masculino(29%).Turno: Manhã (29%). Convênio: SUS (40%). Especialidades mais suspensas sendo a Ortopedia (39%). O perfil dos autores que mais se destacou foi o graduando em enfermagem (44%) de artigos científicos publicados. A região do Brasil aonde há maior produção científica é a região Sudeste (54%), onde possui um maior número de campi universitários públicos nesta região. Por meio desta revisão, espera-se que quanto mais estudos científicos são produzidos mais o profissional de enfermagem consegue se aprimorar e oferecer um atendimento de qualidade e conseqüentemente haverá uma diminuição nos cancelamentos cirúrgicos evitáveis.

Palavras-chave: Cirurgias. Enfermagem. Cancelamento cirúrgico.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar artigos científicos e verificar quais os principais motivos que levam uma cirurgia a ser suspensa.

Os objetivos específicos são: Analisar os principais motivos de cancelamento cirúrgico, caracterizar os cancelamentos cirúrgicos de maior

ocorrência de acordo com especialidade, verificar o perfil dos autores, verificar qual região com maior incidência no estudo proposto e destacar qual o ano com maior publicação, através de informações disponíveis na literatura nacional.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por acesso *online* no mês de Junho de 2020 nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), Sociedade Brasileira de Enfermeiros do Centro Cirúrgico (SOBECC), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO).

A busca nas bases de dados consultadas resultou em um total de 362 artigos. A escolha inicial dos artigos foi realizada com base em seus títulos e resumos. E quando foram considerados os parâmetros de inclusão e exclusão definiu-se 15 para análise.

Foi elaborado um instrumento para o colhimento dos dados, com o intuito de responder à questão essencial dessa revisão, constituído pelos seguintes itens: base de dados, título do artigo, autores, periódicos/ano, considerações sobre as temáticas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Bohrer 2017 há várias as razões de cancelamento encontradas, dentre elas problemas relacionados com as condições do paciente, a equipe médica e de enfermagem e a própria instituição, sendo na maioria das vezes uma falha evitável, proveniente do não planejamento prévio e da aplicação incorreta das atividades da unidade, interferindo na operacionalização do trabalho, tempo gasto, além dos recursos humanos e materiais.

O cancelamento cirúrgico consiste em um indicador no processo de avaliação da qualidade da assistência prestada por serviço hospitalar, demonstrando falha de planejamento administrativo da unidade de Centro Cirúrgico (CC), e pode ser considerado evitável, na maioria das vezes. Sendo assim, refere-se a um evento que deve ser avaliado, mediante as repercussões

desfavoráveis que envolvem não só o paciente, mas a família, a instituição e a própria equipe de saúde. (SANTOS; BOCCHI, 2016.)

Um estudo revela que 42,12% das suspensões foram sem justificativas e avisos não encontrados, o que demonstra falha na programação do mapa cirúrgico, já que algumas equipes cirúrgicas, para garantir a reserva de sala de operação ou de equipamentos, preenchem o aviso de cirurgia com nome fictício de um paciente. (ARAÚJO, et al.,2019)

De acordo com estudos realizados por Gatto; Jouclas (1998) Apud Perroca, Jericó, Facundin (2007), a suspensão cirúrgica nada mais é do que o ato de cancelar ou adiar o procedimento que estava agendado para uma determinada data e horário. Ela pode ocorrer por diversas causas. Onde apresentam e detalham causas relacionadas aos pacientes, à organização da unidade, aos recursos humanos e a materiais e equipamentos. Desta forma, pode-se afirmar que as causas para suspensões cirúrgicas podem ser classificadas conforme o que segue:

- Causas relacionadas aos pacientes: não comparecimento, condição clínica desfavorável, falta de jejum, recusa a realização de cirurgia;
- Causas relacionadas à organização da unidade: falta de vaga, cirurgia de emergência, erro na programação cirúrgica, falta de documentação e exames, falta de comunicação, reserva de horário, cirurgia contaminada;
- Causas relacionadas aos recursos humanos: mudança de conduta médica, tempo cirúrgico excedido, falta de cirurgião e/ou anestesista, cancelamento pelo cirurgião, falta de preparo pré-operatório, falta de avaliação clínica;
- Causas relacionadas a materiais e equipamentos: falta dos mesmos.

Os processos dos procedimentos cirúrgicos são desenvolvidos e realizados por um enfermeiro no dia prévio à cirurgia, através do mapa cirúrgico, onde terá informações do paciente, tipo de cirurgia, cirurgião e hora do procedimento. A equipe responsável deve emitir um aviso cirúrgico com antecedência. As informações deste são inseridas em um banco de dados para serem utilizadas na preparação destas cirurgias pelas equipes de anestesia,

enfermagem, cirurgiões, laboratórios, central de material e esterilização e hemocentro. O cancelamento pode ocorrer em função de um pedido dos cirurgiões, anestesiólogos, enfermeiros ou intercorrências com o paciente. (BOTAZINI; TOLEDO; SOUZA, 2015).

No cancelamento de uma cirurgia, o paciente também costuma sofrer com isso. Pode expressar reações diversas que vão da raiva a um alívio momentâneo, mas seja qual for a sua reação, a equipe responsável deve orientar os novos passos que o paciente seguirá, não esquecendo que a situação pode ser rotineira em sua prática diária, mas não ao paciente. (ROCHA, et al.,2016)

A presente pesquisa usa o método do tipo revisão integrativa, que tem o intuito de proporcionar informações mais amplas sobre um assunto/ problema, estabelecendo assim, um conhecimento que tem por finalidade desenvolver resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014).

De acordo com os dados encontrados será dividido nos seguintes critérios:

- ✓ Definir de informações de acordo com o objeto;
- ✓ Estabelecer critérios para inclusão e exclusão de estudos;
- ✓ Avaliar os estudos incluídos;
- ✓ Interpretar os resultados e realizar a apresentação.

A definição das informações a serem encontradas foram: taxas, causas, intervenções e demais itens que auxiliaram a interpretar as circunstâncias em que essa problemática apresenta.

DISCUSSÃO E RESULTADO

Foram Incluídos os estudos publicados no período de 2015 á 2019. No idioma em Português, que apresentam conteúdos concordantes a pesquisa.

Descartado os estudos cujos textos não estavam disponíveis na íntegra, foram eliminados aqueles com conteúdos não compatíveis com o objetivo deste trabalho e textos em outros idiomas.

Para atingir o objetivo apresentado, foi realizada uma leitura do título e do resumo de cada artigo identificado. Após a leitura e análise, a amostra de estudo foi composta por 15 (quinze) artigos científicos

Foram analisados 21 artigos científicos de acordo com o conteúdo desta pesquisa. Destes, foram extraídas informações de 15 artigos, que condiziam com o objetivo proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término deste levantamento de dados, concluiu-se que o principal motivo dos cancelamentos cirúrgicos ocorre devido à falta de condições clínicas do paciente, sendo a cirurgia Ortopédica, a especialidade mais suspensa. Divididos por gênero, faixa etária, turno e convênio, os dados não são identificados nas pesquisas. Porém quando apresentaram dados, demonstrou que o maior índice de cancelamentos era do sexo masculino, turno da manhã e cirúrgicas realizadas pelo Sistema Único de Saúde.

Diante dessa pesquisa, foi constatado que enfermeiro graduando apresenta maior número de publicações científicas, pois o mesmo é incentivado pelas unidades de ensino, estabelecendo o futuro do profissional ainda na graduação.

Os dados demonstraram que a região Sudeste do Brasil produz mais da metade da ciência brasileira, principalmente no estado de São Paulo, onde há 20% de produção científica, devido ao maior número de campi das universidades públicas situadas nesta região.

REFERENCIAS

BOHRER, Cristina Daiana et al. Causas de cancelamento cirúrgico em um hospital de ensino. **Rev. Gestão & Saúde (Brasília)**, v. 8, n. 03, 2017.

BOTAZINI, Naraiamma Oliveira; TOLEDO, Lucas Dionísio; SOUZA, D. M. S. T. Cirurgias eletivas: cancelamentos e causas. **Rev SOBECC**, v. 20, n. 4, p. 210-219, 2015.

DE ARAÚJO, Jennyfer Kelly Moraes et al. Avaliação dos fatores de cancelamento de cirurgias em hospitais do nordeste brasileiro. **Revista SOBECC**, v. 24, n. 4, p. 175-184, 2019.

PERROCA, Márcia Galan; DE CARVALHO JERICÓ, Marli; FACUNDIN, Solange Diná. Cancelamento cirúrgico em um hospital escola: implicações

sobre o gerenciamento de custos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 5, 2007.

ROCHA,N.M.C;SILVA,F.A.A. *et.al.* Sentimentos vivenciados por pacientes no pré-operatório. *R. Interd.* v. 9, n. 2, p. 178-186, abr. mai. jun. 2016.

SANTOS, Gisele Aparecida Alves Corral dos; BOCCHI, Silvia Cristina Mangini. Cancelamento de cirurgias eletivas em hospital público brasileiro: motivos e redução estimada. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 3, p. 535-542, 2017.

CUIDADOS INTENSIVOS EM NEUROCIRURGIA: O MANEJO DE ENFERMAGEM DO PACIENTE EM PÓS OPERATÓRIO COM MANUTENÇÃO DE DERIVAÇÃO VENTRICULAR EXTERNA

Cristina Maria Canofre, cristina.neuron@gmail.com

Sarah C. C. Massoco, sarahmassoco@gmail.com

Resumo

Este trabalho objetiva-se revisar as principais orientações e manejos realizados pela equipe de enfermagem no cuidado com a DVE do paciente em pós-operatório de neurocirurgia na UTI. Para este estudo foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica nas bases dos periódicos utilizados junto a BIREME e MEDLINE de domínio público com os descritores específicos para busca dos artigos publicados nos anos de 2010 a 2020. Os dados analisados pelo método de PRISMA e categorizados junto ao programa NVivo. Foram 9 categorias nesta revisão sistemática, sendo: precauções para enfermagem no manejo incorreto da DVE, intervenções de enfermagem no cuidado com a DVE, complicações da DVE, recomendações gerais para DVE em pós-operatório em UTI, cuidados de enfermagem com DVE, papel do enfermeiro no pós-operatório de neurocirurgia, Indicação para DVE, metodologia dos estudos categorizados e definição da DVE e manutenção para a drenagem liquórica. Com a necessidade de desenvolvimento de um protocolo assistencial de enfermagem na UTI, visando a qualificação assistencial e melhores práticas de cuidado de enfermagem. Com esta pesquisa concluiu-se que a indicação da DVE deve ser minuciosa em virtude das complicações desse tipo de sistema, que são: infecção no local da inserção do cateter; meningites, encefalites e ventriculite; e, por fim, as hemorragias intracerebral ou intraventricular. Por tratar-se de um dispositivo invasivo, a DVE requer um gerenciamento diligente, a equipe de enfermagem tem papel primordial, nos processos de cuidado ao paciente em pós-operatório de DVE.

Palavras-chaves: Neurocirurgia. Pressão intracraniana (PIC). Derivação ventricular externa (DVE). Cuidados de Enfermagem. UTI.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda os cuidados intensivos em neurocirurgia quanto ao manejo de enfermagem do paciente em pós-operatório com manutenção de derivação externa ventricular. O traumatismo cranioencefálico (TCE) grave é um dos motivos mais frequentes para internação em Unidades de Terapia Intensiva (UTI).

Este estudo objetiva-se revisar as principais orientações e manejos realizados pela equipe de enfermagem no cuidado com a Derivação Ventricular Externa (DVE) do paciente em pós-operatório de neurocirurgia na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Nesse sentido estimasse identificar as principais recomendações atuais para a assistência de enfermagem com a DVE, revisão junto aos periódicos publicados entre os anos de 2010 a 2020 para sintetizar as principais intervenções de enfermagem no manejo do cateter e evidenciar as possíveis complicações da DVE no paciente em pós-operatório neurocirúrgico.

REVISÃO DE LITERATURA

A Derivação Ventricular Externa (DVE) é necessária no tratamento de pacientes com distúrbios da circulação liquórica, pois a maioria desses pacientes tem hemorragia subaracnóidea ou intraparenquimatosa. Também representa suporte no tratamento da hidrocefalia e em patologias como traumatismo cranioencefálico (TCE) e processos tumorais (GALVÃO, 2016).

Alguns pacientes têm lesões expansivas agudas requerendo DVE prévia ao tratamento definitivo. As lesões decorrentes destes traumas desencadeiam aumento na PIC destes pacientes, determinando o fator agravante associado a mau prognóstico (ROSENFELD et al., 2012 apud SAKAMOTO, 2018).

O procedimento cirúrgico para DVE consiste na realização de um orifício de trepanação craniana (mais comumente na região frontal do crânio, embora possa ser realizado em outros pontos cranianos) cerca de 3 cm lateral à linha média e 1 cm anterior à sutura coronariana, com o objetivo de acessar o corno anterior do ventrículo lateral (HOEFNAGEL et al., 2008 apud SANTOS, 2018).

A principal complicação desse procedimento é a infecção (meningite e/ou ventriculite), cuja taxa encontrada na literatura varia entre 0% e 27% (HOEFNAGEL et al., 2008; CHATZI et al., 2014 apud SANTOS, 2018). São fatores de risco para o aumento da taxa de infecção em DVE o tempo de permanência do cateter, hemorragias intracranianas espontâneas causadas por acidente vascular cerebral hemorrágico (AVCh) intraparenquimatoso (principalmente aqueles com inundação ventricular), hemorragia subaracnóidea (HSA), fraturas abertas de crânio com afundamento, fraturas de base de crânio com fístula liquórica, infecção sistêmica e outros procedimentos neurocirúrgicos (HOEFNAGEL et al., 2008 apud SANTOS, 2018).

METODOLOGIA

Para este estudo foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica nas bases dos periódicos utilizados junto a Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) e Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (MEDLINE) de domínio público com os descritores específicos para busca dos artigos publicados com os filtros: `tw:((tw:(neurocirurgia)) AND (tw:(enfermagem))) AND (fulltext:"1") AND mj:("Cuidados de Enfermagem" OR "Neurocirurgia") AND la:("pt" OR "es")) AND (year_cluster:[2010 TO 2020])`, conforme o fluxograma de inclusão dos artigos para esta revisão, pelo método de prisma.

Na busca inicial com os descritores neurocirurgia e enfermagem foram encontrados um total de 3.452 artigos ou dissertações, com critério de inclusão com texto completo, em idioma português ou espanhol reduzindo para 83 artigos / dissertações que se categorizaram em cuidados de enfermagem 48 artigos ou dissertações, neurocirurgia 31 artigos ou dissertações e cuidados críticos 6 artigos ou dissertações. Após a inclusão temporal de 2010 a 2020 resultou em 85 artigos ou dissertações base para a análise de conteúdo relacionado a ser categorizado pelos descritores cuidados de enfermagem, neurocirurgia e cuidados críticos. Ampliou-se para a descrição de conteúdo por dissertação devido à escassez de produção científica específica em neurocirurgia para cuidados em enfermagem, uma das contribuições deste estudo.

A análise dos estudos foi realizada de forma descritiva com objetivo de responder à pergunta de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme, realizou-se este estudo de revisão bibliográfica sistemática, com análise metodológica de PRISMA, os resultados foram de algumas estas que constam publicadas no BIREME e MEDLINE, com base nos descritores e critérios de inclusão obteve-se os artigos e dissertações para análise previa conforme quadro 1 e 2.

Com o acesso a obra integral das pesquisas publicadas nas bases, a leitura do resumo e a seleção de acordo com as categorias evidenciadas, resultaram em 41 pré-selecionados, sendo a amostra de revisão 8 publicações.

Com as categorias descritas no estudo foram: Precauções para enfermagem no manejo incorreto da DVE, Intervenções de enfermagem no cuidado com a DVE, Complicações da DVE, Recomendações gerais para DVE em pós-operatório em UTI, Cuidados de enfermagem com DVE, Papel do enfermeiro no pós-operatório de neurocirurgia, Indicação para DVE, Metodologia dos estudos categorizados e Definição da DVE e manutenção para a drenagem liquórica.

A análise de dados foi realizada através da leitura do resumo dos artigos disponíveis, que estão em conformidade com os objetivos do estudo categorizado para os cuidados de enfermagem, neurocirurgia e cuidados críticos, após a leitura prévia obtivemos uma amostra de 6 artigos e 2 dissertações.

Conforme cada categoria utilizou-se o programa NVivo para síntese dos conteúdos das recomendações e cuidados com a DVE.

Quadro 1 – Resultado do estudo de revisão bibliográfica sistemática em formato de PRISMA e categorias no Nvivo.

Categorias	Descrição para revisão sistemática com base nos artigos e dissertações
Categoria 1	Precauções para enfermagem no manejo incorreto da DVE
Categoria 2	Intervenções de enfermagem no cuidado com a DVE
Categoria 3	Complicações da DVE
Categoria 4	Recomendações gerais para DVE em pós-operatório em UTI
Categoria 5	Cuidados de enfermagem com DVE
Categoria 6	Papel do enfermeiro no pós-operatório de neurocirurgia
Categoria 7	Indicação para DVE
Categoria 8	Metodologias dos estudos revisados
Categoria 9	Definição da DVE e manutenção para a drenagem liquórica

Fonte: CANOFRE, 2020.

CONCLUSÃO

A DVE é frequentemente necessária no tratamento de urgência nos pacientes com distúrbios da circulação liquórica, hemorragias subaracnóideas, intraventricular ou intraparenquimatosa. Neste estudo de revisão bibliográfica em formato sistemático em PRISMA com inclusão de acordo com os descritores foram utilizados 6 artigos e 2 dissertações correspondentes a temática geral. Como resultado elegeram um total de 9 categorias de recomendações em relação a DVE conforme a quadro 2.

Nos últimos anos com maior frequência tem se utilizado a DVE para a monitorização da PIC e concomitante drenagem de líquido cefalorraquidiano (LCR).

Entretanto, a indicação da DVE deve ser minuciosa em virtude das complicações desse tipo de sistema, que são: infecção no local da inserção do cateter; meningites, encefalites e ventriculite; e, por fim, as hemorragias intracerebral ou intraventricular.

Por tratar-se de um dispositivo invasivo, a DVE requer um gerenciamento diligente, tanto em seu manuseio quanto na extração de informações indicadoras de processos fisiopatológicos que necessitam ou não de tratamento. É nesse contexto que o enfermeiro é inserido, com a responsabilidade de garantir o bem-estar físico do paciente e prever possíveis situações através do olhar clínico.

Nesse sentido, a equipe de enfermagem tem papel primordial, nos processos de cuidado ao paciente em pós-operatório de DVE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALVÃO, Elizabeth. **Derivação Ventricular Externa**, MULTISAUDE, 2016. Disponível em: <https://multisaude.com.br/artigos/derivacao-ventricular-externa/>. Acesso em: 28 Mai. 2020.

SAKAMOTO, Victória Tiyoko Moraes; Caregnato, Rita Catalina Aquino; Blatt, Carine Raquel. **Derivação ventricular externa: desenvolvimento de protocolo assistencial de enfermagem direcionado ao paciente adulto**. Repositório Institucional da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2018.

SANTOS, Samir Cezimbra, **Fatores de risco para infecção relacionada à drenagem ventricular externa nas hemorragias cerebrais espontâneas em adultos**, PORTO ALEGRE 2016.

PROTOCOLO OPERACIONAL PADRÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE TESTE RÁPIDO DENTRO DE UMA UNIDADE PRISIONAL NO MEIO OESTE CATARINENSE

Emily Siqueira da Costa, emilysiqueira78@gmail.com

Resumo

O objetivo desta pesquisa é implantar um Protocolo Operacional Padrão (POP) para a realização de testes rápidos identificando se à Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em detentos que retornam da saída temporária. Trata-se de um estudo descritivo, que exige de quem está realizando uma série de elementos sobre o que se deseja pesquisar. Esse tipo de estudo deseja apresentar os acontecimentos e feitos de algum fato. Além de descritiva, essa pesquisa também é explicativa, onde atentasse em identificar os fatores que causam ou que colaboram para o acontecimento dos fatos. Ou seja, ela esclarece o porquê dos eventos em decorrência dos resultados apresentados. E também tratasse de uma pesquisa qualitativa, onde, o pesquisador não se pressupõe a números, mas sim, em explicar a compreensão de um determinado grupo ou organização. Foram realizados 20 testes rápidos de HIV, sífilis, hepatite B e C, ou seja, 20 detentos saíram e retornaram para o presídio. Desses 20 reclusos, 5 foram reagentes para sífilis e 1 reagente para hepatite C. Apesar da amostra ser pequena, os números são relativamente altos para os casos confirmados. Concluo que o objetivo principal desta pesquisa foi atingido pois, a implementação de um protocolo operacional padrão para teste rápido em detentos que retornam da saída temporária, seria o início para o mapeamento e controle de ISTs nas unidades, pois com o resultado que foi obtido, já conseguimos encaminhar para uma consulta médica e assim o reeducando iniciar o tratamento.

Palavras-chave: Testes rápidos. Protocolo operacional padrão. Infecções sexualmente transmissíveis. Detentos.

INTRODUÇÃO

Mais de um milhão de casos de IST acontecem por dia, no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde. São aproximadamente 357 milhões, de novas infecções. O número apesar de alarmante é extremamente comum tanto em homens quanto em mulheres (BRASIL, 2018). Já nos sistemas prisionais não se sabe ao certo o índice de infectados pelas IST. Porém, os dados disponíveis alegam que são altas as taxas que predominam (INFOPEN, 2019).

Já o número de apenados é abundantemente alto no Brasil. Segundo o Sistema de Informações Estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional (INFOPEN/DÉPEN, 2020), o país se mantém ocupando o 3º lugar no ranking de países com maior número de pessoas presas no mundo, com a maior população carcerária de 773.151 detentos em prisões estaduais e federais, estando apenas atrás dos Estados Unidos e da China.

Muitos presídios não conseguem disponibilizar de maneira adequada os serviços de saúde e as dificuldades de deslocamento do detento para fora se tornam ainda mais complicadas, assim como a falta de profissionais para atender a demanda de atendimentos solicitados pelos apenados. Porém, o presídio a qual foi abordado para realizar a pesquisa busca sempre atender o apenado dentro das leis e princípios impostos pelo SUS.

Explanarei também sobre os três marcos essenciais dessas políticas feitas exclusivamente para as pessoas em cárcere privado: a Lei de Execução Penal (LEP, 1984), o qual dei ênfase no artigo 14. O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP, 2003), e por último a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP, 2014).

Temos como principal objetivo Implantar um Protocolo Operacional Padrão (POP) para a realização de tais testes, identificando se à Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em reeducando que retornam da saída temporária.

Mas porque se importar com essa população em específico? Devido a vulnerabilidade que é acometida e a privação de liberdade. Esse público é o que menos tem acesso a área da saúde, devido à sua condição de recluso.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), atribui que a população privada de liberdade tenha o direito, sem discriminação, a atenção à saúde da mesma forma que as demais pessoas. A pena reside apenas na privação da liberdade, e não na privação dos direitos humanos fundamentais.

Além de abordarmos sobre quais testes rápidos serão realizados dentro desta unidade, também falaremos um pouco sobre as leis que defendem estes reclusos, garantindo a sua assistência à saúde.

Fundamentado em leis, artigos e literaturas atuais, propus a elaboração desta pesquisa, de forma simples e objetiva, mas que será essencial para o bom desempenho de cada etapa de trabalho. Por fim, gostaríamos de colaborar para a redução das IST, estabelecendo a implantação de ações para a prevenção por meio deste protocolo, explanarei mais a seguir sobre tais assuntos citados.

METODOLOGIA

É uma pesquisa descritiva, que exige de quem está realizando uma série de elementos sobre o que se deseja pesquisar. Esse tipo de estudo almeja apresentar os acontecimentos e feitos de algum fato (SILVEIRA, 2017).

Além de descritiva, essa pesquisa também é explicativa, o que segundo Gil (2007, p. 43) esse método atentasse em identificar os fatores que causam ou que colaboram para o acontecimento dos fatos. Ou seja, ela esclarece o porquê dos eventos em decorrência dos resultados apresentados.

O autor ainda explica que pode ser a continuação de outra pesquisa descritiva, identificando os fatores que geram um acontecimento, mas é necessário que esteja o suficiente descrito e detalhado (GIL, 2007).

É uma metodologia de carácter exploratório, ou seja, o pesquisador não se pressupõe a números, mas sim, em explicar a compreensão de um determinado grupo ou organização. Não são feitos julgamentos nem permitido que seus preconceitos e crenças interfiram na pesquisa (GOLDENBERG, 1997).

A coleta dos dados pode ser realizada através de grupos de discussão e entrevistas individuais. A amostra de dados, geralmente é pequena e os entrevistados são incitados a falar sobre o assunto abordado do estudo (MINAYO, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os testes rápidos já são realizados quando o detendo dá entrada no presídio, mas, quando ele cumpre uma parte da pena, ganha o direito de uma saída temporária e ao regressar à sua unidade, não são refeitos esses testes.

E é a partir deste ponto que começam a gerar divergência nas informações, pois, sem ser realizado novamente os testes, não tem como saber se ele está ou não, infectado, sem começar a apresentar sintomas específicos, já citados acima.

Com a implantação deste POP, é possível fazer um mapeamento melhor das ISTs que ocorrem dentro das unidades prisionais, junto dos testes que já são realizados na entrada do apenado. E é esse o objetivo principal desta pesquisa, realizar os testes rápidos em reclusos que retornam da saída temporária.

Foram realizados 20 testes rápidos de HIV, sífilis, hepatite B e C, ou seja, 20 detentos saíram e retornaram para o presídio. Desses 20 reclusos, 5 foram reagentes para sífilis e 1 reagente para hepatite C. Apesar da amostra ser pequena, os números são relativamente altos para os casos confirmados.

Conversando com cada um deles, percebi a preocupação, pois não faziam ideia de que patologia se tratava. Logo após sanei todas as dúvidas e expliquei como iríamos dar continuidade.

A seguir é feito uma notificação compulsória e entregue na UBS do bairro, para que a enfermeira faça a requisição de exame laboratorial, e assim encaminharmos o mesmo para fazer o exame e confirmar o diagnóstico.

Quando o exame já estiver em mãos, levamos este detento para uma consulta médica e o doutor poder dar o diagnóstico. Se confirmado diagnóstico para sífilis já será entregue a receita para pegar a medicação na farmácia e dar início ao tratamento, assim que possível. Se o diagnóstico for confirmado para HIV, hepatite B ou C, encaminhamos o detento para uma consulta na vigilância epidemiológica com um médico infectologista para começar a usar os antirretrovirais.

É possível que o diagnóstico não se confirme para nenhuma dessas infecções, o que chamamos de falso positivo, então monitoramos este apenado nos próximos meses para ter certeza que não está infectado com alguma dessas ISTs, ou com uma outra possível patologia.

CONCLUSÃO

Notamos que o número de estudos científicos em relação a saúde dos apenados só vem aumentando, esta realidade é devida por conta da ressignificada ao cuidado integral da saúde desses apenados, no qual só vem aumentando está população cada vez mais.

A realização deste trabalho justifica-se pela vulnerabilidade que os apenados são acometidos devido a privação de liberdade. Nota-se a necessidade de controle mais intransigente da entrada desses reeducandos, após a saída temporária.

Dentro desta unidade todos os objetivos impostos foram alcançados com sucesso. A maior dificuldade encontrada foi a escolha dos reeducandos da sua cela até o setor saúde, que era onde estava alocada para fazer as coletas dos testes. Refiro

ser uma dificuldade para quem os desloca, pois existe todo um protocolo de segurança a ser seguido, o qual os agentes penitenciários realizam para a proteção de todos.

A realização de assistência à saúde dos reeducandos também é dificultosa, por conta da demanda de solicitações de atendimento que é bem mais alta do que a quantidade de profissionais disponibilizados na unidade.

Apesar dessas dificuldades encontradas, o presídio nunca negligencia o atendimento à saúde e sempre procura prestar a melhor assistência que pode a estes reeducandos.

A assistência da enfermagem aos apenados, foi realizada mediante um conjunto de ações que vitalizam o cuidado integral, como a realização da escuta terapêutica com reeducandos diagnosticados com algum transtorno mental ou quando foi percebido a necessidade deste cuidado, a triagem e realização de exames admissionais e testes rápidos feitos na entrada e no retorno das saídas temporárias.

É desafiador prestar assistência a esta população, devido as inúmeras limitações a qual temos, porém é necessário ter um olhar diferenciado e assim refletir sobre como podemos colaborar para a superar estas barreiras.

Os resultados deste trabalho são úteis para pesquisas futuras no cenário prisional, para o treino de habilidades e competências na formação de enfermeiros e profissionais da saúde, tendo em vista a elucidação das ações de saúde junto a essa população e, contribui para o fomento da visibilidade e relevância científica ao tema e as práticas de enfermagem em equipes de saúde prisional.

Seria interessante dar continuidade nesse estudo nos próximos anos para saber se este POP auxiliou de alguma forma no controle das ISTs e conseguiu antes de tudo realizar a prevenção.

Concluo que a implementação de um protocolo operacional padrão para teste rápido em detentos que retornam da saída temporária, seria o início para o mapeamento e controle de ISTs nas unidades, pois com o resultado foi obtido, já conseguimos encaminhar para uma consulta médica e assim iniciar o tratamento evitando disseminação de possíveis patologias.

LIMITAÇÕES

A escolha dos reeducandos da sua cela até o setor saúde, que era onde estava alocada para fazer as coletas dos testes. Era uma das grandes limitações, pois existe todo um protocolo de segurança a ser seguido.

A realização de assistência à saúde dos reeducandos também, por conta da demanda de solicitações de atendimento que é bem mais alta do que a quantidade de profissionais disponibilizados na unidade.

Assim como, o número baixo de pesquisas científicas publicadas na língua portuguesa, sobre este assunto, nota-se que vem crescendo o interesse do profissional nesta área, mas ainda é baixo o número.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, LDS *et al.* Estado de imunização contra hepatite B em médicos residentes de um hospital de Recife. **An Fac Med Olinda**, Recife - PE, v. 2, n. 2, p. 23-27, abr. 2018. Disponível em: <<https://afmo.emnuvens.com.br/afmo/article/view/28/26>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

ANVISA. **Procedimento operacional padrão - POP**. Disponível em: <https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/POP%20-%20Procedimentos%20Operacionais%20Padr%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARAÚJO *et al.* Análise dos resultados dos testes rápidos realizados em uma cidade do sul do Brasil. **UNESC**. Criciúma - SC, v. 1, n. 1, p. 1-80, fev./2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6284>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ARAÚJO, WJ *et al.* Percepção de enfermeiros executores de teste rápido em Unidades Básicas de Saúde. **REBEN**, Recife - PE, v. 71, n. 1, p.676-681, nov. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s1/pt_0034-7167-reben-71-s1-0631.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

BARBOSA, CM *et al.* Uma importância dos procedimentos operacionais padrão (POPs) para os centros de pesquisa clínica. **Rev Assoc Med Bras**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 134-135, jan./2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v57n2/v57n2a07.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BARBOSA, KF *et al.* Fatores associados ao uso não preservativo e prevalência de HIV, hepatites virais B e C e sífilis: estudo transversal em comunidades rurais de Ouro Preto, Minas Gerais, entre 2014 e 2016 *. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília - DF, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2018/2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ress/v28n2/2237-9622-ress-28-02-e2018408.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

BARBOSA, ML *et al.* Ações de enfermagem para pessoas privadas de liberdade: uma revisão de escopo. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 23, n.3, p. 1-9, mai./2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ean/v23n3/pt_1414-8145-ean-23-03-e20190098.pdf. Acesso em: 16 mai. 2020.

COFEN. **Relevância do procedimento operacional padrão**. Disponível em: http://proficiencia.cofen.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=498:a-relevancia-do-uso-do-procedimento-operacional-padrao&catid=39:blog&Itemid=65. Acesso em: 13 set. 2019.

COFEN. **A atuação da Enfermagem na assistência à saúde da população carcerária**. Disponível em: http://proficiencia.cofen.gov.br/site/index.php?Option=com_content&view=article&id=181:a-atuacao-da-enfermagem-na-assistencia-a-saude-da-populacao-carceraria-&catid=39:blog&Itemid=65. Acesso em: 20 mai. 2020.

CORDEIRO, E. *et al.* Perfil epidemiológico dos detentos: patologias notificáveis. **Av Enferm**, Bogotá, v. 36, n.2, p. 170-179, jul. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v36n2/0121-4500-aven-36-02170.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

O ENFERMEIRO COMO PROTAGONISTA NA PREPARAÇÃO DA MULHER PARA O PARTO HUMANIZADO

Alyssa Ohana Soares, alyssasoares2016@gmail.com

Aires Roberta Brandalise, airesroberta@hotmail.com

Resumo

Este é um estudo qualitativo e quantitativo. Os objetivos deste trabalho é promover ações de preparação para o parto em um grupo de gestantes em duas Estratégias de Saúde da Família em um Município do Meio Oeste Catarinense. Apresentamos aqui os resultados preliminares através de dois questionários com 05 gestantes que escolheram estarem presentes em dois encontros em um grupo de gestantes. As informações foram coletadas através de dois questionários estruturados e foram analisados os fatores favoráveis para a sensibilização, participação, satisfação e a preparação das gestantes frente ao parto humanizado. A atenção humanizada começa com o contato dos profissionais de saúde e as gestantes com o propósito de acolher, ouvir e orientar cada mulher, compreendendo que cada uma é diferente e que cada uma necessitará de uma aproximação diferente do profissional, considerando suas angústias, medos e decisões. É importante que a equipe de enfermagem compreenda a importância do parto humanizado e de traçar estratégias que tragam benefícios para as parturientes. Deseja-se assim, contribuir com a valorização da assistência humanizada durante todo o pré-natal até o momento do parto natural.

Palavras-chave: Parto Humanizado. Gestante. Enfermagem.

INTRODUÇÃO

O processo do parto retrata para a mulher um dos mais importantes acontecimentos de sua vida, uma experiência marcante onde os sentimentos vivenciados são memorizados para todo o sempre.

Ao resgatar conceitos, o parto humanizado é aquele que valoriza e respeita as opiniões e principalmente os valores da mulher. Ele visa resgatar a importância da fisiologia do processo de nascimento, tornando a mulher a principal protagonista do processo parturitivo, compreendendo que o processo de nascimento é um evento natural, e promovendo o bem-estar da mãe e da criança (SILVA et al., 2018).

Ao abordar o assunto sobre a atenção humanizada, notamos o papel fundamental que os profissionais de saúde têm perante a mulher durante seu processo reprodutivo, iniciando com o acolhimento a fim de promover o respeito e a valorização de seus direitos.

Esse é o momento que essa mulher estará em contato com outras mulheres que estão vivenciando a mesma sensação, e as experiências prévias são importantes no aprendizado e nas descobertas. As práticas educativas se tornam ferramentas que contribuem para preparar a mulher em relação ao parto e possibilita que ela tome a melhor decisão para si quanto à via de parto, e se prepare para enfrentá-lo (KOTTWITZ; GOUVEIA; GONÇALVES, 2017).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), não há motivos que justifiquem o grande aumento de partos cesarianos. As cesáreas têm apresentado tendência de aumento acima do recomendado que é de 10 a 15%, principalmente em países em desenvolvimento, causando elevação nos custos dos serviços de saúde e nos riscos de morbimortalidade materna e perinatal (OLIVEIRA; MELO; NOVAES et al, 2016).

Segundo dados do DATASUS, em 2017, no Brasil, houve 2.923,535 milhões de nascimentos, sendo apenas 44,26 % de partos vaginais. Os indicadores no Brasil refletem também os do município de Lebon Régis, onde em 2017, houve 146 nascimentos (município de residência da mãe). Destes, 58 foram partos normais e 88 foram partos cesarianos, totalizando 60,2 % dos nascimentos por via de cesariana.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido em uma cidade do meio oeste de Santa Catarina, com gestantes que são acompanhadas em duas Estratégias de Saúde da Família, atendidas na Unidade Básica de Saúde de referência.

O presente estudo é de caráter qualitativo e quantitativo, de abordagem descritiva exploratória. Ao abordar os aspectos que diferenciam a pesquisa qualitativa da quantitativa Augusto et al. (2013) apontam que o pesquisador qualitativo consegue atingir seu objetivo com mais facilidade, pois se aproxima do sujeito componente da entrevista e da observação realizada diretamente. Já os pesquisadores quantitativos acreditam que esses métodos utilizados durante a pesquisa não são confiáveis, realizando questionários práticos que contribuam na captura dos dados com mais facilidade.

O instrumento utilizado para a pesquisa foi um questionário, sendo aplicados em dois momentos: no início da pesquisa e no final da pesquisa. O questionário é

composto por questões descritivas e objetivas. As questões objetivas têm como propósito verificar fatores favoráveis para a sensibilização da gestante para o parto, identificando faixa etária, escolaridade, estado civil, quantidade de gestações e partos. As questões discursivas tiveram como objetivo obter informações relacionadas à satisfação das gestantes e suas percepções em relação ao parto, com relatos significativos de cada uma.

Participaram da pesquisa cinco gestantes residentes na área de abrangência de duas Estratégias de Saúde da Família, em um município do meio oeste catarinense. As atividades da pesquisa foram desenvolvidas nas dependências da Unidade Básica de Saúde que acopla as duas equipes.

Os critérios de inclusão abrangeram gestantes com idade de 18 anos ou menores de idade, acompanhadas por responsáveis. As gestantes e responsáveis que concordaram em fazer parte deste estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após explanação sobre o estudo e seu propósito.

A coleta de dados foi realizada durante o mês de novembro e dezembro de 2019, após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, com parecer nº 3.675.132.

A abordagem inicial foi identificar as gestantes pertencentes às Estratégias de Saúde da Família e convidá-las para participar da pesquisa. O convite foi realizado através de mensagens e ligações. O primeiro encontro aconteceu nas dependências da Unidade Básica de Saúde que atende estas Estratégias. Primeiramente, foram oficialmente acolhidas e foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que aceitaram participar da pesquisa e receberam uma cópia do termo. Então, a primeira etapa do questionário foi aplicada. Posteriormente, a dinâmica desenvolvida foi a Roda de Conversa onde foram abordadas as experiências prévias das participantes em relação às vivências com suas gestações e partos, a fisiologia referente ao parto e a importância da preparação de cada uma para este momento único e que deve ser humanizado. Conheceram e experimentaram as técnicas utilizadas no parto humanizado, como por exemplo, as que promovem alívio da dor como as massagens, técnicas de respiração e de relaxamento, e as várias formas de liberdade de movimento como os exercícios na bola suíça, a deambulação e agachamento. No segundo encontro as gestantes realizaram uma visita na maternidade de referência, localizada em um Hospital no município de Caçador.

Após a visita, ao retornarem para a Unidade Básica de Saúde, aplicou-se a segunda etapa do questionário, finalizando assim as atividades. Todas as participantes receberam lembrancinhas de sapatinhos de tricô para seus bebês.

Com objetivo de assegurar o anonimato das participantes, considerando o que preconiza a Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, os princípios éticos foram respeitados durante toda a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O parto é um momento especial, onde a mulher deve ser a protagonista. Ela e o bebê devem ser acolhidos de uma forma humanizada, respeitando as escolhas e preservando a saúde da mãe e de seu bebê. Sendo assim, podemos contribuir com uma menor incidência de violência obstétrica, e valorizando este momento que é ímpar, que é a vida.

A pesquisa buscou identificar fatores favoráveis para a sensibilização das gestantes para o parto humanizado e os resultados apresentados destacam que a faixa etária prevalente entre as gestantes foram entre 15 a 30 anos. Quando questionadas sobre a via de parto realizada em cada gestação, 75% das participantes (secundigestas e mais) tiveram partos normais, e 25% apresentou um aborto espontâneo. Em relação às intervenções realizadas nos partos, 25% relatou ter sido realizado a episiotomia, 25% o uso da ocitocina, 25% foi realizado a amniotomia, 13% jejum prolongado e 12% manobra de Kristeller, sendo que 100% relataram não terem sido comunicadas sobre as intervenções, ou informadas depois do procedimento. Ao abordar os assuntos sobre os exercícios realizados durante o parto normal e que contribuíram no conhecimento e formação de cada participante 34% optaram pela massagem, 33% banho de chuveiro, 20% deambulação, 13% pela bola suíça. As participantes relataram o parto idealizado como “parto vaginal, porque a recuperação é imediata”.

CONCLUSÃO

Orientar e preparar a gestante para o parto humanizado é um processo importante e que o profissional deve exercer com excelência e qualidade desde o

início do pré-natal até o momento do parto, de forma a trazer muitos benefícios para mãe e bebê e diminuir riscos desnecessários.

Propõe-se que a gestante seja acolhida, preparada e orientada para o parto humanizado durante os grupos de gestante e rodas de conversa. Uma preparação adequada evidenciando os benefícios do parto natural lhe trará maior autonomia e realizar suas escolhas corretamente.

Diante da realização e exposição deste projeto para a administração de um Município do Meio Oeste Catarinense, fica a opção de implantação do mesmo com o objetivo de promover ações com excelência voltadas às gestantes munícipes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Andressa Ferreira, et al. ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO OBSTETRA NA ASSISTÊNCIA AO PARTO: SABERES E PRÁTICAS HUMANIZADAS. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research - BJSCR** V 23, n.3, p.87-93, 2018. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20180805_111247.pdf. Acesso em: 28 Agost. 2019.

KOTTWITZ, Fernanda; GOUVEIA, Helga Geremias; GONÇALVES, Annelise de Carvalho. Via de parto preferida por puérperas e suas motivações. **Escola Anna Nery** **22(1)**, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v22n1/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2017-0013.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.

OLIVEIRA, Rosana Rosseto de, et al. Fatores associados ao parto cesárea nos sistemas público e privado de atenção à saúde. **Revista escola de Enfermagem**, p.734-741, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n5/pt_0080-6234-reeusp-50-05-0734.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

AUGUSTO, Cleiclele Albuquerque; et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **RESR**, v 51, n.4, p.745-764. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a07v51n4.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

LEITURA INTERDISCIPLINAR:

Impermeabilização em Construções de Alvenaria Convencional com Estrutura em Concreto Armado

Rodrigo Donati, donati.rodrigo@hotmail.com

Resumo

A impermeabilização deve ser tratada como um dos processos mais importantes durante a execução da obra, pois a exposição dos elementos construtivos à umidade e contato com a água fazem com que os mesmos acabem se degradando ocasionando o surgimento das patologias. O clima na região de Caçador facilita o surgimento desses problemas. O presente estudo tem objetivo de elaborar uma cartilha que auxiliará o profissional responsável pela obra na escolha do impermeabilizante ideal para cada caso. Assim será feito confrontando cada patologia ao produto que evitaria o surgimento da mesma. Esse processo irá reduzir custos relacionados a manutenções corretivas, já que estudos comprovam que além de aumentarmos a vida útil das edificações a impermeabilização quando executada na fase construtiva da obra tem custos muito inferiores do que quando utilizadas de forma corretiva.

Palavras-chaves: Impermeabilização. Patologias. Manual.

INTRODUÇÃO

Estudos apontam a evolução tecnológica dos materiais de construção juntamente com as técnicas de execução como fatores que mais contribuíram para o declínio da qualidade e o crescimento do surgimento das patologias na construção civil, pois assim as edificações se tornaram mais leves com estruturas esbeltas e cada vez mais solicitadas (SILVA E JANOV, 2016).

No Brasil o sistema construtivo mais utilizado ainda é o convencional. Esse método é caracterizado por ser um processo com altos custos, alto índice de desperdício, baixa qualificação dos trabalhadores e principalmente baixa qualidade e incidências de manifestações patológicas (ABDI, 2015).

O termo patologia, tem origem grega páthos = doença, e logos = estudo. Portanto entenda-se com estudo das doenças. Na área da construção civil a patologia estuda as causas e efeitos dos problemas encontrados nas edificações visando elaborar seu diagnóstico e correção.

Face ao problema, questiona-se: Seria possível elaborar um manual de impermeabilização voltado à construção em alvenaria convencional com estrutura em concreto armado?

Esse problema tem por justificativa o elevado surgimento de patologias nas edificações na região de Caçador-SC, devido ao fato de ser uma região onde o verão é quente e úmido com o máximo de precipitações em janeiro e o inverno frio sendo menos úmido que o verão mas alternado períodos chuvosos e secos. Busca-se com esse trabalho mapear todas as etapas da construção indicando o produto e aplicação do mesmo.

O Objetivo geral deste trabalho é a elaboração de um manual de impermeabilização de construções de alvenaria convencional com estrutura em concreto armado que auxilie o profissional da obra, sendo ele o engenheiro civil responsável pela execução da mesma, na escolha do produto e sua aplicação. Isso fará com que esta obra seja executada com qualidade e se torne mais durável, minimizando as patologias que poderão vir a surgir, sendo que esta obra ao longo de sua existência receba manutenções preventivas e não corretivas.

O método a ser utilizado será o referencial teórico, a fim de obter embasamento suficiente para a elaboração do manual de impermeabilização utilizando os sistemas rígido e flexível nas construções em alvenaria convencional com estrutura em concreto armado.

DESENVOLVIMENTO

Para a concepção de uma construção durável devemos adotar conjuntos de decisões e procedimentos que assegurem um desempenho satisfatório ao longo de sua vida útil. A caracterização da durabilidade de uma estrutura está diretamente ligada à exposição de agentes ambientais como: temperatura, chuva, umidade, vento, salinidade ou agentes químicos e biológicos sendo a água o elemento principal de todo o processo (SOUZA E RIPPER, 2009).

Denominamos impermeabilização como a proteção que a construção recebe contra a infiltração de água em forma líquida ou vapor. Esta quando feita com produtos e serviços adequados atinge um custo médio de 2% do valor total da obra. Por outro lado se efetuada de forma corretiva após o surgimento de patologias, provocadas por infiltrações após a obra concluída, essa porcentagem pode ultrapassar os 10% do valor da obra (IBI, 2017).

A NBR 9575/2010 é a norma que estabelece as recomendações e exigências na seleção do projeto de impermeabilização, atribuindo os requisitos mínimos de proteção, garantindo a estanqueidade dos elementos construtivos. Estanqueidade é a propriedade de um elemento ou conjunto de componentes de impedir a penetração ou passagem do fluido através si podendo ser obtida de várias maneiras, como através de drenagem do solo, construção sobre pilotis, utilização de concreto impermeável e sistemas de impermeabilização de acordo com a NBR 9575 (BRUSCH, 2018).

A negligência ou falta de uma boa impermeabilização pode gerar danos estruturais que podem chegar a colocar em risco a durabilidade e a segurança das pessoas (IBI, 2018).

O processo de manutenção tem enorme importância para que se possa aprimorar sua eficácia com a finalidade de impedir o surgimento de patologias. É necessário que o usuário final tenha a consciência da utilidade e manutenção dos mesmos afim de inibir danos à impermeabilização (SANTOS, 2016).

Diante destes fatores o manual de impermeabilização será desenvolvido a partir das informações que foram obtidas na pesquisa sobre os principais produtos e as áreas de aplicação. De acordo com cada ambiente da edificação onde à exposição a umidade ou contato com a água será indicado um produto impermeabilizante que terá função protetiva evitando o surgimento de patologias ou tratando a mesma em casos de manutenção corretiva. No manual também constará além do produto indicado o modo de aplicação do mesmo, já que a aplicação incorreta pode comprometer diretamente o desempenho do produto, fazendo com que a sua eficiência seja comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados obtidos com a pesquisa notou-se que a impermeabilização quando executada com o produto ideal e da maneira indicada pelo fabricante reduz de modo significativo qualquer surgimento de patologias na edificação, o que faz parte dos objetivos propostos neste estudo, porém não faz indispensável a elaboração de um projeto de impermeabilização.

O manual da impermeabilização de construção em alvenaria convencional com estrutura em concreto armado aqui apresentado, teve a intenção de ampliar o

conhecimento relacionado a impermeabilizantes e aplicação dos mesmos, sempre com objetivo de melhorar o aspecto de qualidade da construção.

Entretanto, percebe-se que o sucesso desse processo depende de um trabalho em conjunto de engenharia e mão de obra qualificada implicando em resultados muito mais abrangentes do que a questão econômica.

Enfim, devemos salientar que o processo de manutenção periódica faz com que se aumente a eficácia da construção impedindo o surgimento de patologias; é importante que o usuário final tenha a consciência disso.

REFERENCIAS

AGENCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Manual da construção industrializada – Conceitos e etapas Volume 1: Estrutura e vedação.** Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.abramat.org.br/datafiles/publicacoes/manual-construcao.pdf>> Acesso em: 26 ago.2019.

SILVA, Adriano de Paula e; JANOV, Cristiane Machado Parisi. **Falhas e patologias dos materiais de construção.** 2016. Monografia (Mestrado em Construção Civil) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/engenharia/principais-manifestacoes-patologicas-encontradas-em-uma-edificacao.htm#capitulo_2> Acesso em: 26 ago.2019.

SOUZA, Vicente Custódio Moreira de; RIPPER, Thomaz. **Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto.** São Paulo: Pini, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE IMPERMEABILIZAÇÃO. O que é Impermeabilização. **Instituto Brasileiro de Impermeabilização,** 2017. Disponível em: <https://ibibrasil.org.br/2017/10/17/o-que-e-impermeabilizacao/>. Acesso em 19/05/20.

BRUSCHI, André Luiz Zarth. **Diretrizes para elaboração de um projeto de impermeabilização aplicado em residência unifamiliar.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE IMPERMEABILIZAÇÃO. O que é Impermeabilização. **Instituto Brasileiro de Impermeabilização,** 2018. Disponível em: <https://ibibrasil.org.br/>. Acesso em 22/05/20.

SANTOS, Diego Hálamo dos. **Sistema de impermeabilização:** estudo do procedimento de execução em uma obra no município de Juazeiro do Norte. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnólogo da Construção Civil) – Universidade Regional do Cariri, Juazeiro do Norte, 2016.

LEITURA INTERDISCIPLINAR:

Gerenciamento de Resíduos Gerados na Construção Civil em uma Empresa de Caçador SC

Mariane Prandini, mariane1823@hotmail.com

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo realizar um estudo referente ao gerenciamento de resíduos gerados na construção civil. Atualmente um dos grandes problemas da construção civil é a quantidade de materiais desperdiçados em obras e sem o destino correto dos mesmos, provocando assim muitos problemas ambientais. O desperdício mais fácil de se observar é o que resulta na produção de resíduos de construção e demolição (RCD) onde é chamado de entulho. Desperdiçar entulho significa deixar de aproveitar os resíduos na reciclagem. Se não são reutilizados, precisam ser descartados, o que provoca aumento de lixo e o risco de ter destino inadequado. Realizando um gerenciamento, será possível colocar em prática a utilização dos 3R'S – reduzir, reutilizar e reciclar. Para que se possa realizar este trabalho será preciso fazer acompanhamentos dos resíduos gerados na construção civil em uma empresa de Caçador SC, todos os resíduos gerados devem ter seu destino correto. Por mais que a empresa não possua seu destino próprio de todos os resíduos gerados, ela deverá contratar uma terceirizada para efetuar a destinação correta.

Palavras-chaves: Resíduos da Construção Civil. Gerenciamento. Reciclagem.

INTRODUÇÃO

A construção civil desenvolve um papel fundamental dentro da indústria, este setor caracteriza uma das mais importantes atividades não só economicamente como também socialmente. A mesma, identifica-se como grande causadora de impactos ambientais, devido ao consumo de recursos naturais, devido a sua modificação da paisagem e devido a geração de resíduos. O setor de construção civil movimenta espontaneamente a economia nacional do País, por se tratar de um ramo que vem crescendo rapidamente existe uma preocupação vinda da parte dos engenheiros, essa preocupação refere-se à aplicação de um bom plano de gerenciamento de resíduos (PINTO, 2005).

Face o problema, questiona-se: Qual a importância para a empresa em obter um plano de gerenciamento de resíduos gerados na construção civil?

Neste sentido, o presente trabalho busca apresentar métodos para a empresa que visam melhorar o gerenciamento dos resíduos gerados, bem como sua destinação correta, pois através de um plano de gerenciamento bem elaborado a empresa consegue realizar procedimentos para minimizar a geração de resíduos. Em qualquer situação quando se trata de construção é muito importante a conscientização sobre a destinação correta de cada resíduo.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral identificar os procedimentos adotados no processo de gerenciamento dos resíduos provenientes da construção civil em uma empresa de Caçador SC.

Para tanto a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre os resíduos da construção civil bem como o estudo das normas, legislações e o processo do gerenciamento dos resíduos gerados na empresa.

DESENVOLVIMENTO

A construção civil vem crescendo cada vez mais, conseqüentemente haverá maior geração de resíduos. Para que haja um destino correto dos resíduos gerados, deve-se utilizar um plano de gerenciamento.

O plano de gerenciamento de resíduos da construção civil tem como objetivo seguir as normas e diretrizes nacionais vigentes, e realizar o manejo ambientalmente adequado dos resíduos da construção civil atendendo os princípios de reduzir, reutilizar e reciclar.

A maioria das atividades desenvolvidas no setor da construção civil é geradora de resíduos. De acordo com Pinto (1999), o resíduo gerado pela construção civil corresponde, em média, a 50% do material que entra na obra. Nas obras de reforma, a falta de cultura na reutilização e reciclagem do material e o desconhecimento do resíduo reciclado como material de construção pelo meio técnico do setor são as principais causas da geração de resíduos. O resíduo de construção civil ou resíduo de construção e demolição são os restos de materiais que são descartados em uma obra que a princípio não tem nenhuma utilização, o que chamamos de entulho.

A disposição inadequada dos resíduos sempre foi um dos grandes fatores de degradação de espaço urbano, causando poluição visual e danos ao meio ambiente e a saúde pública. Diante dessa problemática o Governo Federal no ano de 2002 confirmou a Resolução CONAMA 307, onde disciplinou a gestão dos resíduos da construção civil, assim estabelecendo diretrizes, critérios e ações para minimizar os

impactos ambientais, atribuindo responsabilidades para cada um dos envolvidos nas diversas etapas da cadeia de produção, transporte e destino destes entulhos. É importante ressaltar que as legislações municipais específicas ao tema devem ser analisadas através do gerenciamento dos RCC, cabendo ao poder público municipal o disciplinamento da gestão dos resíduos (CANESCHI et al, 2018).

A construção civil, nos moldes como é hoje conduzida, apresenta-se como grande geradora de resíduos. No Brasil a maior parte dos processos construtivos são realizados manualmente, onde sua execução está direcionada no canteiro de obras. Sendo assim os resíduos de construção civil ou os resíduos da construção e demolição estão ligados diretamente ao meio ambiente, ocasionando problemas logísticos (NAGALLI, 2014).

Quando trata de um plano de gerenciamento, refere-se a um planejamento. A preocupação do plano de gerenciamento dos resíduos da construção civil, visa o manejo e a destinação ambientalmente correta dos resíduos, colocando em prática o conceito dos 3Rs. É fundamental o aperfeiçoamento dos projetos, sendo mais rigoroso com o levantamento orçamentário e com a questão das compras (LIMA, 2012).

Através da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307, DE 5 DE JULHO DE 2002: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, conforme § 2º O Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil de atividades e empreendimento sujeitos ao licenciamento ambiental, deverá ser analisado dentro do processo de licenciamento, junto ao órgão ambiental competente. O Art. 9º os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil deverão contemplar as seguintes etapas:

Primeira etapa segundo CONAMA (2002), refere-se à caracterização onde o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos.

Ainda segundo Lima (2012) a etapa da caracterização está ligada a identificar e quantificar os resíduos gerados da construção civil ou resíduos gerados da construção e demolição.

Etapa muito importante para identificar a utilização dos 3R'S, onde é necessário iniciar pela redução, reutilização e reciclagem dos resíduos gerados. Cada resíduo chegará na destinação correta sem afetar o meio ambiente (LIMA, 2012).

Segunda etapa segundo o CONAMA (2002), refere-se a triagem onde deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de

destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas no art. 3º da Resolução CONAMA Nº 307, DE 5 DE JULHO DE 2002.

Segundo Cabral et al (2011), a etapa da triagem está relacionada na separação dos resíduos gerados na construção civil, através desta etapa identifica-se o tipo de resíduo e posteriormente qual tipo de tratamento irá receber.

Terceira etapa segundo o CONAMA (2002), refere-se ao acondicionamento onde o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem.

Segundo Lima (2012), a etapa do acondicionamento significa o correto armazenamento dos resíduos gerados na obra, pois neste momento os mesmos serão separados em recipientes com a destinação própria para cada material.

Quarta etapa segundo CONAMA (2002), refere-se ao transporte onde deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos.

De acordo com Lima (2012), informa que o transporte externo é realizado por empresas devidamente cadastradas no órgão de fiscalização. Este cadastro é feito através de uma ficha contendo os dados pessoais do gerador e transportador, bem como o tipo, quantidade e destinação dos resíduos.

Quinta etapa segundo CONAMA (2002), refere-se à destinação onde deverá ser prevista de acordo com o estabelecido nesta Resolução CONAMA Nº 307, DE 5 DE JULHO DE 2002.

Ainda segundo CONAMA (2002), os resíduos da construção civil estão classificados por classes, sendo: classe A – resíduos que são reutilizáveis ou recicláveis como agregados. Estes resíduos estão enquadrados na etapa da destinação final, já os resíduos das classes B, C e D a resolução não especificam formas de reciclagem ou reutilização para cada tipo de resíduo, apenas indica que devem ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tanto, abordou aspectos relacionados ao gerenciamento de resíduos gerados na construção civil, visto ser um assunto onde falta conscientização da população.

A quantidade de resíduos gerados de uma maneira geral vem aumentando cada vez mais onde a maior preocupação está na sua destinação adequada, o que vem a causar uma série de transtornos para o meio ambiente e para a sociedade em geral. Em busca de alternativas para a destinação correta dos resíduos gerados pela construção civil, deve-se ter em mente que através de um plano de gerenciamento bem elaborado haverá a minimização desses resíduos.

Uma empresa que apresenta uma boa gestão tem maior potencial competitivo, além de alinhar a lucratividade e a proteção no mesmo sentido, pois a gestão inadequada dos resíduos de uma empresa acaba acarretando danos ao meio ambiente, deixa de lucrar e traz impactos para seus colaboradores.

Através do estudo realizado pode-se dizer que a geração dos resíduos, seja eles urbanos ou industriais estão diretamente ligados ao ser humano. Para que seja evitado danos ao meio ambiente deve existir a conscientização da população em geral, buscando nas normas o correto destino de todos os resíduos gerados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CONAMA n 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critério e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>>. Acesso em: 02 set. 2019.

CANESCHI, Cláudio et al. **Plano estadual de resíduos sólidos de Santa Catarina: contrato administrativo n. 012/2016/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Diretoria de Saneamento e Meio Ambiente**. Florianópolis: SDS, 2018. 385p.

LIMA, Rosimeire Suzuki, LIMA, Ruy Reynaldo Rosa. **Guia para Elaboração de Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil**. CREA – PR. Paraná. 2012.

NAGALLI, André. **Gerenciamento de resíduos na construção civil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014. 176p.

PINTO, Tarcísio de Paula. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**, 1999. 218 f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PINTO, Tarcísio de Paula. **Gestão ambiental de resíduos da construção civil: a experiência do Sinduscon-SP**, São Paulo: Obra Limpa: I&T: Sinduscon-SP, 2005.

FENÔMENOS ENCONTRADOS EM UMA UNIDADE CONSUMIDORA DE BAIXA TENSÃO EM REGIME PERMANENTE IDENTIFICANDO CAUSAS E SOLUÇÕES.

Juan Felipe Pit Gatti

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Caçador, Brasil

RESUMO

O sistema de distribuição das concessionárias de energia elétrica devem estar preparados para suportar a demanda dos clientes, buscando uma constante melhoria e atualização do circuito com o objetivo de atender a todos com uma energia de qualidade, confiável e segura. Porém são muitos os fatores que podem interferir no bom funcionamento dos equipamentos ligados no sistema de baixa tensão, gerando desconforto e prejuízos aos consumidores. O órgão responsável por fiscalizar a qualidade da energia elétrica entregue aos consumidores no Brasil e as distribuidoras de energia elétrica é a ANEEL, a qual possui em seu módulo oito possui uma lista dos principais fenômenos referentes à qualidade de energia elétrica encontrados no sistema de distribuição da baixa tensão, contendo os procedimentos e parâmetros estipulados para as concessionárias. Para a realização desse trabalho pretendesse utilizar uma unidade consumidora como referência demonstrando as causas, consequências e os procedimentos utilizados para a solução dos distúrbios que interferem no circuito de baixa tensão, onde serão instalados analisadores de energia no transformador e no ponto de entrega do consumidor, antes e após a conclusão do projeto para comprovar a eficácia e os resultados da análise do circuito e dos cálculos realizados.

1 INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico e o desenvolvimento acelerado das cidades fazem com que os setores industriais, comerciais e residenciais demandem cada vez mais de uma energia limpa, segura e confiável. Com esse cenário as concessionárias de energia elétrica buscam aprimorar seus equipamentos, linhas de transmissão, distribuição até chegar ao consumidor final, com o objetivo de atender a todos com energia de qualidade e segura.

Entregar uma energia de qualidade e segura ao consumidor é um dever das concessionárias de energia elétrica, as quais são auditadas pelo órgão regulador brasileiro chamado ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que através do módulo oito do PRODISIT (Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional) caracteriza os fenômenos, definem parâmetros, procedimentos e atividades técnicas referentes à qualidade de energia elétrica e o desempenho dos sistemas de distribuição de energia. Fundamentado nesses itens, será realizado um estudo aprofundado sobre os fenômenos que interferem na qualidade de energia elétrica do sistema de distribuição de baixa tensão.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo do presente trabalho é apresentar as causas e consequências dos distúrbios encontrados em especial na variação dos níveis de tensão utilizando uma unidade consumidora como referência.

2 DESENVOLVIMENTO

Normalmente os problemas referentes à QEE são identificados pelos consumidores quando algum equipamento deixa de funcionar ou opera incorretamente, como por exemplo: uma luminária apresenta cintilações luminosas, motores apresentam vibrações e aquecimento, proteções atuam indevidamente, sobretensões e subtensões são encontradas. Constata-se com isso, que a qualidade de energia entregue ao consumidor está afetada e que todos os problemas elencados são decorrentes de fenômenos eletromagnéticos presentes no sistema elétrico, que interferem nos parâmetros de tensão, corrente e frequência (DECKMANN; POMILIO, 2016).

Saber identificar quais fenômenos estão interferindo na qualidade de energia do sistema elétrico auxilia nas ações que deverão ser tomadas para solucionar determinado problema. O módulo oito do Prodist estabelece uma lista de fenômenos referentes à qualidade de energia elétrica em regime permanente e transitório, sendo os principais: tensão em regime permanente, fator de potência, desequilíbrio de tensão, flutuação de tensão, distorções harmônicas e transitórios (ROCHA, 2016; ANEEL 2018).

Um dos principais fenômenos referente a qualidade de energia é a tensão em regime permanente, a qual é classificada em: adequada, precária e crítica, conforme Tabela 1 obrigando as concessionárias de energia elétrica a entregarem e manterem os níveis de tensão dentro dos padrões estipulados no ponto de medição.

Tabela 1- Faixa de classificação de tensões em regime permanente. Pontos de conexão em tensão nominal igual ou inferior a 1kV (220/110).

Tensão de Atendimento (TA)	Faixa de Variação da Tensão de Leitura (Volts)
Adequada	$(202 \leq TL \leq 231) / (101 \leq TL \leq 116)$
Precária	$(191 \leq TL < 202 \text{ ou } 231 < TL \leq 233)$ $(96 \leq TL < 101 \text{ ou } 116 < TL \leq 117)$
Crítica	$(TL < 191 \text{ ou } TL > 233) / (TL < 96 \text{ ou } TL > 117)$

Fonte: ANEEL (2018).

As variações que ocorrem na tensão nominal em períodos maiores que um minuto são definidas como: sobretensão e subtensão. Sobretensão é quando ultrapassa 10% do valor nominal elevando a tensão, e subtensão corresponde a valores inferiores a 90% da tensão nominal provocando o afundamento de tensão (MARTINHO, 2013).

Subtensões e sobretensões são ocasionadas em um circuito elétrico, através de uma instalação mal dimensionada, taps de transformadores desregulados, reguladores de tensão desajustados, flutuação de grandes cargas ou sobrecarga no circuito elétrico. Como resultado são apresentadas falhas em equipamentos elétricos como em motores de indução que apresentam aquecimento e menor eficiência, queima de componentes eletrônicos, entre outros (ALDABÓ, 2002).

Fator de potência outro fenômeno importante para a qualidade de energia elétrica, é definido como a relação entre a potência ativa capaz de executar um determinado trabalho e a potência aparente fornecida pela concessionária de energia elétrica. Podendo variar de zero a um, definido também como o cosseno do ângulo formado entre potência ativa e aparente (DUGAN et al., 2002).

A resolução da ANEEL estabelece entre as concessionárias de energia elétrica um fator de potência no ponto de conexão da unidade consumidora entre 0,92 e 1,00 indutivo ou capacitivo. Um baixo fator de potência tem como consequência além das multas, aquecimento nos condutores (perdas joule), perda de energia ativa, necessidade de aumento da potência de transformadores, aumento da seção dos condutores, entre outros (MARTINHO, 2013).

Os grandes causadores de um baixo fator de potência são motores de indução e transformadores operando a vazio ou superdimensionado, pois geram um fluxo magnético nos condutores e perdas de trabalho. Como solução para corrigir o fator de potência de cargas indutivas são utilizados bancos de capacitores, capazes de gerar um fluxo de energia elétrica reativa capacitiva, diminuindo os valores das perdas técnicas e da queda de tensão do sistema elétrico de distribuição (ROCHA, 2016; ELETROBRÁS, 2009).

Já o desequilíbrio de tensão é um distúrbio que ocorre nos sistemas trifásicos variando os módulos de tensão, definido como a variação máxima que é permitida com relação à tensão nominal, podendo ter a defasagem elétrica entre fases diferentes de 120° em um mesmo circuito (MARTINHO, 2013).

Segundo a Eletrobrás (2009), a origem do desequilíbrio de tensão pode estar no sistema elétrico de distribuição de baixa tensão da concessionária ou na instalação interna do consumidor quando alimentado de forma trifásica, pois possuem cargas monofásicas distribuídas inadequadamente em seu circuito elétrico, causando desbalanceamento entre as tensões através do desequilíbrio de corrente entre as fases afetando nos níveis de tensão.

O desequilíbrio de tensão interfere na qualidade de energia elétrica, prejudicando principalmente os consumidores de baixa tensão interferindo no funcionamento e vida útil dos equipamentos elétricos. Entre os equipamentos elétricos que apresentam mais problemas estão os motores de indução, pois o desequilíbrio altera a amplitude e o módulo entre as tensões causando correntes de sequência negativas e aquecimento (ROCHA, 2016; OLIVEIRA, 2000).

A flutuação de tensão é um fenômeno que altera o valor da tensão eficaz, identificado pelas oscilações aleatórias, repetitiva ou esporádica podendo ser frequentes ou aleatórias (ANEEL, 2018).

As variações alteram a amplitude da tensão fundamental compreendida entre 0,95 e 1,05 por unidade (pu), resultando no fenômeno chamado *flicker* que produz o efeito de cintilação luminosa, o qual pode ser percebido visualmente através da variação do fluxo luminoso, onde a oscilação modifica o módulo da tensão variando entre 0 e 30Hz. A flutuação de tensão é um fenômeno eletromagnético e a cintilação luminosa é o resultado indesejável gerado por meio da intensidade da corrente elétrica de algumas cargas (DECKMANN; POMILIO, 2016; DUGAN et al., 2002).

A flutuação de tensão ocorre através do aumento da corrente com o acionamento de grandes cargas introduzidas no circuito, ocasionando a variação da tensão nominal no sistema de distribuição. Fechamento de religadores e chaves facas com alimentadores carregados, acionamento com partida direta de motores de alta potência, fornos a arco, cargas variáveis e oscilação de potência são exemplos de correntes que provocam a flutuação da tensão (DECKMANN; POMILIO, 2016).

As distorções harmônicas são fenômenos associados a alterações nas formas de onda das tensões e correntes alternadas, causada por harmônicos que são componentes senoidais com frequências iguais a múltiplos inteiros em relação à onda senoidal da frequência fundamental (ANEEL, 2018).

A origem das distorções harmônicas é encontrada em cargas não lineares conectadas a rede. Uma carga não linear é compreendida quando a corrente que ela absorve não tem a mesma forma da tensão que a alimenta, presentes na eletrônica de potência através de equipamentos como: inversores, computadores, microondas, máquinas de solda, e nos equipamentos que possuem fontes chaveadas (MARTINHO, 2013).

Os principais efeitos das distorções harmônicas nas instalações onde ocorre à deformação na forma de onda senoidal são: aquecimentos excessivos, operação indevida de disjuntores e relés, ressonância, vibrações, queda de tensão, redução do fator de potência da instalação, tensão elevada entre neutro e terra, danificação de bancos de capacitores, entre outros. Sendo possível causar problemas no funcionamento e vida útil de motores, computadores, transformadores, cabos e danos na instalação (ELETROBRÁS, 2009).

Para reduzir os problemas causados por harmônicos presentes no sistema elétrico são utilizados: filtros passivos, filtros ativos, compensadores eletromagnéticos, moduladores de corrente contínua, separação de circuitos, transformadores de separação, redimensionamento do circuito elétrico, entre outros (MARTINHO, 2013).

Os transitórios também conhecidos como *surge* são variações ou respostas elétricas resultantes de alterações inesperadas e de natureza momentânea que ocorrem no sistema operacional de energia elétrica. Normalmente a duração de um transitório é muito curta, porém com uma magnitude alta devido aos equipamentos estarem conectados no sistema elétrico de potência, e submetidos a grandes variações de tensão e corrente (DUGAN et al., 2002; MARTINHO, 2013).

O fenômeno chamado transitórios são classificados em duas categorias: transitórios impulsivos, causados por descargas atmosféricas e os oscilatórios ocasionados pelo chaveamento de cargas.

Um transitório impulsivo ocorre através de descargas atmosféricas, que alteram de forma repentina e permanente as características do circuito elétrico, identificado na forma de onda. As descargas atmosféricas possuem frequências totalmente diferentes do circuito elétrico, apresentando impulsos unidirecionais em polaridades positivas ou negativas (OLIVEIRA, 2000).

Transitórios oscilatórios da mesma maneira que o transitório impulsivo, o oscilatório altera os padrões de tensão e corrente com curta duração, possuindo polaridades positivas e negativas. Esses transitórios ocorrem através da energização de linhas, corte de cargas indutivas, energização de bancos de capacitores, transformadores, entre outros (MARTINHO, 2013).

Normalmente os transitórios oscilatórios acontecem pela energização de bancos de capacitores, que resulta em oscilações de tensão com frequências entre 300 à 900Hz, onde o pico da tensão pode alcançar duas vezes a amplitude da tensão nominal 2,0 pu e costuma durar entre 0,5 e 3 ciclos conforme o sistema de amortecimento do circuito (DUGAN et al., 2002).

Todos os fenômenos possuem indicadores individuais e coletivos avaliados em períodos mensais, trimestrais e anuais. Havendo violação dos limites as concessionárias tem um período para a regularização e conformidade, devendo compensar os consumidores em forma de crédito na fatura de energia elétrica em até dois meses após o período de apuração das informações. Impulsionado pela cobrança da agência reguladora de energia as concessionárias vem buscando através de investimentos em tecnologia e especialização profissional, melhorias nos sistemas de distribuição de energia elétrica com o objetivo de atingir os indicadores

e melhorar a qualidade da energia elétrica entregue aos consumidores (ANEEL, 2020; BERNARDO, 2013).

3 METODOLOGIA

Com base nessa pesquisa será utilizada uma unidade consumidora como referência no estudo, a qual possui em sua instalação fenômenos que interferem na qualidade de energia elétrica, e através desse consumidor será analisado o sistema de distribuição de energia elétrica e os procedimentos adotados pela concessionária para a solução dos distúrbios.

Através da reclamação do consumidor uma avaliação do local é realizada, verificando as condições do circuito e realizando medições, iniciando nas buchas de baixa tensão do transformador verificando a posição do TAP, e no ponto de entrega do consumidor. Uma medição deverá ser feita sem corrente significativa e a outra medição deverá ser realizada após cinco minutos com os equipamentos ligados, como chuveiro e motores representando uma carga no sistema, verificando assim conexões e o neutro.

Após avaliar as condições do local e do circuito, constatando que as medições não estão dentro dos parâmetros permitidos, será instalado os analisadores de energia da marca RMS modelos: MARH-V® e MARH-28®, um analisador de energia será instalado no ramal de ligação que atende o consumidor e o outro no transformador por um período de sete dias, totalizando 1008 leituras em intervalos de 10 minutos conforme módulo oito do Prodist.

Realizado as medições durante um período de sete dias, um relatório é gerado pelos analisadores de energia, onde serão identificados alguns dos fenômenos presentes no circuito, e os percentuais das leituras de tensão em regime permanente, podendo ser elas: adequadas, precárias e/ou críticas. Uma análise técnica e detalhada com base nos cálculos será realizada, identificando as causas e consequências de cada distúrbio eletromagnético na unidade consumidora e no circuito de distribuição.

Após identificar as causas de cada fenômeno, uma proposta de melhoria será realizada no circuito de distribuição, e após a conclusão do projeto será instalado novamente os analisadores de energia por mais sete dias, realizando nova medição amostral para verificar os resultados das melhorias nos níveis de tensão no ponto de entrega do consumidor, o qual será avisado por mensagem eletrônica ou correspondência sobre a conclusão do projeto com as devidas medições no ponto de entrega.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALDABÓ, Ricardo Lopez. **Qualidade na Energia Elétrica**. São Paulo: Artliber, 2001.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Indicadores Coletivos de Continuidade (DEC e FEC)**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/indicadores-coletivos-de-continuidade/>. Acesso em: 28 abr. 2020

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST**, módulo 8. Brasília, 2018.

BERNARDO, Natália. **Evolução da Gestão da Qualidade de Serviço de Engenharia Elétrica no Brasil**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DECKMANN, Sigmar Maurer; POMILIO, José Antenor. **Avaliação da Qualidade de Energia: distúrbios que afetam a qualidade de energia elétrica**. Campinas (SP), 2016.

DUGAN, Roger C. et al. **Electrical Power Systems**. 2. ed. McGraw-Hill, 2002.

ELETROBRÁS. et al. **Energia Elétrica: conceito, qualidade e tarifação: guia básico**. Brasília: IEL/NC, 2008.

MARTINHO, Edson. **Distúrbios da Energia Elétrica**. 3. ed. São Paulo: Érica, 2013.

OLIVEIRA, J. C. **Qualidade da energia elétrica: definição e análise dos itens de qualidade**. Projeto SIDAQEE. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

ROCHA, Joaquim Eloir. **Qualidade da Energia Elétrica**. 2016. Monografia (Especialização) – Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LEITURA INTERDISCIPLINAR: CHATBOT

Delmison Gabriel Seidel, delmison15@gmail.com

Palavras-chaves: Chatbot, Inteligência Artificial, Usuários.

1INTRODUÇÃO

Com a grande competitividade entre as organizações, é imprescindível que as mesmas busquem a excelência no atendimento aos clientes, da mesma forma em que procuram reduzir seus custos. Uma das ferramentas cada vez mais essencial às grandes empresas é usar um chatbot para mudar a forma como a empresa se comunica com seus clientes e usuários. Isto permite deixar a comunicação mais igual e podendo auxiliar o máximo de usuários ao mesmo tempo, sem ter a necessidade de ter um ou mais funcionários para fazer essa função de responder mensagens online no chat ou mensagens por e-mails. É uma forma de otimizar o atendimento para os clientes e auxiliar usuários que não conhecem o sistema respondendo as mensagens que o usuário venha a necessitar. Isso tudo sem ter a necessidade de gastar muito em infraestrutura e pessoas para poder manter os chatbot funcionando corretamente.

Chatbot é um software para sites ou sistemas programado para simular uma conversa com os usuários, automatizando e ajudando a responder às dúvidas dos usuários do site ou sistema com perguntas e respostas pré-programadas. Os chatbot estão sendo usados por muitas empresas para atender seus usuários para dar informações ou instruções. Ele funciona com uma interface complexa, criada para inserir e receber dados, procurando no banco de dados por perguntas e resposta pré-definidas para entregar a resposta correta para o usuário. Entretanto, as perguntas são confusas e imprecisas algumas das vezes, fazendo que os chatbots tenham que aprender cada vez mais com seus usuários usando, para isto, a inteligência artificial. Basicamente o software salva todas as palavras e frases escrita pelo usuário e responde da melhor forma, aprendendo com o usuário e se aprimorando para responder as perguntas como maior precisão, em vez de ficar só com as respostas pré-programadas.

Problematização: Cada vez mais usuários precisam interagir com as organizações, organizações estas das mais variadas áreas, que seja para tirar uma dúvida, obter uma orientação ou fazer algum encaminhamento. Normalmente essa interação é feita através de e-mails ou mensagens pelo sistema de conversas online. O problema é que, nesta situação, necessita de muitos funcionários para responder as mensagens o mais rápido possível. O sistema funciona 24 horas, mas, quando os meios de conversa só funcionam com pessoas da empresa, por meio de interação com os usuários isso fica muito complicado para os usuários que necessitam de respostas urgentes e que só tem aquele momento para mandar a pergunta e poder ler a resposta. Muitos usuários também têm dificuldades de encontrar os recursos que desejam e precisam, o que demandaria uma documentação explicando como usar o sistema. Em suma, usuários que necessitam de uma resposta imediata ou pelo menos

um guia do que podem fazer para poder resolver o problema o mais rápido possível, podem ficar sem a informação desejada em função das restrições do atendimento presencial.

Justificativa: O presente projeto de pesquisa justifica-se pela importância do tema visto ser um conceito novo que as empresas poderiam usar para melhorar o atendimento direto com seus clientes, assim, reduzindo o tempo de espera sendo mais ágil que os métodos convencionais. Olhando pelo ponto de vista pessoal, este tema trará um conhecimento sobre o chatbot dando vantagens para o mercado de trabalho e experiência sobre chatbot.

Objetivo: O objetivo é solucionar o problema com o atendimento e auxílio a acadêmicos da faculdade com as dúvidas, e compreender o que são chatbots e sua aplicação, entender as tecnologias para o desenvolvimento de chatbots, implementar chatbots de auxílio às dúvidas de usuários, testar os chatbots implementados e analisar se o chatbots é útil para a interação com usuário.

Metodologia: Este estudo foi realizado através de alguns sites será desenvolvido e aplicado no site da faculdade, esta pesquisa tem o objetivo de solucionar os problemas de atendimento ao acadêmico da faculdade, auxiliando os mesmos e sem ter a necessidade de um funcionário ficar cuidando,

DESENVOLVIMENTO

Baseado nos trabalhos pesquisados com a contribuição de outros acadêmicos, pude ver que o chatbot é a melhor solução para resolver os problemas que as organizações não só faculdade como empresas, site de compras entre outros. Principais benefícios de usar um chatbot no site da empresa, otimização para alto volume de atendimentos a clientes, redução de custos operacionais não necessitam de muitas pessoas para fazer o mesmo serviço de responder mensagens, personalização com alta satisfação podendo deixar da melhor maneira, para seus usuários do site e para possíveis manutenção do sistema, coleta de dados valiosos e podendo armazenar os dados para ver problemas recorrentes, dando uma atenção muito maior aos problemas que os usuários do sistema tem para otimização dos recursos, oferece atendimento vinte quatro horas por dia em todos os dias do ano assim podendo aumentar a qualidade no atendimento, se o site tiver a opção de compra o bot poderá auxiliar na jornada pelo site em busca de seus produtos, o bot pode apresentar uma linguagem mais natural possível, de forma que vai se aplicando conforme o usuário vai demonstrando pela conversa com o bot ele vai se adaptando e aprendendo, assim deixando a interação entre o bot com o usuário o mais confortável possível e a vantagem que o bot está aprendendo conforme vai sendo usado. A desvantagem de se usar o chatbot seria dependendo do uso da organização pode ser muito caro manter ele ativa, com os grandes números de chamadas e a complexibilidade das respostas, como em qualquer outro sistema sempre o que tem mais recurso é o mais caro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta apresentada em utilizar o chatbot é o mais recomendado as organizações, o chatbot é um software que é de fácil implementação e utilização, é a melhor maneira para dar um melhor atendimento aos seus clientes e funcionários. Um estudo ou pesquisa futura, seria a de se aprofundar na inteligência artificial para poder deixar o chatbot e deixar o mais fluido e otimizado para ser utilizado. Todos os trabalhos que foram analisados falaram de como funciona, quem já utiliza e as funcionalidade, mais nem um dos outros trabalhos se aprofundaram na inteligência artificial e falaram como funciona quais as melhorias de se utilizar, e oque podemos melhor na inteligência artificial para melhorar o chatbot.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Isabela. **O que é chatbot? Entenda como funciona o robô que conversa com você.** 2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/03/o-que-e-chatbot-entenda-como-funciona-o-robo-que-conversa-com-voce.ghtml>. Acesso em: 02 jun. 2020

LEITURA INTERDISCIPLINAR: Extração de Informações com a Ferramenta Big Query

Leticia de Souza, leticiasouza2410@outlook.com

Resumo

Big Data surgiu com o intuito de tratar a grande quantidade de dados que são gerados todos os dias, essa ferramenta faz a coleta, processa e faz o armazenamento dos dados para análises. Geralmente as empresas adotam essa ferramenta quando entendem que precisam fazer um controle dos grandes dados gerados. Utiliza dos 5Vs que trata do volume de dados que serão analisados, velocidade que pode ser aceitável, variedade refere-se ao tipo de dado que é gerado como por exemplo imagens, sons, áudio e etc, veracidade está relacionado a internet e tudo que gera dados e o valor que trata dos benefícios alcançados através do tratamento de dados, esses Vs trabalham em conjunto para concluir estratégias.

Através dessa grande quantidade de dados surgiu o Data Science que veio para tratar das informações, mas especificamente dos processos de captura, transformação e geração de análise de dados. Tem como objetivo gerar conclusões a partir de um grande número de dados (Big Data), dados estruturados e não estruturados, de várias fontes semelhantes ou diferentes, de vários tamanhos e formatos, que podem ser semelhantes ou não. Essa ciência pega esses dados que são gerados e tratados pelo Big Data e gera informações para o futuro que auxilia as empresas a antecipar tendências, prever insights e auxilia nas tomadas de decisões.

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, refere-se a tecnologias que trabalham com dados. Utiliza os conceitos de Big Data e Data Science e utiliza a ferramenta Big Query. Big Data que trabalha com o grande volume de dados, Data Science utiliza os dados para transformar em informações e Big Query integra esses dados para análise, essas análises ajudam as empresas nas tomadas de decisões empresariais. Essas tecnologias permitem que os dados sejam tratados, manipulados, transformados e utilizados por organizações na tomada de decisão. As organizações geram um enorme volume de dados que se não fosse com o auxílio destas ferramentas não era possível usa-los. A organização que entende esta importância de trabalhar com os dados gerados se beneficia de muitas vantagens e se coloca na frente de outras empresas ou organizações que não fazem uso destas ferramentas.

O trabalho tem como objetivo mostrar a importância de tratar os dados que as organizações geram a todo instante e apontar os resultados que as organizações podem ter para tomar decisões se optarem por adotar esses conceitos e ferramentas como parte rotineira do dia dentro de uma organização.

Justificativa: O presente projeto de pesquisa justifica-se pela necessidade de apresentar os conceitos de Ciência de Dados e da ferramenta Big Query para

disseminar estes conceitos nas empresas ou organizações. Ter uma gestão eficiente dos dados é imprescindível para a sobrevivência das empresas.

Objetivo: O referido trabalho tem como objetivo auxiliar as empresas nas tomadas de decisões usando os dados que são gerados pelas mesmas. A ferramenta Big Query usa o grande volume de dados que não são controlados e transforma em soluções empresariais.

Metodologia: É importante ressaltar que o trabalho é elaborado por etapas e as mesmas consistem em atingir um objetivo, onde busca por dados que as organizações desperdiçam e os mesmos vão se beneficiar com Data Science e Big Query para coletar, analisar, detalhar, manipular, transformar e gerar informações para auxiliar nas tomadas de decisões. Primeiro é importante fazer uma revisão bibliográfica sobre Data Science e Big Data para ter um entendimento mais claro e então saber o conceito da ferramenta Big Query e suas funcionalidades para poder fazer uma aplicação que faça a implementação dos conceitos utilizados. Quando essa etapa estiver feita será testada em um ambiente que contenha um volume de dados imensurável para fazer uma análise técnica com o Data Science. Tendo em vista os resultados desta aplicação, será possível concluir a aplicação da ferramenta Big Query utilizando os conceitos de Data Science. Todo resultado obtido será descrito em um artigo com os resultados detalhados onde o mesmo será apresentado perante banca examinadora.

1 DESENVOLVIMENTO

REFERENCIAS

SANTOS. Claudio. O que é o Google BigQuery e por que ele é importante.10 junho,2017. Disponível em: <https://www.santodigital.com.br/o-que-e-o-google-bigquery-e-por-que-ele-e-importante/>. Acesso em: 01 . 2020.

INTEGRAÇÃO DE DADOS DE FONTES DISTINTAS

GABRIEL DE MELLO SOARES

RESUMO

Este documento apresenta qual é a necessidade de utilizar a integração de dados de múltiplas fontes, descrevendo com surgiu e quais são os processos para o desenvolvimento de um integração, também é descrito quais são os benefícios e desvantagens quanto ao emprego da utilização e quais são os ferramentais mais utilizadas para se obter um integração de dados.

PALAVRAS-CHAVE: Integração de dados.

INTRODUÇÃO

. Com a evolução da tecnologia atualmente, as organizações geram muitos dados, dados estes que são muitos importantes para uma boa gestão. Tais dados geralmente são retirados de plataformas diferentes e com estruturas diferentes, o que gera a necessidade de usarmos a integração de dados de fontes distintas.

A integração de dados de múltiplas fontes é uma estratégia para junção de dados de fontes distintas. Ela é muito usada para gestão de negócios para unir as informações dos vários sistemas usados para organização, e para poder gerar relatórios mais elaborados e completos.

Sua utilização consiste em 3 passos fundamentais. A coleta, onde são reunidas todas as informações que a organização gerou; o processamento, que corresponde a ao tratamentos dos dados coletados, padronizando e fazendo um mapeamento das informações coletadas e por fim o processo de saída dos dados que é quando são gerados os gráficos, relatórios e dashboard com as informações cruzadas. Esses passos podem ser implementados através de ferramentas para realizar esta integração ou ainda através do desenvolvimento de uma aplicação especifica para a organização.

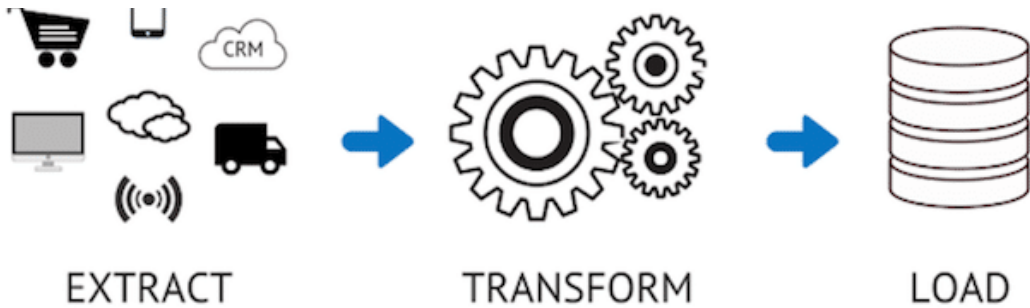
Com a integração de dados muitas empresas tem obtidos benefícios pois conseguem ter uma visualização melhor do negócio e consegue ganhar vantagens quanto aos seus concorrentes, fazendo assim a integração de dados crescer cada vez mais.

1. INTEGRAÇÃO DE DADOS

“A integração de dados é a combinação de processos técnicos e de negócios usados para combinar dados de fontes diferentes em informações significativas e valiosas. Uma solução completa de integração de dados fornece dados confiáveis de várias fontes para oferecer suporte a um pipeline de dados pronto para negócios” (LOUCH, André De). “A integração é importante para permitir que usuários tenham uma visão unificada de dados heterogêneos e consultem facilmente diferentes informações sobre os mesmos” (BOUZEGHOUB et al., 2002). Basicamente integração de dados consiste em um processo para cruzar dados de fontes distintas, resultando em uma nova visão da organização.

Em resumo a integração de dados consiste em coletar os dados das aplicações usadas pela organização e em seguida tratá-las de forma que seja possível combina-

Figura 1



las para gerar novos relatórios e gráficos com informações cruzadas que possibilitem uma visualização estratégica de toda a empresa visto que as informações estarão combinadas e possibilitaram essa nova visualização.

Com a integração de dados de múltiplas fontes se obtém alguns benefícios, como a possibilidade de uma nova visão gerencial do negócio, também se tem uma economia de tempo na busca das informações visto que os dados já estão cruzados e estão sempre atualizados. Também temos eliminação de erros, pois quando é feito uma integração de manual estamos sujeitos a vários erros enquanto quando a integração esta pronta esses erros são mínimos ou inexistentes.

Algumas desvantagens da utilização da utilização de interação de dados é o acesso aos dados visto que pode ter algemas informações restritas, ou algumas APIS

não fornecem os dados necessários ou estão sem acesso por alguma queda por exemplo.

Para se realizar a integração de dados de múltiplas fontes precisamos utilizar os processos da ETL do inglês Extract, Transform e Load que traduzindo para o português fica Extração, Transformação e Carregamento, esse processo é utilizado para combinar dados de diversas fontes, nesse processo basicamente os dados são coletados das aplicações as quais a organização trabalha, em seguida é transformado ou convertido esses dados em um formato padrão para que possa ser utilizado e por fim é feito o armazenamento, geralmente são armazenados em Data warehouse (Em português Armazém de Dados) mas também podem ser armazenados em outras aplicações. se tornou-se um método padrão para a junção dos feitas através de uma coleta, um tratamento nos dados coletados e por fim o seu carregamento para o destino final.

Basicamente o ETL é dividida nos passos de coleta, processamento ou transformação e saída, onde o processo de coleta basicamente consiste em pegar os dados das aplicações pela qual a organização gera suas informações, já o processo de transformação é o mais importante, pois através dele é feito a padronização dos dados de uma forma que seja possível cruza-los, também é feito um mapeamento visando encontrar quais são os dados chaves que podem ser cruzados de uma fonte com outra, e para finalizar o processo de saída dos dados onde são montados relatórios, gráficos e dashboards para uma visualização dos negócio.

2. FERRAMENTAS

Uma das ferramentas usadas atualmente para essa integração é o PentaHo, uma ferramenta que possui varias forma de coletar os dados e fazer a transformação e gerar as saídas dos dados em novos relatórios. Com essa ferramenta é possível coletar os dados e já definir as colunas importantes, nele também é feito a padronização dos campos e simular os resultados, a cada passo implementado é possível executar para verificar a existência de erro, e no final é possível gerar um novo arquivo om as informações desejadas cruzando os dados das fontes coletadas e tratadas.

CONCLUSÃO

Conclui-se que ao utilizar uma integração de dados bem estruturada a organização tem muito a se ganhar pois possibilita uma nova visualização de informações que podem mostra processos a serem melhorados para se obter uma vantagem no mercado sobre os demais concorrentes, também facilita a gerencia a facilidade na tomada de decisões pois se tem dados mais objetivos que possibilitam arias visões de ângulos diferentes sempre em tempo real para que seja possível tomar as descrições mais rápidas e eficientes.

REFERÊNCIAS

SWOOPTALENT, **What is data Integratin?**. 2018. Disponível em:

<https://www.swooptalent.com/talent-insights-blog/what-is-data-integration>.

Acessado em 08 jun. 2020.

BATISTA, Natércia A et al. Dados de Múltiplas Fontes da Web: coleta, integração e pré-processamento. Disponível em:

<https://sol.sbc.org.br/livros/index.php/sbc/catalog/download/8/19/58-1?inline=1>.

Acesso em: 08 jun. 2020.

DOAN, AnHai; HALEVY, Alon; IVES, Zachary. **Principles of Data Integration**. Massachusetts: Elsevier, 2012.

LOCHT, Andre de. **Data Integration**. 2018. Disponível em <https://www.ibm.com/analytics/data-integration>. Acessado em 15 jun. 2020.

APLICAÇÃO DE UMA FERRAMENTA DE BI EM UMA MICROEMPRESA

Welinton Antunes de Lima

Este pré projeto de TCC surgiu como forma de entender mais a fundo sobre os diversos tipos de ferramentas de *Business Intelligence* que se encontram no atual mercado, assim como se ter uma melhor e mais profunda noção de como é seu funcionamento e sua real aplicabilidade dentro de uma organização, é fato que nos últimos anos houve um grande crescimento deste tipo de tecnologia, tornando popular o nome *Business Intelligence*. O processo de desenvolvimento deste pré projeto se dá a partir de uma introdução sobre o tema, após esta etapa foi analisado o real motivo para a realização deste projeto, destacando sua justificativa, juntamente com seus objetivos. A metodologia para a realização das pesquisas aconteceu através de uma minuciosa revisão bibliográfica sobre *Business Intelligence*.

Atualmente as empresas tem feito cada vez mais investimentos em Tecnologia da Informação (TI). Grande parte destes investimentos tem como objetivo melhorar os processos já automatizados e sistemas de gestão dentro da organização para que cada vez mais se possam ter dados a serem extraídos, transformando-os assim em informações. Entretanto, neste processo há muitos dados que acabam não recebendo o devido tratamento e com isso não sendo aproveitados como informações. *Business Intelligence*, ou simplesmente BI, surgiu como solução para este problema. Esta metodologia, se desenvolvida de maneira correta, pode ajudar a organizar e localizar os dados chave para então obter uma melhoria nas informações, gerando assim um aumento do desempenho e lucro, proporcionando uma melhor gestão da empresa.

Antonelli (2009, p. 79 apud ANGELONI; REIS, 2006, p. 3), definem que:

o conceito de Business Intelligence com o entendimento de que é Inteligência de Negócios ou Inteligência Empresarial compõe-se de um conjunto de metodologias de gestão implementadas através de ferramentas de software, cuja função é proporcionar ganhos nos processos decisórios gerenciais e da alta administração nas organizações, baseada na capacidade analítica das ferramentas que integram em um só lugar todas as informações necessárias ao processo decisório. Reforça-se que o objetivo do Business Intelligence é transformar dados em conhecimento, que suporta o processo decisório com o objetivo de gerar vantagens competitivas.

Neste sentido, o BI pode ser considerado como um conjunto de conceitos que através de uma metodologia implantada pela organização, visa um maior lucro ao se tomar decisões com base em dados gerados pela própria organização, estes dados são

transformados em conhecimento para então oferecer maior suporte ao processo decisório, desta forma se tem a possibilidade de obter melhores tomadas de decisões, consequentemente trará vantagens para a organização.

Segundo Novato (2014, 2017), o termo *Business Intelligence* pode ser definido como:

processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que oferecem suporte a gestão de negócios. É o conjunto de teorias, metodologias, processos, estruturas e tecnologias que transformam uma grande quantidade de dados brutos em informação útil para tomadas de decisões estratégicas.

O grande volume de dados que diariamente são gerados dentro de uma organização faz com que o nível de importância das mesmas sejam cada vez maiores, sendo este um fator decisivo para a tomada de decisão. Além disso, manter a informação disponível e na forma adequada ao público interessado proporciona agilidade quanto ao seu uso, afinal o mundo dos negócios está cada vez mais competitivo e é de suma importância possuir uma estratégia de gestão bem definida. Definir uma estratégia de BI ajuda a atingir os objetivos da organização, permitindo especificar quais informações serão relevantes para fornecer suporte a gestores do negócio, auxiliando no processo de tomada de decisão estratégica.

A tendência é de que cada vez mais haja um maior crescimento e utilização das ferramentas de BI dentro das empresas. A partir de uma rápida observação da situação que se encontra o atual mercado, verifica-se que todos os dias há um novo concorrente com um novo produto a ser superado.

Desta forma os objetivos ao final deste trabalho será:

- Avaliar a aplicabilidade das ferramentas de BI para gerar informações relevantes ao processo de tomada de decisão de uma microempresa;
- Compreender o conceito e a aplicações do Business Intelligence para as organizações;
- Conhecer ferramentas de Business Intelligence visando identificar ferramentas apropriadas para solucionar o problema em questão;
- Aplicar uma ferramenta de Business Intelligence para melhoria no processo de tomada de decisão de uma microempresa;
- Analisar o resultado da aplicação da ferramenta de Business Intelligence no problema proposto.

O presente projeto de pesquisa para chegar a estes objetivos será desenvolvido com base em um conjunto de passos metodológicos que compreendem inicialmente uma revisão bibliográfica sobre *Business Intelligence* com o intuito de conhecer esta tecnologia e suas aplicabilidades. Um segundo passo compreende também uma revisão bibliográfica para conhecer as ferramentas de *Business*

Intelligence visando identificar suas principais diferenças. Em seguida, após escolhido uma ferramenta de BI, será aplicada na melhoria dos processos de uma microempresa. Para tanto será utilizado o banco de dados disponibilizado pela empresa para realizar os testes. Feito o teste de aplicação da ferramenta de BI, será então analisado os resultado da aplicação da ferramenta de BI no processo de melhoria do tratamento dos dados e informações constantes em sua base de dados, para então fornecer suporte nas tomadas de decisões da empresa. Por fim, será escrito um artigo científico com os resultados do trabalho desenvolvido.

Nesta primeira etapa do pré projeto de TCC, já temos uma boa estrutura, sendo a introdução, tema e objetivos já claros para a continuidade do trabalho assim como definido a metodologia de estudo e escrito todo a fundamentação teórica necessária nesta primeira fase. Após a conclusão destas parte partiremos então para o desenvolvimento das funções para mostrar quais dados são considerados essenciais para se tomar decisões dentro de uma organização, dados estes montados em cima da ferramenta escolhida e com base nos dados disponibilizados pela organização.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, Ricardo Adriano. Conhecendo o Business Intelligence (BI). Revista TECAP, v. 3, n. 3, p. 79-85, 2009. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/viewFile/933/544>. Acesso em: 29 mai. 2020.

LIMA, Alvaro Vieira; LIMA, Davi Marques. Business intelligence como ferramenta gerencial no suporte ao processo de business performance management. Revista Universitas: Gestão e TI, v. 1, n. 1, p. 111-129, 2011. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/gti/article/view/1201/1071>. Acesso em: 08 mai. 2020.

NOVATO, Douglas. O que é Business Intelligence?. **Oficina da Net**, 2017. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/13153-o-que-e-business-intelligence>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

SILVA, Rafaela Alexandre Da; SILVA, Fernando Cesar Almeida; GOMES, Carlos Francisco Simões. O USO DO BUSINESS INTELLIGENCE (BI) EM SISTEMA DE APOIO À TOMA-DA DE DECISÃO ESTRATÉGICA. Revista GEINTEC, v. 6, n. 1, p. 2780-2798, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299571762_O_USO_DO_BUSINESS_INTELLIGENCE_BI_EM_SISTEMA_DE_APOIO_A_TOMA-DA_DE_DECISAO_ESTRATEGICA_USING_BUSINESS_INTELLIGENCE_BI_IN_MAKING_SUPPORT_SISTMA_STRA-TEGIC_DECISION. Acesso em: 02 jun. 2020.

LEITURA INTERDISCIPLINAR: Aplicativo para Gerenciamento de Eventos

Maurício Elyan Souza da Silva, maurcios83@gmail.com

INTRODUÇÃO

Eventos científicos correspondem à encontros entre pesquisadores para a divulgação dos resultados dos seus trabalhos, compreendendo modalidades diferentes como congresso, simpósio, seminário ou palestras. Entretanto, verifica-se nestes vários tipos de eventos, um conjunto de etapas comuns a todos que vão desde a definição do tema do evento até a divulgação dos resultados finais.

Com visto, a gestão de um evento envolve um conjunto de atividades burocráticas que demandam um tempo considerável para sua realização. Tais atividades demandam um período considerável de tempo maior que outras. No decorrer das etapas de um evento podem surgir muitos problemas. Durante a organização do evento, as atividades são realizadas de forma manual geram muitos problemas e dificuldades para a organização do evento, como a falta de controle no horário de atividades, dificuldade para persistir as informações do evento, dificuldade em distribuir as avaliações para os avaliadores, dificuldade em registrar o resultado das avaliações, dificuldade em calcular os resultados das avaliações, dificuldade em recuperar dados dos eventos passados para análise.

O presente projeto de pesquisa justifica-se pela necessidade de facilitar o processo de organização do evento, diminuindo a carga de trabalho de toda a equipe envolvida, centralizando todas as informações em um único lugar, permitindo que todas as etapas envolvidas no evento sejam feitas da forma correta e mais otimizadas o possível.

Problematização:

Para a realização de eventos científicos, precisa de um processo de organização muito bem definido, porém para realizar essa organização é algo trabalhoso, nesse contexto com a ada de um aplicativo, todas as informações estariam disponíveis para serem acessadas a qualquer momento, de forma prática e rápida, sem precisar procurar em papéis ou outros locais, estaria tudo em único local.

Justificativa:

O projeto de pesquisa justifica-se pela necessidade de facilitar o processo de organização do evento, diminuindo a carga de trabalho de toda a equipe envolvida, centralizando todas as informações em um único lugar, permitindo que todas as etapas envolvidas no evento sejam feitas da forma correta e mais otimizadas o possível.

Objetivo: Pesquisas em artigos relacionados a organização de eventos, para que possa compreender melhor as etapas da organização, e também analisar possíveis problemas, para que possa entendê-los melhor, para aplicar uma forma de corrigir dentro da aplicação.

Metodologia: Pesquisa na internet e artigos, para que possa analisar como será a forma mais prática de desenvolver, e liberar essa aplicação para que possa auxiliar os organizadores de eventos, nesses problemas que os mesmos tem durante a organização.

1 DESENVOLVIMENTO**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base no estudo realizado, é possível notar que a organização de eventos é uma etapa que realmente exige muito trabalho e esforço, pois tudo precisa estar alinhado, para que funcione perfeitamente, e de acordo com o esperado.

REFERENCIAS

ARAÚJO-JORGE, Tania Cremonini; BORBA, Marcelo; SOVIERZOSKI, Hilda Helena. Considerações sobre classificação de eventos. **Capes**, [S. l.], p. 3-4, 17 jan. 2016.

MASSAGEM MODELADORA NA LIPODISTROFIA LOCALIZADA ABDOMINAL

*Gabriela Gussi Belli¹
Talitta Padilha Machado²*

RESUMO

A busca pelo corpo perfeito nos dias atuais está cada vez maior, as pessoas sempre estão insatisfeitas com alguma coisa em seu corpo, sendo uma das principais reclamações o excesso de gordura, ou seja, a lipodistrofia localizada, conhecida também como gordura localizada. A lipodistrofia localizada é uma irregularidade do tecido conjuntivo subcutâneo, sendo assim os adipócitos apresentam-se maiores em regiões específicas com irregularidades do tecido e dando uma ondulação na sua aparência. Seu processo de desenvolvimento ocorre em razão do aumento no número de células adiposas, a hiperplasia celular, e aumento do volume das células já existente. E neste trabalho aborda a massagem modeladora como um dos tratamentos para a gordura localizada. A massagem modeladora é baseada no uso de técnicas manuais com o objetivo da mobilização da gordura, aumento da circulação vascular periférica e ajudar na eliminação de toxinas. O poder de modelar vem de uma forte pressão dos punhos e dos dedos, junto com um creme que é aplicado no corpo para facilitar a queima de gorduras.

Palavras-chaves: Gordura localizada. Tratamentos. Massagem modeladora. Lipodistrofia localizada.

INTRODUÇÃO

A gordura localizada é originada pela má formação das células adiposas na infância, e outros fatores como: genética, idade, sexo e desequilíbrio hormonal. Os fatores que podem agravar a patologia são o estresse, alimentação, sedentarismo, tabagismo (GUIRRO, 2004).

A massagem modeladora é uma técnica que permite modelar coxas, braços, cintura e abdômen, pontos estes que a gordura localizada mais se concentra. (SANTOS, 2011). É uma técnica derivada da massagem clássica, executando-as das mesmas manobras, mas com pressão maior, e ritmo e velocidade mais intensos. Dentre as manobras citamos : amassamento, deslizamento, percussão, vibração, fricção e rolamento . (PINTO; PEREIRA; BACELAR, 2013).

A cosmetologia junto com a massagem modeladora utiliza ativos de grande permeação, capazes de estimular o aumento da circulação sanguínea e linfática, promovendo a desagregação dos fibroses de gordura acelerando assim a hidrólise do excesso de gordura na formação de ácidos graxo (BORGES ,2006). A pesquisa teve como objetivo avaliar a eficácia da massagem modeladora para a melhora e a redução de gordura localizada abdominal .

¹ Acadêmica do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: gabibelli18@gmail.com;

² Professora orientadora, Mestre em Biociências e Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail:talitta@uniarp.edu.br

REVISÃO DA LITERATURA

De acordo com Costenaro (2002) a distribuição da gordura pode ser variável, podendo ser armazenada na área abdominal (padrão andróide) ou na região glútea ou femoral (padrão ginecóide). O andróide que acumula gordura nos braços, costa e abdome, e mantém os quadris e pernas magras, o ginóide que acumula gordura em nádegas, culotes e pernas mantendo os braços, abdome e costas magras e a mista que engordam para os lados acumulando a gordura nos braços, cintura, quadris e culotes.

Vários são os tratamentos para a gordura localizada tendo como objetivo a redução ou remoção do tecido adiposo acumulado em excesso numa área localizada do corpo, podemos citar os tratamentos como: ultrassom, radiofrequência, carboxiterapia.

Fibro edema gelóide (FEG) conhecido como celulite, é uma afecção que ocorre uma deficiência na circulação sanguínea e linfática, levando a quase uma total imobilidade dos membros inferiores, além de dores e problemas emocionais (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

Estria é uma atrofia tegumentar, de aspecto linear, de um ou mais milímetros de largura, inicialmente são avermelhadas, depois esbranquiçadas e abrilhantadas que são as nacaradas. Raras ou numerosas, apresentam-se uma a outra, indicando um desequilíbrio estético, sendo caracterizado como uma lesão de pele. Apresenta uma bilateralidade, quando existe a possibilidade da estria distribuir-se simetricamente e em ambos os lados (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

A flacidez refere-se quando o limite elástico é ultrapassado por algum motivo, como por exemplo, engordar e emagrecer em um curto período de tempo, a pele não vai voltar ao seu tamanho original, gerando o excesso de pele. (GUIRRO; GUIRRO, 2002). Esses são alguns exemplos dos distúrbios estéticos associados a gordura localizada.

Na gordura localizada o ultrassom age quebrando a gordura devido ao seu aumento de energia, levando assim uma formação de bolhas de ar que vão levar a ruptura celular, logo a gordura ia se deslocar do espaço extracelular, sendo encaminhada para o fígado e as vias linfáticas (SANTOS, 2011).

A radiofrequência gera um calor no tecido subcutâneo, que irá tratar a adiposidade, que é definida como um processo irregular do tecido conjuntivo subcutâneo. Esse efeito térmico irá causar um processo de degradação dos adipócitos, gerando uma redução de medidas e uma melhora no processo de reorganização das fibras de colágeno (LOFEU et al., 2015).

Na gordura localizada carboxiterapia envolve também a injeção de soro fisiológicos no local a ser tratado antes da injeção do gás. O soro fisiológico junto com o gás carbônico gera uma reação química com liberação de íons H⁺, gerando assim um meio ácido no local de aplicação. Com essa acidez local ocorre um aumento de oxidação lipídica da ativação das lipoproteínas, acelerando assim a queima de gordura (BORGES, 2006)

No tecido adiposo a massagem modeladora tem seu benefício devido a pressão mecânica, pois cria calor e hiperemia, ativa os glóbulos de gordura, causando assim um maior gasto de energia. Quando a circulação dos vasos aumenta a gordura tende a diminuir (CASSAR, 2001).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura sobre a eficácia de massagem modeladora do tratamento da lipodistrofia localizada. Utilizou-se para isto 4 artigos publicados nas base de dados Scielo e que foram publicados entre os anos de 2011 e 2020.

RESULTADOS

Os artigos utilizados para análise tiveram como objetivo avaliar a massagem modeladora na gordura localizada abdominal. Dois dos artigos foram sobre a massagem modeladora, e os outros dois sobre massagem modeladora associado ao ultrassom, e massagem modeladora associado a vacuoterapia para lipodistrofia localizada.

A tabela 01 apresenta os resultados.

Autor/Ano Publicação	Amostra	Técnica	Resultado
Silva et al. (2011).	10 pacientes do sexo feminino, com média de idade de 25 anos e gordura localizada na região abdominal.	Massagem modeladora utilizando creme neutro de massagem corporal com ativos dermatológicos para gordura localizada.	Ao final das 10 sessões apresentou-se um resultado positivo das circunferências abdominais.
Neves et al. (2013).	26 pacientes, sexo feminino, idade entre 18 e 25 anos, com depósito adiposo na região abdominal.	Massagem modeladora utilizando óleo natural associado ao ultrassom, utilizando gel condutor neutro.	Constatou-se diminuição na primeira medida de seis centímetros, na segunda de dez centímetros e na terceira de nove centímetros.
Meyer, Rodrigues; Medeiros (2017).	4 participantes, sexo feminino idade entre 19 e 53 anos com lipodistrofia localizada abdominal.	Vacuoterapia, utilizando óleo de semente de uva e massagem modeladora com creme drenante.	Na perimetria houve uma diminuição de 5,32cm das circunferências abdominais.
Machado et al. (2017).	2 pacientes, sexo feminino, idade entre 20 e 40 anos, com gordura localizada na região do abdômen.	Massagem modeladora,, utilizando creme redutor a base de castanha da índia, centella asiática, extrato de cavalinha e cafeína.	Na voluntaria A houve uma diminuição de 15,5cm e na voluntaria B uma redução de 13cm de circunferência abdominal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo verificou-se que protocolos utilizando a massagem modeladora associada ou não a outra técnica são amplamente difundidas. Concluiu-se que a massagem modeladora realmente traz resultado para diminuição de medidas. Sendo uma boa técnica para quem esta em busca de um corpo perfeito e modelado.

Sugere-se que seja feita novas pesquisas sobre a eficácia da massagem modeladora na lipodistrofia localizada associada ou não a outra técnica sendo aplicada em voluntários.

REFERÊNCIAS

BORGES, FABIO S. **Dermato funcional: modalidades terapêuticas nas disfunções estéticas**. 2 ed. São Paulo: Phonte, 2010.

CASSAR, M. P. **Manual de Massagem Terapêutica: Um guia completo de massoterapia para o estudante e para o terapeuta**. 1ª ed – São Paulo: Editora Manole, 2001

COSTENARO, A.R.P.. **Ozonioterapia na redução de gordura localizada**. Departamento de Ciências Farmacêuticas. Monografia. 2004. 25p.

GUIRRO, E.; GUIRRO, R. **Fisioterapia em estética: fundamentos, recursos e patologias**. São Paulo: Manole, 1992.

GUIRRO, E.; GUIRRO, R. **Fisioterapia Dermato – Funcional**. 3. ed. São Paulo; Manole, 2002.

LOFEU, G. M., DE BRITO, L. R. A., & BARTOLOMEI, K. **Atuação da radiofrequência na gordura localizada no abdômen: revisão de literatura**. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 13(1), 571-588, 2015

MACHADO, A. T. O. M., NOGUEIRA, A. P. S., DE SANTANA LAÃO, L. T., SANTOS, B. A., PINHEIRO, L. M. G., & OLIVEIRA, S. S. **Benefícios da Massagem Modeladora na Lipodistrofia Localizada**. *ID ON LINE REVISTA MULTIDISCIPLINAR E DE PSICOLOGIA*, 11(35), 542-553. 2017

PINTO, M., PEREIRA, L.; BACELAR, I. **O USO DO ULTRASSOM NO TRATAMENTO DE LIPODISTROFIA LOCALIZADA–REVISÃO DE LITERATURA**. 2013

SANTOS, D. **A influencia da massagem modeladora no fibro edema gelóide**. Manaus, 2011.

SILVA, J.C.A.C et al. Análise da eficácia da massagem modeladora na região abdominal de mulheres sadias. **XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação-Universidade do Vale do Paraíba**, 2009.

NEVES, P.A; QUADROS, J.F; DE MACEDO, A.C.B. Efeito da aplicação da massagem modeladora e ultrassom na região abdominal em mulheres sedentárias. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 1, n. 11, 2014.

MEYER, G.; RODRIGUES, L. Efeitos da vacuoterapia combinada à massagem modeladora no tratamento de lipodistrofia localizada abdominal. **Tecnologia em Cosmetologia e Estética-Pedra Branca**, 2017.

ASPECTOS DE INGREDIENTES UTILIZADOS EM COSMÉTICOS ANTIPOLUÍÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Caroline Pricila de Souza Mello Jarschel¹
Gabriele Basso¹
Marivane Lemos¹
Vilma Aparecida Szymks Pierdoná¹

¹ CURSO DE TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA – UNIARP –
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro,
Caçador - SC, 89500-000

Resumo

A poluição é um grande problema da sociedade, causado pelas indústrias que soltam fumaça tóxica, pelos carros que liberam uma fumaça composta por dióxido de carbono, monóxido de carbono, vapores de água, carvão em fuligem e produtos de enxofre, além de vapores do combustível que não queimou totalmente. Essa poluição pode causar manchas de pele, rugas precoces e flacidez, deixando a pele mais sensível. Os cosméticos antipoluição vieram para diminuir a poluição da pele, prevenindo essas afecções na pele, tornando a pele de quem o usa mais jovem, limpa e saudável.

Palavra-chave: Cosmético. Antipoluição. Pele

1. Introdução

A poluição é reconhecida por degenerar as proteínas estruturais da pele, conhecidas como elastina e colágeno, e as consequências são, que a elasticidade e firmeza da pele são acometidas adversamente, ocasionando em sinais extrínsecos de envelhecimento. As matérias-primas, que são capazes de reagir a degradação do colágeno e elastina, são capazes de aperfeiçoar a efetividade dos cosméticos antipoluição. (MISTRY,2017)

2. Objetivos

Nesse trabalho, foi abordado sobre os cosméticos antipoluição através de pesquisa em artigos científicos e realizada uma revisão sistemática sobre esses cosméticos e qual o ingrediente tem melhor potencial para reduzir a poluição da pele e o que ela pode causar na pele humana.

3. Revisão da Literatura

Trata-se de um cosmético antipoluição, avançado com uma tecnologia mais eficaz voltado para os efeitos relacionados físicos, químicos e biológicos do meio ambiente, causando risco aos nossos cabelos e principalmente a nossa pele. Esses agentes externos vêm causando efeitos e danos ao nosso organismo desde a infância, gerando consequências, em razão disso os

cosméticos antipoluição tem como medidas de proteção. A preocupação em relação aos poluentes em nossa pele e cabelos surgiu de novas perspectivas de avanços tecnológicos se tornando um aliado forte contra o estresse diário, poluição ambiental, crescimento urbano, mudanças de temperatura e as diferentes radiações e as sujeiras quais estamos expostos. (SÁNCHEZ; VIVES, 2019)

Os cosméticos antipoluição estão crescendo significativamente no mercado, devido a poluição existente no ar e a crescente compreensão do quão mal essa poluição faz a pele. O óxido de nitrogênio, enxofre, ozônio e hidrocarbonetos poliaromáticos danificam a pele de diferentes maneiras, ocasionando no ressecamento da pele, perda de firmeza, manchas escuras, tom de pele irregular, linhas finas, rugas, piora da acne e inflamação. (MISTRY,2017)

Elaborar um produto harmônico para toda a população mundial é muito desafiador, pois há diferenças no tipo de pele por causa da etnia, variação no padrão climático de cada estação, diferenças nas expectativas de benefícios e variações nos hábitos de cuidados pessoais e uso de cosméticos dos consumidores em diferentes regiões do mundo. (MISTRY,2017)

Uma crescente concepção sobre o método pelo qual vários poluentes danificam a pele, demonstrando vários sinais extrínsecos de danos na pele e o desenvolvimento de vários ativos que combatem o encontro de diferentes agressores ambientais, auxiliaram os formuladores a desenvolver diferentes produtos e a estabelecer eficácia in vitro e testes in vivo. (MISTRY,2017)

Podem causar alterações no microbioma (conjunto de bactérias, vírus e fungos que compõem o organismo), contaminando nossos cabelos e pele. Esses efeitos tóxicos podem atravessar a barreira da série de alterações do microbioma da pele. O microrganismo da pele sofre modificações ao entrar em contato com substancias tóxicas do meio ambiente os mesmos ocorrem com os folículos capilares. (SÁNCHEZ; VIVES, 2019)

O estresse oxidativo da geração dos radicais livres leva à inflamação crônicas dos tecidos, devido a exposição a contaminantes leva a indução inflamatória das células da pele e do cabelo ativando as respostas causando danos resultando em uma desidratação da pele e fibra capilar, danos na matriz dérmica vai gerando uma fragmentação do colágeno e elastina causando algumas alterações nos cabelos e na pele. (SÁNCHEZ; VIVES, 2019)

O envelhecimento extrínseco é mais conhecido como envelhecimento leve, é o envelhecimento causado pelos hábitos, exposição a fatores externos, como a radiação solar, poluição, fumo, álcool e sedentarismo. É indiscutível que a exposição frequente à luz ultravioleta, especialmente como um componente da luz solar natural, é a principal razão do desenvolvimento do envelhecimento da pele provocado pelo meio ambiente. Outros elementos da natureza estão envolvidos ocasionalmente no processo de envelhecimento precoce da pele. (KRUTMANN et al., 2016)

A luz visível também auxilia no envelhecimento da pele. Atualmente, não se tem dúvidas de que a luz azul, tem capacidade de estimular a pigmentação da pele, em particular nos tipos de pele mais escuros. (KRUTMANN et al., 2016)

A poluição é reconhecida por degenerar as proteínas estruturais da pele, a elastina e o colágeno, a elasticidade e firmeza da pele são acometidas adversamente, ocasionando em sinais extrínsecos de envelhecimento. As matérias-primas que são capazes de reagir a degradação do colágeno e elastina, aperfeiçoam a efetividade dos cosméticos antipoluição. (MISTRY,2017)

As matérias-primas que reagem a degradação do colágeno e elastina são o extrato de microalgas *Nannochloropsis Occulata*, rico em vitamina C, vitamina B12 e polissacarídeo-*Pullulan*, o extrato de raiz de *Paeonia Albiflora*, rico em oligossacarídeos, o extrato de *Undaria Pinnatifida* - uma alga marinha do mar japonês, contém um ingrediente ativo chamado polifucose sulfatada, o extrato de chá branco, o extrato de Raiz de *Astragalus Membranaceus*, Raiz de *Atractylodes Macrocephala* e Raiz de *Bupleurum Falcatum*. (MISTRY,2017)

4. Metodologia

Trata-se de uma revisão sistemática de artigos científicos, para elaboração de artigo para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), onde foram procurados artigos nas seguintes plataformas de pesquisa, *PubMed Central* (NCBI), *Science Direct* (Scopus, Elsevier), *Web of Science* (Thomson Reuters), *Springer Link* (Nature), *EBSCO* (EBSCO Industries), *Wiley Online Library* (John Wiley & Sons), *Taylor & Francis* (Taylor & Francis Group), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (Lilacs), onde foram procurados artigos em várias línguas, como português, inglês, espanhol, alemão entre outras línguas.

5. Resultados e conclusões

O propósito dessa pesquisa foi visualizar como os cosméticos antipoluição agem na pele, observando a diminuição das afecções de pele, causadas pela poluição e também pela radiação solar, fazendo com que a pessoa que usá-lo se sinta bem, bonita, mais jovem e com a pele limpa. Expondo as matérias-primas que tem maior eficácia para a diminuição da poluição na pele, conscientizando para a melhora do aspecto da pele, evitando a degradação do colágeno e aumentando a produção de elastina fazendo-a melhorar a firmeza da pele.

6. Referências bibliográficas

KRUTMANN, J. et al. Umweltinduzierte (extrinsische) Hautalterung. In: Springer Link, 9, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12634-017-5404-4> Acesso em: 19 de mar de 2020.

MISTRY, Niraj. Guidelines for formulating anti-pollution products. In: MDPI Open Access Journals, v. 4, n. 4, p. 57, 2017. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2079-9284/4/4/57> Acesso em: 02 de abr de 2020.

SÁNCHEZ, Dámaris Plá; VIVES, Maite López-Gil. Cosméticos antipolución. In: Nutrasalud, 2019. Disponível em: https://www.nutrasalud.es/descargar_documento/anefp.pdf Acesso em: 05 de abr de 2020

7. Instituições financiadoras

Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

8. Agradecimentos

Ao Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e aos alunos voluntários da pesquisa pela disponibilização dos recursos para finalização deste trabalho.

Tratamentos da flacidez no período de pós gestacional

*Jaqueline de Oliveira de Vargas¹
Talitta Padilha Machado²*

RESUMO

A gravidez e suas consequências se tornam motivo de insatisfação entre as mulheres devido as mudanças no seu próprio corpo. Uma das principais queixas no pós-parto é a flacidez causada pela falta de tonicidade da pele e devido ao excesso de pele que se origina pela separação dos músculos da parede abdominal e do reto abdome, formando espaço para o desenvolvimento e crescimento do útero. Atualmente é muito frequente a procura por tratamentos e métodos eficazes para tratar ou até mesmo reverter disfunções estéticas, existindo técnicas inovadoras e menos invasivas do que cirurgias plásticas. O presente estudo trata-se de uma revisão da literatura, tendo como objetivo evidenciar os tratamentos da flacidez nos pós gestação. A radiofrequência produz energia em forma de radiação eletromagnética, através de aquecimento estimula a formação de colágeno, elastina e proteínas que sustentam a pele diminuindo a flacidez corporal. Corrente russa promove contração muscular por meio de correntes elétricas sem causar dor e estimula nervos motores que fortalecem o músculo

Palavras-chaves: Gestação, Gravidez, Flacidez, Tratamentos, Alterações.

INTRODUÇÃO

A gravidez é um período de intensas modificações no corpo da mulher, quase todos os sistemas do organismo são afetados e a grande maioria das mudanças corporais são resultados das alterações hormonais. Caracterizam-se por elevações de estrogênio, progesterona, beta HCG, prolactina e variedades de hormônios e medidores capazes de alterar as funções do organismo (ALVES; NOGUEIRA; VARELLA, 2005).

No decorrer da gestação acontecem inúmeras modificações na região abdominal, que ocasiona um estiramento e encolhimento repentino e contínuo na pele, causando alteração e deformidades elásticas (GADELHA, 2017).

Ainda para Gadelha (2017) devido a estas mudanças na estruturação do tecido conjuntivo que sustenta a gravidez, os tecidos se afrouxam, sofrem envelhecimento precoce e cedem, assim gerando a flacidez em pontos assimétricos.

O objetivos deste estudo foi avaliar a eficácia dos tratamentos cosméticos e eletroterápicos na flacidez pós gestacional.

¹ Acadêmica do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: jaqueline_vargas20@outlook.com;

² Professora orientadora, Mestre em Biociências e Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail:talitta@uniarp.edu.br

REVISÃO DA LITERATURA

A gravidez é um estado fisiológico na vida de uma mulher, onde ocorre a fecundação do espermatozoide no óvulo junto a concentração dos cromossomos, originando o zigoto. A gravidez só é consolidada após o zigoto percorrer a camada interna uterina, o endométrio. Após o desenvolvimento do embrião no útero, inicia-se as mudanças e alterações fisiológicas e psicológicas no corpo da mulher (ARENHART; MACHADO, 2019).

Durante o período gestacional ocorrem mudanças na pele, tais como: a exacerbação de doenças dermatológicas (dermatite atópica, psoríase, hanseníase, lúpus eritematoso e pêmfigo), dermatoses específicas (penfigoide gestacional, erupção polimórfica da gravidez, prurido gestacional e foliculite pruriginosa da gravidez) estas doenças podem ocasionar riscos à gestante e ao bebê por fatores existentes como extensão, profundidade das lesões e infecções; já as alterações fisiológicas são mais frequentes durante o período gestacional, tais como, alterações pigmentares, alteração do tecido conjuntivo, alteração de pelos e unhas, alterações vasculares e acne (URASAKI, 2010).

A flacidez é uma patologia que frequentemente atinge o gênero feminino e compete a diminuição dos tônus musculares pouco consistentes, apresentando-se como flacidez muscular e tissular. Os músculos se tornam flácidos ou hipoatrofiados, apresentando aspecto de frouxidão (DUARTE; MEJIA, 2012).

Ocorre a perda da massa muscular esquelética que é substituída por tecido adiposo e demais alterações, a flacidez é definida como uma disfunção estética de pele inerente ao processo natural, inicialmente diminuindo o metabolismo celular e por sequencia perda de colágeno e biossíntese de elastina (MACHADO, 2014).

Atualmente é muito frequente a procura por tratamentos e métodos eficazes para processos degenerativos, existem técnicas inovadoras e menos invasivas do que cirurgias plásticas, que buscam tratar e até mesmo reverter esses processos causados a pele. No entanto qualquer tratamento estético deve ser associado a pratica de exercícios físicos e dietas (MAGALHÃES, 2016).

Os efeitos fisiológicos da radiofrequência geram nos nervos estímulos que causam efeito analgésico agindo nos mecanismos de controle. Assim as fibras de colágeno contraem e aumenta a síntese do novo colágeno (DUARTE; MEJIA, 2012).

Já o estímulo elétrico neuromuscular (corrente russa), é utilizado para o fortalecimento do músculo e prevenção de atrofia muscular. Preservando a qualidade e quantidade do tecido muscular, recuperando a tensão muscular, aumentando e mantendo a força muscular e estimulando o fluxo sanguíneo do musculo (LIMA; RODRIGUES, 2012).

METODOLOGIA

O presente trabalho de conclusão de curso teve como estudo uma revisão da literatura, realizada por buscas de dados nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico no período de maio a junho de 2020.

Os descritores utilizados nas buscas de materiais foram: “gravidez”, “flacidez”, “tratamentos”, “alterações”, com combinação entre estes em cada base de dados.

Como critério de inclusão obteve-se artigos publicados no período entre 2002 a 2019, também artigos completos captados gratuitamente e que possuíssem textos

disponíveis no idioma Português. Itens de exclusão do presente estudo foram dissertações, teses, monografias, bem como artigos científicos repetidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Arenhart e Machado (2019) realizaram uma revisão literária bibliográfica, descritiva, qualitativa e quantitativa. As autoras exploraram dados e conteúdos publicados entre os anos de 1997 a 2012 sobre o uso da carboxiterapia em estrias provenientes da gestação, enfatizando conteúdos de processo gestacional, mudanças fisiológicas na gestação, estrias decorrentes da gravidez e o tratamento com carboxiterapia. Elaboraram uma pesquisa descritiva com a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos.

Já Urasaki (2010), utilizou um estudo quantitativo, descritivo e exploratório realizado em quatro unidades básicas de saúde (UBS) na zona leste de São Paulo. A coleta de dados foi composta por 124 gestantes, utilizando um formulário. Neste estudo as alterações pigmentares foram consideradas padrões distintos, também sendo utilizado a escala de três níveis para conhecer o grau de incomodo da gestante. Os dados coletados foram analisados utilizando a planilha eletrônica Excel.

Gadelha (2017), apresentou uma revisão bibliográfica narrativa sobre o assunto “tratamento da flacidez pós-parto utilizando as técnicas de corrente russa e radiofrequência”. Foram encontrados 387 artigos, sendo selecionados apenas 30 e os demais descartados por não estarem de acordo com os objetivos da presente revisão.

Zampronio e Dreher (2012), realizaram um estudo do tipo revisão bibliográfica sobre os tratamentos das disfunções estéticas durante o período pós gestacionais. Foram selecionadas as informações sobre as adaptações fisiológicas da gravidez e tratamentos disponibilizados na fisioterapia Dermatofuncional, também utilizado livros, periódicos e monografias relacionadas ao tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão desta pesquisa foi possível observar que as disfunções mais presentes estão relacionadas a presença de flacidez e hiperpigmentação pós gestacionais. Observou-se também que os tratamentos propostos utilizam eletroterapia com auxílio de cosméticos específicos para cada disfunção.

Sugere-se a realização de novas pesquisas utilizando aplicação dos protocolos sugeridos com pacientes pós gestação para confirmação dos resultados.

REFERÊNCIAS

ARENHART, D.V; MACHADO, T.P **O uso da carboxiterapia em estrias provenientes da gestação**. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, 2019.

ALVES, G.F; NOGUEIRA, L.S.C; VARELLA, T.C.N. Dermatologia e gestação. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, n. 80, p. 179-186, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/abd/v80n2/a09v80n02.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

DUARTE, A.B; MEJIA, D.P.M. **A utilização da Radiofrequência como técnica de tratamento da flacidez corporal**. Faculdade Ávila, n. 23, p. 519-525, 2012.

Disponível

em: https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/19/35_A_utilizaYYo_da_Radiofreq_uYncia_como_tYcnica_de_tratamento_da_flacidez_corporal.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

GADELHA, R.S.P **Tratamento da flacidez abdominal pós-parto utilizando as técnicas de radiofrequência e corrente russa**. UNICEUB, n. 80, p. 179-186, 2017.

Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11676/1/21450590.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

LIMA, E.P. F; RODRIGUES, G.B.O. A estimulação russa no fortalecimento da musculatura abdominal. **ABCD Arq Bras Cir Dig**, n. 25, p. 125-128, 2012.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/abcd/v25n2/13.pdf>. Acesso em: 28 maio, 2020.

MACHADO, R.M Emprego da Carboxiterapia no manejo do Fibro Edema Gelóide, Cicatrizes Atróficas e Flacidez de Pele. **Journal of Applied Pharmaceutical Sciences – JAPHAC**, n. 23, p. 29-35, 2014.

MAGALHÃES, B.R **Processos degenerativos do tecido cutâneo: fisiopatologia, prevenção e tratamento**. Universidade Fernando Pessoa, n. 23, p. 38-44, 2016.

Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5523/1/PPG_26263.pdf. Acesso em: 02 jun. 2020.

URASAKI, M.B.M. Alterações fisiológicas da pele percebidas por gestantes assistidas em serviços públicos de saúde. **Acta Paul Enferm**, n. 23, p. 519-525, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3070/307023863012.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

ZAMPRONIO, F.P.C; DREHER, D.Z **Atuação da fisioterapia Dermato-funcional nas disfunções estéticas decorrentes da gravidez**. Unijui, n. 25, p. 125-128, 2012. Disponível em:

<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/498/ARTIGO-pos-fisioterapia-dematofuncional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jun. 2020.

POTENCIAL FOTOPROTETOR DE METABÓLITOS SECUNDÁRIOS DERIVADOS DE EXTRATOS VEGETAIS PARA USO EM FORMULAÇÕES COSMÉTICAS

MARIELLY GONÇALVES

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP. Caçador, Brasil.

TALITA REGINA GRANEMANN NUNES

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP. Caçador, Brasil.

RESUMO: A exposição solar é considerada um dos maiores fatores de risco para o desenvolvimento de doenças de pele, dentre elas principalmente o câncer. Desta forma, torna-se indispensável a utilização de produtos cosméticos com fator de proteção solar, que ajudarão a impedir a ação dos raios ultravioletas sobre a pele. Alguns filtros ou protetores solares, são considerados nocivos devido seu potencial de toxicidade e seu potencial alergênico, desta forma, o uso de extratos vegetais com ativos fotoprotetores é estudado como uma forma de diminuir estes efeitos causados pelas formulações sintéticas. Os metabólitos secundários se tratam de compostos que não estão envolvidos com as funções essenciais da planta, mas sim com funções adicionais, como neste caso estudado, o potencial fotoprotetor das plantas analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Fotoproteção; Ativos Vegetais; metabólitos secundários;

INTRODUÇÃO: O nosso país é considerado um local onde a radiação ultravioleta é elevada, devido sua localização ser próxima a linha do equador, e mesmo com isso, a população tem o hábito de se expor ao sol de forma excessiva, ficando ainda mais exposta aos riscos ocasionados pelos raios UV. Apesar de ser considerado um tecido de barreira e proteção, a pele sozinha não tem mecanismos suficientes para proteger o indivíduo dos malefícios que podem ser causados pela radiação, sendo necessárias medidas fotoprotetoras para prevenir e reduzir o risco de complicações e doenças como o câncer de pele (SANTOS, ROCHA, 2015).

A utilização de ativos vegetais como potenciais fotoprotetores em formulações vem sendo cada vez mais estudada, sendo considerada uma alternativa para a substituição de filtros que são considerados nocivos e que podem oferecer uma toxicidade e potencial alergênico maior quando comparados a ativos naturais. Estudos mais recentes apontam que na utilização desses ativos se dá preferência para plantas que possuam compostos fenólicos, visto que essas plantas possuem potencial antioxidante e possivelmente fotoprotetores (CARVALHO et. al, 2015).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A fotoproteção é um conjunto de medidas com o objetivo de prevenir e reduzir os riscos ocasionados pela exposição solar, o conceito original teria sido elaborado por europeus e norte-americanos, não se aplicando diretamente ao Brasil devido as diferenças de fototipos de pele e dos hábitos de cada país. Desta forma, torna-se necessário que sejam analisados conceitos diferentes levando em consideração os hábitos da população brasileira, isso faz com que o assunto seja tema de diversos estudos e pesquisa devido a sua relevância (AMARAL et. al. 2016).

A PELE: A pele é considerada o maior órgão do corpo humano, e tem como função principal barreira e proteção, impedindo que bactérias e outras substâncias nocivas

penetrem no corpo. As células epiteliais da pele funcionam como a primeira barreira imunológica do corpo. A pele é basicamente formada por três tecidos distintos: Epiderme; Derme; e hipoderme (COSTA, 2017).

Os melanócitos são cerca de 10% das células da camada basal, e ainda há uma concentração de melanócitos no folículo piloso, estes responsáveis pela cor dos pelos. Os melanócitos tem como função a produção de melanina, que tem capacidade de absorver a faixa ultravioleta do espectro luminoso. A melanina é armazenada nos melanosomas, estes que vão ser fagocitados pelos queratinócitos e transportados para uma região acima, formando uma barreira de proteção contra os raios ultravioletas (BOHJANEN,2015).

A melanina é muito importante na proteção da pele contra os efeitos dos raios UV, do estresse oxidativo e da poluição. Porém, quando há uma alteração em sua produção pode trazer diversos problemas, estes que vão desde manchas locais até mesmo o câncer de pele (COSTA,2017).

RADIAÇÕES UV: A radiação solar é um assunto de extrema importância abordado em diversas áreas e principalmente na área da medicina, ela é responsável pelo desenvolvimento de diversas doenças, principalmente relacionadas a pele. Os raios podem variar de acordo com diversos fatores, como a localização, o clima, o horário, e a radiação ultravioleta é a que é considerada mais relacionada com o aparecimento de doenças de pele. A radiação UV pode ser classificada de acordo com o seu comprimento de onda, medida por nanômetros, as radiações com comprimento de 315 a 400 nanômetros são chamadas de UVA, as de 280 a 315 nanômetros de UVB, e de 100 a 280 nanômetros de UVC (KASHIWABARA et. al. 2016).

PROTEÇÃO SOLAR: Há vários tipos de métodos utilizados como proteção solar, a proteção natural, é um processo desenvolvido na camada mais superficial da pele, através da queratina e melanina, que protegem a pele naturalmente contra os danos causados pela radiação, a quantidade de melanina presente na pele deriva de características hereditárias, sendo que quanto maior a quantidade de melanina, menor a suscetibilidade de desenvolver doenças cutâneas. A proteção conhecida como física ou inorgânica, ocorre através de partículas que se dissipam e refletem a luz, os filtros solares inorgânicos conseguem dispersar a radiação UV através de uma película formada sobre a pele que tem a capacidade de refletir os raios, sendo esta considerada uma das melhores alternativas de proteção solar, visto que devido ao fato de não ser absorvido pela pele, o filtro tem menor probabilidade de provocar irritação. Os protetores solares conhecidos como químicos ou orgânicos, tem a capacidade de barrar a radiação solar através de um conjunto de substâncias químicas. Estes filtros agem através da absorção da radiação, que depois é convertida em radiação energética não prejudicial aos seres humanos, e apresentam como vantagem a fácil dispersão e dissolução, além de serem resistentes a água (AMARAL et.al, 2016. LADEIRA et. al. 2013).

METODOLOGIA DA PESQUISA: A presente pesquisa foi desenvolvida com base em estudos relacionados a atividade fotoprotetora derivada da presença de metabólitos secundários encontrados em ativos de plantas e vegetais. Para a coleta dos dados, foram utilizados os bancos de dados PubMed e Science Direct. Os descritores utilizados foram: photoprotection, secondary metabolites, e medicinal plants. As buscas contemplaram estudos realizados entre os anos de 2015 e 2020, sendo publicações nacionais e internacionais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES: Dentre os estudos analisados, cinco apresentaram plantas com fator de proteção acima de 20, ou seja com excelente potencial para utilização em formulações cosméticas fotoprotetoras. O estudo realizado por FERNANDES et. al. 2016, avalia a capacidade fotoprotetora de musgos da Antártica (*Saninonia Uncinata*), de acordo com o cálculo de absorção de radiação UV na faixa de 290 a 320 nm, a planta apresentou um FPS de 26,4 em seu extrato etanólico, 21,7 em seu extrato metanólico e 13,9 no extrato hidroalcoólico, esse potencial fotoprotetor da planta foi relacionado a presença de flavonoides, que possuem capacidade de absorção UV, e a presença de compostos fenólicos, que auxiliam na diminuição do estresse oxidativo como agentes antioxidantes.

O estudo realizado por OLIVEIRA et. al. 2020, avaliou o potencial de várias partes da planta aroeira vermelha (*Schinus Terebenthifloius*), o extrato da casca em concentração de 2mg ml⁻¹ apresentou FPS de 26,82. Porém em concentração de 10mg ml⁻¹ quando associado a formulação de creme Lanette em 5%, apresentou um aumento desse valor para 32,21. E em concentração de 5mg ml⁻¹ associada ao creme lanette em 10% chegou a um FPS de 32,40. Já o extrato da fruta apresentou seu FPS mais alto em concentração de 2mg ml⁻¹, sendo no valor de 16,41. O extrato da fruta em 15mg ml⁻¹ associado ao creme lanette de 5% apresentou FPS de 17,40. E o extrato da fruta em concentração de de 15mg ml⁻¹ associado ao creme lanette em 10% apresentou um aumento significativo do valor de SPF, chegando a 31,58. Os autores utilizaram neste estudo um filtro químico como comparativo, com base em benzofenona que é utilizado em várias formulações comerciais, também associado ao creme lanette em 5%, a formulação chegou a um FPS de 35,90, isto demonstra que tanto a casca quanto o fruto da aroeira vermelha têm grande potencial fotoprotetor quando comparado ao filtro químico que já é utilizado em protetores solares. Esse potencial se dá devido a presença de diversos metabólitos secundários, sendo eles compostos fenólicos, ácido gálico, catequina, ácido p-cumarínico e resveratrol, assim como a ação antioxidante, que estes compostos também apresentam devido sua capacidade de neutralização dos radicais livres.

NUNES et. al. 2018, estudou o potencial de diversas plantas encontradas no serrado brasileiro, sendo elas: Cumaru; Pereiro Branco; Pereiro Preto; Marmeleiro Preto; Lixeira; Fava d'anta; Alecrim; Açoita Cavallo e Malva. Dentre essas, duas se destacaram por seu valor de FPS, a Fava d'anta (*Dimorphandra Gardneriana*), que apresentou um FPS de 20,12, valor associado ao fato de que suas folhas tem um alto teor de compostos fenólicos, e o alecrim (*Lippia Microphylla*) que apresentou FPS de 26,82. Este, apresenta em seus metabólitos secundários glicosídeos de quecertina, rutina e isoquercitrina, que protegem da peroxidação e do estresse oxidativo.

NAPAGODA et. al. 2016, em seu estudo avaliou o potencial fotoprotetor de plantas utilizadas para tratar doenças de pele no Sri Lanka, as plantas analisadas apresentaram valores de FPS que variavam entre 8,9 e 39,20. Sendo que dentre as 10 plantas estudadas, 5 apresentaram valores de FPS maiores que 20. Sendo destaque a planta *Ophiorrhiza mungos*, que apresentou SPF de 39,20, o estudo afirma que são necessários agentes antioxidantes para que se tenha um bom potencial fotoprotetor, relacionado ao fato de que os raios UV levam a produção de radicais livres, neste caso nas plantas citadas, a presença de polifenóis e flavonoides tornam os extratos capazes de absorver a radiação UV e extinguir espécies reativas de oxigênio.

MILANI et. al. 2018, avaliou a eficácia da goiabeira (*Psidium Guajava*), O extrato da planta em emulsão desenvolvida associada a filtro químico, apresentou um aumento

de 17,99%, sendo que o FPS chegou a 22,3. O extrato da goiabeira possui compostos fenólicos que conseguem absorver os raios UV e neutralizar radicais livres, sendo responsáveis pelo potencial fotoprotetor e antioxidante.

BOSE et al. 2017, estudou o potencial dos metabólitos secundários com relação a atividade anti-inflamatória, fotoprotetora e inibidora de enzimas, de partes da Orquídea (*Malaxis Acuminata*). O caule da planta apresentou FPS máximo de 21,68. A folha apresentou FPS de até 27,64. Suas propriedades antioxidantes e fotoprotetoras foram associadas a presença de compostos polifenólicos e flavonoides.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante dos resultados apresentados conclui-se que existem muitas plantas que possuem potencial para serem utilizadas em formulações fotoprotetoras. O uso desses extratos vegetais vai permitir a diminuição dos gastos com matéria prima, mesmo quando associado a outros filtros sintéticos, e, além disso, também vai ajudar a diminuir a toxicidade da formulação, diminuindo as chances de potencial alergênico. As plantas estudadas apresentaram diversos metabólitos secundários, mas como se pode notar, os principais compostos responsáveis pela ação fotoprotetora e antioxidante, em sua grande maioria são os compostos fenólicos e flavonoides.

REFERÊNCIAS: AMARAL, Camille Alves. LIMA, Júlia Carolina Dias. REIS, Michelle Mendes. SARTORI, Stéphanie Calixto. KASHIWABARA, Tatiliana G. Bacelar. **Fotoprotetores e Prevenção do Câncer de pele.** Medicina ambulatorial IV com ênfase em dermatologia. UNIVAÇO. Ipatinga. 2016.

BOHJANEN, Kimberly. **Estrutura e funções da pele.** In: SOUTOR, Carol. HORDINSKY, Maria. **Dermatologia Clínica.** São Paulo: AMGH Editora, 2015. p.1-5.

CARVALHO, Juliana Cajado Souza. GARCIA, Paula Souza Prestes. VIGNOL, Stéfano Rocha. PEDRIALI, Carla Aparecida. **Estudo do impacto da utilização de ativos vegetais em fotoprotetores.** Centro Universitário Senac. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://www.sp.senac.br/blogs/InterfacEHS/wpcontent/uploads/2015/12/150_artigo_alteracoes.pdf>.

COSTA, Rafaela Marques da. **Novos Avanços Tecnológicos na Fotoproteção.** Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2017. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/8883/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20RAFAELA%20COSTA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19/04/2020.

FERNANDES, A.S. MAZZEI, J L. OLIVEIRA, C.G. EVANGELISTA H. MARQUES M R C. FERRAZ, E.R.A. FELZENSZWALB, I. **Title: Protection against UV-induced toxicity and lack of mutagenicity of Antarctic Sanionia uncinata.** School of Pharmacy, Fluminense Federal University, Niteroi, RJ, Brazil. 2015. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0300483X16300750?via%3Di> hub.> Acesso em: 15/06/2020.

KASHIWABARA, Tatiliana Bacelar. KASHIWABARA, Ysadora Mayume Bacelar. ROCHA, Lamara Laguardia Valente. PATSY, Letícia França Fiuza Bacelar. FRANÇA, Luciana Valadares Lanza. KASHIWABARA, Ludmila Messias Rocha. KASHIWABARA, Yutaka Bacelar. **Medicina ambulatorial IV com ênfase em dermatologia.** UNIVAÇO. Ipatinga. 2016.

LADEIRA, Ariane Dalan da Silva. OLIVEIRA, Gustavo da Silva. SILVA, Vânia Rodrigues Leite. **Mecanismos de Proteção Solar**. UNIFESP. Diadema. 2013. Disponível em: <https://www.cosmeticsonline.com.br/ct/painel/class/artigos/uploads/d5390-CT256_34-38.pdf>

MILANI, Livia P. G. GARCIA, Nathalia. O. S. MORAIS, Mariana C. DIAS, Andressa L. S. OLIVEIRA, Nayara L. CONCEIÇÃO, Edemilson C. **Extract from byproduct Psidium guajava standardized in ellagic acid: additivation of the in vitro photoprotective efficacy of a cosmetic formulation**. Laboratório de PD&I de Bioprodutos, Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brazil. 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0102695X18301443?via%3Dihub>>. Acesso em 04/07/2020.

NAPAGODA, Mayuri Tharanga. MALKANTHI, Benthota Malavi Arachchinge Shamila. ABAYAWARDANA, Subasinghe Appuhamillage Kaumudi. QADER, Mohomed Mallique. JAYASINGHE, Lalith. **Photoprotective potential in some medicinal plants used to treat skin diseases in Sri Lanka**. Department of Biochemistry, Faculty of Medicine, University of Ruhuna, Galle, Sri Lanka. 2016. Disponível em: <<https://bmccomplementmedtherapies.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12906-016-1455-8>>. Acesso em: 04/07/2020.

NUNES, Alesandra Ricardo. RODRIGUES, Ana Livya Moreira. QUEIROZ, Dinalva Brito de. VIEIRA, Icaro Gusao Pinto. NETO, João Francisco Camara. JUNIOR, Joao Tavares Calixto. TINTINO, Saulo Relison. MORAIS, Selene Maia de. COUTINHO, Henrique Douglas Melo. **Photoprotective potential of medicinal plants from Cerrado biome (Brazil) in relation to phenolic content and antioxidant activity**. Brazilian Northeastern Biotechnology Network, State University of Ceará, Fortaleza, Ceará, Brazil; Laboratory of Microbiology and Molecular Biology, Depart. of Biological Sciences University of Region of Cariri, Crato, Ceará, Brazil. 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1011134418307267?via%3Dihub>>. Acesso em: 01/07/2020.

OLIVEIRA, Monika Bezerra dos Santos. VALENTIM, Iara Barros. ROCHA, Tauane dos Santos. SANTOS, Jaqueline Correia. PIRES, Keila Silva Nobre. TANABE, Eloiza Lopes Lira. BORBELY, Karen Steponavicius Cruz. BORBELY, Alexandre Urban. GOULART, Marília Oliveira Fonseca. **Schinus terebenthifolius Raddi extracts: from sunscreen activity toward protection of the placenta to Zika vírus infection, new uses for a well-known medicinal plant**. Instituto de Química e Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceio, AL, Brazil. 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0926669020304192?via%3Dihub>>. Acesso em: 04/07/2020.

SANTOS, Livia Gonçalves dos; ROCHA, Marcia Santos da. **O Uso De Antioxidantes Orais Na Fotoproteção**. Centro De Pós-Graduação Oswaldo Cruz. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.revista.oswaldocruz.br/content/pdf/edicao_11_santos_livia_gon%c3%a7alves.pdf>.

ABORDAGEM ESTÉTICA PREVENTIVA DE MELASMA EM GESTANTES

THAIS GRANEMANN DOS SANTOS¹
VILMA S. PIERDONÁ¹
MARIVANE LEMOS¹

¹ CURSO DE TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA – UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro, Caçador - SC, 89500-000

Resumo

Durante a gestação acontecem grandes modificações endócrinas, imunológicas e vasculares, assim acontecendo com que as gestantes fiquem muito mais sensíveis às alterações na pele, tanto fisiológicas quanto patológicas.

O melasma é caracterizado por uma pigmentação melânica com formas irregulares, de cores amarronzadas que surgem principalmente na face, podendo surgir no 1º ou no 2º trimestre da gestação, principalmente em mulheres que estão na idade fértil e também com os fototipos IV e V.

Após a gestação poderá haver aumento da hiperpigmentação, por isso alguns profissionais recomendam o tratamento após o desmame, mas outros já iniciam o tratamento com algumas substâncias clareadoras.

O melasma pode desaparecer um ano após o parto, entretanto 30% das mulheres continuam com alguma sequela. E algumas dessas mulheres acabam perdendo a sua autoestima e podendo até desenvolver depressão pós-parto.

Palavras-chaves: gestação, prevenção, melasma.

1 Introdução

Durante a gestação acontecem grandes modificações endócrinas, imunológicas e vasculares, assim acontecendo com que as gestantes fiquem muito mais sensíveis as alterações na pele, tanto fisiológicas quanto patológicas.

As descobertas dermatológicas mais comuns no período gestacional são as modificações fisiológicas da pele, que pelos especialistas são consideradas como deformações e não uma doença.

As alterações pigmentares são notadas nas laterais internas das coxas e axilas, aréolas mamárias, mamilos, linha alba do abdome e na genitália externa.

Mas uma das maiores preocupações das mulheres é a pigmentação facial, podendo afetar biologicamente e também psicologicamente a gestante. Esta hiperpigmentação é chamada melasma ou cloasma.

2 Objetivos

O objetivo deste trabalho foi revisar os procedimentos de prevenção do melasma, abordando as opções de tratamento em mulheres no período gestacional. Retratando a grande valor das prevenções e dos tratamentos do melasma, assim como a importância do entendimento e do uso de recursos estéticos para a prevenção do melasma.

3 Fundamentação teórica

Durante a gestação acontecem grandes modificações endócrinas, imunológicas e vasculares, assim acontecendo com que as gestantes fiquem muito mais sensíveis às alterações na pele, tanto fisiológicas quanto patológicas.

Uma das principais mudanças que ocorrem na pele é o melasma ou mancha gravídica, que é a mais comum nas alterações pigmentares da gestação.

O melasma é caracterizado por uma pigmentação melânica com formas irregulares, de cores amarronzadas que surgem principalmente na face, podendo surgir no 1º ou no 2º trimestre da gestação, principalmente em mulheres que estão na idade fértil e também com os fototipos IV e V de acordo com a classificação de Fitzpatrick.

Quadro 1 – Classificação de Fitzpatrick .

Fototipo	Cor da pele	Característica
I	Branca, muito clara	Queima fácil, mas nunca bronzeia
II	Branca, clara	Queima facilmente, mas bronzeia minimamente
III	Branca, menos clara	Queima moderada, bronzeia moderadamente
IV	Morena clara a moderada	Queima pouco bronzeia com facilidade
V	Morena escura	Queima raramente e bronzeia facilmente
VI	Negra	nunca queima

Fonte: Adaptado de Pires e Pancote (2011).

Durante a gestação o uso da fotoproteção é indispensável para a proteção da pele e para prevenir o aparecimento de melasma, é sempre indicado o uso de o filtro solar diariamente sendo aplicado 30min antes da exposição solar e reaplicando sempre que for necessário, evitando o máximo da exposição solar entre os horários das 10 horas da manhã e as 16 horas da tarde.

Hoje em dia, são utilizados filtros solares dos grupos: antranilatos, salicilatos, benzofenonas e cinamatos, etc, são os que concentram as radiações UVA e UVB, assim promovendo uma grande proteção às gestantes. Encontram-se também os fotoprotetores físicos, conhecidos como bloqueadores solares. Já esse não são absorvidos pela pele, é construído um filtro que protege e atua refletindo e espalhando a radiação ultravioleta (UV), evitando assim sua absorção. Contém uma grande visão de proteção contra as radiações UV e que inclui as matérias-primas como óxido de zinco e dióxido de titânio. Em geral, a medida de segurança e proteção às peles mais sensíveis da gestação.

Existem muito poucos tratamentos que podem ser aplicados durante a gestação, que não sejam prejudiciais à saúde tanto da gestante como do feto.

Quadro 2 - Fatores de risco atribuídos às drogas, de acordo com FDA.

Agentes	Ação	Classe FDA	Restrição de uso
Hidroquinona	Utilizadas com corticoides e ácidos retinóico. Podendo impedir a formação dos melanócitos ou o aumento de sua degradação.	C	Quando se é aplicada até 300 mg/kg não é tóxica para a formação do feto.
Arbutin	Possui a ação despigmentante e impedir que ocorra tirosinase (Tyr). Certifica-se ser muito eficaz na inibição da hiperpigmentação e na redução do melasma .	*	Não consta nenhuma toxicidade, não causando irritações ou alguma reação de hipersensibilidade.
Ácido ascórbico	É um agente despigmentante, que age impedindo o melanogênese e mantém a melanina em sua forma reduzida e acromica.	*	Uso restringido pela sua dificuldade de penetração cutânea e rápida oxidação.
Ácido kójico	Possui ação clareadora e antienvhecimento e atua impedindo tirosinase, por meio da quelação de íons e cobre.	*	Pode ocasionar alergias de contato e possui alta potencial de sensibilidade, mas não foram comprovados efeitos teratogênicos.
Ácido azelaico	É um ácido dicarboxílico, isolado de leveduras <i>Malassezia furfur</i> , é vigoroso no tratamento de hiperpigmentação pós-inflamatória e melasma. Sua ação atua na diminuição de inibição da tirosinase.	B	Pesquisas toxicológicas referidos à fertilidade, embriotoxicidade e teratogenicidade em animais não mostraram nenhum risco de uso no período gestacional.
Retinoides	Evita os grânulos de pigmentação dos queratinócitos e aumentam da rotatividade celular, e auxiliando na eliminação do pigmento. Ocorre uma descamação (peeling), por meio da diminuição da queratinização.	C	Não são indicados por possui um efeito teratogênico (SNC, olhos, palato, ouvidos, coração) pois os estudos não apresentam danos quando á uso tópico.
Alfa-hidroxiácidos	Diminui a espessura do extrato córneo, provoca a proliferação celular e a síntese de colágeno, resultando uma melhora na textura da pele, e na hiperpigmentação.	B	Os AHAs com pH menor ou igual a 3,5 e concentração menor ou igual a 10% são seguros para uso no período da gestação.
SkinWhiteningComplex	Tem ação clareadora e aumenta vários níveis da cadeia na formação da	A	Foi clinicamente aprovado por dermatologistas da

	melanina, com benefício certificados em estudos.		Escola Paulista de Medicina. Não causa irritabilidade a pele e pode ser utilizado em gestantes e lactente.
<u>Cosmocair</u>	Não permite a passagem de melanina dos melanócitos para os queratinócitos, e impedindo moderadamente a ação da tirosinase, sendo assim o mecanismo de ações na melanogênese ,e clareando as manchas de pele.	A	Por não ser citotóxico e nem hipopigmentante, o seu uso pode ser realizado com segurança por gestantes.

Fonte: Adaptado de Ghellere e Brandão (2020)

Classificação de riscos da FDA:

A- Pesquisas bem controlada não constataram modificações no primeiro trimestre da gravidez e não há sinal de problemas no segundo e terceiro trimestre. Não há nenhum risco na gestação.

B- Foi realizadas experiências em animais não relataram riscos. E não há estudos realizados em gestantes

C- Em experiências animais, houve algumas alterações colaterais para o feto, mas o produto pode haver um possível risco durante a gravidez. Ou seja, há um possível risco para os fetos humanos.

D- Só é necessário se o benefício provar o risco potência de: algum de risco de vida, ou em alguns casos de doenças graves cujo não se possa ser usadas drogas mais seguras, ou se essas drogas não sejam eficientes. Pesquisas provaram anormalidades e riscos para o feto

*- Os riscos durante a gestação são elevados as capacidades dos benefícios. Não podendo usar em nenhuma hipótese durante a gestação.

Após a gestação poderá haver aumento da hiperpigmentação, por isso alguns profissionais recomendam o tratamento após o desmame, mas outros já iniciam o tratamento com algumas substancias clareadoras como o ácido glicólico, ácido azelaico, e ácido kójico, podendo ser associado junto com o Pelling de diamante.

O melasma pode desaparece a cerca de um ano após o parto, entretanto 30% das mulheres continuam com sequela. E com isso algumas dessas mulheres acabam perdendo a sua autoestima e podendo até desenvolver depressão pós-parto

4 Metodologia

Esse trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica em que foram avaliados tratamentos de melasma durante a gestação acometida pelos distúrbios hormonais no período gestacional. Cujá contribuição teórica, constitui de livros, artigos de revistas, trabalho de conclusão de curso sobre o referido assunto. Tendo como fontes MEDLINE, e GOOGLE ACADÊMICO.

5 Conclusões

Com surgimento do melasma é uma enorme preocupação para as gestantes e mesmo sendo basicamente de natureza não nociva, tornou-se uma causa de muita preocupação para muitas delas, causando efeitos nocivos nas condições de vida.

Esse estudo considerou vários recursos terapêuticos para tratamento do melasma, onde verificou que podem ser feitos tratamentos estéticos adequados com profissionais capacitados durante a gestação e que a prevenção é eficaz.

6 Referências bibliográficas

DOS REIS¹, Edneide Rodrigues; MEJIA, Daiana Priscila Maia. Utilização Cosmética Preventiva ao Foto Envelhecimento na Gestação: Prenominal ao Melasma.

GHELLERE, Ingrid Cristina; BRANDÃO, Byron José Figueiredo. A pele e o melasma. *BWS Journal*, 2020, 3: 1-11.

Figueiró, Tamara Lemos Maia, Ernesto Antonio Figueiró-Filho, and Lílian Rezende Coelho. "Pele e gestação: aspectos atuais dos tratamentos e drogas comumente utilizados–Parte I." *Femina* 36.8 (2008): 511-21.

(PIRES, Camila Almeida, and Camila Garcel PANCOTE. "PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO MELASMA NA GESTAÇÃO _.")

PURIM, Kátia Sheylla Malta; AVELAR, Maria Fernanda de Santana. Fotoproteção, melasma e qualidade de vida em gestantes. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 34, n. 5, p. 228-234, 2012.

RAMALHO, Giselly Cavalcante. "Atos educativos para o autoconhecimento das alterações vivenciadas pelas mulheres durante a gestação." (2018).

DE OLIVEIRA, Ana Emilia Figueiredo. Atención a la Salud de la Gestante y de la Puerpera.

COUTINHO, Gizelli Santos Lourenço et al. Prescrição de produtos dermocosméticos durante a gravidez. *Revista Ciência & Saúde. Porto Alegre*, v. 5, n. 1, 2012.

URASAKI, Maristela Belletti Mutt; MANDELBAUM, Maria Helena Sant Ana; GONÇALVES, Roselane. Impactos psicossociais associados às manchas gravídicas. *Cogitare Enfermagem*, v. 18, n. 4, p. 655-662, 2013.

NASCIMENTO, Débora Barbosa et al. Etiologia e tratamento medicamentoso de melasmas durante a gestação. *Revista de Iniciação Científica e Extensão*, v. 2, n. 3, p. 176-180, 2019.

7 Instituições financiadoras

Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

8 Agradecimentos

Ao Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e as professoras.

BENEFÍCIOS DO ÁCIDO HIALURÔNICO NO REPARO E MANUTENÇÃO DO PÓS-PEELING

AMANDA APARECIDA PEREIRA¹
VILMA S. PIERDONÁ¹
MARIVANE LEMOS¹

¹ CURSO DE TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA – UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro, Caçador - SC, 89500-000

Resumo

Nos dias atuais a sociedade apresenta-se mais vaidosa e preocupada em manter a beleza facial e corporal, mas o envelhecimento é algo natural, em vários tratamentos para rejuvenescimento as etapas são para oferecer, sustentação a pele, firmeza, volume, elasticidade e hidratação, para então melhorar a pele e também os sinais do envelhecimento, as complicações por uso do ácido hialurônico não são frequentes, devido as reações alérgicas em alguns pacientes, isto é em relação as substancias químicas que encontramos presentes no ácido utilizado.

O ácido hialurônico trata-se de uma carga negativa de molécula, tem fácil capacidade de ligar-se a uma molécula de água para assim preencher rugas e linhas de expressão.

Palavras-chaves: Ácido Hialurônico, Firmeza da pele, Procedimentos Estéticos

1 Introdução

Atualmente a população brasileira apresenta-se mais vaidosa e preocupada em manter sempre a beleza facial e corporal, mas o envelhecimento é um processo natural, Na maioria dos tratamentos de rejuvenescimento, em alguns casos os tratamentos são consistentes na aplicação do Ácido Hialurônico (AH) o qual confere volume, sustentação, hidratação e elasticidade a pele, melhorando assim, os sinais de envelhecimento.

Complicações decorrentes do seu uso são infrequentes, por conta de reações alérgicas em alguns pacientes em relação às substâncias químicas que contém no material que é utilizado nas aplicações e também nos produtos que compõem as preparações do ácido hialurônico. Há muito tempo o homem utiliza de produtos para melhorar a aparência da pele, há pouco tempo iniciaram tratamentos com origem animal e vegetal que eram feitos pigmentos dessas origens animais e assim respectivamente eram usados para aplicações e tratamentos tópicos para melhorar a pele. (MONTEIRO & PARADA, 2010). O mercado consumidor cosmético produzem cosméticos com substancias naturais e também sintéticas com objetivos de limpar e

perfumar, corrigir aparência, fazendo assim então a melhora da pele e demais partes do corpo (GOMES E GABRIEL, 2006; ANVISA, 2005).

2 Objetivos

O objetivo dessa pesquisa foi solucionar o envelhecimento com tratamentos estéticos com aplicação de ácido hialurônico após o peeling e mostrar a importância dos cuidados com a pele no pós peeling, como cuidar, reações que a pele pode ter e também como é feito o reparo dessa pele no pós peeling e utilização correta do ácido hialurônico.

3 Revisão da Literatura

O Ácido Hialurônico presente na matriz extracelular da nossa pele, tem função de hidratação e lubrificação, o ácido é um tratamento de envelhecimento facial e é utilizado a muito tempo para preenchimento de partes moles e para corrigir rugas e sulcos. As complicações são autolimitadas e podem incluir reações como inflamações e hematomas ou equimoses, pode também em alguns casos gerar necrose tecidual, as alergias e edemas podem ser persistentes e podem ser uma resposta imunológica aos componentes que são proteicos e presentes no ácido e o tratamento pode ser feito com injeção local (hialuronidase). Para utilizar o ácido hialurônico nos procedimentos estéticos o profissional deve saber o porque escolher AH no tratamento para o seu paciente, deve estudar cada caso e situação, fazendo assim um teste para analisar a compatibilidade do ácido com a pele para não correr riscos de alergia (JOHANNEN, 2009). Devemos sempre saber e levar em consideração em que a quantidade e volume de AH a ser injetado depende da profundidade da ruga e também como está a viscosidade, desse ácido que será utilizado no procedimento (FRASER, et al., 2007). O envelhecimento é algo normal de acontecer com o ser humano se trata de um processo biológico, altera as moléculas, faz com que percamos água e colágeno sendo assim a pele fica com aspecto envelhecido, com isso buscamos o AH para ser utilizado no preenchimento das rugas (SALLES et al., 2009).

Ácido é tudo aquilo que torna a pele ácida e que possui ph inferior ao da pele que proporciona peeling químico (esfoliação) superficial ou não, dependendo do seu ph, o peeling pode ser considerado, chamado de quimioesfoliação ou seja aplicação de um ou mais agentes esfoliantes (BORGES,2010).

O AH foi desenvolvido em 1989 quando observaram que podíamos ter compatibilidade dele com a pele e ausência de imunogenicidade (PIACQUADIO, et al., 1997). No início o AH não ficava estável na região cutânea da pele sua degradação era muito rápida assim através de substancias intermoleculares conseguiram aumentar a estabilidade do AH por uma tecnologia chamada cross- linking e assim foi possível utilizar como preenchedor cutâneo.

4 Considerações finais

A utilização de peeling químicos e ácido hialurônico é algo que está cada dia mais sendo utilizado na área estética, é inovador e vem deixando a pele cada vez melhor, e que está cada vez mais conquistando as pessoas, o peeling químico vem para trazer alto estima e renovação e com esses recursos excelentes que é o uso do ácido hialurônico no pós peeling a população estará cada vez mais satisfeita e renovada com a melhoria da aparência da pele e renovação celular de dentro para fora. Logo iremos ter mais pessoas buscando procedimentos como esse, satisfatório e inovador e que realmente obter resultados bons.

5 Referências bibliográficas

FERREIRA, Natália Ribeiro, and M. P. Capobianco. "Uso do ácido hialurônico na prevenção do envelhecimento facial." *Revista Científica UNILAGO* 1.1 (2016): 1-10.

Oliveira, Ângela Zélia Moreira de. "Desenvolvimento de formulações cosméticas com ácido hialurônico." (2011).

da Silva, Rodrigo Pereira Galindo. "REJUVENESCIMENTO CUTÂNEO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE PEELINGS QUÍMICOS."

DA PELE, ANATOMIA E. HISTOLOGIA BÁSICA. "PEELING EM DERMATO-FUNCIONAL."

6 Agradecimentos

Ao Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e as professoras.

Tratamento de pele madura e envelhecida pela falta de cuidados e uso de tabaco

Cleonice Miranda¹

Marivane Lemos¹

Vilma Aparecida Szymks Pierdoná¹

¹ CURSO DE TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA – UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro, Caçador - SC, [89500-000](tel:5139500000)

Resumo

Atualmente é de grande interesse a busca pela beleza entre homens e mulheres, esse cuidado está relativamente ligado ao que as pessoas acham que é belo e saudável. Com os passar dos anos nossa pele acaba sofrendo grandes alterações que provocam o envelhecimento cutâneo. Elas são decorrentes principalmente do envelhecimento intrínseco, natural e inevitável, comum a todas as pessoas relacionadas a fatores genéticos, segundo (VELASCO et al.2004). A cerca desse envelhecimento natural do ser humano surge diversos problemas na pele humana, e muitos desses fatores são decorrentes da falta de cuidado na juventude como exemplo, falta de protetor solar, exposição ao sol em horários inadequados, falta hidratação mal uso de produtos cosméticos entre outros. É possível notar quanto é importante aparência no mundo principalmente feminino, pois está relativamente ligada a autoestima e a saúde, bem-estar e muitas vezes a posição social também, porém o tempo passa para todos, por mais que se tenha cuidado com a pele, com o corpo e com a beleza, certo fenômeno indesejado acontece principalmente na face, que são eles acnes, cravos, espinhas e manchas. A acne também vulgarmente chamada de doença está presente no cotidiano do ser humano, esta doença tem maior manifestação em adolescente, porém com pessoas com maior idade vem sofrendo com essa patologia dermatológica. Fatores que influenciam significativamente a decorrência de acne na terceira idade, são: alterações dos hormônios sexuais, hereditariedade, tabagismo, alimentação, problemas emocionais entre outros.

Palavra-chave: Envelhecimento. Tabaco. Acne .

1. Objetivos

Nesse trabalho, abordou um grave problema na terceira idade, a acne decorrente do tabagismo. O trabalho ira diagnosticar quais tipos de acnes existe na paciente, e quais as formas corretas para se obter um resultado satisfatório para paciente e esteticista.

2. Revisão da Literatura

O tabaco altera a função da pele sistemicamente e metabolicamente e isso faz com as alterações induzidas pelo tabaco ocorram na epiderme e profundamente na derme. Dentre as alterações têm a redução dos níveis de hidratação e de vitaminas que são provavelmente ocasionados pelo efeito da nicotina. Comprometimento da circulação sanguínea diminuindo o fluxo sanguíneo capilar e arterial, conduzindo assim menos nutrientes e oxigênio na pele e conseqüentemente acumulando produtos tóxicos. Degradação de colágeno que é a proteína responsável pela sustentação da pele, e da elastina proteína responsável pela elasticidade da pele, contribui para desencadear ou acelerar o surgimento da flacidez cutânea (BAUMANN,2004).

Não bastando todos os fatores genéticos, ainda temos os fatores externos como vento poluição estresse que ajudam a ter um envelhecimento de pele muito rápido duradouro. Outro grande fator exógeno ao processo de envelhecimento é o tabaco, isso por que contem compostos químicos que fazem mal a saúde, além de induzir a modificação estrutural, composição e função da pele, que inicia desde o comprometimento com circulação sanguínea até a degradação de componentes epiteliais acelerado e ocasionando as disfunções estéticas como envelhecimento. Esse evento pode ser diminuído ou ficar mais crítico através das atitudes do indivíduo, neste caso fumar se torna mais prejudicial ao processo de envelhecimento. Muitas são as razões que levaram as pessoas a adquirir o hábito de fumar, algumas simplesmente pelo prazer, outras por status, atitudes e vícios.

CAMPOS (2003) ressalta que são centenas de substâncias presentes no cigarro. A nicotina causa sérios danos à saúde, distúrbios metabólicos (inibe o apetite), doenças crônicas, envelhecimento precoce, câncer, tumores. A nicotina bloqueia as ligações da elastina, reduz o manto lipídico da pele, tornando mais seca e opaca.

Os antioxidantes são reduzidos perdendo sua capacidade de defesa contra os radicais livres. Os vasos sanguíneos diminuem de calibre, prejudicando a oxigenação e nutrição celular (SINAP-SAÚDE, 2008).

As mudanças que o corpo humano sofre ao decorrer dos anos é visível, entretanto com a utilização do tabaco fica mais evidente o envelhecimento da pele além da variação hormonal influenciar na aparência alterações que o organismo sofre com o passar dos anos, ficam evidentes as diferenças de estética do tecido de forma geral.

3. Metodologia

Trata-se de um estudo teórico elaborado para se ter conhecimento dos casos clínicos de acne na terceira idade em fumantes. O estudo será realizado academicamente de forma teórica e desenvolvido com estudos pré-existentes. Irão submeter-se a pesquisa pessoas do sexo feminino, da faixa de idade entre 60 e 65 anos, que utiliza frequentemente cigarros. Foram analisadas pessoas de múltiplas classes sociais e de diferentes etnias. Além disso, o estudo delimitará possíveis tratamentos estéticos para amenizar os malefícios causados pelo tabagismo.

4. Resultados e conclusões

O tabagismo não faz bem na terceira idade, e nem idade alguma se puder evitar aprender a fumar é o melhor para a saúde, pois o tabaco faz com que apareçam mais espinhas aumenta a incidência de vir a desenvolver acne e a sua gravidade. A acne afeta principalmente a pele com elevado número de glândulas sebáceas, como o rosto, a parte superior do peito e as costas. Fumar também ocasiona inflamações no corpo, iniciando uma enorme lista de doenças. Falando especialmente da pele, há uma diminuição no processo cicatrização de feridas, isto afeta diretamente na aparência e piora das espinhas. Fumar causa contração de vasos sanguíneos e danos na superfície de muitas partes do nosso corpo, nas células que revestem os nossos órgãos e na pele que nos protege.

5. Referências bibliográficas

BAUMANN, L. **Dermatologia cosmética: princípios e prática**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004. p. 223

CAMPOS, S. **Radicais livres/stress oxidativo: fumo, cigarro e suas consequências**. 2003. Disponível em: <<http://www.drashirleydecampos.com.br/noticias/3952>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

FARIA et al. Revisão: **Envelhecimento da pele e colágeno: Revista. Hospital das Clínicas**. São Paulo, 1995.

SINAP - **SAUDE. Cigarro causa mais danos a pele que o sol**. Disponível em: <www.sinap.org.br/canais/temp_saude.php?id=2772008>. Acesso em: 12 maio 2008.

VELASCO, Maria V. R.; OKUBO, Fernanda R.; RIBEIRO, Maria E.; STEINER, Denise; BEDIN, Valcenir. **Rejuvenescimento da pele por peeling químico: enfoque no peeling de fenol**. An. Bras. Dermatol. V. 79, n. 1. Rio de Janeiro, jan. /fev. 2004

6. Instituições financiadoras

Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

7. Agradecimentos

Ao Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP e aos alunos voluntários da pesquisa pela disponibilização dos recursos para finalização deste trabalho.

PRINCIPAIS CAUSAS DO DESENVOLVIMENTO DA HIDROLIPODISTROFIA GINOIDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Andressa Aparecida Cardoso dos Santos¹
Talitta Padilha Machado²

RESUMO

A Celulite é uma das patologias mais comuns entre as mulheres do mundo todo, uma aparência ondulada e inusitada da pele, sendo assim, chamando a de “casca de laranja”. Cientificamente conhecida o termo correto de celulite é lipodistrofia ginoide O mais de comum do aparecimento é entre as regiões dos quadris, nádegas e coxas, a celulite possui vários fatores dentre deles vem os genéticos, o desequilíbrio hormonal, alguns tipos de medicamentos, a má alimentação, falta de atividades físicas, entre outros. Portanto, o objetivo geral deste estudo consiste em investigar as principais causas do desenvolvimento da Lipodistrofia ginoide, conhecida como celulite através de uma revisão das literaturas já existentes sobre este tema.

Palavras-chave: Mulheres. Celulite. Principais Causas.

INTRODUÇÃO

O termo celulite vem sendo utilizado para descrever a aparência ondulada e irregular da pele, com aspecto de “casca de laranja”, encontrada tipicamente nas mulheres. A popular celulite é conhecida cientificamente como Hidrolipodistrofia Ginóide – HLDG, onde hidro significa água, lipo está relativo à gordura, distrofia representa desordem nas trocas metabólicas do tecido, e ginóide significa forma de mulher (PEREIRA, 2013).

Tratando-se da abordagem do problema, o presente estudo é considerado uma pesquisa qualitativa porque estabelece uma relação entre o mundo real e o indivíduo, e foi desenvolvido pela técnica da revisão de literatura, através de um levantamento bibliográfico, pautando-se em fontes principais, como: livros e artigos, observando-se as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a Normalização dos Trabalhos Acadêmicos da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP (2013).

A LDG modifica a estrutura histológica da pele e altera o tecido conjuntivo. Conseqüentemente, ocorre a polimerização excessiva dos mucopolissacarídeos, o que resulta no aumento da retenção de água, sódio e potássio, conduzindo à elevação da pressão intersticial e gerando a compressão de veias, vasos linfáticos e

¹ Acadêmica do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: andressaaparecida2008@hotmail.com;

² Professora orientadora, Mestre em Biociências e Saúde, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail:talitta@uniarp.edu.br

nervos. O tecido, então, apresenta degeneração das fibras elásticas, proliferação das fibras colagênicas, hipertrofia dos adipócitos e edemas (PEREIRA, 2013).

Este estudo traz uma abordagem investigativa acerca das principais causas do desenvolvimento da celulite. O objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar as principais causas do desenvolvimento da Lipodistrofia ginóide, conhecida como celulite.

REVISÃO DE LITERATURA

O mundo está em constante transformação e os padrões estéticos acompanham estas evoluções. As mulheres sentem maior necessidade de se manter dentro dos ditos padrões de beleza em relação aos homens, considerando que são as que mais sofrem com as modificações que ocorrem em seu corpo com o passar dos anos, entre elas, as indesejáveis celulites (PEREIRA, 2013).

Embora a celulite seja encontrada em qualquer área em que o tecido adiposo encontra-se depositado em excesso, a obesidade não é condição necessária para sua existência. Isso permite afirmar que pessoas de peso normal e até mesmo pessoas que estão abaixo do peso, também possam apresentar celulite (MAGALHÃES, 2000).

Apesar de não existir mortalidade associada à celulite, a mesma permanece como preocupação estética, muito mais prevalente nas mulheres, ocorrendo nas áreas em que a gordura está sob a influência do estrógeno, como quadris, coxas e nádegas, podendo, também, ser encontrada nas mamas, parte inferior do abdômen e braços. Há, também, estreita relação entre a celulite e os hormônios femininos, uma vez que ela se desenvolve durante os períodos de mudança hormonal, dentre eles: puberdade, síndrome pré-menstrual, uso de pílula anticoncepcional, gravidez e menopausa (PEREIRA, 2013).

Há diversos fatores condicionantes para a Lipodistrofia ginóide. Meyer *et al.* (2005, p. 76), cita três:

- Fatores desencadeantes: constituem as alterações hormonais que ocorrem durante a adolescência, sendo o estrógeno o principal hormônio envolvido;
- Fatores predisponentes: são hereditários e múltiplos como sexo, etnia, biotipo corporal, distribuição do tecido adiposo e, ainda, quantidade, disposição e sensibilidade dos receptores das células afetadas pelos hormônios envolvidos;
- Fatores agravantes: hábitos alimentares inadequados, sedentarismo, estresse, patologias, medicamentos e gravidez.

O excesso de peso constitui um fator determinante. Contudo, mulheres que apresentam peso normal, ou estão abaixo do normal, também podem apresentar alterações no equilíbrio entre a quantidade de gordura do corpo e a massa muscular. Isso quer dizer que uma mulher magra poderá ter uma proporção de gordura maior e de musculatura menor, mantendo normal ou baixo o seu peso total. Este excesso de gordura, porém, associado à ação de hormônios femininos e alterações na microcirculação e nos vasos linfáticos acabará desenvolvendo celulite (SANTOS, 2012).

De acordo com Cardoso (2002), o FEG resulta, na maioria dos casos, de um problema circulatório, considerando um processo lento da circulação. Assim sendo, os capilares enfraquecem, ocorrendo a perda do plasma para o exterior dos vasos sanguíneos e o aumento de líquidos nos espaços intercelulares. O organismo então reage, criando uma barreira fibrosa que encarcera as células adiposas.

Além de ter aspecto desagradável sob o ponto de vista da estética, tal afecção ocasiona problemas álgicos nas zonas acometidas e diminui as atividades funcionais, ou seja, trata-se de uma desordem localizada, que afeta o tecido dérmico e subcutâneo, com alterações vasculares e lipodistrofia com resposta esclerosante, dando origem ao aspecto macroscópico (SANTOS,2012).

A lipodistrofia ginoide pode, então, ser definida como uma patologia multifatorial, resultante da degeneração do tecido adiposo, passando pela fase de alteração da matriz intersticial, estase microcirculatória e hipertrofia dos adipócitos, evoluindo para a fibrose cicatricial (PEREIRA, 2013).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, onde se buscaram, na literatura, informações sobre as principais causas do desenvolvimento da Lipodistrofia ginóide, conhecida como celulite. Sobre a pesquisa bibliográfica, Vergara (1998, p. 46) destaca: “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas (...)”.

As publicações foram selecionadas a partir da variável de interesse, totalizando 20 publicações, produzidas entre 1998 e 2020, considerando os seguintes critérios de inclusão: a) publicações em português que abordavam a temática em questão; b) publicações que versavam sobre metodologia de pesquisa.

A compilação dos dados ocorreu através da leitura do material selecionado, a fim de identificar as informações, estabelecendo um paralelo das mesmas, analisando suas consistências e veracidade. Na sequência, foi realizada uma análise crítica do material selecionado, o fichamento, e a classificação e organização das obras consultadas, destacando os aspectos principais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas informações obtidas através da pesquisa realizada, foi possível verificar que a ingestão de álcool e café, as alterações circulatórias, o tabagismo e os anticoncepcionais hormonais constituem fatores favoráveis para o surgimento de LDG, sendo o excesso de peso um fator determinante. Porém, mulheres magras ou de peso normal, também podem desenvolver celulite. Suassuna (2019) destaca que a celulite é menos visível em peles mais escuras.

Considerando o exposto por Santos (2012) no presente trabalho, torna-se possível afirmar que o uso da pílula anticoncepcional poderá desencadear o aparecimento da celulite.

Tratando-se do aspecto clínico da LDG, foi possível constatar a seguinte classificação: Grau I (sem sintomas e não visível); Grau II (apresenta relevo cutâneo visível através da compressão ou da contração muscular); Grau III (aspecto de “casca de laranja”, dor à palpação e redução da elasticidade do tecido); e Grau IV (nódulos visíveis e dolorosos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa concretizada, notou-se que envolve alteração do relevo cutâneo e acomete grande parte da população feminina, causando grande preocupação estética, pois provoca modificações visíveis, quando em grau mais avançado, incluindo o aspecto “casca de laranja”.

Conclui-se, por fim, que as principais causas do desenvolvimento da celulite incluem alterações hormonais decorrentes da fase da adolescência, fatores hereditários, hábitos alimentares inadequados, sedentarismo, estresse, patologias, medicamentos, gravidez, pílula anticoncepcional (uma vez que esta contém estrogênio e progesterona e promove a retenção de líquidos no organismo) e, principalmente, a obesidade.

REFERENCIAS

CARDOSO, Estela. A evolução e as novas técnicas utilizadas na estética corporal. **Revista Vida Estética**, São Paulo, v. 7, n, 121, p. 12-17, jul./ago. 2002.

MAGALHÃES, João. **Cosmetologia**. Rio de Janeiro: Rubio, 2000

MEYER, Patrícia Froes et al. Desenvolvimento e aplicação de um protocolo de avaliação fisioterapêutica em pacientes com Fibro Edema Gelóide. **Fisioterapia em Movimento**. Curitiba, v. 18, n. 1, p. 75-83, jan./mar. 2005.

PEREIRA, Maria de Fátima Lima. **Recursos Técnicos em Estética**. São Caetano do Sul: Difusão, 2013.

SANTOS, Daniela Braz Ferreira. **A influência da massagem modeladora no tratamento do Fibro Edema Gelóide**. 2012. 17f. Monografia (Especialização em Fisioterapia Dermato Funcional) – Faculdade Ávila, Manaus, 2012. Disponível em: <[https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/14/03 -
_A_influYncia_da_massagem_modeladora_no_tratamento_do_fibro_edema_gelYide.pdf](https://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/14/03_-_A_influencia_da_massagem_modeladora_no_tratamento_do_fibro_edema_gelYide.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SUASSUNA, Fernanda. **Existem quatro tipos de celulite: veja como combater cada uma**. 2019. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/bem-estar/existem-quatro-tipos-de-celulite-veja-como-combater-cada-um>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998

EFEITOS DA APLICAÇÃO DO LINFOTAPING COMO TÉCNICA COADJUVANTE NO PÓS-OPERATÓRIO DE MAMOPLASTIA

FERRONATO, MILENA VILANI

BASSO, GABRIELE

RESUMO

A procura por cirurgias plásticas vem crescendo consideravelmente a cada ano. Entre as cirurgias mais realizadas está a mamoplastia, que melhora a aparência da mama, aumenta a autoestima e evita problemas como dores. O linfotaping visa auxiliar no tratamento pós-operatório, melhorando a circulação, reconstituindo tecidos, diminuindo a dor e absorvendo o sangue nos casos de equimoses. Trata-se de uma fita elástica que aumenta a captação do líquido extracelular, tendo o efeito similar de uma drenagem linfática. O objetivo deste estudo é investigar os efeitos e a eficácia do uso de bandagens no pós-operatório da mamoplastia.

PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia Plástica, Linfotaping, Pós-operatório, Mamoplastia.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente diversas pessoas sofrem com padrões de beleza impostos pela sociedade, com isso, homens e mulheres buscam alcançar esses objetivos através de cirurgias plásticas. Hoje, a mamoplastia é uma das cirurgias plásticas mais realizadas, sendo requisitada por mulheres de diferentes idades e biotipos. (SHMIDTT, OLIVEIRA, GALLAS, 2008)

Com isso, surge-se a necessidade da implantação de novas técnicas para melhorar a experiência cirúrgica. Desenvolvido com o intuito de complementar à terapia manual, o taping é uma técnica de aplicação de bandagens funcionais, cujo objetivo é promover efeitos fisiológicos através dos estímulos gerados pelo tensionamento da bandagem sobre a pele. (MEYER, et al., 2014)

Dentre os benefícios do taping, destacam-se: melhorara da circulação linfática; diminuição de equimoses, fibroses e aderências; melhora do aspecto cicatricial e da sensibilidade; normalização da força muscular e conseqüentemente diminuição da dor local. (LANGE, CHI, Fibrose da prevenção ao tratamento.1.ed. pag 410, 2018)

2 OBJETIVOS

Nesse contexto, o presente estudo, analisa a literatura existente sobre a utilização e os benefícios do uso do tapping aliado ao pós-operatório de cirurgias plásticas, compreendendo o sistema linfático e a técnica cirúrgica para a garantia de um resultado satisfatório.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo geral apresentar a utilização, as características e técnicas utilizadas, os efeitos fisiológicos, indicações e contraindicações e a durabilidade da aplicação.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Athan (2016) cita que o método da bandagem funcional elástica terapêutica foi desenvolvido por Kenzo Kase na década de 1970, quando buscava um método de utilização de fitas elásticas para auxiliar na cicatrização de tecidos traumatizados pela atividade desportiva.

O médico elaborou a Kinesio Taping com base nos princípios da quiropraxia e cinesiologia, baseando-se no pensamento de que o movimento e a atividade são essenciais para manter e recuperar a saúde (SIJMONSMA, Bandas Neuromusculares Manual.1. ed. pag 11).

Seu uso cirurgias plásticas tem como objetivo diminuir e prevenir o edema, tratar equimoses, fibroses ou qualquer outra alteração, seromas, aderências, flacidez tissular, entre outros. Podendo ser aplicado no pós-operatório imediato ou semanas depois (LANGE, 2017).

A pele tende a ficar sensibilizada após cirurgias e isso requer maiores cuidados, tanto antes quanto depois do procedimento, por isso é indicado realizar sessões de gomagem associadas a mascaras de hidratação. Levando em conta que alguns fatores relacionados ao estado da pele podem ser contraindicados na utilização, como por exemplo a presença de infecções, feridas, alergias, pressão arterial não controlada e trombose venosa profunda (LANGE, 2017).

Atualmente no mercado possuem diferentes marcas e composições de bandagens, as mesmas são dotadas de massa adesiva e sua maioria é composta por

algodão, não contendo substâncias químicas ou medicinais. As fitas são hipoalérgicas e sensíveis ao calor (ATHAN, 2016).

Possuem características similares a pele, tendo espessura e peso comparáveis, podem ter seu tamanho aumentado em até 140%, igualando-se a elasticidade natural da pele (SIJMONSMA, Bandas Neuromusculares Manual.1. ed. pag 11).

Sua função é diminuir a pressão nos nociceptores, auxiliando na circulação sanguínea e na drenagem linfática, além de ajudar no movimento fisiológico do corpo, assim o processo de recuperação é ativado e conseqüentemente ocorre a diminuição do edema e da dor pelo próprio corpo (SIJMONSMA, Bandas Neuromusculares Manual.1. ed. pag 12).

Para um melhor entendimento sobre o uso de bandagens na estética, é de suma importância que tenhamos conhecimento do sistema linfático, pois os resultados serão decorrentes da sua ativação.

Aproximadamente 60% do corpo humano é formado por água, ela está presente no sangue, dentro de células e no meio extracelular que formará o líquido intersticial. Este líquido ao entrar nos capilares linfáticos passa a se chamar Linfa.

O sistema linfático é formado por vasos responsáveis por drenar este excesso de fluido entre as células, e devolve-los a circulação sanguínea. Junto deste fluido estão presentes algumas toxinas (resíduos do metabolismo celular), proteínas, macromoléculas, gorduras e fragmentos de células.

Os linfonodos presentes principalmente em algumas regiões do corpo, como virilha, axila e no pescoço, servirão como filtro do líquido coletado pelos vasos órgãos linfoides, combatendo assim, agentes agressores.

Existem diversas técnicas de utilização do taping em problemas linfáticos, dependendo da preferência do profissional, podem ser usadas em tiras soltas ou em forma de polvo (SIJMONSMA, Bandas Neuromusculares Manual.1. ed. pag 75).

Ambas as técnicas iniciam-se com a base aplicada próximo aos linfonodos e a âncora ultrapassando a área onde está localizado o edema, tendo comprimento de 3 centímetros. Devem ser aplicadas com a pele em estiramento, sendo colocadas com nenhuma ou mínima tensão sobre a região (SIJMONSMA, Bandas Neuromusculares Manual.1. ed. pag 75).

4 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza por uma pesquisa descritiva, quantitativa e de revisão bibliográfica. Como citado por Selltiz et, al (1965), a pesquisa descritiva traz a busca de descrever fenômenos ou situações detalhadamente em específico o que está acontecendo, o que permite se entender com clareza característica de um indivíduo ou desvendar relações entre eventos.

A pesquisa de revisão bibliográfica foi realizada baseadas em livros, revistas, artigos científicos, e sites da plataforma da internet. Ao final, o que se busca é transmitir ao leitor os conceitos básicos e suficientes para sua compreensão do tema, evidenciando sua importância e relevância no contexto em que se faz inserido.

Produção descritiva com palavras chaves como mamoplastia, tapping, cirurgias plásticas e pós-operatório nas buscas pela internet. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos publicados em periódicos no período de 2000 a 2019, artigos completos captados gratuitamente; textos disponíveis no idioma Português, Espanhol e Inglês. Foram excluídos do estudo dissertações, teses, monografias bem como artigos científicos repetidos.

5 CONCLUSÃO

Com base nas pesquisas realizadas em artigos com voluntários e revisões bibliográficas, pode-se concluir que a utilização do linfotaping no pós-operatório em diversas cirurgias plásticas apresenta uma diferença significativa na diminuição de edemas, hematomas e até mesmo na dor.

Os resultados encontrados baseiam-se no somatório das pequenas pressões geradas pela aplicação da bandagem na direção do fluxo linfático e na estimulação dos receptores cutâneos por parte da aplicação direta na pele, gerando uma resposta de aumento de espaço intersticial. (SILVA, et al. 2014)

Ressaltando que a fita deve ser aplicada por um profissional especializado que conheça a fisiologia e anatomia do corpo, bem como o funcionamento do sistema linfático.

6 LIMITAÇÕES

A principal limitação do projeto foi a falta de estudos e artigos sobre o assunto.

7 RECOMENDAÇÕES DE ESTUDO

Este estudo fornece resultados importantes em relação ao uso da técnica de taping como alternativa também para tratamentos de pós-operatório. Há necessidade de realizar mais estudos com aplicações práticas em futuras pesquisas mostrando a importância e aplicação correta do taping além de analisar os resultados de forma mais precisa.

8 REFERÊNCIAS

PITANGY, I. Salgado F.; RADWANSKI, H. N. A importância da mamoplastia e abdominoplastia na cirurgia do contorno corporal. **Horibe EK. Estética clínica e cirúrgica. Rio de Janeiro: Revinter**, p. 317-26, 2000.

LANGE, CHI, **Fibrose da prevenção ao tratamento**. 1ª ed, 2018.

SHMIDTT, OLIVEIRA, GALLAS. O mercado da beleza e suas consequências. UNIVALI. Santa Catarina, 2008.

MANG, Werner L. **Manual de cirurgia estética**. Artmed Editora, 2ª edição, 2012.

LANGE, A. **Fisioterapia Dermato Funcional Aplicado à Cirurgia Plástica**. 2ª edição, 2017.

SIJMONSMA, **Bandas Neuromusculares Manual**. 1ª edição, 2017.

CASTRO, Marcos Castro. "Cirurgia plástica estética: avaliação dos resultados." *Rev Soc Bras Cir Plást* 15.1 (2000): 55-66.

CAMPANA, Angela Nogueira Neves Betanho et al. Associações e diferenças entre homens e mulheres na aceitação de cirurgia plástica estética no Brasil. **Revista brasileira de cirurgia plástica**, v. 27, n. 1, p. 108-114, 2012.

BORSOI, Bruna Fernandez Guimarães; GUIMARÃES, Raul Borges. IMPACTOS SOCIAIS DAS CIRURGIAS PLÁSTICAS E A SAÚDE DE MENINAS JOVENS NO BRASIL. In: **Geosaude-2019**. 2019.

FEIERABEND, Alessandra; COSTA, Telma Maria Braga; ALMEIDA, Sebastião de Souza. Como sou, como estou: imagem corporal e estado nutricional em mulheres solicitantes de cirurgia plástica estética. 2017.

MOTA, Diana Cândida Lacerda. **Imagem corporal, atitudes alimentares e estado nutricional de mulheres submetidas à cirurgia plástica estética**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CAMPOS, FABIANA MOTA. Drenagem Linfática no pós-operatório de mamoplastia: uma revisão bibliográfica. 2016.

DE MACEDO, Ana Carolina Brandt; DE OLIVEIRA, Sandra Mara. A atuação da fisioterapia no pré e pós-operatório de cirurgia plástica corporal: uma revisão de literatura. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 2, n. 4, 2010.

MEYER, et al. Os efeitos do kinesio taping e da radiofrequência na flacidez cutânea glútea, 2014.

SILVA, et al. Efeitos do Kinesio Taping no tratamento do Fibro Edema Gelóide: Ensaio clínico controlado randomizado e cego, 2014.

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

CURSO DE DIREITO DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

PROFESSORA: Me. JOCIANE MACHIAVELLI

ACADÊMICO: ARI ANTÔNIO GUINDANI

TEMA: TESTAMENTO VITAL: AS PRERROGATIVAS DA PRÓPRIA VONTADE

OBJETIVOS:

Objetivo Geral:

Abordar quais as possíveis medidas a serem adotadas pela pessoa humana a fim de determinar o que aceita ou não como formas de tratamento no momento final de sua existência, indicando as deficiências da legislação brasileira, comparativamente às normais legais aplicadas internacionalmente.

Objetivos Específicos:

Estudar o ciclo da vida através de conceitos preliminares, nascimento, enfermidades, doenças crônicas e estado vegetativo, doenças terminais e morte;

Analisar os conceitos de bioética, biodireito, dignidade do homem e espécies de intervenções médicas (eutanásia, distanásia, ortotanásia e mistanásia) e o direito e as prerrogativas da vontade;

Elaborar um modelo de Testamento Vital, que possa ser aplicado no Brasil, como instrumento para resolver as necessidades dos interessados em geral.

RESUMO DO PRETENDIDO COM O PROJETO:

O ser humano sabe que sua vida é um ciclo, como o de todos os seres vivos, que nascem, crescem, se desenvolvem e em dado momento morrem. Todas as

peças possuem, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil direito de viverem de forma digna, direito este também ressaltado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em Paris, em 1948.

Ocorre que, viver de forma digna, muitas vezes também significa encontrar sua existência terrena de forma digna. Embora cada ser humano tenha suas crenças e sua própria espiritualidade, a existência digna é comum para todos, mas não desenvolvida em todas as sociedades, seja por questões econômicas, políticas ou mesmo por falta de políticas públicas adequadas.

Desta forma, indaga-se: A utilização de prerrogativas da própria vontade, também conhecido como “testamento vital”, garante ao cidadão um morrer digno?

É esta a pergunta que se pretende responder, criando um formulário próprio onde o cidadão expressará a sua vontade com vistas a ter a sua dignidade preservada quando em seus momentos finais.

Para melhor compreender os aspectos que envolvem o testamento vital e as prerrogativas da vontade precisamos entender os instrumentos que possibilitam abreviar ou não a vida e as suas formas.

Dessa forma, precisamos entender o que significa cada uma das intervenções que são possíveis para abreviar a vida, especialmente a eutanásia, distanásia, ortotanásia e mistanásia

O correto entendimento da conceituação e da funcionalidade destes instrumentos, poderão influenciar diretamente a tomada da decisão relacionados à continuidade ou não da vida.

A morte influencia todas as pessoas envolvidas no processo, na grande maioria das vezes de maneira negativa e com questões emocionais muito fortes.

É preciso entendê-la para poder seguir em frente.

LUSTRAÇÃO REPRESENTATIVA DO PROJETO:



<https://www.mensagenscomamor.com/15-dicas-para-quem-tem-um-idoso-em-casa>